UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CULTURAS E IDENTIDADES BRASILEIRAS

TALITA YOSIOKA COLLACIO

Os Sertões de Euclides da Cunha e “os sertões” de Caio Prado Júnior:
um universo entre história e literatura

São Paulo

2016

TALITA YOSIOKA COLLACIO

Os Sertões de Euclides da Cunha e “os sertões” de Caio Prado Júnior:
um universo entre história e literatura

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras
do Instituto de Estudos Brasileiros da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Estudos Brasileiros

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa

Versão corrigida. A versão original está disponível
para consulta na Biblioteca IEBUSP.

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

DADOS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do
Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

© reprodução total

Collacio, Talita Yosioka

Os *Sertões* de Euclides da Cunha e "os sertões" de Caio Prado Júnior :
um universo entre história e literatura / Talita Yosioka Collacio -- São
Paulo, 2016.

Orientador : Prof. Dr. Alexandre de Freitas Barbosa.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos
Brasileiros. Programa de Pós-Graduação. Área de concentração: Estudos
Brasileiros. Linha de pesquisa: Brasil: a realidade da criação, a criação da
realidade.

Versão do título para o inglês: *Rebellion In The Backlands* By Euclides da
Cunha And The Caio Prado Júnior's "Backlands" : A Universe Between
History And Literature.

Descritores: 1. Cunha, Euclides da, 1866-1909 2. Prado Júnior, Caio,
1907-1990 3. História do Brasil 4. Literatura Brasileira 5. Sertão 6. Região
Nordeste - Brasil I. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos
Brasileiros. Programa de Pós-Graduação II. Título.

IEB/SBD23/2016

CDD 869.9449

Nome: COLLACIO, Talita Yosioka

Título: *Os Sertões* de Euclides da Cunha e “os sertões” de Caio Prado Júnior: um universo entre história e literatura

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras
do Instituto de Estudos Brasileiros da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para minha mãe.
Para o tio Sérgio Massao.

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Alexandre de Freitas Barbosa, com quem tenho estado nesta jornada caiopradoeuclidiana desde 2010. Agradeço pelo otimismo, pelo entusiasmo, por acreditar na minha pesquisa e por me ensinar, enquanto professora, a estimular meus alunos frente a um grande desafio.

Aos professores Jaime Tadeu Oliva, Eduardo Vieira Martins, Ana Paula Simioni, Marcos Antonio Moraes e Paulo Teixeira Iumatti, pelas preciosas contribuições.

Aos funcionários da Casa Euclidiana, da Biblioteca Mário de Andrade, do Arquivo, da Biblioteca e da Seção de Pós-Graduação do IEB/USP, da Biblioteca Florestan Fernandes e da Biblioteca Brasileira Mindlin, por se colocarem sempre à disposição. Em especial, à Bete, supervisora do Arquivo IEB/USP, pelo incentivo desde os tempos do meu estágio no Arquivo.

A Marco Aurélio Brizzotti Andrade, com quem aprendi o prazer da pesquisa.

A Prefeitura de Santo André/SP, pela licença concedida na etapa final do Mestrado.

A Andressa Marissol Ferrer, pela revisão dos textos em inglês.

A Tami, por cuidar da nossa família, e a nossa família. Incluam-se também “os cachorrinhos”, companheiros de mais de uma década, que sempre me recebem com alegria.

Aos graduandos e pós-graduandos da FFLCH e do IEB que conheci ao longo desses 10 anos de USP. Os debates, as reflexões, as trocas e as indicações acadêmicas e culturais provaram que a totalidade é mais que a soma de suas partes.

A meus professores e meus alunos, por tudo que me ensinam.

A meus amigos, pelo incentivo, por não terem se esquecido de mim, por tornarem os dias, as noites, os finais de semana, os feriados e o horário de almoço menos solitários. Marina, Firas, Jáderon, Rafael: obrigada!

“O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer *Isto é meu*, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, houvesse gritados aos seus semelhantes: “Evitai ouvir esse impostor. Estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!””

[Rousseau]

“Bem sei que não somos, nem podemos ser todos iguais; sustento, porém, que aquele que julga necessário, para se fazer respeitar, distanciar-se do que nós chamamos “povo” é tão digno de lástima como o covarde que se esconde a aproximação do inimigo, de medo de ser vencido”

[Goethe]

RESUMO

COLLACIO, T. Y. Os Sertões *de Euclides da Cunha* e “os sertões” *de Caio Prado Júnior: um universo entre história e literatura*. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Neste trabalho são analisadas as relações entre História e Literatura a partir da noção de “sertão” nas obras de Euclides da Cunha e de Caio Prado Júnior. Discutimos as diferenças e semelhanças entre as disciplinas História e Literatura, partindo-se de seus métodos e narrativas. Em seguida, abordamos os escritos de Euclides da Cunha, nos quais os relatos dos viajantes naturalistas desempenham papel fundamental no estabelecimento do “consórcio da ciência e da arte” e na definição de “sertão”, local isolado e despovoado. Os textos de Caio Prado Júnior também revelam a importância dos relatos desses viajantes na elaboração de uma interpretação materialista da história do Brasil, embora sua definição de “sertão” compreenda apenas o semiárido nordestino. Em ambas as análises, o sertanejo se destaca como elemento formador da nossa nacionalidade. Para Euclides da Cunha, por suas características étnico-raciais e, para Caio Prado Júnior, pelas condições socioeconômicas.

Palavras-chave: História do Brasil. Literatura Brasileira. Nordeste. Sertão.

ABSTRACT

COLLACIO, T. Y. Rebellion In The Backlands *By Euclides da Cunha And The Caio Prado Junior's "Backlands": A Universe Between History And Literature*. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This article analyses the relationship between History and Literature from the notion of “backwoods” concept present in Euclides da Cunha and Caio Prado Júnior’s works. The differences and similarities between the History and the Literature disciplines are discussed, starting with their methods and narratives. We address Euclides da Cunha’s writings in which the reports of travelling naturalists play a key role in establishing the “consortium of sciences and arts” and in defining “backwoods” as an isolated and depopulated place. Caio Prado Júnior’s texts also reveal the importance of these travellers’ reports in developing a materialist interpretation of the Brazilian History, although his definition of “backwoods” embraces only the semi-arid region of Northeastern Brazil. In both analyses, the rural work stands out as an important element to compose our nationality. According to Euclides da Cunha, it is so due to this character’s ethnic and racial attributes. On the other hand, Caio Prado Júnior considers the socioeconomic conditions.

Keywords: History of Brazil. Brazilian Literature. Northeast. Backwoods.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: História e Literatura: metodologias diversas, olhares complementares	14
1.1 Ficção, não ficção e Literatura	15
1.2 História e Literatura: aproximações e divergências	18
1.3 Alguns gêneros de fronteira	24
1.3.1 O Romance Histórico	24
1.3.2 O Ensaio.....	27
1.3.3 A Carta.....	31
Capítulo 2: <i>Os Sertões</i> de Euclides da Cunha	34
2.1 Os sertões antes de <i>Os Sertões</i>	34
2.1.1 Os viajantes e a literatura	35
2.1.2 Escritores e correspondentes	48
2.2 O contexto, o método e a narrativa de Euclides da Cunha	55
2.2.1 O contexto	56
2.2.2 O método e a narrativa	58
2.3 Os sertanejos de Euclides da Cunha.....	70
2.3.1 A formação do sertanejo	71
2.3.2 Sertanejo nordestino: o vaqueiro	76
2.3.3 Sertanejo mineiro: o garimpeiro	80
2.3.4 Sertanejo amazônico: o seringueiro	84
2.3.5 O enfoque econômico na obra euclidiana	90
Capítulo 3: Os “sertões” de Caio Prado Júnior.....	98
3.1 As viagens.....	99
3.1.1 As viagens de Caio Prado Júnior	99
3.1.2 Os viajantes na obra de Caio Prado Júnior	111
3.2 O contexto, o método e a narrativa de Caio Prado Júnior	117
3.2.1 O contexto	117
3.2.2 O método e a narrativa	124
3.3 Os sertanejos de Caio Prado Júnior	137
3.3.1 O inorgânico	137
3.3.2 Aspectos da ocupação do Brasil	143
3.3.3 Atividades econômicas do Nordeste	152
3.3.4 Atividade econômica na Amazônia	158
Considerações finais	164
Referências	169
Anexo.....	175

Introdução

Entre 2010 e 2012, fui estagiária no Arquivo IEB/USP. Minha principal atividade consistia na leitura e indexação dos documentos do Fundo Caio Prado Júnior¹, junto a outras duas colegas, sob orientação acadêmica do professor Alexandre de Freitas Barbosa e supervisão técnica de Elisabete Marin Ribas. Em 2011, ao ler a correspondência ativa do “Caíto” – apelido de Caio Prado Júnior no meio familiar –, deparei-me com uma carta enviada à Casa Euclidiana, cujo conteúdo era uma avaliação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, sob seu ponto de vista. O documento circulou entre os membros da equipe e chegou ao conhecimento do professor Fernando Paixão, editor da *Revista do IEB* e responsável por sua publicação no número seguinte da *Revista*. Ainda pensando na amplitude dos debates que poderiam ser desenvolvidos a partir daquele documento, propus um projeto de mestrado que deu origem a essa dissertação².

Em março de 1960, a Casa Euclidiana³, representada pelo seu diretor, o professor Arivélisio Padilha, envia uma carta a Caio Prado Júnior, relatando a leitura de uma entrevista concedida pelo historiador ao jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, na qual, referindo-se a *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ele teria dito que as descrições do Nordeste presentes no livro seriam “falsas”⁴. Em abril de 1960, Caio Prado Júnior responde à Casa Euclidiana, confrontando os sertões observados por ele ao longo de suas viagens e pesquisas realizadas entre as décadas de 1930 e 1960 e aqueles descritos por Euclides da Cunha em 1902. Em sua argumentação, critica: “o grande literato e primoroso estilista, que foi Euclides da Cunha, se imprimira muito mais nos Sertões que o observador e analista social”⁵.

Na “Nota Preliminar” de *Os Sertões*, Euclides da Cunha afirma que o objetivo do livro

¹ O Fundo Caio Prado Júnior é composto pela documentação do historiador, comprada pelo IEB/USP em 2002. Até o momento, foram indexados ao Banco de Dados do IEB/USP aproximadamente 17 mil documentos, que correspondem à documentação do autor e de terceiros, estando, ainda, parcialmente catalogado. Essa documentação compreende o período que vai de meados do século XIX até a década de 1980. No agrupamento “Relações sociais” está a Série “Correspondência”, que abrange as fontes desta pesquisa.

² Mais tarde, descobri que o professor Paulo Iumatti já havia se referido à carta em questão na sua tese de doutoramento, no livro *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual* e em outros artigos.

³ A Casa de Cultura “Euclides da Cunha” – a Casa Euclidiana –, localizada em São José do Rio Pardo, SP, situa-se no local onde Euclides da Cunha morou de 1898 a 1901, quando atuou como engenheiro na construção da Ponte Metálica na região, por ocasião de seu emprego na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. O período em que lá residiu é bastante expressivo: situa-se entre sua viagem ao Nordeste, em 1897, e a publicação de *Os Sertões*, em 1902. A Casa Euclidiana foi fundada em 1946, com a finalidade de promover eventos cívico-culturais para a divulgação da vida e da obra de Euclides da Cunha e de salvaguardar seu acervo, que conta com aproximadamente 15 mil documentos, do autor e de terceiros. Atualmente, a instituição realiza eventos ao longo do ano para manter viva a memória euclidiana na cidade. Um desses eventos é a Semana Euclidiana, que reúne estudantes e pesquisadores para discutirem a obra do autor.

⁴ Documento localizado no Arquivo IEB-USP, no Fundo Caio Prado Júnior, sob o código CPJ-CP-CEU001. Disponível para consulta no Catálogo Eletrônico do IEB/USP.

⁵ FAVIANO, G. B. et al. Caio Prado Júnior e *Os sertões*, de Euclides da Cunha. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, 2012, p. 189-194.

é esboçar “os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”⁶. Não considera, assim, seu livro uma obra ficcional.

Indagamo-nos por que motivo os dois autores, ao visitarem os sertões, apresentam pontos de vista diferentes a respeito do mesmo lugar e por que a mesma obra, para um autor, é um retrato fidedigno da realidade, ao passo que, para outro, é ficção. Procuramos, motivados pelas interpretações de Euclides da Cunha e de Caio Prado Júnior, discutir o papel dos sertões no contexto nacional, a partir de diferentes leituras e interpretações sobre um mesmo espaço geográfico, econômico, social e cultural. Logo, o foco deste trabalho não está na obra de Euclides da Cunha ou de Caio Prado Júnior, mas nos sertões vistos através das lentes desses dois autores.

Para isso, foi fundamental iniciar este trabalho por uma breve discussão acerca das disciplinas História e Literatura e da relação entre elas, que operam, majoritariamente, no campo dos textos escritos. Os elementos intratextuais, como o estilo, e extratextuais, como os eventos históricos, podem ser empregados na produção de textos de ambas as disciplinas, tornando seus limites, muitas vezes, permeáveis, situação observada na exposição de gêneros textuais que estão na fronteira entre História e Literatura. Além desses, é importante ressaltar as características da carta, um texto de caráter pessoal que pode vir a se tornar público ou histórico. Essa é uma ideia-chave, na medida que Caio Prado Júnior elaborou uma apreciação sobre *Os Sertões* para ser lida, provavelmente, apenas pelo diretor da Casa Euclidiana. A argumentação, nessa carta, pode ter mais força do que a interpretação baseada num método, como ocorre em sua obra.

No segundo capítulo, analisamos os textos de Euclides da Cunha, a fim de se compreender o significado do sertão e dos sertanejos em sua obra. Partimos dos relatos dos viajantes naturalistas, amplamente citados pelo autor, e que, tal como o engenheiro-escritor, apoiam-se em teorias científicas, mas deixam transparecer a todo momento suas impressões, repletas de subjetividade e emoção. A partir do relato de um desses viajantes, Saint-Hilaire, podemos apreender o conceito de “sertão” empregado por Euclides da Cunha, que abrange um território mais amplo que o semiárido nordestino. Outros textos literários sobre o sertão e os sertanejos foram fundamentais para traçarmos um panorama do lugar ocupado pelos sertões no contexto nacional da transição do século XIX para o século XX.

Em seguida, apresentamos o método e a narrativa empregados pelo autor, que se baseiam no “consórcio da ciência e da arte”, isto é, no emprego de teorias científicas e de termos

⁶ CUNHA, E. *Os Sertões (campanha de Canudos)*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índice de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2009, 4. ed., p. 65.

técnicos atrelados ao seu estilo. Essa característica se evidencia em seus textos, dos quais destacamos “A Nossa Vendaia” e a “Nota Preliminar” de *Os Sertões*.

Introduzidos os aspectos necessários à compreensão da obra euclidiana, analisamos a formação étnico-histórico-geográfica dos sertanejos e suas múltiplas configurações. Para tanto, destacamos os sertanejos presentes em *Os Sertões* (1902), *Contrastes e Confrontos* (1907) e *À Margem da História* (1909), apresentados como vaqueiro, garimpeiro ou seringueiro, uma vez que o sertão, para o autor, abrange territórios além do semiárido nordestino.

No último capítulo, abordamos a obra de Caio Prado Júnior, estabelecendo as aproximações e divergências em relação à obra de Euclides da Cunha, no que se refere aos sertões e sua formação econômica e social.

Caio Prado Júnior viajava pelo Brasil e registrava os diversos aspectos dos lugares visitados em cadernetas de viagem, aplicando o método do trabalho de campo trazido ao Brasil pelo professor Pierre Deffontaines. A aproximação de Caio Prado Júnior com a Geografia se evidencia por sua atuação na Associação dos Geógrafos Brasileiros, da qual participa ativamente desde a sua fundação, em 1934.

Das viagens do autor, seguimos para o contexto de sua produção intelectual, principalmente no que diz respeito às obras publicadas nas décadas de 1930 e 1940, quando os primeiros ensaístas começaram a elaborar interpretações sobre o Brasil a partir de sua história colonial. No caso de Caio Prado Júnior, sua produção intelectual se relaciona com sua atuação partidária e editorial. Além do contexto, o método do autor também se destaca: a interpretação materialista é a base de seus textos, ainda que permeados por um “estilo caiopradiano”, do qual emergem história e geografia, além de suas viagens.

Por fim, discutimos os sertões do ponto de vista deste autor: um dos espaços onde o setor inorgânico da sociedade colonial se realizava, ou seja, onde a produção não se volta ao abastecimento do mercado externo, mas ao fornecimento de insumos para a empresa portuguesa. Neste setor estaria a possibilidade de superação do sistema colonial e, portanto, a nossa potencial nacionalidade. A produção voltada ao abastecimento do mercado interno abrange, além da agricultura de subsistência, a pecuária, também responsável pelo povoamento do interior do Brasil. É neste contexto mais amplo que se situam seus “sertões”. Na última seção comentamos o trabalho dos seringueiros, em que a influência de Euclides da Cunha na obra de Caio Prado Júnior aparece de maneira mais evidente.

Nas considerações finais, a título de síntese, retomamos a carta e os principais elementos desenvolvidos ao longo da dissertação, que possibilitaram estabelecer um “diálogo” entre os dois autores.

Capítulo 1: História e Literatura: metodologias diversas, olhares complementares

“não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso e prosa (...) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder”
(Aristóteles, na *Poética*)

Neste capítulo, abordamos as diferenças e semelhanças entre História e Literatura, um dos meios para compreendermos por que uma mesma obra pode ser caracterizada como ficção ou não. As metodologias dos estudos históricos e dos estudos literários fornecem os primeiros indícios para esse debate.

Um aspecto central para pensarmos a questão é a relação da ficcionalidade com a Literatura e com a História. Ficção e literatura não são sinônimos: o autor decide se seu texto é ficcional ou não, mas é o público quem define sua literariedade. Além disso, História e Literatura podem ser vistas como disciplinas distintas, parcialmente permeáveis ou como grandes áreas que, no fim, que partem de uma mesma prática discursiva, isto é, a narração.

Abordaremos também alguns gêneros que transitam entre a História e a Literatura, a fim de se exporem as dificuldades na definição de um texto como pertencente a este ou àquele gênero, à esta ou àquela disciplina. A gama de gêneros que poderia ser exposta é bastante ampla, mas, a título de ilustração, selecionamos dois: o Romance Histórico e o Ensaio. O gênero Carta também compõe a nossa discussão, pois é o gênero discursivo que motivou o debate em questão.

A partir dessas discussões destacamos alguns elementos-chave para discutir as semelhanças e diferenças entre os pontos de vista de Caio Prado Júnior e de Euclides da Cunha a respeito de *Os Sertões*: se são uma obra baseada no “consórcio da ciência e da arte” – e, portanto, também científica, como afirma o próprio autor –, ou de um literato, mais do que de um analista social, como afirma Caio Prado Júnior na carta em questão.

1.1 Ficção, não ficção e Literatura

“Como no século XVI ponderava Sir Philip Sidney, um poeta não pode mentir; com efeito, só mente quem faz asserções, e um poeta não faz asserções”.
(Roman Jakobson, em *O que fazem os poetas com as palavras*)

Iniciamos esse debate partindo da definição de enunciado, ou seja, a menor unidade de sentido na comunicação. Na década de 1970, o linguista Searle, ao pesquisar o discurso ficcional, conclui que *“the utterance acts in fiction are indistinguishable from the utterances acts of serious discourse, and it is for that reason that there is no textual property that will identify a stretch of discourse as a work of fiction”*⁷. Para o autor, um enunciado sério e um enunciado ficcional⁸ não se distinguem quanto a suas propriedades intratextuais (palavras, sintaxe, semântica), o que identificaria um primeiro aspecto da problemática que apontamos.

Searle diferencia literariedade de ficção partindo do princípio de que o autor é quem define se seu trabalho é uma obra de ficção ou não, porque é ele quem o redige. O público, por sua vez, define o que é literatura, quais obras entrarão para o cânone da cultura da qual faz parte. Assim, *“literature” is the name of a set of attitudes we take toward a stretch of discourse, not a name of an internal property of the stretch of discourse (...) whether or not a work is literature is for readers to decide, whether or not is fiction is for the author to decide*⁹.

Se a literariedade não é intrínseca à obra, isto é, se não há elementos intratextuais que caracterizam um texto como uma obra de literatura, faz-se necessário definir o lugar de onde falamos: se adotamos o ponto de vista do autor, que decide sobre a ficcionalidade da obra, mas não sobre sua literariedade; ou se adotamos o ponto de vista do público, que consagra uma obra como literária, seja ela de ficção ou não.

A discussão sobre Literatura que não prescinde do leitor é fundamental para pensarmos a obra literária não apenas do ponto de vista do autor, de sua inspiração e genialidade, mas levando-se em consideração também seus aspectos culturais e ideológicos e sua recepção. Trazer para o debate a relação da obra com o público e a sociedade que a recebe, ou seja, tomá-la como parte da cultura de um grupo sociocultural, amplia as possibilidades de interpretações

⁷ SEARLE, J. R. The Logical Status of Fictional Discourse. *New Literary History*, Vol. 6, N. 2, On Narratives and Narratives (Winter, 1975), p. 327.

⁸ Na terminologia da teoria dos Atos de Fala, de Searle, o conceito de “sério”, aplicado ao enunciado, designa o comprometimento com a realidade externa ao texto, em oposição a um enunciado ficcional, que não tem o mesmo comprometimento.

⁹ SEARLE, 1975, p. 320.

que podem ser realizadas a partir desse texto e do aprofundamento nos aspectos históricos e sociológicos presentes na estrutura do texto, e não em sua superfície.

Antônio Candido, em *Literatura e Sociedade*, de 1956, afirma que uma obra literária tem seu valor e seu significado dados pela relação entre o externo e o interno, entre a realidade – o meio social – e as estruturas composicionais da obra. Assim, em *Os Sertões*, a Revolta de Canudos aparece como matéria para tocar as questões históricas e sociais observadas nos sertões do Nordeste e no restante do Brasil e o método científico e o estilo do autor, como as estruturas composicionais da obra.

Ainda de acordo com Antônio Candido, o trabalho artístico não transporta um suposto “mundo real” para dentro das páginas de uma obra. A obra literária baseia-se numa realidade apreendida num dado momento, porém, sua relação com ela não é de cópia fidedigna, mas de uma atividade estética transformadora da realidade, que visa “modificar a ordem do mundo justamente para torná-la mais expressiva”¹⁰.

A obra pode refletir um cotidiano não observado antes por determinado ponto de vista, mas também está sujeita a mudanças conforme o espaço, o tempo, a sociedade e o público. Essa assertiva pode ser ilustrada através do diálogo que estabelecemos: Euclides da Cunha, através de seu livro, deu à Revolta de Canudos uma interpretação diferente da que era corrente no período. Caio Prado Júnior, porém, mais de meio século depois, não o considera como um retrato histórico-social condizente com o que vira trinta anos depois de Euclides da Cunha. No entanto, como já salientamos, uma obra de arte não tem a pretensão de ser cópia do mundo, pois é uma atividade transformadora¹¹.

Nesta mesma perspectiva, Vargas Llosa, ao comentar sua própria produção literária, afirma que “*no se escriben novelas para contar la vida sino para transformarla*”¹². A obra literária seria, pois, uma atividade transformadora exercida pelo autor, na qual se transpõe, em certa medida, uma determinada realidade para as páginas de um livro. Nessa transposição, contudo, a realidade se transforma daquilo “*que é visto*” para o modo “*como é descrito*”. Completamos essa ideia com o seguinte trecho: “*al traducirse en palabras, los hechos sufren una profunda modificación*”¹³. Operada a transposição para o escrito, os fatos se transformam, porque se opera um recorte ao transpor um evento para uma narrativa e porque esse evento, quando narrado, é “recortado” pelo autor, por sua perspectiva e escolhas.

¹⁰ CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008, p. 22.

¹¹ Como afirmou o antropólogo Franz Boas: “o olho que vê é o órgão da tradição”.

¹² VARGAS LLOSA, M. “La verdad de las mentiras”. In: _____. *La verdad de las mentiras – ensayos sobre literatura*. México: Seix Barral/Biblioteca Breve, 1992, p. 7.

¹³ VARGAS LLOSA, 1992, p. 8.

Ocorreria, assim, a transformação da realidade, mas não necessariamente a “ficcionalização”, porque, de acordo com Searle, uma obra literária pode ser uma obra de ficção ou de não ficção. A ficção teria sua referência apenas no âmbito do texto e a não ficção pode ser observada nos eventos reais, mas tanto uma quanto a outra são decisões do autor, diferentemente da literariedade, atribuída pelo público.

Numa suposta busca da verdade a partir da ficção, assume-se, primeiramente, que existe na ficção alguma verdade, porém incompleta. Esse “nível de verdade” possibilita o diálogo com a realidade, logo, a crítica à veracidade do conteúdo ou a sua abordagem. Nesse sentido, Wolfgang Iser desprivilegia a oposição entre real e fictício para estabelecer a tríade *real*, *fictício* e *imaginário*, buscando as relações entre os elementos¹⁴. O autor afirma que

“há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional. (...) Assim o ato de fingir ganha sua marca própria, que é de provocar a repetição no texto da realidade vivencial, por esta repetição atribuindo uma configuração ao imaginário, pela qual a realidade repetida se transforma em signo e o imaginário em efeito do que é assim referido”¹⁵.

Destaca-se, então, tal como para Candido e para Vargas Llosa, a ideia da recriação da realidade através do texto ficcional. Uma obra se propõe a reinventar uma dada realidade através dos mecanismos de convencimento próprios da ficção – ou seja, os recursos para a criação da verossimilhança¹⁶ – e não da realidade, dos fatos, da ciência. A ênfase de Iser, contudo, está na recepção da obra, nos efeitos do texto que só são possíveis quando a leitura se realiza.

Para Iser, a seleção dos elementos intratextuais tem grande relevância na leitura e interpretação do texto ficcional. Esses elementos, que abrangem os sistemas linguísticos e culturais pré-existentes no mundo e as escolhas vocabulares para representá-los, são os responsáveis pelas transgressões dos limites entre as unidades da tríade. A intenção do autor “se revela na decomposição dos sistemas com que o texto se articula”¹⁷.

¹⁴ ISER, W. “Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”. In: LIMA, L. C. (org.). *Teoria da Literatura em Suas Fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, vol. 2, 3. ed., p. 960.

¹⁵ ISER, 2002, p. 958.

¹⁶ De acordo com Aristóteles, na Poética, o conceito de *verossimilhança* se aplica às ficções, diferentemente do conceito de *verdade*, que se aplica aos fatos. O primeiro tem compromisso com a coerência intratextual, e não com a veracidade dos fatos, a realidade externa ao texto. Deste modo, ainda que o poeta preencha as lacunas da história com fatos imaginados, isso faz parte do escopo de suas funções, que é, dentre tantas, estabelecer a coerência necessária para dar conta do que está sendo narrado (Aristóteles, 1973, p. 455).

¹⁷ ISER, 2002, p. 962.

Colocando a língua no cerne da questão, Iser pontua, citando Jeremy Bentham, que “é à língua então – apenas à língua – que as entidades fictícias devem a sua existência”. Adiante, enfatiza: “pela língua, assim, as ficções adquirem aparências de realidade”¹⁸.

Em suma, para Vargas Llosa, é a habilidade do narrador que nos faz viver suas mentiras como se fossem verdades¹⁹, e para Searle, “*almost any important work of fiction conveys a “message” or “messages” which are conveyed by the text but are not in the text*”²⁰. Não são as mensagens literais que transformam uma obra em literatura, mas o modo como o autor articula as palavras em seu discurso, como maneja a língua e nos convence daquilo que está narrando. Ficção e literatura não são, portanto, em nossas análises, convergentes, assim como *real*, *fictício* e *imaginário* parecem dar mais conta de um objeto que a oposição entre *ficção* e *não ficção*, não compreendidas como necessariamente opostas, nesse contexto. Para concluir, apropriamo-nos novamente das palavras de Vargas Llosa:

*“en tanto que la novela se rebela y transgrede la vida, aquellos géneros [reportagem e o livro de história] no pueden dejar de ser sus siervos.(...) Para el periodismo o la historia la verdad depende del cotejo entre lo escrito y la realidad que lo inspira. A más cercanía, más verdad, y a más distancia, más mentira”*²¹.

1.2 História e Literatura: aproximações e divergências

De acordo com Decca²², História e Literatura nasceram no século XVIII. Até então, História, Literatura, Filosofia e outras Ciências Humanas eram disciplinas adjuntas. A separação ocorre no século XIX, no contexto do Iluminismo e dos estudos sobre a emancipação do sujeito em relação aos dogmas da religião. O que diferenciaria essas disciplinas seria o distanciamento entre os textos elaborados no segmento da verdade e da objetividade e aqueles que se encarregariam das composições baseadas na ficção e na subjetividade. Tanto na História quanto na Literatura a ideia da emancipação do sujeito está presente. A diferença entre ambas estaria, então, no modo de investigação, e não no objeto em si.

A Literatura, muitas vezes, emprega fatos históricos como tema principal sobre o qual se desenvolve um enredo, bem como a História se utiliza da prosa e do estilo do autor na tessitura de suas argumentações. Meihy afirma que a dificuldade em delimitar o que é História

¹⁸ ISER, 2002, p. 968-969.

¹⁹ VARGAS LLOSA, 1992, p. 15.

²⁰ SEARLE, 1975, p. 332.

²¹ VARGAS LLOSA, 1992, p. 10.

²² DECCA, E. “O que é romance histórico?”. In: AGUIAR, F.; MEIHY, J. C. S. B.; VASCONCELOS, S. G. T. (org.) *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 198.

e o que é Literatura advém, principalmente, do fato de ambas as disciplinas se concretizarem majoritariamente no âmbito do texto escrito e de que os fatos não podem ser reconstruídos. Assim, para que sejam relatados e analisados, adquirem a forma de uma narrativa, o que acarreta na dificuldade da delimitação disciplinar. O método, todavia, é um dos pontos mais relevantes para desfazer o imbróglio. Distinguir com clareza os métodos empregados em cada disciplina facilitaria discernir se um texto está na esfera do discurso histórico ou literário.

Na perspectiva do autor, não é apenas a exposição documental e tampouco a análise de um fato que caracterizam a História. A principal diferença refere-se à metodologia que deve ser empregada na elaboração do discurso, decorrência da atividade artística do literato ou metodológica do historiador. Assim, “caracterizar documentalmente os fatos não implica esgotamento do trabalho do historiador (...) exige-se a interpretação lógica e fundamentada (...) ele precisará, sempre e inevitavelmente, da continuidade da pesquisa e de técnicas de abordagem”²³.

Luiz Costa Lima, em perspectiva análoga, afirma que a “operação histórica” compreende três fases e que, por meio de suas análises, pode-se distinguir as obras de caráter histórico ou literário. As

“três fases bem definidas [são]: a “fase documental”, que conduz ao “estabelecimento da prova documental”; a “fase explicativa/compreensiva”, que concerne aos usos múltiplos do conector “porque”, respondendo à questão “por quê?”; a “fase representativa”, i.e., a formalização literária ou escritural do discurso, levado ao conhecimento dos leitores de história. Essas fases não têm correspondência na ficção e, ainda que a “fase representativa” contenha uma “formalização literária”, as anteriores são suficientes para distingui-la de uma obra propriamente literária”²⁴.

Além da questão da pouca clareza quanto às metodologias de cada disciplina, para Meihy, soma-se o fato de não haver uma terminologia específica para a área, fazendo com que sejam empregados os mesmos termos do senso comum para se tratar de questões específicas. Deste modo, se, por um lado, isto colabora para que seja facilitado o acesso à disciplina, seus temas e teorias, também possibilita, por outro lado, a falsa impressão da proximidade entre os textos de disciplinas diversas.

Segundo Lima, os limites entre História e Literatura estão bem estabelecidos, embora existam formas híbridas. Para ele, há autores “cuja capacidade de recriação imaginária de acontecimentos e de almas confere às suas obras uma dimensão literária”²⁵. Deste modo, “fora da ficcionalidade, a literatura abrange aquelas obras que, perdida sua destinação original,

²³ MEIHY, J. C. S. B. História não é Literatura. *Revista de la APEESP*, Julio-diciembre, 1992, p. 53-55.

²⁴ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 385.

²⁵ LIMA, 2006, p. 349.

recebem outro abrigo, i. e., mantêm seu interesse, mudando de função”²⁶. O autor elucida a questão citando *Kosmos*, de Humboldt, cuja função inicial era de uma obra de caráter científico, mas que, com o passar do tempo, perdeu essa função, não perdendo, contudo, sua dimensão estética. Segundo Lima, há “formas híbridas” na literatura, ou seja, obras que “tendo uma primeira inscrição reconhecida, admitem, por seu tratamento específico da linguagem, uma inscrição literária”²⁷. Configuram, para o autor, o campo mais extenso da literatura.

Numa perspectiva mais aberta à permeabilidade entre os textos históricos e literários está a abordagem de Leenhardt, para quem “a escrita, quais forem suas modalidades, sempre depende da figuração da temporalidade”, que seria

“a formatação da temporalidade dentro das ações vividas por pessoas, sejam elas personagens históricos, individuais ou coletivos; ou fictícios, individuais ou coletivos, estando presente tanto nos discursos históricos como nos literários, os quais se diferenciam, assim, quanto à intencionalidade”²⁸.

Uma vez que a escrita, tanto da História quanto da Literatura, depende da formatação das ações realizadas num espaço temporal por um ser real ou fictício, as fronteiras rígidas entre as duas áreas não estariam no texto em si, mas na intencionalidade, no objetivo de uma escrita de caráter ficcional²⁹, simbólico, ou de caráter histórico, ilustrativo.

Logo, o autor propõe que “de todo texto pode-se fazer uma leitura ficcional ou histórica, ilustrativa ou simbólica” a depender do leitor, “do quadro “epistemológico” dentro do qual se efetua sua leitura”³⁰. Deste modo, o contexto no qual se insere uma obra definirá como ela será lida. Para o autor, “a própria definição daquilo que pode ser caracterizado como histórico ou ficcional se transforma com as diferentes situações. O imaginário ganha forma em função das operações mentais feitas no próprio ato da leitura”³¹.

Para Leenhardt, assim como para Searle, a ficcionalidade de uma obra é decidida por seu autor e a literariedade, pelo público. Uma obra cuja intenção do autor era estabelecer um olhar histórico pode ser lida posteriormente como ficcional, se as mudanças de perspectivas de um tempo ou sociedade levarem a esse desfecho.

²⁶ LIMA, 2006, p. 349.

²⁷ LIMA, 2006, p. 350.

²⁸ LEENHARDT, J. “Leituras de fronteira: modelos de leitura, história e valores”. In: AGUIAR, F.; MEIHY, J. C. S. B.; VASCONCELOS, S. G. T. (org.) *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 280.

²⁹ Assumiremos ser “literária”, em vez de ficcional, haja vista que não são sinônimos e que uma obra literária pode ser ficcional ou não.

³⁰ LEENHARDT, 1997, p. 282.

³¹ LEENHARDT, 1997, p. 283.

Em outro texto, o autor sugere uma metáfora sobre o discurso da História, comparando-o à fotografia:

“a fotografia, graças à fidelidade indiscutível do mecanismo óptico da objetiva, pretende a exatidão, tal como faz a historiografia ao se apoiar sobre os seus métodos positivos de pesquisa dos fatos. Tanto uma como a outra se dizem objetiva, dominada por seu objeto, portanto fiel e talvez mesmo verdadeira.

“Mas aquele que tiver consagrado algumas horas para comparar as fotografias entre elas, terá percebido que, na foto examinada, o fato mostrado e atestado é pouca coisa comparado aos efeitos devidos à encenação, ao clima, ao enquadramento, ao estilo, portanto, a toda uma dramaturgia de formas que o restituem e o constituem. Um fato, sob a pena de um historiador darwinista ou sob a de um marxista, permanece o mesmo fato, mas ele não significa a mesma coisa”³².

Como observamos, os limites entre História e Literatura não são facilmente definíveis. O historiador Hayden White teoriza acerca de sua dissolução, ao afirmar que não existem limites entre as narrativas dessas disciplinas, ou seja, discurso histórico e narrativa ficcional não se diferem.

Em *Metahistory*, de 1973, White se propõe a discutir as estruturas profundas de alguns textos do século XIX, de historiadores e filósofos da História. Essas estruturas seriam as elaborações poética e linguística, em oposição às estruturas superficiais, do campo epistemológico, estético e moral. De acordo com o autor, o trabalho histórico se manifesta como “*a verbal structure in the form of a narrative prose discourse*”³³ e

“*their status as possible models of historical representation or conceptualization does not depend upon the nature of the “data” they used to support their generalizations or the theories they invoked to explain them; it depends rather upon the consistency, coherence, and illuminative power of their respective visions of the historical field. This is why they cannot be “refuted”, or their generalizations “disconfirmed”. (...) Their status as models of historical narration and conceptualization depends, ultimately, on the preconceptual and specifically poetic nature of their perspectives on history and its processes*”³⁴.

Assim, os modelos de representação dos historiadores não dependem tanto dos dados sobre os quais se baseiam quanto do modo como a narrativa é elaborada, motivo por que a mudança de dados não exige uma nova teoria e nem torna a teoria anterior refutável. A ficcionalidade nas narrativas e a realidade criada através delas não se relacionam diretamente com os fatos do mundo exterior e suas concepções, mas com o próprio universo da obra.

³² LEENHARDT, J. “A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura”. In: *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998, p. 43.

³³ WHITE, H. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1975, p. ix.

³⁴ WHITE, 1975, p. 4.

Para White, toda elaboração teórica é apenas discurso. Assim, é possível que sobre os mesmos dados existam teorias completamente diferentes: “*considered purely as verbal structures, the works they produced appear to have radically different formal characteristics and to dispose the conceptual apparatus used to explain the same sets of data in fundamentally different ways*”³⁵.

Logo, a combinação entre o argumento formal, os arquétipos e as implicações ideológicas constituiriam o estilo historiográfico, e não haveria uma *História propriamente dita* ou fundamentos teóricos corretos, mas apenas escolhas entre determinadas estratégias argumentativas para obter o efeito explicativo por parte dos historiadores para a composição de seu texto. White argumenta que “*in any field of study not yet reduced (or elevated) to the status of a genuine science, thought remains the captive of the linguistic mode in which it seeks to grasp the outline of objects inhabiting its field of perception*”³⁶.

Ainda sobre os limites entre ciência e arte, White analisa as consequência de os historiadores requererem à História o “plano médio epistemologicamente neutro que se supõe existir entre a arte e a ciência” e de ser o historiador “não apenas o mediador entre o passado e o presente; tem igualmente a tarefa especial de reunir dois modos de compreensão do mundo que costumeiramente estariam invariavelmente separados”³⁷.

Este “plano médio neutro” estaria, de acordo com o autor, ultrapassado e desacreditado para os pensadores do século XX, pois não haveria mais a crença de que ciência e arte são modos distintos de compreender o mundo, mal entendido este criado no século XIX. Não havendo mais o plano médio neutro, desaparece a necessidade do mediador que opera neste plano, isto é, do historiador, que deveria mudar de postura: em vez de reivindicar a autonomia de sua disciplina, deveria “promover a assimilação da história a um tipo superior de investigação intelectual que, por estar fundada numa percepção mais das *semelhanças* entre a arte e a ciência que das suas diferenças, não pode ser adequadamente assinada nem por uma nem por outra”³⁸.

Para realizar essa renovação, que livraria o presente do “fardo da história”, uma das tarefas do historiador seria “estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução

³⁵ WHITE, 1975, p. 4.

³⁶ WHITE, 1975, p. xi.

³⁷ WHITE, H. “O Fardo da História”. In: _____. *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 39-40.

³⁸ WHITE, 2001, p. 39-40.

dos problemas peculiares ao nosso tempo”³⁹. Outra necessidade seria a de se atualizar quanto às concepções de ciência e arte empregadas, pois “quando os historiadores asseveram que a história é uma combinação de ciência e arte, em geral estão querendo dizer que ela é uma combinação da ciência social do *fim do século XIX* e da arte de *meados do século XIX*”⁴⁰, daí viria a crença ultrapassada no século XX, citada acima.

As concepções de White levam os limites entre História e Literatura às últimas consequências.

Ginzburg, por exemplo, é contra a tendência de “eliminar os limites entre narrações ficcionais e narrações históricas”⁴¹. Questionando as proposições de White, o autor considera mais importante “indagar por que percebemos como reais os fatos contados num livro de história”. Sua conclusão é de que os elementos intratextuais e extratextuais acarretam nesse resultado. Dentre os elementos intratextuais estariam, por exemplo, a retórica, que, visando ao convencimento do leitor, não apenas narra um evento, como também o explica, ação que estaria no escopo dos objetivos do historiador, mas que não se distinguiria das narrativas de Homero, por exemplo⁴². Em sua crítica, afirma que as fórmulas de White são “carentes de conteúdo”, uma vez que o historiador trabalha a partir de fontes⁴³.

Lima exemplifica a “carência de conteúdo”: a redução na diferença entre *romance/novel*, o que “justifica o uso indiscriminado pelo autor de ‘*romance*’ e ‘*romantic*’(Romanesco)”. Nesse sentido, para Lima “a ‘adaptação’ (de White) aproxima obras de fisionomia tão diversa que é difícil admitir que se fundem em algum procedimento básico”⁴⁴.

A contribuição de White, segundo Lima, seria sua proposição de que os enredos “supõem modos pré-configuracionais abrangentes, i.e., que não se limitam a caracterizar este ou aquele modo de expressão”. Seu desvio, “converter a escrita da história em uma modalidade de ficção”⁴⁵.

Expusemos essas ideias para pensarmos por que Caio Prado Júnior e Euclides da Cunha veem sertões diferentes. Caio Prado Júnior afirma que “o grande literato e primoroso estilista, que foi Euclides da Cunha, se imprimira muito mais nos Sertões que o observador e analista social”⁴⁶, enquanto que Euclides da Cunha cita, a todo momento, as referências dos autores nos

³⁹ WHITE, 2001, p. 53.

⁴⁰ WHITE, 2001, p. 56.

⁴¹ GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9.

⁴² GINZBURG, 2007, p. 18-27.

⁴³ GINZBURG 2007, p. 327.

⁴⁴ LIMA, 2006, p. 18-19.

⁴⁵ LIMA, 2006, p. 19-21.

⁴⁶ FAVIANO, 2012, p. 189-194.

quais baseia sua argumentação, mostrando, assim, o grande valor da metodologia das disciplinas em sua obra, e não apenas da criatividade literária. De acordo com as teorias estudadas, os limites entre História e Literatura não são tão facilmente apreendidos – podendo, até mesmo, ser inexistentes, como para White –, assim como a literariedade de uma obra não é dada pelo seu autor, apenas seu caráter ficcional ou não.

1.3 Alguns gêneros de fronteira

O objetivo desta seção é abordar as características de alguns gêneros nos quais História e Literatura podem transitar, a título de continuar a discussão acerca das dificuldades na definição de um texto como pertencente à História ou à Literatura. Os gêneros Romance Histórico, Ensaio e Carta ilustrarão algumas das questões que estão no limite entre as duas disciplinas.

1.3.1 O Romance Histórico

Segundo Lukács, o romance ganha status de literatura no século XIX⁴⁷, sendo considerado, para o autor, “a epopeia de uma era para a qual a totalidade extensiva da vida não é mais dada de modo evidente”⁴⁸. Circunscreve um campo de ações delimitado de um indivíduo isolado, diferentemente do herói da epopeia, que é sempre um sujeito coletivo.

O Romance Histórico é, em termos clássicos, uma narrativa que se baseia num acontecimento histórico ocorrido antes do momento de produção da obra. Sobre um pano de fundo histórico se constitui uma trama fictícia, com personagens fictícias, mas que, respeitando o conceito de verossimilhança, poderiam ter existido.

“No romance histórico, portanto, não se trata do relatar contínuo dos grandes acontecimentos históricos, mas do despertar ficcional dos homens que os protagonizaram. Trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica”⁴⁹.

A inovação do romance histórico está na inserção de um “amplo retrato dos costumes e das circunstâncias dos acontecimentos, o caráter dramático da ação”⁵⁰. Para Lukács, Walter Scott é o fundador deste gênero. Antes dele, a temática história em obras literárias já estava presente, porém, não havia o “elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade

⁴⁷ Até então, os gêneros literários eram o gênero dramático, o gênero épico e o gênero lírico.

⁴⁸ LUKÁCS, G. *A Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000, p. 55-60

⁴⁹ LUKÁCS, G. *O Romance Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 60.

⁵⁰ LUKÁCS, 2011, p. 47.

dos homens ativos derivar a especificidade histórica de seu tempo”⁵¹. Este gênero surge, pois, com a ascensão da consciência histórica do papel decisivo da luta de classes.

Em meados do século XVIII, no contexto de intensas revoluções e transformações na Europa, o povo se conscientiza de que desempenha um papel na História, de que é um agente nesse processo, passando a valorizar o passado e a se enxergar como um sujeito ativo das transformações, o que acarreta num profundo sentimento de identidade nacional. “Nessa vivência da história pelas massas, por um lado, o elemento nacional vincula-se aos problemas da reconfiguração social, e, por outro, o vínculo da história nacional com a história mundial torna-se consciente em círculos cada vez maiores”⁵².

Toda essa transformação histórica e ideológica dá origem, no campo literário, ao Romantismo e às obras de cunho nacionalista, cujos temas e personagens são extraídos das formas populares, como as novelas de cavalaria e as lendas, enraizadas no imaginário que vincula um povo a uma cultura. As personagens centrais dos romances são os heróis do passado, vistos como os representantes da nacionalidade. Deste modo, ao unirem História e ficção, os romances visam a reconstrução de um passado e a valorização do que parece caracterizar a identidade de um povo, despertando o interesse político e econômico nos Estados modernos em formação.

Os temas dos romances históricos são semelhantes aos temas do Romantismo, diferenciando-se na abordagem. No romance histórico realista, os fatos históricos estão em foco, ao passo que no romance romântico existe uma personagem central circunscrita pelos fatos. As personagens do Romantismo são heróis elevados, sublimes, ao passo que no Romance Histórico realista as personagens são medianas, homens do povo, representantes das massas, o aspecto social é mais relevante que o âmbito individual. As transformações sociais ocasionadas pelos fatos definem o gênero, não mais apenas temática ou o passado em si.

Lukács expõe o direcionamento do romance histórico, que migra das narrativas encerradas do passado para um passado que tem suas consequências no presente:

“essa continuação do romance histórico no sentido de uma concepção conscientemente histórica do presente é a grande realização de Balzac (...), o escritor que desenvolveu da maneira mais consciente o impulso que Walter Scott deu ao romance, criando assim um tipo superior e até então inédito de romance realista”⁵³.

⁵¹ LUKÁCS, 2011, p. 33.

⁵² LUKÁCS, 2011, p. 41.

⁵³ LUKÁCS, 2011, p. 105-106.

A historicidade de um romance não é dada, pois, pelo distanciamento do autor em relação ao tempo da narrativa, mas pela forma como apreende os ecos do passado no presente.

Houve no Brasil, no século XIX, um momento de ruptura com a história contada sob o ponto de vista da colonização europeia. Com os movimentos de emancipação, buscaram-se na História os brasileiros originais, representantes da nossa nacionalidade, e encontram-se nos indígenas o nosso passado nacional.

No Romantismo Brasileiro, o tema do nacionalismo é apresentado nos romances indianistas, como *O Guarani* e *Iracema*, de José de Alencar. Posteriormente, o romance romântico também abarca as especificidades das regiões brasileiras, e nesse contexto aparecem obras como *O Sertanejo* e *O Gaúcho*, de Alencar, *O Garimpeiro* e *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, entre outros, nas quais os mestiços também são elementos formadores da nossa nacionalidade. *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, portanto, já estavam no eixo das reflexões sobre a formação da nacionalidade, diferenciando-se, contudo, por não ser uma obra de caráter regional, mas nacional.

Como afirma Chaves, “a ficção romântica, evoluindo no rastro das ideias políticas, não se limitava a observar a História: assumiu programaticamente a tarefa de “fazer” a História para construí-la sob uma determinada perspectiva”⁵⁴, a perspectiva brasileira, em vez da portuguesa. Assim,

“embora seja visível, no arcabouço estrutural dos romances, a influência europeia, já não se trata da valorização do passado para torná-lo exemplar ao presente (...). Ao contrário, o índio, o mestiço, o sertanejo, o bandeirante ou o gaúcho integram-se num único protótipo heroico que o romancista persegue: o *novo* homem surgido na América cujos atributos essenciais serão a força, a beleza, a coragem, a nobreza, fundidos na solda moral proporcionada pela “consciência da liberdade”⁵⁵.

De acordo com Decca, o objetivo do romance histórico é despertar a consciência do leitor para algum fato e tomada de posição quanto a denúncias sociais que estão sendo feitas, procurando confrontá-lo com a realidade. Assim, “o romance histórico do tempo presente, com suas pretensões realistas, antecipa-se à história na representação verdadeira do real, constrói enredos de sujeitos sociais que a historiografia ainda não deu atenção”⁵⁶.

Jameson afirma que ao romance histórico é imprescindível um grande evento histórico que faça a mediação entre os tempos individuais simultâneos e o tempo histórico do mundo público, isto é, os tempos das personagens e um tempo coletivo. Não basta, contudo, a descrição

⁵⁴ CHAVES, F. L. História e Ficção. *Organon*, Porto Alegre, n. 15, 1986, p. 40.

⁵⁵ CHAVES, 1986, p. 40.

⁵⁶ DECCA, 1997, p. 2001.

dos costumes, valores, vidas de indivíduos, histórias dos líderes. Importa a forma como esses elementos serão conjugados: todo romance histórico bem realizado parece sempre conter o comentário interpretativo de um historiador sobre eventos, e não apenas um propósito estético⁵⁷.

O Romance Histórico está na intersecção entre História e Ficção, campos, respectivamente, da objetividade e realidade e da subjetividade e imaginação; entre Historiografia e Narrativa, ou o universo fechado e todas as possibilidades de recriar a História. “O romance histórico constitui um gênero literário que recorre às linhas da História para montar o plano de ação de suas personagens, buscando manter o máximo de realidade permitida ao mundo ficcional”, segundo Zilberman⁵⁸.

1.3.2 O Ensaio

Lukács introduz o ensaio como um gênero “histórico-literário”, uma obra de arte, um gênero artístico, já que “*la crítica es un arte y no una ciencia*”, pois “*en la ciencia obran sobre nosotros los contenidos, en el arte las formas; la ciencia nos ofrece hechos y sus conexiones, el arte almas y destinos. Aquí se separan los caminos*”⁵⁹.

Quanto mais profunda é uma pergunta, maior o número de desdobramentos que se farão necessários para se alcançar o seu esclarecimento. As obras de arte articulariam unidade de matéria à multiplicidade de coisas, alcançando o equilíbrio entre elas. A forma que esses apontamentos adquirirem é a materialização daquilo que não tem corpo fora dos escritos, que não tem materialidade sem o olhar do crítico, do ensaísta⁶⁰. E, enquanto materialização, a forma, “*la voz con la cual dirige sus preguntas a la vida*”, é estabelecida no escrito “*en una concepción del mundo, en un punto de vista, en una toma de posición respecto de la vida de la que ha nacido; en una posibilidad de transformar la vida misma y crearla de nuevo*”⁶¹.

Lukács afirma que os ensaios parecem ser apenas uma explicação de algo que se passou por sempre abordarem aquilo que já tem uma forma. Porém, operam no sentido de obterem dessas formas antigas um novo desenrolar, um novo desenvolvimento. Objetivam reordená-las, dar a elas uma nova leitura: “*la poesía toma sus motivos de la vida (y del arte); para el ensayo*

⁵⁷ JAMESON, F. O Romance Histórico ainda é possível?. *Revista Novos Estudos*, n. 77, março/2007, p. 185-203.

⁵⁸ ZILBERMAN, R. “Romance histórico. História romanceada”. In: AGUIAR, F.; MEIHY, J. C. S. B.; VASCONCELOS, S. G. T. (org.) *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 179-192.

⁵⁹ LUKÁCS, G. “Sobre la esencia y forma del ensayo (Carta a Leo Popper)”. In: _____. *El alma y las formas*. Méjico: Editorial Grijalbo, 1975, p. 16-17.

⁶⁰ LUKÁCS, 1975, p. 24.

⁶¹ LUKÁCS, 1975, p. 25.

el arte (y la vida) sirve como modelo”⁶². Em contrapartida, por não ser a realidade em si, mas uma concepção de mundo, um ponto de vista, uma tomada de posição a respeito da vida para recriá-la, a verdade do ensaio está nele mesmo, “*no es, pues, posible que dos ensayos se contradigan: cada uno de ellos crea un mundo diferente, y aunque, por conseguir una generalidad superior, vaya más allá de eso, permanece siempre, por su turno, su color y su acentuación, en el mundo que ha creado*”⁶³.

No ensaio, o desenvolvimento do texto e dos argumentos é o elemento fundamental de sua constituição. Lukács destaca que “*el ensayo es un juicio, pero lo esencial en él, lo que decide de su valor, no es la sentencia, sino el proceso mismo de juzgar*” ou ainda “*el ensayo parece justificado como un medio necesario para el fin ultimo, como el penúltimo estadio de esta jerarquía*”⁶⁴.

Adorno também defende o ensaio, ao comentar a frequente crítica que se faz ao gênero, por não se ocupar de algo original, mas daquilo que já existe. Analisar a obra, nesta concepção, não teria o mesmo valor que a obra em si. O autor valoriza a liberdade do gênero, que confere a melhor forma para elaborar uma crítica, pois permite às palavras que se estruturam de forma mais ajustada ao pensamento. Assim, o ensaio seria a forma crítica por excelência, porque escolhe seu objeto e as teorias que aplicará, além da forma e dos destaques do texto.

O autor cita Lukács em vários momentos de sua argumentação, ponderando, contudo, que o filósofo húngaro definiu o ensaio como uma forma artística por que não percebeu que

“o ensaio se aproxima de uma autonomia estética que pode ser facilmente acusada de ter sido apenas tomada de empréstimo à arte, embora o ensaio se diferencie da arte tanto por seu meio específico, os conceitos, quanto por sua pretensão à verdade desprovida de aparência estética”⁶⁵.

Para Adorno, por transgredir as regras das teorias e da ordem preestabelecida, “o ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva ou intuitiva”. Distancia-se das doutrinas que enaltecem o conceito como se este prescindisse do factual, porque se concebe algo sempre baseado em alguma facticidade primeira. Assim, “o ensaio confere à experiência tanta substância quanto a teoria tradicional às meras categorias”, ao mesmo tempo que “se recusa a definir seus conceitos”⁶⁶. Elege seus objetos e não afirma categoricamente, não conclui, senão

⁶² LUKÁCS, 1975, p. 28.

⁶³ LUKÁCS, 1975, p. 30.

⁶⁴ LUKÁCS, 1975, p. 37-38.

⁶⁵ ADORNO, T. W. “O ensaio como forma”. In: _____. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003, p. 18.

⁶⁶ ADORNO, 2003, p. 25-29.

de modo a relativizar as conclusões: “o ensaio pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada”⁶⁷.

A unidade do ensaio está em seu objeto e nas teorias e experiências que este objeto acolhe. Não é, portanto, completamente aberto e vago. Sua totalidade está na forma de um texto que acompanha a fluidez e a liberdade do pensamento, o trânsito entre teorias e experiências, de poder exercer aquilo que é sua proposta: a crítica. Em resumo,

“o ensaio é, ao mesmo tempo, mais aberto e mais fechado do que agradaria ao pensamento tradicional. Mais aberto na medida em que, por sua disposição, ele nega qualquer sistemática, satisfazendo a si mesmo quanto mais rigorosamente sustenta essa negação (...). Mas o ensaio também é mais fechado, porque trabalha enfaticamente na fora da exposição. A consciência da não identidade entre o modo de exposição e a coisa impõe à exposição um esforço sem limites. Apenas nisso o ensaio é semelhante à arte; no resto, ele necessariamente se aproxima da teoria, em razão dos conceitos que nele aparecem, trazendo de fora não só seus significados, mas também seus referenciais teóricos”⁶⁸.

Caio Prado Júnior, assim como os outros autores da Geração de 1930, foi um ensaísta. *Evolução Política do Brasil*, de 1933, é definido pelo próprio autor como um “ensaio de interpretação materialista”⁶⁹, no qual não se tem a pretensão de descrever a história completa, mas analisar um período da história, com base no método materialista. O caráter ensaístico, que permeou as obras do autor, seria necessário em virtude da complexidade das perguntas elaboradas por ele. Os múltiplos desdobramentos da questão, até que alcançasse a resposta, exigiria do autor a flexibilidade no tratamento da forma e uma abordagem não tradicional dos objetos, o que foi possível através do ensaio e da interpretação materialista da História.

Quanto ao gênero de *Os Sertões*, há diversos pontos de vista, partindo-se da ideia de que a obra de Euclides da Cunha, quanto à estrutura, é demasiado complexa para ser fixada num único gênero.

Para Antônio Candido, as obras de ciências humanas do período de Euclides da Cunha, fossem de História, Literatura, Ciências Sociais ou quaisquer outras, tinham um caráter ensaístico, uma vez que mesclavam literatura e “tendências sociológicas”:

“o poderoso ímã da literatura interferia com a tendência sociológica, dando origem àquele gênero misto de ensaio, construído na confluência da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil, e à qual devemos a pouco literária *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, a obra de Gilberto Freyre e as *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Não será exagerado afirmar que esta linha de ensaio, em que se combinam com felicidade maior ou menor a imaginação e a observação, a ciência e a arte, constitui o traço mais característico e original do nosso pensamento. Notemos que, esboçada no

⁶⁷ ADORNO, 2003, p. 35.

⁶⁸ ADORNO, 2003, p. 37.

⁶⁹ PRADO JR., C. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

século XIX, ela se desenvolve principalmente no atual, onde funciona como elemento de ligação entre a pesquisa puramente científica e a criação literária, dando, graças ao seu caráter sincrético, uma certa unidade ao panorama da nossa cultura”⁷⁰.

Para Sevcenko, *Os Sertões* se divide em cinco gêneros: historiografia, geografia, crônica, epistolografia e poesia, todas estreitadas com comentários científicos e sempre combinadas, raramente em estado puro. Não seria um romance por não haver, em *Os Sertões*, personagens típicas desse gênero. Na opinião do historiador, Euclides da Cunha comentava os fenômenos sociais e naturais, não havendo espaço para o riso e a particularidade, apenas para o geral e elevado. Em seguida, contudo, Sevcenko novamente abre a perspectiva para a análise da obra: “Euclides forjou um estilo elevado híbrido, subordinado sobretudo a um novo critério científico, mas conservando algo de seu conteúdo social anterior”⁷¹.

Afrânio Coutinho, ao buscar um gênero para a obra euclidiana, define-a como “um romance-poema-epopeia, na qual predomina o sentimento trágico”, cujo herói é “a coletividade, a massa anônima, a jagunçada fanática e bronca. Mas o que parece mais real é que o grande personagem da obra, maior do que o jagunço, é a Natureza. Mesmo porque o próprio jagunço com ela se confunde, é parte dela, sai dela”⁷². Para o autor,

“em *Os Sertões* há mistura de elementos de diversos gêneros, o ensaio, o drama, a ficção, até a epopeia lírica. A forma que resultou é-lhe peculiar, específica. Está a exigir uma análise estrutural em seus elementos intrínsecos. Todo esse trabalho reinterpretativo resultará a reclassificação de *Os Sertões* na história literária brasileira como obra antes de ficção”⁷³.

Bosi cita Antônio Candido ao concordar que, quanto a *Os Sertões*, “é preciso ler esse livro singular sem a obsessão de enquadrá-lo em um determinado gênero literário, o que implicaria em prejuízo paralisante. Ao contrário, a abertura a mais de uma perspectiva é o modo próprio de enfrenta-lo”⁷⁴.

Bernucci, em relação ao livro de Euclides da Cunha, afirma que “se o leitor se predispõe a lê-lo como ensaio socioantropológico, livro de história ou tratado de geofísica, terá que

⁷⁰ CANDIDO, 2008, p. 137-138.

⁷¹ SEVCENKO, N. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 156-160.

⁷² COUTINHO, A. *Os Sertões*, obra de ficção. In: CUNHA, E. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1995, v. II, p. 57-60.

⁷³ COUTINHO, 1995, p. 60.

⁷⁴ BOSI, A. “Rui, Euclides e outras vozes da cultura”. In: _____. *A literatura no Brasil: o pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 121.

forçosamente impelir os impulsos de construção da realidade próprios da imaginação”, isto é, impelir os impulsos da literatura⁷⁵.

Essa imprecisão nos limites do gênero e das disciplinas que circunscrevem a obra de Euclides da Cunha provavelmente refletem a própria pluralidade da obra, aclamada, desde a sua publicação, como uma obra de um homem de letras e de ciências, de um escritor cujos conhecimentos se estendiam dos eventos históricos para o estilo literário⁷⁶.

Essa exposição teve por objetivo expor a primeira questão que acreditamos estar no centro das divergências entre as leituras de Euclides da Cunha e de Caio Prado Júnior acerca dos sertões: os limites tênues entre certas obras de História e de Literatura, erigidas com base em eventos históricos, na não ficção e em estilos que se aproximem do científico ou social.

Nosso objetivo não é, pois, definir *Os Sertões* como um Romance Histórico ou um Ensaio. Indicamos alguns gêneros nos quais História e Literatura se permeiam e objetivamos, também, apontar a dificuldade de se definir o gênero de uma obra, seja por sua forma ou por seu conteúdo. A obra de Euclides da Cunha pode ser lida através da narrativa dos eventos históricos ou de sua arquitetura artística. Os ensaios de Caio Prado Júnior, de acordo com as teorias apresentadas, também não estariam isentos de literariedade, tal como os escritos euclidianos. Talvez a diferença esteja no fato de que na obra caiopradiana “o analista social se imprimira mais que o literato”, invertendo os termos que Caio Prado Júnior emprega para se referir a Euclides da Cunha na carta que motiva essa dissertação.

1.3.3 A Carta

A carta é o gênero que possibilitou a existência dessa dissertação, uma vez que os temas que orientam a nossa discussão, as divergências entre os pontos de vista de Caio Prado Júnior acerca da obra de Euclides da Cunha foram extraídos do documento enviado pelo historiador à Casa Euclidiana.

Por ser um gênero discursivo, a carta seria, na definição de Bakhtin, um tipo relativamente estável de enunciado, com estruturas que a definem como tal⁷⁷. No entanto, por caracterizar uma atividade humana que, portanto, envolve a comunicação entre interlocutores, é concreta e única. Apresenta grande diversidade em função do horizonte de possibilidades que

⁷⁵ BERNUCCI, L. M. *A Imitação dos sentidos: prógonos contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 40.

⁷⁶ *Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. Preparação do texto de Valentim Facioli e José Leonardo do Nascimento. São Paulo: Nankim Editorial: Editora da Unesp, 2003.

⁷⁷ BAKHTIN, M. “Os gêneros do discurso”. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

abre em relação ao tema, à situação e à composição dos interlocutores, sendo tão heterogênea quanto as infinitas atividades humanas.

Quanto à possibilidade de exposição do estilo individual, é um gênero privilegiado, pois na maioria dos gêneros essa particularidade não faz parte do plano do enunciado. Para o autor, os gêneros de comunicação discursiva oral permitem flexibilidade e criatividade maior que os gêneros do âmbito formal e escrito. Por transitar entre as duas modalidades da língua, a carta tem sua forma bem delimitada, mas seus conteúdos bastante variados.

Segundo Lejeune, textos desse gênero “têm vários aspectos: é um objeto (que se troca), um ato (que pode ser publicado)... E há sempre várias pessoas envolvidas”⁷⁸. Tem, assim, um tom, estratégias de argumentação, dados históricos e é uma fonte de pesquisa, pois revela aspectos da sociedade e da língua.

De acordo com Moraes⁷⁹, “a carta é um documento lacunar e de caráter elíptico”, “a norma é a ausência”. Assim, “para ser compreendida de maneira mais abrangente em uma pesquisa, deve ser tomada dentro de um contexto histórico”. No entanto, nem sempre seu contexto é recuperável, uma vez que suas referências não são explícitas.

Embora aborde aspectos da sociedade, a carta esconde armadilhas, pois não é necessariamente o pensamento do autor, mas uma construção discursivo-argumentativa. Pode conter alguma verdade, mas não toda a verdade, de acordo com Demétrio⁸⁰. A modalidade escrita da língua, diferentemente da fala espontânea, implica em uma reflexão prévia sobre o que será escrito. Há, portanto, um recorte de tempo e um lugar da figuração, em que um sujeito se constrói por meio de sua escrita, compondo uma imagem de si que será lida por outrem.

“O sujeito molda-se como personagem em face do interlocutor. (...) A carta encontra-se ancorada em um ponto da trajetória de vida do sujeito. (...) Uma ideia defendida com firmeza em certo momento poderá ser reformulada ao longo da correspondência, modificando-se até seu anulamento conceitual. Neste ambiente movediço, a verdade que a carta eventualmente possa trazer – a do sujeito em determinada instância, premido por intenções e desejos – é a datada e marcada pela mobilidade”⁸¹.

⁷⁸ LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet* / Philippe Lejeune; org. Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

⁷⁹ MORAES, M. A. “Ligações Perigosas”. In: PINO, C. A. (org.) *Criação em Debate*. São Paulo: Humanitas, 2007.

⁸⁰ DEMÉTRIO, 1973.

⁸¹ MORAES, 2007.

Assemelha-se, assim, às especificidades da obra literária, que contém alguma realidade, mas não é seu retrato fidedigno, por ser um discurso com objetivos a serem atingidos em relação ao leitor/interlocutor.

A carta é o ponto de partida para a discussão. Devemos estar cientes, contudo, que, por ser um documento pessoal, que provavelmente seu autor sequer imaginaria a possibilidade de que viesse a ser publicizado, deve ser lido com cautela. Como todos os discursos possíveis nas esferas da comunicação humana, nem sempre refletem o pensamento do autor. Podem estar mais comprometidos com um jogo argumentativo, com a resposta a um desafio, com a manifestação de outro ponto de vista sobre uma questão ou com o objetivo de convencimento do outro do que com a exposição de uma questão que defenderia sob qualquer circunstância.

As publicações de Caio Prado Júnior nos oferecem uma maior gama de elementos para a compreensão de seu pensamento a respeito das assertivas sobre Euclides da Cunha, que por vezes divergem daquelas apresentadas na carta em questão. No entanto, encontramos nesse documento pessoal formulações que possibilitam a análise de seu pensamento, se não pelo conteúdo em si, pelos elementos que emprega em sua composição, pela evidência das metodologias que mobiliza na construção da argumentação e pelos debates que suscita sobre questões que ainda estão em aberto na História.

Capítulo 2: Os Sertões de Euclides da Cunha

“O viajante não pode ver tudo com seus próprios olhos. Passa quando se está semeando; já estará longe quando se fizer a colheita; é, portanto, obrigado a basear-se nas informações de outrem, e, por conseguinte, está sujeito a enganar-se”.
(Saint-Hilaire, em *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*)

2.1 Os sertões antes de *Os Sertões*

Euclides da Cunha é um autor de difícil leitura, seja pelo vocabulário técnico e sofisticado, seja pelas referências a que recorre na elaboração de sua obra. Esses elementos enriquecem, contudo, seus escritos, pois travam um amplo diálogo com a tradição em que se inserem. Assim, para compreender a obra euclidiana, faz-se necessário observar o contexto histórico, político e científico, além das referências do período, a fim de melhor compreender a intertextualidade nos escritos do autor.

Na primeira parte desta seção, abordamos autores como Alexander von Humboldt, Auguste de Saint-Hilaire e Karl Friedrich Phillip von Martius. Tanto Caio Prado Júnior quanto Euclides da Cunha se utilizam, em alguma medida, dos relatos dos viajantes naturalistas para pensar o Brasil, o que constatamos ao ler *Os Sertões*⁸² e ao consultar o Fundo Caio Prado Júnior⁸³. O historiador afirma que não “viu” os mesmos sertões que Euclides da Cunha. Os relatos de viagem indicam que o observador itinerante, ao produzir um relato aparentemente científico e neutro, está imerso em sua cultura e no universo de suas leituras, o que emerge em sua escrita, apontando para um dos motivos pelos quais os dois autores descrevem os sertões de formas diferentes.

Na segunda parte, estudaremos as obras de destaque na representação do sertanejo na literatura brasileira, mais especificamente aquelas que se relacionam à obra de Euclides da Cunha. Para isso, selecionamos *O Sertanejo*, de José de Alencar, por ser uma das obras românticas de maior destaque no âmbito da prosa regionalista; *Os Jagunços*, de Afonso Arinos, pela semelhança na forma e no conteúdo textos; e *O Rei dos Jagunços*, do também

⁸² Em “A Terra”, Euclides da Cunha cita diretamente os três viajantes acima referidos. Nos capítulos III, IV e V, nas seções “O Clima”, “As caatingas”, “O juazeiro” e “Uma categoria geográfica que Hegel não citou”, as teses de Humboldt, Saint-Hilaire e Martius são subsídios para o autor compor suas paisagens sertanejas. Ver CUNHA, 2009, p. 102, 120, 122, 125 e 136.

⁸³ Caio Prado Júnior fez uma leitura minuciosa dos livros *Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes* e *Voyage aux sources du Rio de Saint-Francisco et dans la province de Goiaz*, de Auguste de Saint-Hilaire, *Travels in Brazil in the years 1817-1820* e *Viagem pelo Brasil*, de Spix e Martius, o que pode ser verificado nas fichas de leitura do Fundo Caio Prado Júnior, sob guarda do Arquivo IEB/USP.

correspondente em Canudos Manoel Benício, obra que apresenta aspectos que podem ser comparados aos de *Os Jagunços* e *Os Sertões*.

Na última parte, o foco é o trabalho do sertanejo. Como a definição de “sertão” empregada por Euclides da Cunha abrange mais que o semiárido brasileiro, a definição de sertanejo, o homem que habita os sertões, também se expande para outros limites do país. A gama de trabalhos realizados pelos sertanejos vai além da pecuária, como apontará Caio Prado Júnior, inserindo-se nesse contexto também o garimpeiro e o seringueiro.

2.1.1 Os viajantes e a literatura

Os relatos dos viajantes naturalistas do século XIX podem parecer, à primeira vista, neutros, impessoais, responsáveis pela descrição fidedigna daquilo que é observado. Considerando-se que nenhum discurso é isento de ideologia e opinião, os relatos dos viajantes tornaram-se objetos de estudos a partir deste ponto de vista, ou seja, da ficção.

Flora Süssekind⁸⁴, ao analisar as origens do narrador de ficção na prosa brasileira, retoma os escritos e a arte pictórica das décadas de 1830 e 1840, e, portanto, os relatos dos viajantes naturalistas europeus e os documentos sobre a história do Brasil, seguindo para o romantismo brasileiro, através das obras de autores como José de Alencar e Manuel Antônio de Almeida.

A autora focaliza o quadro em que se encontrava a prosa de ficção, mesclada com os relatos de viagens e com os folhetins, publicações periódicas com um enredo único que, muitas vezes, posteriormente, eram republicados como romances. Essas narrativas são elaboradas como esboços pictóricos, utilizando-se em grande medida das descrições das paisagens brasileiras, elaboradas por autores estrangeiros ou mesmo por brasileiros, que falavam sobre os outros brasis sem saírem de seu grupo social: “diferem os perfis, mas o diálogo persistente com o relato de viagem e o paisagismo (...) parece sugerir, entre outras coisas, que essas figuras de narrador necessitam obrigatoriamente de um olhar-de-fora e de uma exibição (...) de certa “sensação de não estar de todo””⁸⁵.

Esse “olhar-de-fora” mostra um Brasil distante do leitor e, ao mesmo tempo, pertencente ao território brasileiro. As descrições com marcas de brasilidade, por não desempenharem função alguma no texto, acabam sofrendo efeito contrário: marcam a distância entre os leitores e as paisagens tropicais, mas acarreta a valorização desses diversos Brasis.

⁸⁴ SÜSSEKIND, F. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁸⁵ SÜSSEKIND, 1990, p. 20-21.

Findo o período em que a Europa enviava ao Brasil viajantes naturalistas, essa “lacuna literária” foi preenchida pelos poetas: “percorrer o país, registrar a paisagem, colher tradições: esta a tarefa não só dos viajantes estrangeiros que visitam e definem um Brasil nas primeiras décadas do século passado, este o papel que se atribuem também escritores e pesquisadores locais à época”⁸⁶, cujo objetivo se insere num âmbito maior, da fundação de uma literatura nacional, desvinculada de Portugal⁸⁷. O Brasil se torna independente em 1822, no contexto internacional pós-Revolução Francesa, em que as nações em ebulição procuram suas identidades e seus “verdadeiros representantes”, ou, nas palavras de Euclides da Cunha, o “cerne vigoroso da nossa nacionalidade”⁸⁸.

Um dos motivos do sucesso de *Os Sertões* foi ter trazido à tona outro ponto de vista sobre a revolta de Canudos. Euclides da Cunha mostrou àquela elite litorânea um país inesperado, ignoto e bárbaro, mas de brasileiros corajosos – “nossos rude patrícios dos sertões do norte”⁸⁹. Mas esse Brasil pintado tal como o paraíso pelos viajantes naturalistas também pode causar desapontamentos. Vejamos um exemplo do próprio Euclides da Cunha, em *À Margem da História*:

“ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele *terror* a que se refere Wallace; mas como todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a *Hylae* prodigiosa, com um espanto quase religioso – sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. Além disto, sob o conceito estreitamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a um sem-número de outros lugares do nosso país. Toda a Amazônia, sob este aspecto, não vale o segmento do litoral que vai de Cabo Frio à ponta do Munduba”⁹⁰.

Süssekind elogia a crítica elaborada por Euclides da Cunha, cujos textos amazônicos ressaltam o desapontamento ao contrapor o que vê e o que lera nos relatos dos viajantes. A autora chama de “olhar previamente direcionado” essa expectativa criada pelas leituras de relatos e crônicas, que se choca com o olhar desarmado de Euclides da Cunha⁹¹.

⁸⁶ SÜSSEKIND, 1990, p. 55.

⁸⁷ CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos – 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2009.

⁸⁸ CUNHA, 2009, p. 190.

⁸⁹ CUNHA, 2009, p. 202.

⁹⁰ CUNHA, E. *Obra completa*; edição organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, v. I, p. 249.

⁹¹ SÜSSEKIND, 1990, p. 32-33.

O olhar do viajante, que se presumia imparcial, descritivo e científico, revela-se repleto de sentimentos e expectativas, aproximando-se da literatura, e, portanto, tornando-se interpretativo e passível de transparecer diferentes pontos de vista.

Süssekind cita um exemplo de olhares diferentes sobre um mesmo objeto: uma mesma paisagem – o sertão – suscita o tédio em Saint-Hilaire e um estado meditativo, em Spix e Martius⁹². Para a autora

“é curioso como, nesses relatos, o olhar que habitualmente se deseja imparcial, desapassionado, à espera do que vier, do cientista e mesmo do viajante comum, se converte, desde o início das expedições, em observação interessada, com itinerário, objetivos e modos-de-ver sabidos de cor. (...) Nisso não apenas os relatos, mas o modo mesmo de viajar desses estudiosos se distingue radicalmente dos de outros visitantes do país no mesmo período”⁹³.

Se os relatos dos viajantes podem causar um grande desapontamento, também podem inspirar o interesse pelo Brasil. Gonçalves de Magalhães, em seu *Discurso sobre a história da literatura no Brasil*, sugere a leitura de “viajores que revelaram à Europa as belezas da nossa pátria”, dentre eles Martius e Saint-Hilaire⁹⁴, que poderia inspirar muitos outros autores.

Não precisamos, contudo, ir longe. Euclides da Cunha não é o único exemplo de autor que experimentou essa contradição. Como veremos, a Caio Prado Júnior ocorreu o mesmo, diante da obra de Euclides da Cunha.

Na contramão do que era corrente em seu período, a ânsia de viajar à Europa, segundo Broca, estava o desejo de Euclides da Cunha em conhecer o Brasil⁹⁵. Em carta enviada em 7 de julho de 1904 a José Veríssimo, Euclides da Cunha, esperançoso por uma oportunidade de excursionar pelo Acre, escreve: “não desejo a Europa, o bulevar, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada, e a vida afanosa e triste do prisioneiro”⁹⁶.

Euclides da Cunha viaja à Amazônia cinco meses depois e sofre o desapontamento descrito, o que, todavia, não o faz perder seu amor pelas coisas de Brasil. Em outra carta, de 10 de abril de 1908, endereçada a seu amigo Escobar, Euclides da Cunha comenta, em tom de surpresa, que responderá a uma carta remetida pelo príncipe Dom Luís de Bragança:

“não preciso dizer-te que ela não me fere a integridade republicana. D. Luís é sobretudo um escritor. Escreveu ao adversário político – ele mesmo o observa – obedecendo apenas às

⁹² SÜSSEKIND, 1990, p. 108-109.

⁹³ SÜSSEKIND, 1990, p. 114.

⁹⁴ MAGALHÃES, D. J. G. *Discurso sobre a história da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1994, p. 45.

⁹⁵ BROCA, B. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.

⁹⁶ CUNHA, 1995, v. II, p. 682.

afinidades de temperamento. De qualquer modo, é um compatriota que estuda as nossas coisas e que ama o Brasil. E como, ao mesmo tempo, parece-me ter lucidez bastante para compreender que a missão de sua dinastia está acabada, irei responder-lhe desafogadamente”⁹⁷.

Os dois trechos explicitam o interesse do autor pelo Brasil, em conhecer toda sua extensão, o desejo de adentrar regiões inóspitas e mesmo em tratar com distinção aquele que se interessa e ama o país. O prestígio e o reconhecimento desencadeados por *Os Sertões*, além do crime denunciado no próprio livro e os desapontamentos sofridos ao ver a Amazônia real, tão diferente daquela descrita por Humboldt e outros, não fizeram o autor perder o interesse pelas nossas questões. Ao contrário, parecem ter avivado sua gana em explorar os outros sertões escondidos no interior do Brasil.

Abordando, ainda, o contato entre ficção e realidade, Sússekkind observa que os relatos de viagem conferiam mais cientificidade – e credibilidade – às narrativas ficcionais, servindo de respaldo às questões levantadas. Não raro, os autores se utilizavam dos relatos dos viajantes na composição das prosas ficcionais, visando, também, abrasileirar a paisagem daquela literatura que vinha se constituindo independentemente de Portugal. Dentro desse contexto, além dos relatos de viagem, o documento escrito, o desenho e os mapas também subsidiam as narrativas⁹⁸.

Como o leitor desconhecia esse Brasil emergente e ignoto, tanto seu território e paisagem quanto sua população, ao autor competia instruir, guiá-lo na paisagem desconhecida. Algumas narrativas do período se assemelham a listas de descrições; diferentes mapas, como geográficos e genealógicos, eram também valorizados. Deste modo, o narrador busca, primeiro, um olhar da Ciência Natural frente a seu objeto; depois, como viajante, as origens da nação, presentes nos elementos da natureza⁹⁹.

Euclides da Cunha dedica aproximadamente um terço de *Os Sertões* para introduzir o leitor nessa terra ignota – assim como o faz quanto aos seus pressupostos teóricos. Elabora longas descrições sobre a vegetação, o relevo, o clima, o sertanejo e cita, dentre tantos cientistas, Humboldt, Saint-Hilaire e Martius. Não é estranho, portanto, que *Os Sertões* tenha características semelhantes às dos relatos dos viajantes. Valorização da nacionalidade, descrições científicas, mapas, narrativa que se apoia em documentos científicos: esses elementos característicos da prosa de ficção do início do século XIX e de sua relação com os relatos dos viajantes constata-se também na obra euclidiana, sessenta anos mais tarde.

⁹⁷ CUNHA, 1995, v. II, p. 728-729.

⁹⁸ SÜSSEKIND, 1990, p. 146-147.

⁹⁹ SÜSSEKIND, 1990, p. 179-193.

De acordo com Süsskind, com frequência aproximam-se as personagens da narrativa de ficção e do relato de viagem. Compreende-se que no relato haverá uma descrição fiel da realidade para o leitor, haja vista que é uma espécie de relatório, ao passo que na ficção, pressupõe-se uma maior flexibilidade composicional. No entanto, os autores de ficção do período fazem uso dos recursos dos relatos de viagem, trazendo personalidades não fictícias para suas obras, a fim de convencer o leitor quanto à veracidade das informações contidas na narrativa.

Na seção “Antônio Conselheiro, documento vivo de atavismo”, que integra a Parte II – O Homem – de *Os Sertões*, procura-se descrever a vida deste homem de forma fidedigna. Para compor esse quadro, Euclides da Cunha traça um paralelo entre as ciências e a sucessão de eventos ocorridos, utilizando expressões como “camadas profundas da nossa estratificação étnica” e “da mesma forma que o geólogo, interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações, esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou”¹⁰⁰. Euclides da Cunha apresenta um vasto aparato científico – geologia, história, psicologia – para tecer os fios que compõem as características de sua personagem.

Retomando o papel do viajante naturalista, Süsskind afirma que “se ao viajante cabe narrar, fixar tipos e quadros locais, ao naturalista caberia classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho”¹⁰¹. Por essa descrição, deduz-se que Euclides da Cunha poderia ser viajante e naturalista, como Humboldt, Martius e Saint-Hilaire, posto que ao mesmo tempo em que narra a Revolta de Canudos e fixa os tipos e quadros locais – os sertanejos e as paisagem sertanejas –, também classifica a flora e as paisagens que encontra. Através de seu olhar de viajante e de sua sensibilidade de homem de letras, Euclides da Cunha apresenta os elementos verdadeiramente brasileiros daquelas localidades e mostra como ficaram marcados na história do povo sertanejo. E vai além: expõe um Brasil adverso, onde, para sobreviver, é necessário que sejam superadas, a todo momento, as condições do meio.

Tenhamos em mente, todavia, que o período estudado por Süsskind é anterior ao período no qual Euclides da Cunha escreve. Contudo, nos é fundamental porque dele fazem parte os viajantes naturalistas, interlocutores sempre presentes na obra de Euclides da Cunha, que não é um viajante típico.

Ronaldes de Melo e Souza, em estudo sobre as máscaras do narrador euclidiano e seu diálogo com as ciências, afirma que uma dessas máscaras de Euclides da Cunha não é a de um

¹⁰⁰ CUNHA, 2009, p. 251-252.

¹⁰¹ SÜSSEKIND, 1990, p. 45.

narrador-viajante, mas de um narrador-itinerante. A diferença entre ambos consiste no fato de que o primeiro “adentra o interior, mas não interioriza o olhar. Vê tudo com os olhos dos cientistas que cartografam e descrevem o mundo”¹⁰². O segundo, por sua vez, não apenas descreve o que vê, mas também as emoções que lhe causam aquilo que é visto. O olhar do itinerante, diferentemente do viajante, é poético, “não se representa a realidade em si mesma, mas dramaticamente filtrada pela visão deslumbrada ou aterrorizada do narrador”¹⁰³. Essa definição se aplica, também, a Caio Prado Júnior, que em suas viagens não olhou o Brasil para descrevê-lo, senão para posicionar-se criticamente e transformá-lo. Adotaremos, portanto, o ponto de vista de Souza para pensarmos o autor enquanto viajante-itinerante na obra euclidiana.

Dentre as paisagens brasileiras abordadas pelos viajantes naturalistas, enfocaremos o sertão. Nísia Trindade Lima¹⁰⁴ elabora um estudo em que a díade “sertão” e “litoral” é analisada no contexto do pensamento brasileiro. Para a autora, essa dualidade se refere às distâncias sociais e culturais, à modernidade, por um lado, e ao modo como os intelectuais representam sua própria terra, por outro. Lima traça um panorama do pensamento brasileiro em relação ao sertão desde suas origens. Dentre os temas que aborda, ressalta a ocupação do território sertanejo – isto é, o interior – e sua influência nas representações sociais. Também estuda as primeiras décadas do século XX e o romantismo, a partir da interpretação dos sertões através de viagens e de ensaios.

Para a autora, o sertão, que pode ser qualquer porção de terra do interior do país, é depreciado, considerado o lugar do atraso e da barbárie, mas também da preservação das raízes do povo e, assim, da nacionalidade. A partir desta definição, o sertanejo não é apenas o habitante do semiárido, mas o caboclo ou o caipira que habita qualquer terra à oeste em que a cultura brasileira esteja intacta, sem a interferência da modernidade europeia.

Quanto à sua etimologia, a palavra “sertão”, segundo Lima, viria de “desertão” e seu significado, nos séculos XVIII e XIX refere-se a regiões pouco povoadas que não se poriam em contraste com o litoral, mas com a ideia de regiões sob domínio da Coroa Portuguesa. Deste modo, a oposição também é entre barbárie e civilização, entre atraso e modernidade. Só adiante, no século XIX, a palavra “sertão” irá designar, além de áreas despovoadas, também o semiárido nordestino e sua relação com a pecuária e o couro¹⁰⁵. Sua população é mestiça e está em estágio atrasado de evolução, para os pensadores do século XIX e início do século XX, o que acarreta

¹⁰² SOUZA, R. M. *A geopoética de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

¹⁰³ SOUZA, 2009, p. 113-114.

¹⁰⁴ LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

¹⁰⁵ LIMA, 1999, p. 58.

na impossibilidade de civilização. O sertão é exótico, desconhecido, é o Brasil que as elites do litoral não veem, que não copia a Europa, resguardando sua autenticidade¹⁰⁶.

Cabe, aqui, abrir um parêntese. Para Pericás, a origem da palavras “sertão” seria ainda incerta. Segundo o autor, o termo já era empregado no Brasil desde os tempos da colonização, não tendo sofrido corruptela, em terras brasileiras, a partir de “desertão”. “Certão”, outro sinônimo para “interior”, mas que não significava “deserto”, estaria em uso em Portugal desde o século XVI. Quanto à ideia de isolamento, de lugares afastados do litoral, ainda que abrangessem a floresta tropical, não haveria nenhuma relação com a palavra. Uma provável origem seria a corruptela de “muceltão”, palavra de origem angolana, cujo significado também diz respeito a locais afastados da costa¹⁰⁷.

Retomando as proposições de Lima, seu conceito de civilização está presente em Norbert Elias, para quem a civilização é “a consciência que o ocidente tem de si mesmo¹⁰⁸”, julgando-se superior a outras sociedades não ocidentais, antigas ou contemporâneas. Deste modo, os sertanejos, excluídos do grupo “civilizado”, são considerados bárbaros e atrasados. Os conceitos de cultura e civilização datam do século XVIII e estão intimamente relacionados à ideia de consciência nacional, uma vez que legitimaria a expansão colonialista e a ideia de nacionalidade avivaria as diferenças entre os grupos¹⁰⁹. O sentimento de nacionalismo, em ebulição no Ocidente após a Revolução Francesa, irá se manifestar inicialmente nas obras do Romantismo, com a busca, após a Independência, do cerne da nacionalidade brasileira, conforme já comentamos acima.

Ao cotejar as viagens do início do século XIX e as viagens das primeiras décadas da República, Lima afirma que estas tinham como objetivo a construção de interpretações sobre o Brasil, aplicando-se noções como território e contrastes entre o sertão e o litoral. Diferentemente dos viajantes naturalistas, que tinham como objetivo a descrição da região e dos costumes, os itinerantes da República eram intelectuais, geralmente vinculados a alguma instituição, como o IHGB, que se deslocavam para determinados locais com o objetivo de esboçar projetos de modernização do Brasil, como a Obra Contra as Secas e a construção de ferrovias. No entanto, ao fim da viagem, além dos trabalhos científicos, elaboravam também descrições sobre a fauna, a flora e a geografia da região¹¹⁰.

¹⁰⁶ LIMA, 1999, p. 60.

¹⁰⁷ PERICÁS, L. B. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 24.

¹⁰⁸ ELIAS, N. *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

¹⁰⁹ LIMA, 1999, p. 23-25.

¹¹⁰ LIMA, 1999, p. 55-57.

Esses intelectuais brasileiros provinham das classes dominantes e tinham relações com a intelectualidade europeia, portanto, viam-se como parte deste grupo. Contudo, a discrepância entre o Brasil e os países europeus era evidente, o que os deixava com um sentimento de não pertencerem completamente nem à Europa e nem ao Brasil, ideia que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, faz com que nos sintamos “desterrados em nossa terra”¹¹¹, sentimento semelhante ao do sertanejo descrito em *À Margem da História*, obra de Euclides da Cunha que analisaremos adiante.

Lima ressalta que Süsskind analisa a relação entre poder e ciência, com destaque para a valorização do discurso científico nas obras literárias, especialmente na transição do romantismo para o naturalismo, como *O Sertanejo*, de José de Alencar, quando se tentava caracterizar os tipos brasileiros. Isso se evidencia mais amplamente numa obra como *Os Sertões*¹¹². Euclides da Cunha dialoga com muitos autores, em especial os cientistas, uma vez que citá-los confere credibilidade à obra literária, atribuindo valor de verdade à narrativa, como afirma Süsskind.

Alexander von Humboldt

Um dos principais interlocutores de Euclides da Cunha é o viajante naturalista Alexander von Humboldt. Nascido em 1769, em Berlim, o geógrafo Humboldt, irmão do linguista e diplomata Wilhelm von Humboldt, viajou pelas Américas Central e do Sul entre 1789 e 1803, sendo reconhecido como um brilhante cientista por autoridades como Napoleão Bonaparte e, futuramente, como o “pai da geografia”, por aplicar o método geográfico ao trabalho de campo.

Sua obra mais conhecida é *Cosmos – projeto de uma descrição física do mundo*, composta por quatro volumes, publicados entre 1845 e 1862, que versam sobre suas viagens, descrições geográficas e filosofia, mostrando as ex-colônias espanholas em seus aspectos físico e social. O Brasil, portanto, não aparece em seus estudos¹¹³. Para Souza, *Cosmos* é elaborada pelo veio transdisciplinar, a partir do qual Humboldt se apropria de diversas disciplinas para compreender os fenômenos e as formas físicas, por meio de metodologia empirista racional¹¹⁴.

No Segundo Tomo de *Cosmos* está o capítulo “*Littérature Descriptive. Du sentiment de la nature suivant la différence des races et des temps*”, cuja temática está bastante presente na

¹¹¹ HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31.

¹¹² LIMA, 1999, p. 53.

¹¹³ Para mais informações, ver LIMA, L. C. “Prefácio”. In: RICOTTA, L. *Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro, MAUAD, 2003

¹¹⁴ SOUZA, 2009, p. 30.

obra de Euclides da Cunha. Nele, Humboldt aborda a relação entre as paisagens e as formas humanas, sendo a paisagem apenas o pano de fundo das ações dos seres humanos.

Para Humboldt, “*on cherchait jusque dans le phénomènes physiques quelques relations avec la nature de l’homme*”¹¹⁵, ou seja, os homens buscavam estabelecer relações entre os seres humanos e a paisagem natural, personificando os fenômenos da natureza para compreendê-los, atribuindo-lhes características humanas. Por exemplo, o trovão seria uma expressão da ira dos céus e um dia ensolarado poderia ser comparado à felicidade.

Este recurso é constitutivo da obra de Euclides da Cunha. Em *Os Sertões* temos inúmeros exemplos dessa simbiose entre a natureza e o homem, em que vemos a natureza sofrer e lutar pela vida junto ao sertanejo, em que as cheias são comparadas à “sístole e diástole da maior artéria da terra”¹¹⁶.

Citando apenas um exemplo da personificação da natureza em *Os Sertões*, observa-se a instabilidade dos aspectos geográficos, responsável pelo calor extremo, seca e plantas hostis, e, conseqüentemente, pelo isolamento do sertão. Para o forasteiro, açoitado pela natureza, essa instabilidade é fatal:

“a caatinga o **afoga** [o viajante]; **abrevia-lhe o olhar**; **agride-o** e **estonteia-o**; **enlaça-o** na trama espinescente e **não o atrai**; **repulsa-o** com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, **lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante...**”¹¹⁷.

Os trechos destacados são ações humanas, mas aqui quem as realiza é a caatinga, personificada neste contexto. Mas não apenas a caatinga é assim. Em “A Terra”, encontramos elementos que serão retomados em “O Homem”. Em resumo, “falando das plantas, Euclides da Cunha parece antecipar o que dirá do homem: (...) as plantas mais robustas trazem no aspecto anormalíssimo, impressos, todos os estigmas desta batalha surda”¹¹⁸.

Euclides da Cunha dialogava explicitamente com Humboldt. Cita-o em *Os Sertões*, em *À Margem da História* e em muitos de seus artigos. Para Souza,

“Humboldt se lhe apresenta como interlocutor privilegiado, precisamente porque questiona o paradigma físico-matemático do conhecimento, propondo a revolução científica em que se torna

¹¹⁵ HUMBOLDT, A. *Cosmos – Essai d’une description physique du monde*. Paris: Gide et J. Baudry, Éditeurs, 1855, p. 7.

¹¹⁶ CUNHA, 2009, p. 165.

¹¹⁷ CUNHA, 2009, p. 116. Grifos nossos.

¹¹⁸ LIMA, L. C. *Terra ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 139.

possível o consórcio da ciência e da arte. Os quadros da natureza propugnados por Humboldt e poetizados por Euclides exigem a participação afetiva do narrador”¹¹⁹.

Partilham, assim, a mesma concepção de ciência, aliada à literatura. Além disso, Humboldt tinha uma visão desprovida de preconceitos sobre a América, o que colocava em destaque seu posicionamento acerca do Novo Mundo, segundo os estudos de Ventura¹²⁰.

O autor traz à discussão a tese de Sérgio Buarque de Holanda em *Visões do Paraíso*, de que nos séculos XVIII e XIX inverte-se a visão predominante sobre a América dos séculos XV e XVI, espelho do paraíso. Com o pensamento iluminista, a América se transfigura num espaço inferiorizado em relação à Europa, o que acarreta na avaliação negativa dos povos do Novo Mundo, vistos como inferiores, bárbaros, que necessitam de intervenção europeia para progredirem.

Dois autores, no entanto, desenham um quadro positivo da América no século XVIII: o filósofo Jean-Jacques Rousseau e Humboldt. Para o primeiro, o selvagem está num estado anterior da evolução, o que, inclusive, coloca-o numa posição superior à dos civilizados, cujo contrato social instaurou a desigualdade entre os homens. Para o segundo, a América é um objeto de estudo científico, mais do que um objeto de contrastes entre culturas e de afirmação de superioridade. Critica as teorias da degeneração do americano e é bastante cuidadoso ao observar outras culturas a partir das lentes europeias, afirmando que essas teorias se difundem porque se aliam à vaidade do Velho Mundo e às tentativas de buscar argumentos científicos para os interesses da Europa¹²¹.

Euclides da Cunha, de modo semelhante, critica o que está posto e expõe o que está escondido: se os canudenses eram vistos como bárbaros monarquistas, inferiores aos civilizados republicanos, o autor elabora um discurso que coloca em xeque essa visão, trazendo o sertanejo, “que antes de tudo, é um forte”¹²², como símbolo da representação nacional. Este é um caso de empatia para com alguém que pensa de maneira semelhante. Humboldt questionou os preconceitos sobre América, saindo da zona de conforto, que era o pensamento europeu, a fim de dar uma explicação mais humanizada à situação daqueles povos considerados atrasados, mas por quem o cientista nutria o espanto e a admiração necessários para não se deixar convencer disso, mesmo diante das provas científicas de inferioridade e barbárie que pudessem ser mostradas.

¹¹⁹ SOUZA, 2009, p. 114-5.

¹²⁰ VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹²¹ VENTURA, 1991, p. 23.

¹²² CUNHA, 2009, p. 207.

Auguste de Saint-Hilaire

Outro importante interlocutor na obra euclidiana é o francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), botânico e viajante naturalista que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, percorrendo as regiões Sul e Sudeste e o estado de Goiás. Publicou os relatos de suas viagens, com o objetivo de descrever os produtos vegetais aqui encontrados, mas não se isentava de comentar a geografia, o comércio, os costumes, a religião e a administração da colônia, procedimento habitual dos viajantes naturalistas. Publicou também o estudo *Flora Brasiliae Meridionalis*, entre 1824 e 1833.

De Saint-Hilaire o que mais nos interessa é a definição de sertão, que, inicialmente, não se referia à aridez de um local, mas ao seu isolamento, à ausência de população. Deste modo, não apenas as regiões áridas seriam consideradas sertão, como também as florestas e qualquer outro local afastado, não havendo uma definição geográfica específica.

Segundo o viajante, “o nome de Sertão ou Deserto não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie de divisão vaga e convencional já determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez de população”¹²³. Portanto, aquele lugar esquecido, ignoto, aonde não se vai e, caso se vá, sai-se rápido, sem deixar rastros, seria uma indicação de que ali é o sertão.

No “Quadro geral do sertão” está o sentimento de Saint-Hilaire transcrito por Euclides da Cunha em *Os Sertões*: “compreende-se, então, a verdade da frase paradoxal, de Aug. de Saint-Hilaire: “Há, ali, toda a melancolia dos invernos, com um sol ardente e os ardores do verão!””¹²⁴. Colocamos anteriormente em contraste os sentimentos de Saint-Hilaire e Martius diante de uma mesma paisagem. Como afirmou Süsskind, os viajantes naturalistas, por mais imparciais que tentassem ser, transpareciam suas emoções em suas narrativas, como observamos neste trecho:

“essa parte do Sertão apresenta, como o disse noutro lugar, um terreno ondulado, talvez cortado por algumas montanhas e salpicado de pântanos. Crescem caatingas em diversos lugares e em particular às margens do S. Francisco. A majestosa palmeira chamada boriti embeleza os pântanos. Finalmente, em uma imensa parte do solo se estendem pastagens em meio às quais se dispersam árvores retorcidas e enfezadas, do córtex fendilhados, e folhas duras e quebradiças, que tem, na maioria das vezes, a forma da de nossas pereiras”¹²⁵.

¹²³ SAINT-HILAIRE, A. “Quadro geral do sertão”. In: _____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975, p. 307.

¹²⁴ CUNHA, 2009, p. 125.

¹²⁵ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 30.

Nesse trecho, observa-se a tensão entre parcialidade e imparcialidade. Saint-Hilaire descreve a vegetação do sertão de Minas, a oeste do rio São Francisco de forma bastante neutra, até se deparar com o buriti, que é majestoso e embeleza os pântanos. A beleza e a majestade da árvore são características atribuídas pelo viajante, diferentemente das outras árvores, de troncos retorcidos, córtex fendilhados, folhas duras e quebradiças e que se assemelham às pereiras. Dessas árvores podemos traçar uma imagem física; do buriti, apenas uma imagem simbólica.

Além da definição de sertão de Saint-Hilaire, também tomamos a descrição dos primeiros habitantes do sertão oriental, que, segundo o viajante, “foram paulistas que fugiram depois da derrota do Rio das Mortes. Encontraram a região habitada por tribos indígenas; exterminaram-nas, e alguns se misturaram com seus fracos restos”¹²⁶. Portanto, quanto à formação étnica do sertanejo, Euclides da Cunha o define tal como Saint-Hilaire, para quem o curiboca é uma mistura do bandeirante com o índio habitava os sertões. Além dessa definição, muitas outras se assemelham: a superstição que recai sobre os sertanejos, não por falta de inteligência, mas pela pobreza e pelo isolamento; a mandioca como um dos principais vegetais cultivados; a abundância do salitre na região.

Martius

Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) foi um botânico austríaco que chegou ao Brasil em 1817 e viajou pelo país durante aproximadamente dois anos, com Johan Baptist von Spix. Ambos eram membros da comissão naturalista austríaca que foi nomeada para acompanhar a arquiduquesa Dona Leopoldina, recém-casada com Dom Pedro I. Escreveu *Reise in Brasilien* em colaboração com Spix (1781-1826), importante obra da área de botânica, além de 46 fascículos da *Flora Brasiliensis*, publicados entre 1840 e 1868. Martius foi, segundo Herbert Baldus, da Seção de Etnografia do Museu Paulista, um dos principais iniciadores dos estudos etnográficos no Brasil, por seu trabalho com numerosas tribos indígenas afastadas do litoral, em seus aspectos linguísticos, sociais e culturais¹²⁷.

Martius é, como Saint-Hilaire e Humboldt, referência central na obra de Euclides da Cunha. Vejamos o primeiro parágrafo de, “A Nossa Vendaia”, um dos artigos mais famosos de Euclides da Cunha, publicado em 14 de março e 17 de julho de 1897, no jornal *O Estado de S. Paulo*:

¹²⁶ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 308.

¹²⁷ BALDUS, H. “Etnologia”. In: *Manual de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1949.

“o relatório apresentado em 1888 pelo Sr. José C. de Carvalho sobre o transporte do meteorito de Bendegó, os trabalhos do ilustre Professor Caminhoá e algumas observações de Martius e Saint-Hilaire fazem com que não seja de todo desconhecida a região do extremo norte da Bahia”¹²⁸.

Neste trecho, evidenciam-se, além da importância dos aspectos geológicos e geográficos, os autores nos quais Euclides da Cunha se baseia para elaborar sua análise. Em *Os Sertões*, alude novamente à passagem de Martius por Bendegó¹²⁹ e, em outro trecho, sobre a vegetação: “é a sylva oestu aphylla, a sylva borrida, de Martius, abrindo no seio iluminado da natureza tropical um vácuo de deserto”¹³⁰, mostrando, assim, a influência dos estudos do viajante naturalista na obra euclidiana.

A relação entre ambos, contudo, vai além das citações diretas. Lilia Moritz Schwarcz estuda as instituições científicas brasileiras e sua influência na questão racial, do fim do século XIX às primeiras décadas do XX¹³¹. Segundo a autora, com a chegada da família real portuguesa, em 1808, o Brasil começa a dar os primeiros passos na instalação de instituições nacionais, sendo fundados o Banco do Brasil, a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional.

Em 1838, iniciam-se as atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – o IHGB –, cujo objetivo era “construir uma história, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”¹³². Financiada pelo Império, legitimaria as visões dos grupos dominantes.

Um exemplo deste modelo oficial de história do Brasil é a dissertação de Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil”¹³³, eleita no concurso lançado pelo IHGB em novembro de 1840. Propunha-se que pesquisadores elaborassem um plano de estudos sobre a história antiga e moderna do Brasil, que deveria compreender as partes política, civil, eclesiástica e literária da história do país.

Martius inicia sua dissertação afirmando que, para elaborar uma História do Brasil, deve-se, a princípio, considerar seus elementos formadores: índios, brancos e negros, pois cada raça humana tem uma “índole inata”, “particularidades físicas e morais”, as quais contribuíram para a formação tão diferenciada do povo brasileiro. Assim, “do encontro, da mescla, das

¹²⁸ CUNHA, 1995, v. II, p. 605.

¹²⁹ CUNHA, 2009, p. 102.

¹³⁰ CUNHA, 2009, p. 125.

¹³¹ SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

¹³² SCHWARCZ, 2010, p. 99.

¹³³ MARTIUS, K. F.; RODRIGUES, J. H. Como se deve escrever a História do Brasil, *Revista de Historia de América*, n. 42 (dec. 1956), p. 433-458.

relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular”¹³⁴.

Para o autor, o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor, raça predominante contra a qual reagiram indígenas e negros. “O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver pequenos confluente das raças índia e etiópica (...) e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem”¹³⁵. Ou seja: o português é o elemento civilizador destes *pequenos* confluente, *inferiores*, que serão fortalecidos. A metáfora geográfica é bastante interessante, pois, como vimos, é operada a todo tempo por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, para estabelecer essa relação entre o homem e a natureza.

Apresenta, também, a necessidade de o historiador estudar os indígenas, suas línguas, religiões, costumes, relações sociais e jurídicas, em comparação com os outros povos americanos, não negligenciando a história anterior à conquista de Portugal. E, de modo bastante breve, afirma que se deve indagar a condição dos negros, com “seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias a sua raça em geral”, que foram trazidos ao Brasil por “feitorias portuguesas”. Observa-se, na dissertação de Martius, a existência de um discurso eurocêntrico para caracterizar o *outro*, para demonstrar sua inferioridade e legitimar a dominação. Mas observa-se, também, um dos primeiros esboços para que se constitua a história dessa nação recém-nascida. Assim, estabelecer uma metodologia para pensar sua história é fundamental, e este é o principal ponto de contato entre Euclides da Cunha e Martius: a valorização da história. Veremos como isso se desenvolve em Euclides da Cunha nos estudos sobre a “Nota Preliminar” de *Os Sertões*.

2.1.2 Escritores e correspondentes: José de Alencar, Afonso Arinos e Manoel Benício

Na obra de Euclides da Cunha, além das referências aos viajantes, também se observam as influências de obras literárias anteriores a *Os Sertões*. Citamos três: *O Sertanejo*, de José de Alencar, *Os Jagunços*, de Afonso Arinos, e *O Rei dos Jagunços*, de Manoel Benício. O foco desta seção é, portanto, a intertextualidade que se estabelece entre *Os Sertões* e outras obras literárias.

¹³⁴ MARTIUS, 1956, p. 441-442.

¹³⁵ MARTIUS, 1956, p. 443.

Em *A imitação dos sentidos*¹³⁶, Leopoldo Bernucci realiza um estudo comparativo entre *Os Sertões* e outras obras do cânone literário. Dentre as obras nacionais, destacam-se *O Sertanejo*, de José de Alencar, e *Os Jagunços*, de Afonso Arinos.

Bernucci afirma que Euclides da Cunha “extrai da obra do escritor romântico trechos verdadeiramente poéticos”¹³⁷ e, quanto a Afonso Arinos, cujas “inclinações partidárias em política” eram tão distantes, Euclides da Cunha focaliza o que é mais importante: “a grandeza das afinidades intelectuais e dos ideais de publicista”¹³⁸.

A afinidade literária entre Euclides da Cunha e Afonso Arinos também é proposta por Walnice Nogueira Galvão, estudiosa da obra de Euclides da Cunha e da Revolta de Canudos. A autora, assim como Bernucci, ressalta que as diferenças políticas entre Euclides da Cunha, republicano, e Afonso Arinos, monarquista, são diminuídas frente ao interesse de ambos pelo sertão¹³⁹.

Quanto às interseções entre as obras de Euclides da Cunha e de Manoel Benício, ainda que Benício seja citado com frequência, há menor número de estudos aprofundados. No entanto, nas relações que se estabelecem, observa-se a especialização desse correspondente nos aspectos bélicos – como é também o caso de Euclides da Cunha –, em virtude de ter sido militar, um capitão-honorário do Exército¹⁴⁰. Outra relação diz respeito à preocupação com a cultura sertaneja, da qual Antônio Conselheiro seria um símbolo¹⁴¹.

O que diferenciou Euclides da Cunha dos outros correspondentes que estiveram em Canudos no mesmo período e que também escreveram obras baseadas em suas observações – Afonso Arinos e Manoel Benício – foi, principalmente, a grandiosidade do seu estilo literário, mas também o fato de ter se aproximado mais de um observador itinerante, enquanto os outros dois – especialmente o último –, de visitantes. Diferentemente de *O Sertanejo*, são poucos os estudos sobre *Os Jagunços* e *O Rei dos Jagunços*. Alencar pertenceu a outra época. Obras sobre Canudos publicadas no mesmo período que *Os Sertões* foram ofuscadas por sua presença¹⁴².

¹³⁶ BERNUCCI, 1995.

¹³⁷ BERNUCCI, 1995, p. 23.

¹³⁸ BERNUCCI, 1995, p. 65.

¹³⁹ GALVÃO, W. N. “De sertões e jagunços”. In: _____. *Saco de gatos: ensaios críticos*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de S. Paulo, 1976.

¹⁴⁰ Para mais informações, ver: GALVÃO, W. N. *No Calor da Hora: a Guerra de Canudos nos Jornais, 4a Expedição*. São Paulo, Ática, 1977, e AZEVEDO, S. M. Manoel Benício: um correspondente da Guerra de Canudos. *Revista USP*, São Paulo, n. 54, junho/agosto 2002, p. 82-95.

¹⁴¹ BALBUENO, L. H. “Afonso Arinos, Manoel Benício e Euclides da Cunha: memórias de guerra”. In: GOMES, G. M. (org.) *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 163-1178.

¹⁴² Ver: *Júzos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. Preparação do texto de Valentim Facioli e José Leonardo do Nascimento. São Paulo: Nankim Editorial: Editora da Unesp, 2003. Nesta obra, que reúne artigos de

O Sertanejo, de José de Alencar

O Sertanejo é um dos últimos romances escrito por José de Alencar (1829-1877). Publicado em 1875, apresenta características próximas às do Naturalismo, como descrições da natureza que se desenvolvem atreladas à narrativa.

O romance se passa nos sertões de Quixeramobim, no Ceará, em 1764, e narra a história de Arnaldo Loureiro, um sertanejo que serve à família Campelo, detentora das terras da região, e se apaixona por Dona Flor, filha do capitão-mor. A narrativa destaca as habilidades e a coragem do sertanejo, que faz o possível para proteger a família Campelo das intempéries que ocorrem ao longo do romance.

O livro apresenta estrutura semelhante à de *Os Sertões*: o primeiro capítulo é dedicado à descrição de Quixeramobim; são apresentadas, em seguida, as características do sertanejo, o modo como vive, seus hábitos e características; nos últimos capítulos do livro é travada a luta pela honra, que se dá entre os representantes do bem e do mal, os Campelo e os Fragoso, respectivamente, com a derrota do mal, característica de José de Alencar e de todo o nosso romantismo, segundo Antônio Candido¹⁴³.

Apesar da semelhança, em *O Sertanejo* a narrativa – mais do que as descrições – permeia a maior parte do livro, desde o início; existe também um enredo romântico, com oposições entre bem e mal, civilização e barbárie, bem definidos. Em *Os Sertões*, “A Terra” e “o Homem” são fundamentalmente descritivos, concentrando-se as narrativas em “A Luta”.

Vale destacar os principais pontos de contato entre *Os Sertões* e *O Sertanejo*: a definição de “sertão” e a dicotomia *civilização* e *barbárie*. A definição de Alencar se alinha à ideia de sertão como área isolada, não necessariamente semiárida, haja vista que, em muitos momentos, observamos descrições de florestas, com fauna típica da região, como no trecho a seguir:

“o homem da cidade não compreende esse hábito silvestre. Para ele a mata é uma continuação de árvores, mais ou menos espessa, assim como as árvores não passam de uma multidão de folhas verdes. Lá se destaca apenas um tronco secular, ou outro objeto menos comum, como um rio e um penhasco, que excita-lhe a atenção e quebra a monotonia da cena.
“Para o sertanejo a floresta é um mundo, e cada árvore um amigo ou um conhecido a quem saúda passando. A seu olhar perspicaz as clareiras, as brenhas, as coroas de mato, distinguem-se melhor do que as praças e ruas com seus letreiros e números”¹⁴⁴.

periódicos sobre a repercussão de *Os Sertões* no período de seu lançamento, destaca-se a proeminência da obra de Euclides da Cunha em relação a suas contemporâneas.

¹⁴³ “Assim, sob vários aspectos – uns convencionais, outros mais raros; uns aparentes, outros virtuais – sentimos em Alencar a percepção complexa do mal, do anormal ou do recalque, como obstáculo à perfeição e como elemento permanente na conduta humana. É uma manifestação dialética do bem e do mal que percorre a ficção romântica, inclusive a nossa”. In: CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2009, p. 545.

¹⁴⁴ ALENCAR, J. *O Sertanejo*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1984, p. 76-77.

O ambiente descrito certamente não é o semiárido: árvores espessas, com uma “multidão de folhas verdes” ou mesmo um rio ou penhasco não fazem parte da imagem do sertão que concretizamos quando pensamos na acepção moderna deste vocábulo.

As árvores de José de Alencar também são personificadas, como as de Euclides da Cunha e de Humboldt. São humanizadas por aqueles com quem convivem, diferentemente do homem das cidades, que só consegue ver uma ou outra árvore que se destaca.

O sertanejo de Alencar é destemido, como o bravo e corajoso sertanejo de Euclides da Cunha. Porém, o deserto a que se refere Alencar se assemelha ao de Saint-Hilaire, já que por vezes o sertanejo está na floresta e lida com jaguar e cascavel, além de correr com macacos e saguis e de submeter o soberano das florestas, o tigre brasileiro, ou seja, a onça¹⁴⁵. A fauna e a flora descritas são características tanto da Mata Atlântica quanto da caatinga, tornando, assim, ambígua a região a que se refere. Os sinônimos para a morada do sertanejo, na obra, são “mato” e “selva”, acentuando a ambiguidade e destacando a ideia de isolamento frente à de semiárido.

Quanto à formação do sertanejo, para José de Alencar, sua origem parece encontrar raízes no índio brasileiro. Ao descrever a habitação do sertanejo, expõe os usos da rede de algodão, presente em todos os cômodos, exceto na cozinha. “Na varanda [a rede] faz as vezes de sofá, e é o lugar de honra que o sertanejo, fiel às tradições hospitaleiras do índio seu antepassado, oferece ao hóspede que Deus lhe envia”¹⁴⁶. Além disso, quanto à habilidade, “auxiliava [a Arnaldo] muito o velho Jó, que nos longos anos vividos no deserto adquirira a sagacidade de um índio”¹⁴⁷. E o próprio Arnaldo, que “arrancando o cardão em um salto, disparava pela colina abaixo, soltando esse brado pujante, que o sertanejo aprendeu do índio, seu antepassado”¹⁴⁸.

No entanto, ao descrever a personagem Luiz Onofre, Alencar materializa o curiboca como um representante das três raças brasileiras:

“Luiz Onofre era um produto desse cruzamento de raças a que se deu o nome de coriboca. Assim como a sua tez representava a fusão das três cores, a alva, a vermelha e a negra, da mesma sorte o seu caráter compunha-se dos três elementos correspondentes àquelas variedades. Tinha a avidez do branco, a astúcia do índio, e a submissão do negro”¹⁴⁹.

¹⁴⁵ ALENCAR, 1984, p. 55; 57; 99.

¹⁴⁶ ALENCAR, 1984, p. 85.

¹⁴⁷ ALENCAR, 1984, p. 195.

¹⁴⁸ ALENCAR, 1984, p. 219.

¹⁴⁹ ALENCAR, 1984, p. 256.

O branco e o índio têm características ativas (avidez e astúcia), ao passo que o negro apresenta uma característica passiva, a submissão. Ao destacar as qualidades de Arnaldo e de Jó, o autor ressalta, por conseguinte, as qualidades do índio. Os elementos selecionados por José de Alencar para a composição da obra se assemelham tanto aos de Saint-Hilaire, especialmente na definição de deserto, quanto aos de Martius, no que se refere à formação do sertanejo, embora não os cite diretamente, como Euclides da Cunha.

Os Jagunços, de Afonso Arinos

Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916), monarquista e membro da aristocracia brasileira, casado com Antonieta Prado, era um apaixonado pelo sertão. Publicou, em 1898, *Pelos Sertões*, sobre contos e paisagens inspirados em suas viagens. Também cobriu a Revolta de Canudos, e publicou artigos sobre o tema, além de um romance, *Os Jagunços*¹⁵⁰.

Escrito no desenrolar da guerra de Canudos e publicado em 1898, sob o pseudônimo de Olivio Barros, com uma tiragem de cem exemplares, *Os Jagunços* foi o resultado da participação de Afonso Arinos como correspondente do mesmo jornal, do qual era dono. A obra, no entanto, não teve a repercussão de *Os Sertões*, mas ambas apresentam semelhanças no tema e na forma que não podem deixar de ser comentadas.

O livro de contos de Afonso Arinos tem como fio condutor a história de Luiz Pachola, vaqueiro que, à beira da morte, vê uma dama ser assassinada para salvar sua vida. O fato, ocorrido na festa do Divino, na qual estava presente Antônio Conselheiro, faz com que Pachola se torne um devoto do beato. Em seguida, inicia-se a Revolta de Canudos e o vaqueiro é um dos poucos que sobrevivem.

Em “Afonso Arinos: uma paixão sertaneja”¹⁵¹, Dantas coteja os textos do autor e de Euclides da Cunha, realizando uma análise do ponto de vista de ambos a respeito da Revolta de Canudos.

Para Dantas, havia dois tipos de nacionalistas no período da transição da Monarquia para a República: os nacionalistas populares, como Luís Gama, Lima Barreto, Sílvio Romero e Euclides da Cunha; e os nacionalistas originários da burguesia, como Eduardo e Paulo Prado, Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay e Afonso Arinos. Os dois grupos, contudo, reivindicavam a existência de uma inteligência brasileira nacional. Afonso Arinos, segundo

¹⁵⁰ FRANCO, A. A. M. *Os jagunços: novella sertaneja escripta expressamente para “O Commercio de S. Paulo” e publicado por esta folha*. São Paulo: 1898.

¹⁵¹ DANTAS, P. “Afonso Arinos: uma paixão sertaneja”. In: _____. *Os sertões de Euclides e outros sertões*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultural; Imprensa Oficial do Estado, 1969, Coleção Ensaio, p. 37-46.

Dantas, era um “nacionalista positivo”, que via o “perigo de a falsa civilização invadir e desfigurar as coisas boas do sertão”¹⁵².

A obra de Afonso Arinos apresenta a seguinte estrutura:

- Primeira Parte: I A encomendação; II O missionário; III O vaqueiro; IV A profecia.
- Segunda Parte: I A cidade santa; II A expedição; III Os fanáticos; IV A guerra; V O último reduto.

Segundo Galvão, em “De sertões e jagunços”,

“o livro de Euclides da Cunha (...) caminha de uma descrição que aspira à objetividade científica (...) para um episódio narrativo em que intervém a História. A primeira e a segunda partes poderiam ser abrangidas pelo título de “Causas” ou “Por que”, pois é na pesquisa dos fatores mesológicos, sejam eles geográficos ou raciais, que Euclides vai procurar as razões da irrupção do levante”¹⁵³.

Para a autora, o livro de Afonso Arinos segue a mesma estrutura de *Os Sertões*, com a Primeira Parte, composta por quatro capítulos correspondentes a “A Terra” e “O Homem”, e a segunda parte, a “A Luta”.

Quanto à estrutura narrativa, os textos são bastante díspares: o texto de Arinos é muito mais dinâmico e narrativo, com discurso direto e personagens que são indivíduos; já o de Euclides da Cunha é bem mais descritivo, com personagens que representam grupos ou tipos, como a natureza e os sertanejos, não se prendendo, assim, a indivíduos que realizam as ações.

“Diferentemente de Euclides, Arinos apanha, no desenrolar de um destino individual, os fatores históricos que transformam um habitante do sertão num rebelde fanático. Enquanto Euclides marca do geral para o particular (...), Arinos, à tradicional maneira do romance, revela os determinantes – para ele mais históricos no sentido amplo do que geográficos ou raciais – na particularidade de um destino humano”¹⁵⁴.

Para Galvão, Arinos viu mais longe que Euclides da Cunha o problema que se instaurava no arraial. Afirmava Arinos que “admitir-se que a simples ação de um indivíduo possa produzir o fanatismo de um povo é ser cego, é não conhecer coisa alguma de História ou Sociologia”¹⁵⁵. Afonso Arinos teria sido mais lúcido que o Euclides da Cunha anterior a *Os Sertões*, vendo que Canudos não fora um movimento político, tal como os republicanos o tacharam.

As ideias que uniam Afonso Arinos e Euclides da Cunha eram maiores do que seus diferentes ideais políticos. No artigo *Campanha de Canudos (O epílogo da Guerra)*, publicado

¹⁵² DANTAS, 1969, p. 43-44.

¹⁵³ GALVÃO, 1976, p. 83.

¹⁵⁴ GALVÃO, 1976, p. 85.

¹⁵⁵ GALVÃO, 1976, p. 65.

em 9 de outubro de 1897, Afonso Arinos afirma: “e essa força, que assim apareceu, há de ser incorporada à nossa nacionalidade e há de entrar nesta como perpétua afinação da mesma nacionalidade”¹⁵⁶. Como ressaltou Galvão: “mérito maior, afora o literário, é que ambos são escritos com paixão e fervor de justiça”¹⁵⁷.

O Rei dos Jagunços, de Manoel Benício

*O Rei dos Jagunços*¹⁵⁸, publicado em 1899 por Manoel Benício, foi escrito com base na sua vivência durante a Guerra de Canudos. O autor, enquanto correspondente do *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, acompanhara a revolta, assim como Euclides da Cunha e Afonso Arinos. Benício, no entanto, apresenta uma particularidade importante: foi combatente em Canudos, ao lado do exército. O livro, “meio rapsódia, meio romance histórico sobre Antônio Conselheiro e sobre o drama de Canudos, seu povo e sua suas histórias”¹⁵⁹, não foi bem recebido pelos críticos do período.

O autor narra a gênese de Antônio Conselheiro, com todo o mapa genealógico dos Macieis. Relata sua infância, a passagem pelo hospício até chegar ao fanatismo que levava multidões a segui-lo. A partir de algumas personagens principais, narra o modo de vida dos jagunços e o episódio de Canudos, até culminar no fim do Arraial, com tiros de armas e de canhões, um dos quais atinge a perna do beato, que morre num Santuário.

Elaborado em estilo mais semelhante ao de Afonso Arinos, também está repleto de discurso direto e diálogos, trazendo a vida sertaneja numa linguagem que o autor considerava a linguagem do sertão. Assemelha-se a *Os Sertões* não apenas pelas descrições, mas também pela estrutura dada ao livro. Vejamos seu sumário:

- Primeira parte: Os Visionários e Cangaceiros – Os Macieis; Antônio Conselheiro; Santas Missões; Vida Sertaneja; Canudos;
- Segunda parte: Militares e Políticos – Primeira e segunda expedições; Terceira expedição; Os jagunços em Canudos; Atenção; A quarta expedição; Artimanhas e deserções; Desesperos; As investidas; Começo do fim; ?.

¹⁵⁶ FRANCO, A. A. M. *Obra Completa*, organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

¹⁵⁷ GALVÃO, 1976, p. 85.

A propósito deste assunto, encontram-se nas *Obras Completas* de Euclides da Cunha duas cartas remetidas a Afonso Arinos. A primeira, de 10 de setembro de 1903, saúda o mineiro pela eleição e posse na da Cadeira 40 da Academia Brasileira de Letras. A segunda, de 17 de julho de 1906, informa que está pronto o discurso, provavelmente referente à sua nomeação para a Cadeira 7 da Academia Brasileira de Letras, cuja eleição fora em setembro e seu recebimento, em dezembro. Mais informações em: CUNHA, 1995, v. II, p. 669; 710.

¹⁵⁸ BENICIO, M. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

¹⁵⁹ DANTAS, 1969, p. 77-88.

Procedendo como Galvão em “De sertões e jagunços”, observamos no sumário de *O Rei dos Jagunços* que a primeira parte seria correlata a “O Homem”, e a segunda parte, a “A Luta”. Um trecho de *O Rei dos Jagunços* também chama a atenção: “os que, porém, raciocinavam com calma não viam na rebeldia dos jagunços mais que um fenômeno social vulgar a todas as épocas, em todos os povos, e nunca um movimento político: fenômeno de recomposição pelo qual um povo, ao cabo de séculos, não se parece mais com o que foi”¹⁶⁰.

Benício parece ter um ponto de vista semelhante ao de Afonso Arinos ao analisar o problema. Já em 1899, o autor observava que a revolta dos canudenses não fora um fenômeno político. Até então, tínhamos de Euclides da Cunha apenas os relatos publicados em *O Estado de S. Paulo*, entre eles “A Nossa Vendeia”¹⁶¹, dois artigos de 1897 nos quais Euclides da Cunha compara a revolta de Canudos à manifestação monarquista em Vendeia, na França, contra a Revolução Francesa. Em 1902, Euclides da Cunha expressa opinião bastante distinta da exposta nos artigos supracitados: em *Os Sertões*, não se fala de uma revolta monarquista, mas de um crime a ser denunciado: o massacre em Canudos, operado pelo exército.

Um ponto ressaltado por Galvão é o número de referências existentes em *Os Sertões*, mas nenhuma às obras de José de Alencar, Afonso Arinos e Manuel Benício. As hipóteses da ensaísta são de que Euclides da Cunha não citou diretamente o que não considerava ciência. Assim, mesmo que existam relações diretas com Alencar e Arinos, seus nomes não estão referidos¹⁶², o que se destaca na obra de autor como Euclides da Cunha, tão cuidadoso em suas referências, ao citar os nomes de seus interlocutores.

2.2 O contexto, o método e a narrativa de Euclides da Cunha

As primeiras apreciações veiculadas em periódicos da época, logo após a publicação de *Os Sertões*, versavam sobre a questão do estilo de Euclides da Cunha. José Veríssimo, Araripe Júnior e Coelho Neto, para citar alguns redatores, focalizavam o estilo difícil e o vocabulário pouco usual como aspectos essenciais da obra¹⁶³. Euclides da Cunha recebe positivamente as críticas. Uma, contudo, se destaca e suscita a escrita de uma carta, na qual está uma das mais precisas explicações sobre a composição de sua obra.

¹⁶⁰ BENICIO, 1997, p. 107.

¹⁶¹ CUNHA, 1995, v. II, p. 605.

¹⁶² GALVÃO, 1976, p. 65-85.

¹⁶³ Essas críticas foram inicialmente publicadas em 1904, sob o título de *Juízos Críticos*, e reorganizadas adiante. Ver: *Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. Preparação do texto de Valentim Facioli e José Leonardo do Nascimento. São Paulo: Nankim Editorial: Editora da Unesp, 2003.

Em 3 de dezembro de 1902, um dia após a publicação de *Os Sertões*, José Veríssimo, crítico sempre severo, publica no jornal *Correio da Manhã*, uma avaliação positiva sobre a obra de Euclides da Cunha. Elogia a pluralidade e a sensibilidade daquele que era ao mesmo tempo um homem de ciências, geógrafo, etnólogo, historiador e romancista. Sua linguagem foi classificada, no entanto, como pouco acessível, o que não diminuía o valor do livro. Euclides da Cunha responde a Veríssimo:

“[os termos técnicos] sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permita-me a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras — sobretudo se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, é a tendência mais elevada do pensamento humano. (...) “O escritor do futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a avidez característica das análises e das experiências”¹⁶⁴.

O “consórcio da ciência e da arte”, portanto, parece ser a chave para a compreensão de sua obra. Esta mesma metodologia é aplicada em todos os seus escritos, nos quais o autor conjuga à sensibilidade poética diversos campos do conhecimento científico.

Nesta seção, veremos como os métodos científicistas permearam os escritos do autor e quais eram os objetivos de tais teorias. A influência do ideal republicano no modo como Euclides enxergava o Brasil também estará em exame, por meio do artigo *A Nossa Vendeia*, de 1897, e da “Nota Preliminar” de *Os Sertões*. Em relação à arte, terão destaque o pré-modernismo e os clássicos, bem como algumas características do estilo do autor.

2.2.1 O contexto

Euclides da Cunha atua como escritor no fim do século XIX e início do século XX. Roberto Ventura¹⁶⁵ investiga o pensamento dos intelectuais do período exatamente anterior ao de Euclides da Cunha, os quais, muitas vezes, faziam parte da Academia Brasileira de Letras ou do Instituto Histórico Geográfico do Brasil, escreviam baseando-se em pressupostos naturalistas ou evolucionistas, valorizavam o cientificismo, relacionavam temas como raça e natureza e consideravam a objetividade e a imparcialidade como fatores de prestígio numa obra. Faziam parte dessa geração autores como Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, dentre outros.

¹⁶⁴ Excerto da carta de Euclides da Cunha a José Veríssimo, em 3 de dezembro de 1902. In: CUNHA, 1995, v. II, p. 653.

¹⁶⁵ VENTURA, 1991.

Posteriormente, alcunhou-se ao grupo a expressão “Geração de 1870”, pelo ideário de Brasil que começaram a edificar, introduzindo o país na civilização, renunciando ao pensamento religioso em prol do pensamento científico. Almejavam utilizar as fontes europeias como matrizes para a elaboração da nação recém-independente de Portugal, mas conscientes de que estavam sujeitas a reinterpretações. Criticavam o *status quo* amparado pela Monarquia e almejavam a República, alimentando um ideal antiabsolutista e antiescravagista, pregando a separação entre Estado e Igreja, característica do positivismo, para o qual o saber é temporal e secular, diferentemente dos dogmas da religião¹⁶⁶. Entravam em questão, também, os questionamentos acerca do Novo e do Velho Mundo, com suas evidentes diferenças, para as quais os pensadores europeus do período tentavam encontrar explicações e justificativas – especialmente para a dominação. Circulavam na Europa e na América ideias eurocêntricas e deterministas¹⁶⁷.

No contexto nacional, a abolição da escravidão e a República eram recentes. A superioridade do branco vinculada às elites dominantes política, social e economicamente era internalizada na época. No contexto internacional, a noção da diferença hierárquica entre as raças justificava a dominação de uns por outros, isto é, dos europeus sobre os povos recém-descobertos da América, habitantes dos locais transformados em colônias da Europa, como visto em seções anteriores.

Neste período, existem duas linhas de pensamento científicas analisando a questão: a dos unitaristas, que acreditam na unidade da espécie humana, dos quais faz parte Humboldt; e a dos poligenistas, como Gobineau, que advogam pela separação das raças, argumentando que os seres humanos tiveram origem em vários locais do globo¹⁶⁸.

Também concorrem duas visões políticas: o liberalismo e o racismo, o primeiro pregando a igualdade e o segundo, a desigualdade entre os indivíduos das diferentes nações. As teorias racistas visam a diferenciar tanto quanto as raças, o povo e os grupos letrados¹⁶⁹.

No Brasil, as teorias eram avaliadas pelos intelectuais e assumiam funções diferentes das iniciais. Por exemplo, o racismo, que visava a justificar o imperialismo europeu, justificava

¹⁶⁶ VENTURA, 1991, p. 12. Para outras informações, consultar também: ALONSO, A. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹⁶⁷ A título de ilustração, citemos as teses de alguns pensadores europeus do período. Montesquieu afirmava que escravidão, poligamia e despotismo são causados pelo clima tropical. No calor, o indivíduo relaxa e perde força e vitalidade, tendendo à preguiça. Buffon absorve as ideias de Montesquieu e afirma a supremacia europeia, por seu clima temperado e pelo porte de suas raças, frente às outras, impossibilitadas de saírem de suas condições. Ainda mais incisivo é Cornelius de Pauw, para quem toda a América é degenerada, dado o clima. Ver: VENTURA, 1991, p. 23.

¹⁶⁸ VENTURA, 1991, p. 57.

¹⁶⁹ VENTURA, 1991, p. 58.

aqui as relações entre senhor e escravos¹⁷⁰. Assim, o negro deveria necessariamente ser visto como inferior, para justificar a dominação.

Em *O Espetáculo das Raças*, Schwarcz elabora argumento semelhante. Para a autora, as teorias raciais legitimavam a manutenção dos interesses da elite mesmo após a abolição, ou seja, a manutenção da hierarquia social advinda com o problema da mão de obra¹⁷¹.

O período coincide com a ascensão dos discursos etnocentristas, que utilizavam o argumento racial para fundamentar a dominação de algumas nações. Une-se a isso, por exemplo, as tentativas de se construir uma narrativa nacional, amparada pela História, como esboçou Martius em sua dissertação para o IHGB.

Vemos, assim, nessa efervescência de ideias, ser contemplado o contraditório homem dos sertões, o titã fatigante, “Hércules-Quasímodo”, nas palavras de Euclides da Cunha¹⁷², e o “vaqueiro, meio bandido, capanga assalariado”, nas palavras de José Veríssimo, em sua crítica a *Os Sertões*¹⁷³.

2.2.2 O método e a narrativa

Euclides da Cunha se sobressaiu na cultura brasileira não apenas pela temática abordada e pelo ponto de vista adotado: o sertanejo como cerne da nacionalidade. Seu estilo, ao mesmo tempo erudito, científico e inflamado, conquista por colocar o sertão como protagonista do Brasil.

Alfredo Bosi, ao discorrer acerca das ideias do período e de seus principais autores, afirma que o conservadorismo era uma constante literária, manifestado através da cultura acadêmica e erudição “adornada por certos estereótipos liberais em que se haviam formado os líderes republicanos”. No entanto, o autor também ressalta que

“por outro lado, ainda incerto e mantendo com a cultura “oficial” mais de um ponto de contato, corre um filão inconformista que, seja pendendo para o socialismo, como no Euclides dos últimos anos (...) deixa entrever um profundo mal-estar pela inadequação entre as roupas constitucionais e o corpo social do país”¹⁷⁴.

Euclides da Cunha é um pouco dos dois: conservador na forma, na escrita erudita e na aplicação das ciências na descrição da terra, mas também de uma inestimável sensibilidade

¹⁷⁰ VENTURA, 1991, p. 60.

¹⁷¹ SCHWARCZ, 1993, p. 18.

¹⁷² CUNHA, 2009, p. 207.

¹⁷³ VERÍSSIMO, J. “Uma história dos sertões e da campanha de Canudos (Os sertões, campanha de Canudo por Euclides da Cunha)”. In: *Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. Preparação do texto de Valentim Facioli e José Leonardo do Nascimento. São Paulo: Nankim Editorial: Editora da Unesp, 2003, p. 50.

¹⁷⁴ BOSI, 1973, p. 115.

social. Segundo Bosi, “o sentimento mais frequente (...) no criador de *Os Sertões* é o desespero dissimulado de resignação ante a fatalidade, desespero acompanhado de amor secreto pelo homem heroico que resiste à tragédia de seu destino”¹⁷⁵.

Bosi também afirma que Euclides da Cunha empregou em *Os Sertões* a visão de mundo dramática que desejava comunicar. Assim, o autor deu uma nova apresentação aos textos que já haviam sido publicados em 1897, como já expusemos nas duas seções anteriores.

Além disso, o crítico também expõe a questão dos acidentes geográficos, que ganham vida na visão de Euclides da Cunha. De modo semelhante, a luta da natureza neste ambiente inóspito se relaciona à luta do sertanejo para sobreviver, seja no sertão, seja na guerra¹⁷⁶. Lembremos, aqui, o que ressaltamos na seção sobre Humboldt, sobre a personificação da natureza.

Se entre 1870 e 1910 estão em destaque os fatores étnicos e climáticos, em 1930 a ênfase está nas origens sociais, culturais e econômicas do Brasil. Assim, Euclides da Cunha é considerado um autor deste período de transição por ainda se utilizar da relação determinista, que engloba homem, meio e momento histórico, mas por extrapolar esses limites e partir para a questão da identidade nacional, que será retomada no Modernismo de olhar brasileiro, após sua ênfase no período romântico, no qual, todavia, ainda era forte a influência europeia.

Antes dele, José de Alencar, Afonso Arinos, Bernardo Guimarães e Visconde de Taunay, entre os mais conhecidos, também inseriram os sertões brasileiros em suas obras. O que diferencia Euclides da Cunha é sua abordagem da parte para explicar o todo, a inserção do sertão na unidade nacional. Não falava dos sertanejos para valorizá-los em seu ambiente, como na literatura regionalista que ascende no Romantismo, mas para denunciar o conflito sertão-litoral, que era antes um conflito político que regional¹⁷⁷. Euclides da Cunha não era, diferentemente dos autores citados, um escritor regionalista, porque seu foco não era uma análise do sertão, mas do Brasil.

Em relação à ciência na obra euclidiana, observa-se que sua formação o influenciou sobremaneira na constituição de sua metodologia de análise do Brasil.

O polêmico percurso de Euclides da Cunha nas Ciências Naturais, através de sua formação, relações pessoais e profissionais é tema de um estudo de Santana¹⁷⁸. De acordo com o autor, foi no curso de engenharia civil que Euclides da Cunha aprendeu os ideais políticos e

¹⁷⁵ BOSI, 1973, p. 121.

¹⁷⁶ BOSI, 1973, p. 123.

¹⁷⁷ DANTAS, 1969, p. 12.

¹⁷⁸ SANTANA, J. C. B. *Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

científicos que deixariam marcas indeléveis em sua obra. Galvão detalha o currículo da Escola Militar na década de 1880, no qual estavam presentes disciplinas como Geometria, Balística, Desenho, Física, Astronomia, Geografia, Tática e estratégias militares, Fortificação de campanha e reconhecimento de terreno, Química, Mineralogia, Artilharia e História natural, ministradas por professores cuja linha de pensamento era francesa, acendendo, despropositadamente, a luz do ideal republicano a partir da faísca da Revolução Francesa, o que fica evidente, por exemplo, no artigo “A Nossa Vendeia”¹⁷⁹.

Ao comentar a explosão das ideias científicas como tentativa de explicação das nações, Santana cita um estudo de Sílvia Romero, em que o crítico afirma que, até 1868, a Igreja e a Monarquia reinavam intactas, até que as ideias científicas invadiram os recintos frequentados pelos intelectuais e explicitaram o atraso que essas instituições ocasionavam em todas as áreas, uma vez que, ao serem financiadas pela Monarquia, o conhecimento produzido nessas instituições não era autônomo, mas visava a legitimar o ponto de vista do império. Numa relação ambígua, havia, ao mesmo tempo, um sentimento de modernização e de imersão no processo civilizatório, pois, embora a ciência produzida visasse a legitimar o império, instituição em queda da Europa, essa mesma ciência só se tornava possível no Brasil graças aos investimentos dessa instituição em bibliotecas, universidades e institutos de pesquisa¹⁸⁰.

Schwarcz¹⁸¹ afirma que a partir da mudança do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste e dos movimentos migratórios, o discurso científico evolucionista passa a servir de modelo de análise social para explicar as diferenças internas dentro do país, e, no âmbito internacional, para justificar as práticas imperialistas e de dominação ainda sofridas. A mídia agora veiculava um Brasil moderno, imagem muito distinta daquele Brasil exótico dos relatos dos viajantes naturalistas.

Os “homens de *Sciencia*”, assim, procuravam sistemas globalizantes para dar sentido à nação. Os textos introduzidos no país eram de cunho autoritário e conservador, no que diz respeito à definição das identidades nacionais, apenas justificando a manutenção das hierarquias sociais já consolidadas¹⁸².

¹⁷⁹ Sobre as influências da escola militar na obra de Euclides da Cunha, ver: GALVÃO, W. N. “Introdução: Euclides, elite modernizadora e enquadramento”. In: CUNHA, Euclides da. *Euclides da Cunha*. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Ática, 1984, p. 7-37.

¹⁸⁰ SANTANA, 2001, p. 23.

¹⁸¹ SCHWARCZ, 1993.

¹⁸² SCHWARCZ, 1993, p. 40-2.

Para Schwarcz, a moda cientificista entrou no Brasil por meio da literatura, e não das ciências. Contraditoriamente, o poeta era visto com desdém pelos homens de ciência, sendo comparados a ociosos, como afirmam Süsskind e Santana¹⁸³.

Euclides da Cunha, nessa tensão, “construiu uma interpretação na nação brasileira baseada no consórcio da ciência e da arte e buscou a legitimação das suas ideias entre os seus pares”¹⁸⁴, intelectuais que atuavam simultaneamente em diversas áreas, a fim de atenuar as fronteiras que separam a ciência da arte.

Quanto à arte, o que nos parece mais importante é ressaltar a intrínseca relação estabelecida entre as três partes do livro, que vai sendo constituída pela linguagem empregada pelo autor. Como afirma Bernucci, em *Os Sertões* tudo está interligado: “A Terra” antecipa elementos de “O Homem” e a “A Luta” de maneira extraordinária¹⁸⁵. Para isso, Euclides da Cunha faz uso de diversos recursos linguísticos, desde a macroestrutura do texto, como a organização e os gêneros literários que emprega, até a sua microestrutura, por meio de recursos como o emprego de vocábulos, a organização sintática e as figuras de linguagem. Esses elementos cumprem uma determinada função no texto euclidiano, a fim de construir a argumentação do autor e seu ponto de vista.

Galvão elabora tese semelhante. Para a autora, os recursos linguísticos de Euclides da Cunha se prestam a um objetivo maior. Por exemplo, as antíteses entram no texto como tentativa de Euclides da Cunha de resolver todas as ambiguidades que vê¹⁸⁶.

Colocamos como exemplo o primeiro parágrafo de “A Terra”:

“O Planalto Central do Brasil **desce**, nos litorais do Sul, em escarpas inteiriças, altas e abruptas. Assoberba os mares; e desata-se em chapadões nivelados pelos visos das cordilheiras marítimas, distendidas do Rio Grande a Minas. Mas ao derivar para as terras setentrionais **diminui gradualmente de altitude**, ao mesmo tempo que **descamba** para a costa oriental em andares, ou **repetidos socacos**, que o despem da primitiva grandeza afastando-o consideravelmente para o interior”¹⁸⁷.

Para localizar esta região, Euclides da Cunha seleciona palavras que enfatizam a ideia de um declínio (grifos em negrito)¹⁸⁸. Para descrever a vida de Antônio Conselheiro, Euclides

¹⁸³ SÜSSEKIND, 1990, p. 47-8; SANTANA, 2001, p. 35.

¹⁸⁴ SANTANA, 2001, p. 35.

¹⁸⁵ BERNUCCI, L. M. “Prefácio”. In: CUNHA, E. *Os Sertões (campanha de Canudos)*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índice de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2009, 4. ed., p. 16.

¹⁸⁶ GALVÃO, W. N. “Introdução”. In: CUNHA, E. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1979, 29. ed., p. IX.

¹⁸⁷ CUNHA, 2009, p. 71. Grifos nossos.

¹⁸⁸ Os grifos em negrito e sublinhado foram inseridos a fim de destacar os vocábulos que se pretende analisar. Os grifos do autor são aqueles em itálico, que porventura apareçam.

da Cunha emprega vocábulos de mesmo campo semântico: “De repente, surge-lhe revés violento. O **plano inclinado daquela vida em declive** termina, de golpe, em **queda** formidável. Foge-lhe a mulher, em Ipu, raptada por um policial”¹⁸⁹.

Tece-se uma intersecção entre o que é o sertão em relação ao litoral e a vida de Antônio Conselheiro. Assim como, para explicitar a localização dos sertões utilizam-se vocabulários de um campo semântico da descida, ficando a sensação de que adentrar os sertões é cair, descer, ir a um plano inferior, mais baixo, para comentar a vida de Antônio Conselheiro também faz-se uso de vocabulários que expressam a mesma ideia, que começa com uma “vida em declive”, finalizada por uma “queda formidável”. A depressão e o afastamento podem ser interpretados como os primeiros aspectos não apenas geográficos do sertão, mas também da população que lá habita, agora tomando essas palavras não no plano geográfico, mas psicológico e social. Essa ideia vai sendo construída ao longo do capítulo 1, permeando também os capítulos 2 e 3.

Neste mesmo trecho podemos observar amostras do vocabulário empregado por Euclides da Cunha e de sua construção sintática. As palavras que utiliza não são correntes: “escarpas” em lugar de “ladeira íngreme”, “visos” em vez de “pico” ou “cume”, “assoberba” em substituição a “domina”¹⁹⁰. Ao lado dessas expressões técnicas e pouco usuais na língua, observamos uma sintaxe bastante simples: períodos curtos, em ordem direta, com sujeito, predicado e complementos ocupando seus lugares apriorísticos, sem deslocamentos que dificultem a compreensão das funções gramaticais de cada expressão. O autor usa, ao mesmo tempo, um vocabulário técnico e em desuso, o que torna sua leitura um pouco mais complexa, e uma elaboração sintática bastante simples, conferindo ao texto, por meio das palavras e da sintaxe, a precisão e a clareza de um texto científico, além do quadro dos sertões que se vê ao adentrar a região.

Quanto a esse aspecto, Bernucci afirma que é característico de Euclides da Cunha elaborar sua narrativa partindo de um ponto de vista distante do objeto, do qual vai se aproximando, partindo-se das generalizações para chegar ao singular, que é um reflexo do meio¹⁹¹. Na Parte II do livro, há um exemplo desse processo: o autor descreve a formação do sertanejo, passando a uma análise de Antônio Conselheiro que é, sobretudo, uma imagem detalhada do sertanejo geral do início do capítulo.

¹⁸⁹ CUNHA, 2009, p. 266. Grifos nossos.

¹⁹⁰ CUNHA, 2009, p. 71. Notas de rodapé inseridas por Bernucci.

¹⁹¹ BERNUCCI, 2001, p. 39-40

O autor também cita as metáforas bélicas, bastante presentes nas partes I e II e que não apenas transparecerem a formação e o apreço do autor pela questão, como também o desfecho do livro, que culminará na luta. Vejamos um exemplo:

“A **luta** pela vida, que nas florestas se traduz como uma tendência irreprimível para a luz, desatando-se os arbustos em cipós, elásticos, distensos, fugindo ao afogado das sombras e alteando-se presos mais aos raios do Sol do que aos troncos seculares de ali, de todo oposta, é mais obscura, é mais original, é mais comovedora. O Sol é o **inimigo** que é forçoso evitar, iludir ou **combater**. E evitando-o pressente-se de algum modo, como o indicaremos adiante, a inunção da flora moribunda, enterrando-se os caules pelo solo. Mas como este, por seu turno, é áspero e duro, exsiccado pelas drenagens dos pendores ou esterilizado pela sucção dos estratos completando as insolações, entre dois meios desfavoráveis — espaços candentes e terrenos agros — as plantas mais robustas trazem no aspecto anormalíssimo, impressos, todos os estigmas desta **batalha surda**”¹⁹².

Bernucci salientou que neste trecho se observa uma das grandes marcas do texto euclidiano: a metáfora bélica, que destacamos em negrito. O sol, que comumente se relaciona à vida, é um inimigo no sertão, onde se trava uma batalha pela sobrevivência. A flora é moribunda e se enterra no solo áspero e duro. No sertão, tudo se inverte: o *habitat* do sertanejo não é acolhedor, é rude e retira-lhe toda a vitalidade, como podemos constatar por meio das palavras sublinhadas. Antes mesmo de combater contra o exército republicano, o sertanejo luta pela própria vida no ambiente inóspito onde habita.

Alguns autores como Wilson Martins e Franklin de Oliveira afirmam que o estilo de Euclides da Cunha é pobre e monótono; outros, como José Veríssimo, Araripe Júnior e Afrânio Peixoto, consideram-no refinado, especialmente para um estreante. Apesar de empregar um vocabulário de difícil apreensão, o valor da obra não de diminui em face disso¹⁹³. Para Antônio Candido, além do fator social, da denúncia de Euclides da Cunha e da exposição magnífica de um tema marginal, foi justamente sua “linguagem rebuscada, difícil, pedante” que conferiu à obra tamanho sucesso¹⁹⁴.

Freyre afirma que “em Euclides, a tendência foi quase sempre para engrandecer e glorificar – como nas óperas – as figuras, as paisagens, os homens, as mulheres, as instituições com que se identificava. (...) Principalmente o tipo heroico em função da paisagem brasileira do centro”¹⁹⁵.

¹⁹² CUNHA, 2009, p. 117. Grifos nossos.

¹⁹³ CORREIA, N. “A tapeçaria linguística d’ “Os Sertões””. In: _____. *A tapeçaria linguística d’ “Os Sertões” e outros estudos*. São Paulo: Quíron; Brasília: INL, 1978.

¹⁹⁴ CANDIDO, A. *Iniciação à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, 5. ed., p. 80-81.

¹⁹⁵ FREYRE, G. “Euclides da Cunha”. In: _____. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944, p. 27.

O sertanejo de Euclides da Cunha se destaca frente a tantos outros retratados na literatura brasileira muito em virtude da composição e do estilo do autor, por meio dos quais

“conseguiu Euclides da Cunha traçar do sertanejo um retrato em profundidade em que a figura do homem se integra de tal modo na paisagem que a ninguém é possível destacar o homem assim retratado do seu meio absorventemente materno. (...) Só o escritor que seja poeta no lato sentido alemão da palavra, revela dos personagens, das paisagens, das sociedades que a sua arte ressuscita ou surpreende ainda em movimento, as intimidades mais características (...) Daí, na caracterização da paisagem dos sertões, Euclides da Cunha ter realizado – mesmo resvalando em pequenos erros técnicos – na revelação do caráter dessa paisagem que nem o geólogo Orville Derby nem o geógrafo Teodoro Sampaio (...) teriam jamais conseguido sequer esboçar; menos, ainda, realizar”¹⁹⁶.

A República e “A Nossa Vendeia”

Retomando o eixo inicial do debate, Ventura afirma que a Geração de 1870 tinha como característica o engajamento intelectual, visando a

“intervir nas transformações históricas que resultaram na abolição da escravidão e na proclamação da República, trazendo o despontar de uma sociedade urbana de tipo moderno. Essa concepção empenhada, em que o escritor intervém no espaço público, foi continuada por Euclides da Cunha e Lima Barreto na Primeira República”¹⁹⁷.

Euclides da Cunha publica no jornal *O Estado de S. Paulo* dois artigos intitulados “A Nossa Vendeia”, em 14 de março e em 17 de julho de 1897, nos quais discute a Revolta de Canudos, comparando-a ao levante camponês em Vendeia, na França, ocorrido entre 1793 e 1795, no qual seus manifestantes pediam o retorno da monarquia¹⁹⁸. É importante observar que o autor ainda não estava em Canudos quando os escrevera.

Resumidamente, Euclides da Cunha inicia o artigo comentando a escassez de informações sobre o norte da Bahia, afora os trabalhos de Martius, Saint-Hilaire e Caminhoá. Detalha as características do meio, justificando a aridez do solo pela topografia da região, que praticamente anula a ação dos ventos úmidos vindos do litoral, pela presença de rochas que absorvem o calor e dissipam as nuvens, além da ausência de uma cordilheira no litoral do país que isolasse o clima. Em seguida, apresenta a vegetação local, composta por cactos, mandacarus e bromélias no período de seca e por imbuzeiros, acácias e *murungus* no período das chuvas, quando retornam as aves que haviam migrado. O autor, então, descreve brevemente a vaquejada e a vestimenta do sertanejo, relacionando-as ao meio.

¹⁹⁶ FREYRE, 1995, v. I, p. 27-8.

¹⁹⁷ VENTURA, 1991, p. 72.

¹⁹⁸ CUNHA, 1995, v. II, p. 605-612. As expressões entre aspas que se seguem foram retiradas deste texto de Euclides da Cunha para compor minha exposição.

A partir dessa associação de ideias, Euclides da Cunha relaciona o fanatismo religioso e a manifestação dos canudenses, considerados “o mais sério inimigo das forças republicanas”, como em Vendeia, contra quem essas forças combateriam e sairiam triunfantes.

São apontadas, também, as adversidades militares enfrentadas pelo exército que representam vantagens para os sertanejos. O terreno acidentado torna o ambiente propício à “tática de fuga” das “forças antagônicas”, os seja, dos sertanejos, o que prolonga os combates sem vencedores. “A marcha do exército republicano opera-se nesse labirinto de montanhas”; “sentem a morte rarear-lhes as fileiras e não veem o inimigo”. Além disso, a munição dos sertanejos é inextinguível: do salitre faz-se a pólvora e os quartzos são balas.

A adversidade do meio, contudo, não é empecilho para a República, cujas tropas “seguem lentamente, mas com segurança, para a vitória”, e para “descer a primitiva quietude sobre os sertões”, silenciando a “horda dos fanatizadores sequazes de Antônio Conselheiro”.

A estrutura do artigo é semelhante à de *Os Sertões*. Nos primeiros parágrafos, o autor caracteriza o meio, a partir do qual se segue a descrição no homem e que, juntos, servirão de argumento para o percurso da guerra. O que difere, no entanto, é o posicionamento do autor: se em “A Nossa Vendeia” Euclides da Cunha acredita que as forças oficiais deveriam derrotar os inimigos da República, em *Os Sertões* considera que “aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime”¹⁹⁹ que deve ser denunciado. Se antes considerava o avanço das tropas do exército como ação necessária à proteção da República, quando está em Canudos observa que lá se operou um massacre, cujos últimos defensores eram “um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados”²⁰⁰.

Galvão afirma que “a geração de Euclides da Cunha, gente que se formou na segunda metade do século XIX, tinha na Revolução Francesa o modelo de liquidação do Antigo Regime – estamental, monarquista e escravocrata”²⁰¹, razão do paralelo inicial entre Canudos e Vendeia, hipótese que, todavia, o próprio Euclides da Cunha viria a negar em *Os Sertões*.

Segundo a autora, com a queda do Império e a ascensão da burguesia, o povo continuou à margem dos processos políticos. Os canudenses, que se rebelaram contra este estado de coisas, foram considerados opositores e, assim sendo, na opinião geral, só poderiam ser monarquistas, surgindo logo a comparação com a Revolução Francesa e a Vendeia²⁰². Ventura explica que os

¹⁹⁹ CUNHA, 2009, p. 67.

²⁰⁰ CUNHA, 2009, p. 778.

²⁰¹ GALVÃO, W. N. “Euclides da Cunha e a Revolução Francesa”. In: _____. *Gatos de outro saco: ensaios críticos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 87.

²⁰² GALVÃO, 1979, p. VIII.

canudenses eram contrários às medidas laicizantes impostas após a proclamação da República e a determinados atos administrativos, como a cobrança de impostos e recenseamento da população, o que não configura, necessariamente, a manifestação pelo retorno da Monarquia²⁰³. Berthold Zilly, pesquisador e tradutor de *Os Sertões* para o alemão, em conformidade, afirma que a campanha fora um “assalto ilegal de tropas legais contra uma comunidade relativamente pacífica de vaqueiros e lavradores – sem aviso prévio, sem negociação, sem chance nenhuma para os assaltados”²⁰⁴. Galvão também retoma essa questão, salientando que um aspecto que deve ser levado em consideração é o fato de que em Canudos o governo massacra o povo, diferentemente da Vendaia²⁰⁵.

Para Ventura, Euclides da Cunha, como outros escritores do início do século XX, viveu uma grande desilusão, ao ver o fracasso das reformas de 1888 e 1889, após ter se engajado fortemente na causa republicana. Após testemunhar o massacre de Canudos, criticou o exército e a atuação do governo²⁰⁶, o que talvez não pudesse fazer antes, já que estava em Canudos a serviço de um jornal republicano, cobrindo a guerra com a autorização do exército, e que, acima de tudo, os materiais enviados sofriam censura:

“o silêncio de Euclides sobre as atrocidades da guerra foi acompanhado por quase toda a imprensa. Os materiais enviados pelos correspondentes, sobretudo pelo telégrafo, eram submetidos à censura militar. Mas outros jornalistas, como Manoel Benício, do *Jornal do Comércio*, do Rio, e Favila Nunes, da *Gazeta de Notícias*, também do Rio, chegaram a mencionar atos de violência das tropas. Talvez Euclides se sentisse tolhido para atacar o Exército. Era, desde 1896, tenente reformado e fora nomeado adido ao estado-maior, com direito à ordenança, para a cobertura da guerra. Daí o crescente silêncio de suas reportagens, que se interromperam, de forma súbita, em 1º de outubro.

Escreveu sobre as manhãs admiráveis em Canudos, com os raios de sol que iluminavam o círculo de montanhas.

Mais tarde, em *Os Sertões*, chamou a cadeia de serras de anfiteatro do maior drama da história brasileira e denunciou a campanha militar como crime. Fez a confissão de culpa da omissão de suas reportagens, ao mencionar fatos sobre os quais antes silenciara: a degola dos prisioneiros e o comércio de mulheres e crianças”²⁰⁷.

“A Nossa Vendaia” foi escrito antes de Euclides da Cunha chegar a Canudos. Possivelmente a transformação no espírito do autor se operou ao ver com seus próprios olhos os terrores da guerra, cujas informações que conhecia até então eram veiculadas através da

²⁰³ VENTURA, R. “A Nossa Vendaia”: Canudos, o mito da Revolução Francesa e a formação de identidade cultural no Brasil (1897-1902). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, SP, 31: 129-145, 1990.

²⁰⁴ ZILLY, B. “Um patriota na era do imperialismo: o brilho cambiante de *Os Sertões*”. In: GOMES, G. M. (org.). *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 28.

²⁰⁵ GALVÃO, 1979, 29. ed., p. IX.

²⁰⁶ VENTURA, 1991, p. 118-9.

²⁰⁷ VENTURA, R. “O engenheiro-escritor Euclides da Cunha”. In: CUNHA, E. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 7.

imprensa, dominada pela elite econômica e intelectual do país. Porém, o viajante-itinerante Euclides da Cunha se transforma ao adentrar os sertões e olhar aquela paisagem e aqueles homens que não devem ser apenas descritos, mas analisados, especialmente tendo em vista a sua relação com o meio que, neste caso, não é apenas o sertão, mas todo o Brasil.

“Nota preliminar” de Os Sertões

Se em “A Nossa Vendaia” Euclides da Cunha se mostrou favorável à ação do exército, na “Nota Preliminar” de *Os Sertões* o autor apresenta ponto de vista divergente do que apresentara cinco anos antes.

A “Nota Preliminar”, datada de 1901, abre *Os Sertões*, mostrando a força do homem e da história e, ainda mais, da civilização²⁰⁸.

Euclides da Cunha aponta que sua obra talvez esteja desatualizada, dado o hiato entre os eventos ocorridos em Canudos e sua publicação – cinco anos –, o que se justifica porque o livro estava em segundo plano em relação a sua carreira de engenheiro, cuja função no momento da escrita do livro era reconstruir a ponte em São José do Rio Pardo, no interior de São Paulo. Seu objetivo, menos que analisar a guerra, era registrar “palidamente, embora, ante o olhar de futuros historiadores” as raças sertanejas – como o jagunço, o tabaréu e o caipira – uma vez que essas raças não resistiriam à civilização e às correntes migratórias “que começam a invadir profundamente a nossa terra”. A metáfora geológica tão presente na obra euclidiana já se apresenta na primeira página de *Os Sertões*: civilização e migração não se expandem apenas na superfície do globo, mas se aprofundam, penetram as populações, mudam-lhes no que é aparente e no seu íntimo.

Esses sertanejos são os “primeiros efeitos de variados cruzamentos”, que levariam a uma grande raça se alcançassem o equilíbrio, o que não ocorrerá, pois desaparecerão e, portanto, não permanecerão nem retardatários como são. Serão extintos, dado o poder da civilização, “força motriz da História”, que, chegando aos sertões, realizará o “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”, conforme é visto na teoria da luta de raças, cujo expoente é Gumplowicz.

A campanha de Canudos é um desses assaltos rumo à civilização e à República, contra o sertão e os sertanejos, operado por “filhos do mesmo solo”, mas que, civilizadamente, vivem

²⁰⁸ CUNHA, E. “Nota Preliminar”. In: _____. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 65-67. As expressões entre aspas que se seguem foram retiradas deste texto de Euclides da Cunha para compor minha exposição.

no litoral, seguem os princípios europeus e são “armados pela indústria alemã”. Se estão “mal unidos” pelo solo, estão “de todo” separados por esta “coordenada histórica – o tempo”.

Alia-se a isso o fato de que Euclides da Cunha denuncia um crime, na “significação integral da palavra”, que fora aquela campanha, e convoca seus leitores a agirem de modo semelhante: “denunciemo-lo”, “façamos jus ao admirável conceito de Taine sobre o narrador sincero que encara a história como ela o merece”: critica quem mantém todos os pormenores historiográficos e genealógicos, mas lhe altera a essência, a alma, os sentimentos, os costumes, que são o fundamental. Seria essa, então, a atividade do narrador-historiador: valorizar a essência da história, que são os sentimentos e costumes, e não seus acessórios, como as datas e genealogias.

Na “Nota Preliminar” Euclides da Cunha fala de “olhar dos futuros historiadores”, “vicissitudes históricas”, “força motriz da História”, “coordenada histórica – o tempo” e do “narrador sincero que encara a história como ela o merece”. Observamos a importância da História e, por conseguinte, nas últimas linhas, da atividade de historiador, que Euclides da Cunha pretende realizar.

Leopoldo Bernucci, em *A imitação dos sentidos*, salienta que o leitor não deve acreditar piamente que o “narrador sincero” é o porta-voz de *Os Sertões*, pois molda-lhe o olhar o pensamento de sua época, dividido entre o romantismo e o naturalismo²⁰⁹. E o próprio Euclides da Cunha está consciente de que seu pensamento precisa de afastamento, já que está abalado pela situação estressante que é uma guerra²¹⁰. Ainda de acordo com Bernucci, não devemos considerar, contudo, Euclides da Cunha como um escritor ficcionista, mas um escritor de não-ficção, podendo ser um historiador, como o próprio autor parece sugerir na “Nota Preliminar”.

Comparando-se esses dois textos fundamentais de Euclides da Cunha, “A Nossa Vendeia” e “Nota Preliminar”, temos dois Euclides da Cunha diferentes falando sobre um mesmo tema – a Revolta de Canudos. Se no primeiro texto o autor valorizava o exército e a República, que sairia vitoriosa no combate contra “o mais sério inimigo das forças republicanas”, no texto que abre *Os Sertões* temos um Euclides da Cunha que denuncia essas mesmas forças, esses “singularíssimos civilizados que nos sertões, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvatiquezas”²¹¹. Civilizados que, lembremos, seguem princípios europeus e usam armas alemãs.

²⁰⁹ BERNUCCI, 1995, p. 23.

²¹⁰ CUNHA, 2009, p. 102.

²¹¹ CUNHA, E. “Notas à 2ª edição”. In: _____. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 784.

Citamos o historiador Edgar de Decca, que, analisando a questão da identidade nacional e da recusa ao eurocentrismo em Euclides da Cunha, afirma:

“ao contrário de Alencar, ele [Euclides da Cunha] foi um fiel e ferrenho defensor da República desde as primeiras horas. Ele desde o princípio pretendeu negar o pai [Portugal] seu mandato utópico. N’ *Os Sertões*, ele pretendeu mostrar como a realidade brasileira, fendida e dilacerada, era a própria marca do fracasso dos sonhos de colonização e da monarquia portuguesa (...) A utopia paterna projetando-se em terras americanas por alguns séculos, acabou por gerar filhos que carregam consigo suas heranças. Antônio Conselheiro foi um deles e representou, em sua figura mística, todo o Brasil sertanejo. A nova república realizou, assim, o genocídio fundador da nova nacionalidade, ao exilar o pai monarca e massacrar os seus filhos”²¹².

Deste modo, quando vê no exército republicano marcas europeias que atacam o “cerne da nossa nacionalidade”, cria seu primeiro livro vingador. Se os rumos da República já o vinham decepcionando, a união do senso político com o olhar do viajante-itinerante não permite que o autor observe tudo passivamente: denuncia o crime cometido em Canudos contra os sertanejos.

Essas divergências são observadas não apenas ao comparar “A Nossa Vendeia” e “Nota Preliminar”. A questão da nacionalidade é bastante complexa no período de Euclides da Cunha.

Segundo Ventura, o nacionalismo do século XIX ainda é eurocêntrico, os pensadores brasileiros ainda se apoiam nas teorias europeias, elaborando, assim, uma crítica de cunho etnocêntrico a questões culturais. Mesmo escolhendo, dentre as teorias europeias, aquelas que pudessem ser sincretizadas a partir da questão nacional, o foco estava no Estado e nas identidades das camadas sociais letradas e dominantes. Esses modelos reduziam a literatura brasileira a fatores naturais e excluíam a história brasileira e a cultura singular que aqui surgiu dos itens a serem analisados²¹³. Para Bosi:

“no começo do século, um Euclides da Cunha e um Lima Barreto (para citar os maiores), tiveram condições existenciais para explorar criticamente, agonicamente, o veio do nacionalismo, porque, de alguma forma, eles se debatiam no interior de nossos vários contrastes, litoral/sertão, cidade/campo, branco/mestiço, bacharel/analfabeto, e, a partir deles, contribuíram as suas obras, nas quais o protesto e a crítica conservaram, nas dobras da bandeira, um certo ar de família, um jeito de escrever que vinha do Realismo e dos ideais progressistas da geração de 1870”²¹⁴.

Sevcenko afirma que frente a esse contexto social, Euclides da Cunha se decepciona com a República, a qual via, a princípio, como forma mais igualitária do que a Monarquia, mas

²¹² DECCA, E. S. “Tal pai, qual filho? Narrativas de identidade nacional”. In: CHIAPPIN, L. BRESCIANI, M. S. (orgs.) *Literatura e Cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 26.

²¹³ VENTURA, 1991, p. 39-40.

²¹⁴ BOSI, A. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2003, p. 215-216.

que se mostrou apenas uma extensão desta, já que surgiram os novos cargos, ocupados de modo bastante semelhante²¹⁵.

Assim, não tendo encontrado sua nacionalidade nem aqui e nem na Europa, o Brasil se via isolado, não apenas em relação a outras nações, mas também pelos seus contrastes sertão *versus* litoral e elite *versus* escravos, reflexos dos três séculos de período colonial²¹⁶. No entanto, apesar dos contrastes, mantinham-se também muitas semelhanças. Para Ventura, Euclides da Cunha “traçou paralelos entre os dois lados do conflito, mergulhados no mesmo fanatismo: entre o soldado e o jagunço, entre o litoral e o sertão, entre a República e Canudos”²¹⁷, frutos da instabilidade dos primórdios da República. Talvez Euclides da Cunha não tenha traçado apenas os paralelos, mas tenha incutido na opinião pública um novo ponto de vista acerca dos grupos mencionados, dos lugares que ocupam especialmente no julgamento coletivo.

Para Euclides da Cunha, seu livro “perdeu toda a atualidade”, quando, na verdade, ocorre o oposto: o tema da guerra é retomado e repaginado, o ponto de vista predominante e que se imortaliza agora é o de que ocorrera um massacre em Canudos. Seu primeiro “livro vingador”²¹⁸ parece caminhar em direção ao seu objetivo.

2.3 Os sertanejos de Euclides da Cunha

Nas palavras de Ventura, “sertão é, para Euclides, tudo aquilo que está fora da escrita da história e do espaço da civilização: terra de ninguém, lugar da inversão de valores, da barbárie e da incultura”²¹⁹. Assim, os sertanejos de Euclides da Cunha são todos aqueles que não estão no litoral, que não estão nas terras regidas pela Coroa, que estão submetidos às regras locais e à lei do mais forte.

Para introduzir essa seção, enfocaremos a formação étnica, história e geográfica do sertanejo e como ela se dá em *Os Sertões*, obra na qual Euclides da Cunha detalha a questão.

Em seguida, mostraremos como o autor representa o sertanejo enquanto trabalhador em sua obra. Como exemplo, destacamos os vários sertanejos presentes em sua obra: o vaqueiro, o garimpeiro e o seringueiro, tal como aparecem, respectivamente, em *Os Sertões* (1902), *Contrastes e Confrontos* (1907) e *À Margem da História* (1909).

²¹⁵ SEVCENKO, 2003, p. 177-179.

²¹⁶ LIMA, 1999, p. 50.

²¹⁷ VENTURA, 1998, p. 8.

²¹⁸ CUNHA, 1995, v. II, p. 709.

²¹⁹ VENTURA, R. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. *História, ciência e saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, supl. p. 133-147, Julho 1998.

As questões econômicas que permeiam esses três trabalhadores são postas de diferentes maneiras: se em *Os Sertões* e *Contrastes e Confrontos* os inúmeros elementos referentes ao trabalho do vaqueiro e do garimpeiro estão postos de maneira diluída, em *À Margem da História* observamos um Euclides da Cunha altamente crítico em relação às condições de trabalho impostas aos seringueiros. Observaremos essa construção na materialidade do texto, trazendo excertos que possam dar luzes à uma análise mais crítica dessa questão.

Euclides da Cunha foi bastante criticado por não ter se atentado à realidade econômica dos sertanejos. Na última seção, trazemos alguns desses debates a respeito da obra do autor.

2.3.1 A formação do sertanejo

Por meio da obra de Euclides da Cunha, podemos pensar a formação do sertanejo a partir de três aspectos: étnico, histórico e espacial. De acordo com Lima, em *Os Sertões* “a descrição da terra condiciona a descrição do homem, que por sua vez interage sobre aquela e ambas condicionam o entendimento da luta”²²⁰.

Ao comentar a questão etnológica do Brasil, Euclides da Cunha apresenta os três elementos formadores do povo brasileiro: o índio, “silvícolas, com seus frisantes caracteres antropológicos, podem ser considerados tipos evanescentes de velhas raças autóctones da nossa terra”; os negros, “com as suas várias modalidades (...) filho das paragens adustas e bárbaras, onde a seleção natural, mais que em quaisquer outras, se faz pelo exercício intensivo da ferocidade e da força”; e o português, “que nos liga à vibrátil estrutura intelectual do celta, está, por sua vez, malgrado o complicado caldeamento de onde emerge, de todo caracterizado”²²¹. Esses “elementos iniciais não se resumem, não se unificam; desdobram-se; originam número igual de subformações — substituindo-se pelos derivados, sem redução alguma, em uma mestiçagem embaralhada onde se destacam como produtos mais característicos o mulato, o mamaluco ou curiboca e o cafuz”²²². Euclides da Cunha introduz os três elementos com suas principais características, além de antever que serão substituídos pelos produtos de suas miscigenações.

Essas combinações, entretanto, são complexas e não homogêneas, pois existem “as disparidades climáticas que nestes ocasionam reações diversas diversamente suportadas pelas

²²⁰ LIMA, 1997, p.140.

²²¹ CUNHA, 2009, p. 152-153.

²²² CUNHA, 2009, p. 154.

raças constituintes; a maior ou menor densidade com que estas se cruzaram nos vários pontos do país”²²³.

O mulato surgiu na metrópole e cresceu nos litorais do Brasil, não se distanciando daí nem quando formava os quilombos. O sertanejo aparece no interior do país, fruto da miscigenação entre indígenas e paulistas, fossem bandeirantes ou famílias que se estabeleciam ao longo do rio São Francisco. “Deste modo se estabeleceu distinção perfeita entre os cruzamentos realizados no sertão e no litoral”, e formou-se “no vale médio do grande rio uma raça de cruzados idênticos àqueles mamalucos estrênuos que tinham nascido em S. Paulo (...) quase sem mescla de sangue africano”²²⁴.

Para Saint-Hilaire, o curiboca é uma mistura do bandeirante com o índio que habitava os sertões. José de Alencar, de modo semelhante, destaca costumes e características indígenas nos hábitos dos sertanejos. Retomando as questões expostas por esses autores e por Martius, trazemos novamente a ideia da formação do povo brasileiro, de forma mais detalhada e relacionada ao consórcio da ciência e da arte.

Quanto à miscigenação e ao esmagamento da raça forte pela fraca, observamos em *Os Sertões* que o branco é esse elemento forte, seguido pelo mulato e, por último, pelo índio:

“alguns firmando preliminarmente, com autoridade discutível, a função secundária do meio físico e decretando preparatoriamente a extinção quase completa do silvícola e a influência decrescente do africano depois da abolição do tráfico, preveem a vitória final do branco, mais numeroso e mais forte, como termo geral de uma série para o qual tendem o mulato, forma cada vez mais diluída do negro, e o caboclo, em que se apagam, mais depressa ainda, os traços característicos do aborígine”²²⁵.

Ou seja: o branco suplantará o negro e o índio não apenas em número, mas também pela força. Essa proposição, mesmo sem fazer referência direta a Martius, está em consonância com as ideias do viajante expostas em “Como se deve escrever a História do Brasil”, na qual o geógrafo alemão afirma que “o sangue português irá absorver pequenos confluente das raças índia e etiópica”. Para Euclides da Cunha, o índio e o negro se extinguirão, restando apenas o mulato e o caboclo, ambos cada vez mais brancos.

No capítulo “Complexidade do problema etnológico no Brasil”, que inicia a Parte II, “O Homem”, Euclides da Cunha estabelece as discussões que se tornaram representativas da sua obra. Encontramos nessa seção as famosas afirmações, a um só tempo assertivas e contraditórias, que dialogam com as ideias acima expostas:

²²³ CUNHA, 2009, p. 155.

²²⁴ CUNHA, 2009, p. 181-190.

²²⁵ CUNHA, 2009, p. 156.

“Não temos unidade de raça.
 Não a teremos, talvez, nunca.
 Predestinamo-nos à formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos fatos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social.
 Estamos condenados à civilização.
 Ou progredimos, ou desaparecemos”²²⁶.

No entanto, apenas dois dos elementos citados formam o sertanejo: o branco e o indígena. Ventura aborda os debates e as polêmicas entre intelectuais brasileiros sobre o papel do branco, do negro, do índio e dos mestiços no desenvolvimento histórico, cultural e social do país.

De acordo com Ventura, nas obras de Euclides da Cunha o conflito não se dá entre brancos e mestiços, mas entre dois tipos de mestiçagem: a do litoral e a do sertão. A primeira teria produzido o mulato e a segunda, o curiboca, sendo este mais forte que os “mestiços neurastênicos do litoral” por não terem no sangue o elemento africano. Valoriza-se, então, a mestiçagem ocorrida no sertão, símbolo da cultura nacional²²⁷.

Franklin de Oliveira, em *A espada e a letra*, dentre outros assuntos, problematiza a história em *Os Sertões*²²⁸, especialmente aquela que se refere à dominação dos povos africanos, trazidos ao continente americano pelos portugueses. Para esse autor, a análise de Euclides da Cunha é superficial, porque não considera a existência de diferentes povos africanos, sobrepondo raça à cultura. Além disso, a raça é posta como estática, quando, para Franklin, é dinâmica, haja vista que se altera com invasões e miscigenações. Vejamos a crítica de Oliveira:

“depois das páginas sobre a terra (...), Euclides passa aos pressupostos antropológicos do sertanejo. De início, passa por cima de todo o legado cultural que o índio nos deixou, posto em relevo em seu tempo, entre outros, por Silvio Romero e João Ribeiro. Não disse uma palavra sobre o etnocídio praticado pelos colonizadores. Se tratou a voe de pássaro o índio, demorou-se um pouco mais no negro. Não o viu, porém, como escravo, mas como agente de degeneração antropológica. Não considerou a obra sinistra de três séculos de escravidão espoliando e assassinando o negro. Não deu a menor atenção à advertência de um seu magnífico contemporâneo – Joaquim Nabuco –, que dezesseis anos antes de *Os Sertões*, colocou com terrível clareza o problema do negro: ... *o mau elemento da população não foi a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativo*. Onde estava Euclides, que não ouviu as lições de *O Abolicionismo*, livro capital da nossa cultura, publicado em 1893?
 “Não tendo visto o negro senão como escravo, Euclides não percebeu também que há várias Áfricas Negras – considerou a África como uma só e única. E, por isso, não percebeu a verdade de que, no Brasil, não houve a população negra homogênea”²²⁹.

²²⁶ CUNHA, 2009, p. 156-157.

²²⁷ VENTURA, 1991, p. 54-55.

²²⁸ OLIVEIRA, F. *Euclides: a espada e a letra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

²²⁹ OLIVEIRA, 1983, p. 85.

Além de afirmar que Euclides da Cunha negligenciou a existência de várias etnias africanas, Franklin também critica a posição do autor quanto aos “mestiços neurastênicos do litoral”, afirmando que estes também eram brasileiros e um subproduto da nossa colonização, assim, suas condições não eram muito diversas das vividas pelos sertanejos. Todos esses equívocos se devem à força do positivismo, segundo Franklin, para quem Euclides da Cunha se utilizava das teorias da época sem submetê-las à reflexão crítica.

O meio físico, ou o *habitat*, exemplificado pelo clima e pela vegetação, junto ao regime de águas, junto aos eventos históricos, são os grandes responsáveis pelo surgimento do sertanejo. A questão está posta em “Variabilidade do meio físico...” e “... E sua reflexão na história”, e as reticências indicam que a questão se inicia no meio e se estende para a história.

Em “Variabilidade do meio físico”²³⁰, Euclides da Cunha delineia três habitats distintos no Brasil, quanto à sua localização, clima e vegetação: a zona tropical, que compreende os estados do norte²³¹ até o sul da Bahia; a zona temperada, que se estende de São Paulo até o Rio Grande do Sul; e a zona subtropical, que avança pelo norte e interior de Minas Gerais até o Paraná. Não são, entretanto, homogêneas. Na zona tropical, na qual uma “natureza exuberante ostenta-se sem variantes nas grandes matas que debruam a costa”, ao se adentrar cinquenta léguas, “entra-se, de surpresa, no deserto”. O autor compara a migração para o ocidente com a chegada dos portugueses: “tiveram na translação para o ocidente, demandando o interior, obstáculos mais sérios que a rota dos mares e das montanhas, na travessia das caatingas ralas e decíduas. (...) O mesmo não sucede, porém, dos trópicos para o Sul”, apontando, assim, a dificuldade enfrentada para se povoar o interior do Brasil.

Em “... E sua reflexão na história”²³², Euclides da Cunha afirma que “a nossa história traduz notavelmente estas modalidades mesológicas”. Para o autor, “enfeudado o território”, ou seja dividido para donatários, “abriu-se separação radical entre o Sul e o Norte”, o que ocasionou em diferentes povos com diferentes histórias, dado o meio em que se desenvolveram. O Sul, “meio menos adverso”, foi mais propício ao forasteiro. No entanto, este se tornou um tipo aventureiro e com “a feição perfeita de um dominador da terra”, o que o levou a buscar não apenas os sertões: “os homens do Sul irradiam pelo país inteiro. (...) O povoamento segue as

²³⁰ CUNHA, 2009, p. 157-168.

²³¹ Lembrando que no período de Euclides da Cunha, o termo “norte” designa as províncias nordestinas e nortistas. Segundo Sevcenko, no período de Euclides da Cunha havia a região *Norte*, relativa ao que hoje compreendemos por Nordeste; o *Sul*, que compreendia as regiões Sul e Sudeste, além de algumas partes do Mato Grosso e Goiás; e a *Amazônia*, que dizia respeito às áreas restantes. Ver: SEVCENKO, 2003, p. 163. Ver também: HARDMAN, F. F. *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 25

²³² CUNHA, 2009, p. 168-174.

trilhas embaralhadas das *bandeiras*". Os bandeirantes, ao encontrarem aquela natureza adversa, "perderam todo o aprumo e este espírito de revolta", estabelecendo-se no sertão. Observamos, então, que o meio influencia o caráter do homem que, por sua vez, é agente da história: "delineada deste modo, a influência mesológica em nosso movimento histórico, deduz-se a que exerceu sobre a nossa formação étnica".

Colocamos em cena o "norte", nos termos do período, mas não é possível falar de sua formação prescindindo do Sul, pois, ainda que se fale dos sertões, colocam-se em cena, também, as outras regiões do Brasil, o que dialoga com que expusemos anteriormente: Euclides da Cunha, ao falar dos sertões, não atua como um regionalista, haja vista que não o faz senão para falar do Brasil.

Em "A Formação Brasileira do Norte"²³³ e "Os Primeiros Povoadores"²³⁴, Euclides da Cunha expõe outros fatores históricos e migratórios que levaram à formação do sertanejo: "a marcha do povoamento, do Maranhão à Bahia", no século XVI, cujo objetivo era explorar e ocupar o interior. Os portugueses chegavam e ocupavam a terra. "A primeira mestiçagem fez-se, pois, nos primeiros tempos, intensamente, entre o europeu e o silvícola"²³⁵.

Euclides da Cunha, num movimento que já mencionamos, parte do todo para chegar ao particular: em "Função Histórica do Rio S. Francisco", o autor enfoca o encontro dos homens do sul e do norte, como o encontro de rios expresso por Martius.

De acordo com Sevcenko, em consequência de sua errância, os bandeirantes penetraram o vale do São Francisco, unindo as regiões Norte e Sul; adentraram o interior do estado de São Paulo ocupando os limites do rio Tietê; o Nordeste e a Amazônia, ligados pelo Amazonas, foram encontrados pelos vaqueiros convertidos em seringueiros. Os mesmos rios que aproximaram o Brasil fizeram o Sul "assaltar o deserto", garantindo o sucesso geográfico, histórico e econômico de São Paulo, primeiro através da mineração, depois, da cafeicultura. E esses progressos, científicos e econômicos constituíram o sertão, pois roubavam a fertilidade da terra e a exploravam inconsequentemente, estendendo-se o abuso a seus habitantes, considerados produtos abundantes, logo, facilmente repostos, encontrados em outras regiões, caso fosse necessário²³⁶.

A função histórica do São Francisco, ou seja, ligar os homens do norte e os do sul, mencionada em *Os Sertões*, é a razão da própria formação do sertanejo, originário do

²³³ CUNHA, 2009, p. 175-176.

²³⁴ CUNHA, 2009, p. 176-178.

²³⁵ CUNHA, 2009, p. 176-177.

²³⁶ SEVCENKO, 2003, p. 166-174.

bandeirante explorador e do indígena rebelde²³⁷. Os jagunços, como irá propor Euclides da Cunha, são “colaterais prováveis dos paulistas”²³⁸.

Quanto à gênese do mulato, também associam-se o meio e a história: os “africanos tiveram, no primeiro século, uma função inferior. Em muitos lugares rareavam”. Além disso, “a gênese do mulato teve uma sede fora do nosso país. A primeira mestiçagem com o africano operou-se na metrópole. Entre nós, naturalmente, cresceu. A raça dominada, porém, teve, aqui, dirimidas pela situação social, as faculdades de desenvolvimento”²³⁹. O negro foi trazido como mão de obra para o cultivo da cana-de-açúcar, importada de Madeira.

“Deste modo se estabeleceu distinção perfeita entre os cruzamentos realizados no sertão e no litoral.

“Com efeito, admitido em ambos como denominador comum o elemento branco, o *mulato* erige-se como resultado principal do último e o *curiboca* do primeiro”²⁴⁰.

O “narrador sincero” que vimos na “Nota Preliminar” justifica a seu modo, com base nos pensamentos de sua época, a exclusão do negro e do mulato na valorização da identidade nacional. Formam o brasileiro, mas não são tão relevantes quanto o branco e o indígena. Também não são originais, porque foram importados pelos portugueses. Assim, evidenciam-se os motivos pelos quais o negro e o mulato não podem conter o cerne da nossa nacionalidade: por terem “uma função inferior”, ou seja, o trabalho escravo, e por ter emergido, o segundo, na metrópole, e não no Brasil.

Essa afirmação fica evidente em outra célebre frase de Euclides da Cunha: “o sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”²⁴¹, sendo esses mestiços, como vimos, os mulatos.

São explicitadas, assim, as questões espaciais e históricas que definiram a formação dos mestiços brasileiros: através do povoamento do interior surgiu o curiboca e, por conta da cultura da cana, importaram-se e expandiram-se o negro e o mulato.

2.3.2 Sertanejo nordestino: o vaqueiro

Antes de passarmos à descrição das atividades econômicas dos sertanejos, falemos sobre o sertanejo. “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”: a célebre frase de Euclides da Cunha abre

²³⁷ CUNHA, 2009, p. 186.

²³⁸ CUNHA, 2009, p. 188.

²³⁹ CUNHA, 2009, p. 178.

²⁴⁰ CUNHA, 2009, p. 181-182.

²⁴¹ CUNHA, 2009, p. 207.

a terceira seção de “O Homem”, que aborda os diversos sertanejos – o jagunço, o gaúcho, o vaqueiro – mas não mais em sua constituição racial²⁴².

O narrador descreve o sertanejo como sendo, à primeira vista, “desgracioso, desengonçado, torto”, possuidor da “fealdade típica dos fracos”. “É um homem permanentemente fatigado”, preguiçoso, cujo desequilíbrio corporal é evidente. No entanto, ao menor incidente que lhe exija a mudança de postura, vê-se transformar o sertanejo atônico num cavaleiro firme, semelhante a um titã, do qual transborda força e agilidade. Sobre seu cavalo, quando necessita capturar o gado fugidio, o vaqueiro se transforma num centauro que cavalga exuberante por aquelas pastagens, mostrando, então, as características de um homem “forte”, como se afirmou.

Observamos na frase “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, um vocábulo bastante empregado pelas teorias deterministas: *forte*, que remete, também, à ideia do “esmagamento das raças fracas pelas fortes”, citada na “Nota Preliminar” de *Os Sertões*. Assim, antes que se tire qualquer conclusão quanto às contradições vistas nas ações dos sertanejos, Euclides da Cunha já adianta que ele é “antes de tudo, um forte”. Se em José de Alencar o índio é corrompido pelo português, em Euclides da Cunha o português é a alternativa para a sobrevivência do índio, a raça fraca que será esmagada. Assim, se na aparência o sertanejo é cansado, fatigado, em seu genótipo está enraizada a característica de uma raça forte.

Colocamos uma descrição bastante contundente:

“e se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável.

É o homem permanentemente fatigado”²⁴³.

²⁴² Os citações desta análise estão contidas nesse intervalo de páginas de *Os Sertões*. CUNHA, 2009, p. 207-221.

²⁴³ Essa descrição é bastante semelhante à de Jeca Tatu, de Monteiro Lobato:

“Jeca Tatu é um Piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie.

Ei-lo que vem falar o patrão. Entrou, saudou. Seu primeiro movimento após prender entre os lábios a palha de milho, sacar o rolete de fumo e disparar a cusparada d’esguicho, é sentar-se jeitosamente sobre os calcanhares. (...)

Para comer, negociar uma barganha, ingerir um café, tostar um cabo de foice, fazê-lo noutra posição será desastre infalível. Há de ser de cócoras”.

Esse trecho foi extraído de “Urupês”, livro de contos de Monteiro Lobato publicado em 1918. Nos dois últimos contos, inseridos na 2ª edição, o autor faz uma crítica à visão romântica do indígena e do caboclo, expondo como o último de fato é, em seu ponto de vista. Assim nasce a figura de Jeca Tatu: caboclo preguiçoso, inerte, que “no meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores (...), onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escachoo permanente”, destaca-se como um “sombrio urupê de pau

Observam-se, a todo momento, as contradições: o sertanejo é forte, mas sua aparência é fraca, feia, desengonçada. Quando já nos convenceu de que, ao contrário do que se afirmara, o sertanejo não é forte, vê-se “desaparecer, de improviso” aquele sertanejo e “repona, inesperadamente o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias”. Assim, Euclides da Cunha vai tecendo seu texto empregando a todo tempo antíteses, elementos marcantes em sua obra. E justifica: “este contraste impõe-se ao mais leve exame. Revela-se a todo o momento, em todos os pormenores da vida sertaneja”, ou seja, não é sua obra que destaca essas antíteses, mas elas que se apresentam a todo tempo na vida sertaneja.

O sertanejo se transfigura em seu trabalho: “nada lhe impede encaixar o garrote desgarrado, porque *por onde passa o boi passa o vaqueiro com o seu cavalo*”, e “não há contê-lo” neste ambiente, no qual se apresentam “quebradas, acervos de pedras, coivaras, moitas de espinhos ou barrancas de ribeirões”. O mesmo ambiente inóspito que flagela o viajante e o exército não rechaça o sertanejo, não se torna um impeditivo ao seu trabalho.

E, “terminada a refrega, restituída ao rebanho a rês dominada, ei-lo, de novo caldo sobre o lombilho retovado, outra vez desgracioso e inerte (...) com a aparência triste de um inválido esmorecido”. Assim, ao que parece, o sertanejo se transfigura no trabalho e pelo trabalho. É em sua execução que transparece a força e o equilíbrio, especialmente quando se deve domar o gado rebelde, selvagem. O trabalho o fortifica e o transforma.

Estabelecemos, aqui, um paralelo também com Arnaldo, o vaqueiro protagonista de *O Sertanejo*, de José de Alencar. Em determinado episódio, todos os sertanejos estão tentando laçar o boi Dourado, famigerado por sua força e insubmissão. Arnaldo é o único que consegue domá-lo, marcando-lhe a inicial de Dona Flor. O sertanejo de Euclides da Cunha não tem nome, bem como a rês laçada, diferindo, assim, de José de Alencar pelo teor individualizante do primeiro, típico do romance, e pela preferência do segundo por generalizações, característica da épica. Além disso, Arnaldo é capaz de dar a própria vida para servir e proteger os Campelo, não cede apenas a própria honra e liberdade. O trabalho também qualifica este sertanejo.

podre a modorrar silencioso no recesso das grotas”. Jeca Tatu não se transfigura. Permanece sempre fatigado, “só ele, no meio de tanta vida, não vive”. No entanto, para Lobato, Jeca Tatu pode ser curado.

Observamos, assim, o legado que Euclides deixa para a posterioridade. Se o autor se baseou nos estudos de outros escritores para a composição de sua obra, também serve como referência a escritores e temas.

Para mais detalhes, consultar: LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 168-176, e BERNUCCI, 1995.

Iumatti aborda a relação entre Jeca Tatu e o sertanejo, de Euclides da Cunha, e da recepção destas personagens por Caio Prado Júnior. Ver: IUMATTI, 2001, 37-38.

Euclides da Cunha apresenta, então, em “Tipos díspares: o jagunço e o gaúcho”, os dois sertanejos que irá caracterizar.

O gaúcho do Sul é a antítese do vaqueiro do Norte. Não sofre os martírios impostos pela natureza, não é acometido pela miséria, que atinge não só a si e a sua família, mas também o gado, a vegetação e tudo o mais que abrange o sertão. Ama a natureza, é forte, jovial e elegante, pois suas vestes não são rompidas pelas caatingas. Para o gaúcho, o trabalho é “como uma diversão que lhe permite as *disparadas*”.

O vaqueiro do norte, ou jagunço, por sua vez, vive em contrastes: ora feliz, ora cruel; ora em abundância, ora na miséria. Está “condenado à vida”, lutando sempre, sem trégua. “As suas vestes são uma armadura”, porque assim o meio lhe exige, devendo resistir, tanto quanto o próprio sertanejo, ao combate diário. Esse homem é a “perfeita tradução moral dos agentes físicos da sua terra”, é “inconstante como ela. É natural que o seja. Viver é adaptar-se. Ela o talhou à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto”. Destaca-se o quanto o sertanejo do norte deve lutar para sobreviver, evidenciando-se o campo semântico selecionado por Euclides da Cunha, como “combate”, “luta”, “guerreiro”, “armadura”, “batalhador”. Também se diferem no combate: o gaúcho torna-se frágil na indecisão ou derrota; o jagunço, na mesma situação, causa ainda mais terror e mais ódio em seu adversário. Como já dissemos, o vocabulário empregado é diretamente relacionado à formação militar do autor.

Na seção seguinte, muito breve, intitulada “Os vaqueiros”, pontua-se que apesar das diferenças entre o jagunço e o gaúcho, “todo sertanejo é vaqueiro”, sendo a criação de gado “a sorte de trabalho menos impropriedade ao homem e à terra” sertanejos. Nas estâncias do Sul, todavia, “a vida é variada e farta”, intensa, fazem-se torneios e jogos e o gado faz parte da festividade festa. A vitalidade das terras sulinas reflete no homem e em suas atividades.

Em “Servidão inconsciente; vida primitiva”, discorre-se acerca da vida e das relações de trabalho do sertanejo nordestino, bastante distinta da vida e do trabalho do gaúcho.

A vida do vaqueiro do norte raramente é acometida por um incidente alegre. Vive este na “agitação estéril” de uma vida monótona, enquanto nas estâncias do Sul, como vimos, o gaúcho vive uma vida “variada e farta”.

Em relação ao trabalho, diferentemente do que ocorre no Sul, onde estancieiro e gaúcho convivem na estância, o vaqueiro do norte vive no sertão, ao passo que o fazendeiro, dono das reses, vive no litoral, “longe dos dilatados domínios que nunca viu, às vezes”. Herança dos tempos da colônia, quando o Brasil era dividido em sesmarias cujos donos, os sesmeiros, apenas parasitavam a terra “sem divisas fixas” que possuíam.

Trabalhando fielmente para um dono ausente, o vaqueiro não tem consciência de que é um servo submisso, mas seu dono, ao contrário, sabe-o. Não é necessário fiscalizá-lo, vigiá-lo, nem mesmo comparecer na fazenda ao final do inverno, quando o pagamento é realizado: o vaqueiro separa sua parte do rebanho, sem ferir a honradez que lhe é característica, e envia ao proprietário a prestação das contas.

Além dos que lhe cabem, conhece os animais das fazendas vizinhas, cuidando e restituindo-lhes a seu dono quando escapam. Se não o encontra, não se apropria da produção deste animal, pois não lhe cabe; se é uma vaca e dá cria, toma um quarto como pagamento pelo trabalho que presta, estabelecendo com “o novo patrão” o mesmo contrato de “cláusula única” que tem com o outro: um quarto da cria como pagamento.

Como “não existe no norte uma indústria pastoril”, essas relações são subjetivadas e a fidelidade do sertanejo é de grande serventia para o estabelecimento desses contratos.

Destaca-se neste texto o isolamento do sertão: quando Euclides da Cunha afirma que o fazendeiro vive no litoral e muitas vezes sequer conhece suas terras e seus servos, pode-se pensar que, do ponto de vista econômico, o sertão está ligado ao litoral, uma vez que o gado produzido abastecerá os engenhos de trabalho, carne e couro. Contudo, no âmbito social, o sertão está isolado, pois nem mesmo os donos das fazendas nelas vivem, preferindo o litoral ao sertão, diferentemente dos estancieiros do Sul.

Quanto às relações de trabalho, a relação “servo-senhor” é estabelecida tanto para o dono ausente como para o dono do gado fugidio, sem que seja necessário explicitar quais são as cláusulas do contrato, porque o servo as tem internalizadas. As relações estão postas como naturais para aquele que as deveria questionar: o servo inconsciente da sua servidão. O que faz dele justamente um servo inconsciente também é visto, pelo mesmo, como suas virtudes invioláveis: a “fidelidade”, a “probidade”. O sertanejo é, assim, inconsciente das causas da sua servidão e o fato de estar integrado socialmente àquela cultura agrava essa inconsciência.

2.3.3 Sertanejo mineiro: o garimpeiro

O texto “Garimpeiros”²⁴⁴, publicado inicialmente em 21 de abril de 1903 no jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título de “Os batedores da Inconfidência”, está presente em *Contrastes e Confrontos*, obra em que Euclides da Cunha reúne alguns de seus mais notáveis artigos. Não é, portanto, uma obra como *Os Sertões*, com enredo, eixo temático e pensada em conjunto. No entanto, esses escritos são muito importantes, em especial para compreendermos

²⁴⁴ CUNHA, 1995, v. I, p. 146-149. As expressões entre aspas, a seguir, foram extraídas deste artigo.

o pensamento do autor e seu ponto de vista sobre problemas políticos e sociais, do passado e do presente, relativos ao Brasil e a outros países.

Em “Garimpeiros”, Euclides da Cunha discorre acerca da situação nas minas de metais preciosos em Minas Gerais, no fim do século XVIII. Destacamos esse texto porque o autor define a localidade como “recantos sertanejos”, o que corrobora a nossa afirmação de que, para ele, o sertão não é apenas o semiárido nordestino, mas qualquer região isolada.

Euclides da Cunha descreve o vilarejo, sua geografia e os elementos frutos da ação do homem, como ruas, casas e igrejas. Em seguida, descreve os habitantes “daqueles recantos sertanejos”, que constituem uma “sociedade artificial, feita de elementos díspares transplantados de outros climas” e repelem-se “pelo contraste das posições e das raças”. São eles os “congos tatuados que mourejavam nas lavras” e os “contratadores ávidos e opulentos”. Passa-se, então, aos contrastes de suas vestimentas, cabelos, calçados e armas, que materializam as diferenças entre as camadas sociais, o contraste entre os escravos africanos maltrapilhos e os contratadores, em suas roupas luxuosas.

Na mineração legal, sujeita à cobrança abusiva de impostos, os escravos, seus contrabandistas e faiscadores pobres, estavam sempre na mira dos fiscais da Corte, cuja tarefa era fazer “justiça”, mas que, com esse argumento, excediam-se, torturando e condenando à prisão, à morte ou ao exílio.

Paralelo a isso, “estendera-se intangível, e livre, e criminosa” por toda a extensão dos rios e ribeirões “a faina revolucionária e atrevida dos garimpos”, nos quais “os garimpeiros, incorrigíveis devassadores das demarcações interditas, davam o único traço varonil que enobrece aquela quadra”. O autor caracteriza, então, a ação dos garimpeiros sobre o meio, modificando a natureza e expandindo-se, sem o conhecimento da metrópole, até então apenas preocupada em fechar as fronteiras externas e garantir o monopólio. Quando a metrópole toma ciência da expansão, o ouro já chegara, clandestinamente, ao litoral.

Armou-se, então, o exército contra os garimpeiros, que se espalhavam pelas serras. E numa explosão de tiros, “os anônimos conquistadores de uma pátria zombavam triunfalmente daqueles aparatos guerreiros, espetaculosos e inofensivos”.

O primeiro destaque do texto é a característica de narrativa de viagem. Quando se lê

“o forasteiro que no último quartel do século XVIII demandasse os povoados de Minas Gerais, ereto da noite para o dia na extensa zona do distrito Diamantino, sentia a breve trecho o mais completo contraste entre a aparência singela daqueles modestos vilarejos e as gentes que neles assistiam”²⁴⁵,

²⁴⁵ CUNHA, 1995, v. I, p. 146.

percebe-se um modo de narrar muito semelhante aos das narrativas de Saint-Hilaire. Ao falar de um local desconhecido, Euclides da Cunha emprega a figura do forasteiro, do viajante-itinerante, como em *Os Sertões*, uma vez que não apenas observa, como também se posiciona diante daquilo que vê.

A estrutura do texto, como em “A Nossa Vendaia”, também se assemelha à dos outros textos de Euclides da Cunha: apresenta-se o meio, seguido da caracterização do homem e, por fim, há um desfecho narrativo de cunho militar, preferência justificada pela formação do autor.

Observa-se a influência do meio, quando o autor informa que os elementos dessa sociedade foram “transplantados de outros climas”, formando nos sertões uma sociedade artificial. No entanto, o que os afasta é, primeiramente, o “contraste das posições” que ocupam e, em segundo lugar, suas raças. O meio determinante parece perder força diante das questões sociais e econômicas que se impõem: os negros trabalham sem descanso nas minas, ao passo que os brancos são os contratadores. Somente após essa exposição é que o autor diferencia suas roupas, cabelos, sapatos e armas, voltando à questão social, ao afirmar que, observando o branco e o negro, “ia-se de um salto de uma camada social a outra”, em vez de “ia-se de salto de uma raça a outra”, o que poderia ter sido dito caso o autor se apegasse mais à questão da raça.

A “simbiose da Escravidão com o Ouro” era a situação na mineração legal, pagadora de altos impostos, fiscalizada a todo tempo por funcionários da corte, que, “em busca do escravo”, seguiam as “pernas ágeis dos contrabandistas”, o “rastros dos contraventores” e “os faiscadores pobres”, cometendo contra eles abusos, “inquirindo, indagando, prendendo, intimando e, quase sempre, matando”, pois “tinham a tarefa fácil de uma justiça que por seu turno se exercitava entre extremos, monstruosa e simples”.

O local de ação, essa “terra farta, desentranhando-se nos minérios anelados, não era um lar, senão um campo de exploração predestinado a próximo abandono”, seja por ser amplamente explorada, que acarretaria em seu esgotamento, seja pelo fim da escravidão ou pela expansão do garimpo, organização que se estendia “intangível, e livre, e criminosa”, e cujos trabalhadores, “os garimpeiros, incorrigíveis devassadores das demarcações interditas, davam o único traço varonil que enobrece aquela quadra”. Euclides da Cunha aponta que esses trabalhadores, originários das minerações, eram os “únicos elementos fixos numa sociedade móvel, de imigrantes”, e que iam, assim, “capitalizando as energias despendidas naqueles assaltos ferocíssimos contra a Terra”.

Observamos um paralelo entre os garimpeiros, habitantes daqueles “recantos sertanejos” e que são, como os sertanejos nordestinos, fortes: “eles percorreram todas as escalas da escola formidável da força e da coragem”²⁴⁶. Durante a ação do exército, os garimpeiros são descritos como “adversários invisíveis”, tal como em *Os Sertões*.

Se em *Os Sertões* o meio natural é o eixo central que norteia o curso da obra, em “Garimpeiros” as atividades humanas parecem ser o foco. Aqui, os garimpeiros, “iam capitalizando as energias despendidas naqueles assaltos ferocíssimos contra a Terra”, e vibravam “contra a natureza recursos estupendos”.

A terra descrita é modificada pela ação humana: os garimpeiros “abriam canais”, provocavam uma “avalanche artificial” desencadeada pela inclinação do local e “desviavam os rios”. Assim, a terra está presente de forma incisiva, como em *Os Sertões*, porém, a ação do elemento humano é muito mais evidente. Euclides da Cunha enfoca as atividades dos garimpeiros, as relações com os contratantes, a tecnologia empregada e as modificações que operam na paisagem, ocupando as descrições dos garimpeiros e suas atividades uma porção maior do que a descrição da terra onde atuam e da batalha travada contra eles.

No entanto, quando se trava a batalha entre os garimpeiros e o exército, a terra volta ao protagonismo, tornando-se um empecilho ao avanço das tropas, como em *Os Sertões*. O exército arrasta “penosamente pelos desfrequentados desvios” seu armamento, “ronceando, inutilmente, pelos ermos”, sendo desafiados pelos picos perpendiculares. As descrições do episódio são bastante semelhantes às de Canudos, mas o desfecho é diferente: “os ‘desaforados escaladores da terra’, os anônimos conquistadores de uma pátria, zombavam triunfalmente daqueles aparatos guerreiros, espetaculosos e inofensivos”²⁴⁷.

Em “Garimpeiros”, o trabalho escravo dos sertanejos explorados pela mineração está desde o início em destaque e a questão econômica é o que desencadeia a revolta da Coroa. Observamos que o autor se preocupa com as questões econômicas que afetam o Brasil e o sertão, com o trabalho realizado pelos sertanejos e como isso se reflete em outros aspectos da vida, como nas relações entre os habitantes, na exploração da terra e em sua ocupação, nas vestimentas e os calçados e nos abusos que se cometem em nome de impostos e da obediência à Corte.

²⁴⁶ CUNHA, 1995, v. I, p. 146.

²⁴⁷ CUNHA, 1995, v. I, p. 149.

2.3.4 Sertanejo amazônico: o seringueiro

Publicada postumamente, *À Margem da História* é composta por textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia, onde chefiou, logo após a incorporação do território do Acre ao Brasil, uma expedição para o mapeamento do Alto Purus entre dezembro de 1904 e janeiro de 1906. Pretendia escrever *Um Paraíso Perdido*, seu segundo livro vingador, como afirma em cartas a Coelho Neto e a Francisco Escobar²⁴⁸. Projeto que foi, contudo, interrompido por sua morte prematura²⁴⁹.

Na primeira parte do livro, “Terra sem história”, está o texto “Impressões gerais”, cuja estrutura é semelhante à de *Os Sertões*, iniciando-se com a descrição da terra, a partir da qual se segue a descrição do homem e de sua relação com o meio.

Após se decepcionar com o quadro da Amazônia, aponta que “o observador cede às fadigas de monotonia inaturável e sente que o seu olhar, inexplicavelmente, se abrevia nos sem-fins daqueles horizontes vazios e indefinidos como os dos mares”²⁵⁰, suscitando-lhe, assim, o tédio, semelhante ao que Saint-Hilaire sente nos sertões. A natureza, então, começa a ser esboçada em sua relação com o homem:

“a impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem...”²⁵¹

Novamente está presente um narrador-itinerante, cujas observações são postas em primeira pessoa – “a impressão que tive” – e que parecem dar ao leitor informações neutras, mas que, todavia, estão impregnadas de sua valoração pessoal.

Verifica-se, então, o quadro geral da Amazônia: “a natureza é portentosa, mas incompleta”, “tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência – e que é como que a grande lógica inconsciente das coisas”. Este último trecho nos remete à metodologia de Euclides da Cunha: o consórcio da ciência e da arte.

Martius e Humboldt são citados nessa obra. Euclides da Cunha critica o pouco aprofundamento dos estudos amazônicos, que se restringiram apenas à via principal daquela região inóspita, sem ir além das monografias, sem revelar o Brasil oculto na Amazônia, que

²⁴⁸ Ver essas cartas em: CUNHA, 1995, v. II, p. 697 e 709.

²⁴⁹ Um estudo mais detalhado sobre esta obra está em: HARDMAN, 2009.

²⁵⁰ CUNHA, 1995, v. I, p. 249.

²⁵¹ CUNHA, 1995, v. I, p. 249.

Euclides da Cunha se propõe a desvelar. Nota que “naqueles lugares, o brasileiro salta; é estrangeiro; e está pisando terras brasileiras”²⁵². O autor encontra, fora da via principal, o seringueiro. Esta região inóspita expele o ser humano, que se torna um “intruso indesejado”. No entanto, se insiste, “o homem, ao penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável”²⁵³.

A Amazônia, antes revolta e grandiosa, transforma-se. Se seu eixo central se baseava nos rios, agora o destaque está na extração da borracha. Chama a atenção não mais a rebeldia da natureza, mas a exploração do homem: “nas paragens exuberantes das héveas e castilhoas, o aguarda a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desacomodado egoísmo”. O autor explica: “o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se”²⁵⁴.

Segue-se a demonstração de como o seringueiro se escraviza mesmo antes de começar a trabalhar. Nas palavras de Euclides da Cunha, “vede esta conta de venda de um homem”:

“No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte (...) de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um *rifle* (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. (...) Ainda é um *brabo*, isto é, ainda não aprendeu o corte da *madeira* e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres (...) Tudo isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o *brabo* canhestro, de quem chasqueia o manso experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000”²⁵⁵.

Euclides da Cunha não apenas mostra, como indicaria o “vede”, mas abre e esmiúça o livro-caixa do sertanejo que se aventura nessas “paragens exuberantes”. O imbricar das despesas básicas do trabalhador acarreta-lhe à conta o saldo sempre negativo e cada vez mais devedor.

Sucedem-se as receitas, a partir de uma perspectiva bastante otimista, considerando o ganho máximo de um seringueiro. Em perspectiva mais favorável o seringueiro recebe 2:000\$000, mas está devendo 2:090\$000²⁵⁶. Como as despesas e as receitas do seringueiro são atribuídas a questões internas ou externas ao trabalho, de seu alcance ou não, como a

²⁵² CUNHA, 1995, v. I, p. 254.

²⁵³ CUNHA, 1995, v. I, p. 258.

²⁵⁴ CUNHA, 1995, v. I, p. 258.

²⁵⁵ CUNHA, 1995, v. I, p. 259.

²⁵⁶ CUNHA, 1995, v. I, p. 259.

inexperiência no corte, seus hábitos, saúde, família e sazonalidade, mas nunca relativo ao patrão, esse se isenta da responsabilidade sobre a trama em que o trabalhador vai se enleando, aparentemente, sozinho. Assim: “é ainda devedor e raro deixa de o ser (...) raro é o seringueiro capaz de emancipar-se pela fortuna”²⁵⁷.

Há uma questão de extrema relevância que agrava ainda mais o quadro: a relação com o patrão, que se soma à situação acima, configurando tal criminosa organização do trabalho. O patrão “enlaça” o seringueiro, ditando os números sobre os quais são feitos os cálculos e, portanto, fazendo com que a balança fique sempre em desequilíbrio, cada vez mais negativa, e o trabalhador, cada vez mais dependente e mais enredado no “paraíso diabólico dos seringais”. Além de toda a situação descrita, suficiente para escravizar o trabalhador, adiciona-se:

“o desastroso contrato unilateral que lhe impõe o patrão. Os “Regulamentos” dos seringais são a este propósito dolorosamente expressivos. Lendo-os, vê-se o renascer de um feudalismo acalanhado e bronco. O patrão inflexível decreta, num emperramento gramatical estupendo, cousas assombrosas.

Por exemplo: a pesada multa de 100\$000 comina-se a estes crimes abomináveis:

a) *Fazer na árvore um corte inferior ao gume do machado;* b) *Levantar o tampo da madeira na ocasião de ser cortada;* c) *Sangrar com machadinhas de cabo maior de quatro palmos.*

Além disto o trabalhador só pode comprar no armazém do barracão,

não podendo comprar a qualquer outro, sob pena de passar pela multa de 50% sobre a importância comprada”²⁵⁸.

Apenas a imposição dos valores da borracha e do sernambi não é o suficiente para o patrão explorar o seringueiro. Adicionam-se a isso inúmeras futilidades, ironicamente referidas como “crimes abomináveis”, e as multas por infidelidade, itens que se aliam e sugam cada vez mais o trabalhador, ocasionando o “desastroso contrato unilateral”.

“É natural que ao fim de alguns anos o *freguês* esteja irremediavelmente perdido.

(...)

“Fugir? Nem cuida em tal. Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro barracão? Há entre os patrões acordo de não aceitarem, uns os empregados de outros, antes de saldadas as dívidas, e ainda há pouco tempo houve no Acre numerosa reunião para sistematizar-se essa aliança, criando-se pesadas multas aos patrões recalcitrantes. Agora, digei-me, que resta no fim de um quinquênio do aventureiro sertanejo que demanda aquelas paragens, ferretado da ânsia de riquezas?”²⁵⁹.

Trabalhador e freguês, o seringueiro é duplamente explorado por aquele que coloca o preço em sua força de trabalho e nos gêneros para sua subsistência. Nesse sistema, o seringueiro trabalha para duplamente produzir riqueza para o patrão – seja vendendo sua mão de obra a

²⁵⁷ CUNHA, 1995, v. I, p. 259-260.

²⁵⁸ CUNHA, 1995, v. I, p. 260.

²⁵⁹ CUNHA, 1995, v. I, p. 260.

preços ínfimos, seja comprando itens básicos para sua sobrevivência, gerando, assim, uma dependência sem fim. Não há solução para o sertanejo, dado o isolamento dos seringais e o fato de que sua situação, que parece individual, na verdade é parte de uma rede criminosa da qual os outros padrões exploradores e outros trabalhadores explorados também fazem parte.

Além disso, se deixar a terra, perde o que construiu; se ficar, ainda assim jamais será proprietário. Por isso não se esforça em “melhorar o sítio”²⁶⁰. Essa relação do seringueiro com sua moradia nada mais é que uma extensão da relação que tem com o seu trabalho: enquanto trabalhador em terras estrangeiras, porque pode ser expelido a qualquer momento sem direito a nada, não opta por transformar aquele espaço, não se sente pertencente nem ligado à terra.

“Eterno hóspede dentro da própria casa”, “um estrangeiro na própria terra” ou “um expatriado na própria pátria”, o sertanejo migra para a Amazônia por motivos econômicos: no período das secas, a morte encontra os animais e seu trabalho, obrigando-o a migrar.

Euclides da Cunha aponta o problema para denunciar a questão e propor soluções, exercendo seu papel de viajante-itinerante e de historiador crítico:

“esta resenha comportaria alguns exemplos bem dolorosos. Fora inútil apontá-los. Dela ressalta impressionadoramente a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer do *homestead* que o consorcie definitivamente à terra”²⁶¹.

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha descreve primeiro a natureza, depois o homem e, por último, a luta. Em *À Margem da História*, natureza e trabalho formam, juntas, o quadro inicial, e somente no capítulo seguinte são dadas as características do trabalhador. O seringueiro é, além de escravo, um exilado. Euclides da Cunha afirma que

“o cearense o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto, e as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heroicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável”²⁶².

Ou seja: os exilados são os sertanejos nordestinos, que também amansam o “deserto”, embora esse seja outro, tão diferente do semiárido. Realiza “uma das maiores empresas destes tempos”, a extração da borracha, um dos produtos mais exportados pelo Brasil no período. Ainda que estivessem em um dos centros econômicos, permaneciam esquecidos, posto que trabalhadores brasileiros. No sertão ou no litoral, a situação é a mesma.

²⁶⁰ CUNHA, 1995, v. I, p. 260-261.

²⁶¹ CUNHA, 1995, v. I, p. 261.

²⁶² CUNHA, 1995, v. I, p. 273.

A migração para a Amazônia, no entanto, não ocorreu de forma indireta, mas por uma escolha política: as Grandes Secas de 1879, 1889 e 1900 levaram a população sertaneja, “bárbaros moribundos que infestavam o Brasil”, a buscarem o litoral. As autoridades mandavam-nos, a vapor, para a Amazônia “vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. (...) Cessava a intervenção governamental”²⁶³.

Mais uma vez, os sertanejos são apartados do litoral. Não o acessam e, caso o façam, não são bem-vindos, sendo, então, exilados para um local ainda mais distante, mais ignoto. O litoral e sua civilização não recebe aqueles “famintos assombrosos”, ocupando-se o poder público em livrar o litoral daqueles “bárbaros moribundos que infestavam o Brasil”, e, assim, envia-os para a Amazônia, tão ignota quanto os sertões de onde procedem, o que “equivale a expatriá-los dentro da própria pátria”.

Fica clara, então, sua denúncia inicial, de que os homens que povoam a Amazônia são brasileiros exilados dentro do próprio país, ou expatriados em sua pátria. Foram à Amazônia não por vontade própria, mas por migrarem para o litoral à procura de ajuda e, ao contrário disso, receberem o exílio, uma vez que o litoral – espaço civilizado - não só não lhes pertence como não lhes é acessível. Ao buscarem ajuda no litoral, onde estavam seus representantes, receberam apenas uma passagem de ida ao inferno paradisíaco que era a Amazônia, longe dos olhos públicos – mais uma vez. Até o fim do capítulo Euclides da Cunha irá ressaltar as ideias expostas no início do texto, sendo as mais impactantes o exílio na própria terra e o seringueiro trabalha para escravizar-se.

“Enquanto o colono italiano se desloca de Gênova à mais remota fazenda de São Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense efetua, à sua custa e de todo em todo desamparado, uma viagem mais difícil (...) que o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente (...) O seringueiro é, obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário”²⁶⁴.

Em “Os *caucheros*”, subsequente a “Um clima caluniado”, Euclides da Cunha analisa a exploração do caucho, próximo ao rio Purus. Segundo o autor, a região era pouco conhecida até 1862, quando começaram a chegar os *caucheros*, vindos da Amazônia peruana.

Nesta região, explora-se a *castilloa elástica*, muito mais frágil que a *heveas* brasileira, uma vez que não se renova periodicamente. Iniciada a extração, a árvore irá morrer; deste modo, para que todo seu potencial seja aproveitado, derruba-se a árvore completamente. Assim, “esgota-se em pouco tempo o cauchal mais exuberante”, o que faz dos trabalhadores – os

²⁶³ CUNHA, 1995, v. I, p. 276.

²⁶⁴ CUNHA, 1995, v. I, p. 278.

caucheiros, e não os seringueiros – nômades, “condição inviolável de êxito”, não revisitando nenhum sítio já explorado.

A vasta gama de exilados que habita esse deserto é invisível diante dos olhos públicos do litoral. Estão presentes nesse exílio que é a Amazônia jovem e severa, portanto, ausentes do Brasil. Lutam, adoecem, morrem – completamente abandonados e invisíveis.

Além disso: “o “conquistador” não os vigia. Sabe que lhe não fogem”²⁶⁵. O seringueiro, assim como o vaqueiro, não foge; ambos os patrões não os vigiam, tendo em seus trabalhadores servos submissos. No entanto, o seringueiro não foge porque o isolamento não permite, a região é intransponível e porque há um acordo entre os patrões para não aceitarem os fugitivos. O vaqueiro, por sua vez, não foge, por não ter consciência da sua servidão, cumprindo o contrato moral. “O deserto é um feitor perpetuamente vigilante. Guarda-lhe a escravatura numerosa”²⁶⁶.

Abrindo um parêntese nessa questão, comparamos a invisibilidade do seringueiro com a do vaqueiro: são invisíveis para o litoral, onde está o poder público. Quando as tropas do exército adentram Canudos para o combate, os sertanejos continuam invisíveis naquele ambiente, desta vez propositadamente, fato que lhes confere algumas vitórias. E mesmo após o massacre, todo o arraial é representado por apenas quatro pessoas. De forma semelhante, os garimpeiros são invisíveis e recebem um sopro de atenção apenas no momento em que a Coroa Portuguesa percebe que há ouro sendo escorrido de maneira ilegal. Não é, contudo, a atenção que aquela população miserável e esquecida deveria receber.

A dimensão do trabalho do sertanejo ganhou não só espaço, como importância. Se em *Os Sertões* o meio é o grande responsável pelos desdobramentos sociais, em *À Margem da História* a exploração do trabalho do sertanejo determina, tanto quanto a rudeza da Amazônia, a não fixação no solo e a estagnação social naquelas paragens isoladas.

A disposição das obras já indica a mudança. Em *Os Sertões*, “A Terra”, “O Homem” e “A Luta” estão delimitadas e hierarquizadas; em *À Margem da História* mesclam-se nas seções a formação da Amazônia e seus rios e o trabalho dos seringueiros, explicitando-se posteriormente sua formação e a formação dos rios da Amazônia.

O texto mais conhecido de Euclides da Cunha sobre o tema é “Entre os seringais”, publicado na Revista *Kosmos*, em 1906²⁶⁷, no qual o autor aborda a tarefa de se abrir um seringal às margens do Purus e como atuam os trabalhadores que se aventuram nessa empreitada.

²⁶⁵ CUNHA, 1995, v. I, p. 288.

²⁶⁶ CUNHA, 1995, v. I, p. 288.

²⁶⁷ CUNHA, 1995, v. I, p. 558-560.

O autor compara as estradas e as barracas a tentáculos contorcidos de um polvo a enlaçar aqueles homens. “É a imagem monstruosa e expressiva da sociedade torturada que moureja naquelas paragens. O cearense aventureiro ali chega numa desapoderada ansiedade de fortunas”, mas “nunca mais se livrará da estrada que o enlaça, e que ele vai pisar durante a vida inteira, indo e vindo, a girar estonteadamente no monstruoso círculo vicioso da sua faina fatigante e estéril”²⁶⁸. A disposição das estradas configura o “diagrama da sociedade nos seringais, caracterizando-lhe um dos mais funestos atributos, o da dispersão obrigatória. O homem é um solitário”, que “contribui sobremaneira para o estacionamento da sociedade que ali se agita (...) sem destino, sem tradições e sem esperanças”, como os próprios seringais²⁶⁹.

O mais importante nesta discussão é, sobretudo, a exposição das injustiças que acometem os brasileiros – sertanejos – que estão fora da civilização litorânea, dos domínios da Coroa, e que, mesmo sendo cerne da civilização, sofrem a expatriação na própria terra.

2.3.5 O enfoque econômico na obra euclidiana

Após analisar alguns textos de Euclides da Cunha, especialmente no que diz respeito ao trabalhador, exploramos, neste capítulo, o modo como Euclides da Cunha abordou o Brasil do ponto de vista econômico. Antes de Caio Prado Júnior, outros autores já haviam criticado a forma como Euclides da Cunha elaborou o seu sertanejo.

Mário de Andrade, em *O Turista Aprendiz*, critica a falta de veracidade dos escritos euclidianos:

“pois eu garanto que *Os sertões* são um livro falso. A desgraça climática do Nordeste não se descreve. Carece ver o que ela é. É medonha. O livro de Euclides da Cunha é uma boniteza genial porém uma falsificação hedionda. Repugnante. Mas parece que nós brasileiros preferimos nos orgulhar duma literatura linda a largar da literatura duma vez pra encetarmos o nosso trabalho de homens. Euclides da Cunha transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão; transformou em heroísmo o que é miséria pura, em epopeia... Não se trata de heroísmo não. Se trata de miséria, de miséria mesquinha, insuportável, medonha. Deus me livre de negar resistência a este nordestino resistente. Mas chamar isso de heroísmo é desconhecer um simples fenômeno de adaptação. Os mais fortes vão embora”²⁷⁰.

Na concepção do autor, Euclides da Cunha, em prol de uma “literatura linda”, falseia os sertões: expõe uma população heroica e “imagens chiques” em vez de mostrar a miséria e realizar o seu “trabalho de homem”. Em sua análise, Mário de Andrade acentua as condições climáticas adversas, agravadas pela miséria a que é submetida a população do sertão, colocando

²⁶⁸ CUNHA, 1995, v. I, p. 559.

²⁶⁹ CUNHA, 1995, v. I, p. 560.

²⁷⁰ ANDRADE, M. *O turista aprendiz*. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 294-295.

em xeque as proposições de Euclides da Cunha. Para Mário de Andrade, uma “literatura linda”, cujo foco não está na realidade, mas que, ao contrário, permite a falsificação, não é “trabalho de homens”, isto é, não tem comprometimento com a função social da literatura. A miséria – esta sim, existente na realidade, sobre a qual se deve atentar – está omissa numa “literatura linda”, escondendo a realidade social sobre a qual o “trabalho de homens” deve agir.

Também para Antônio Candido a ideia da miséria da população sertaneja está ausente da exposição do autor:

“faltou a Euclides da Cunha apenas salientar a miséria que acompanha esta situação de abandono, para mostrar que se trata de algo quase tão grave quanto a escravidão, que tinha sido abolida pouco antes. Ele baseou o livro no esquema determinista em voga naquele tempo, indicando como o meio físico e a raça condicionavam os grupos sociais, e como a diferença de ritmos da evolução gerava desarmonias catastróficas”²⁷¹.

Nesta análise, os aspectos socioeconômicos dos sertanejos estão em relevo. Para Antônio Candido, a metodologia empregada por Euclides da Cunha fez com que o autor focalizasse a questão da raça e do meio, ficando, assim, ausentes as ideias da miséria e do abandono, “quase tão graves quanto a escravidão que tinha sido abolida pouco antes” mas que, como veremos no capítulo seguinte, deixou resquícios até então indelévels na sociedade brasileira, tanto no litoral, onde havia mais mão de obra escrava, quanto no sertão, local que o trabalho livre também era possível.

Como vimos na seção anterior, as teorias científicas em voga na Europa eram o modo de interpretar o Brasil do período. Os pensadores do Brasil da década de 1870 estavam vinculados a instituições, como o IHGB, e suas análises visavam a reiterar as ideias das classes dominantes. Euclides da Cunha, ao denunciar o massacre ocorrido em Canudos, realizado justamente pela classe dos civilizados, dá um passo adiante nas reflexões sobre os problemas do Brasil, de nossa história e instituições.

A análise socioeconômica torna-se mais frequente a partir da década de 1930, quando os autores passam a pensar o Brasil a partir de sua história, baseados na herança colonial, e não mais na teorias europeias que universalizavam as características dos homens, a partir da divulgação das concepções marxistas e das reflexões sobre o Brasil fora dos contextos institucionais.

Para Freyre,

²⁷¹ CANDIDO, A. *Iniciação à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, 5. ed., p. 80-81.

“alega-se, e com razão, que Euclides da Cunha, nos seus ensaios sobre a formação social do Brasil, concede importância exagerada ao problema étnico, parecendo não ter atinado com a extensão e a profundidade da influência da chamada “economia agrário-feudal” sobre a vida brasileira. Ou seja: despreza o sistema monocultor, latifundiário e escravocrata na análise da nossa patologia social; e exalta a importância do processo biológico – a mistura de raças – como fator, ora de valorização, ora de deterioração regional e nacional.

São recentíssimos, aliás, os estudos que vão estabelecendo o primado do fator cultural – inclusive o econômico – entre as influências sociais e de solo, de clima, de raça, de hereditariedade de família, que concorreram para a formação da sociedade brasileira, em geral, e particularmente, para as suas formas agrárias ou pastoris caracterizadas pelo latifúndio, pela exclusividade de produção e pelo trabalho escravo ou semiescravo, com todos os seus concomitantes psicológicos de agricultura sem amor profundo à terra”²⁷².

Assim, para o autor, as denúncias são plausíveis, mas o fato é que os estudos que levam em conta os aspectos socioeconômicos são posteriores à obra de Euclides da Cunha. A título de esclarecimento, popularizam-se com a divulgação do método materialista no Brasil, a partir da década de 1930.

Nosso objetivo, nesta seção, é trazer à tona as abordagens de Euclides da Cunha acerca do trabalho dos diversos sertanejos. Acreditamos que a análise econômica está presente nos escritos do autor desde *Os Sertões*, embora de forma mais diluída que em *À Margem da História*. É importante ressaltar que outros autores do período – como Alencar, Arinos e Benício, por exemplo – também não enfocavam as questões econômicas relativas ao trabalho e sua exploração de forma detalhada, mas abordavam a questão junto ao contexto político ou às discussões sobre raça, por exemplo.

Arnaldo, de *O Sertanejo*, é comparado ao vaqueiro: “Arnaldo conhecia todas as árvores da floresta, como conhece o vaqueiro todas as reses de sua fazenda, e o marujo as mínimas peças do aparelho de seu navio. Esses habitantes da selva tinham para ele uma feição própria, que os distinguia; chamava-os a cada um por seu nome”²⁷³. Ou seja: embora Arnaldo seja sertanejo, por morar no sertão, nem todo sertanejo é vaqueiro.

E, diferentemente de um servo submisso, o sertanejo tinha seus criados, os *fábricas*: “Na várzea já estavam muitos indivíduos, pela maior parte moços ou criados do vaqueiro, que atualmente no sertão designam com o nome de *fábricas*”²⁷⁴. Corroborando esta hipótese de que o sertanejo não era o mais baixo dos servidores, José de Alencar, em outro trecho, faz a seguinte consideração sobre Arnaldo:

“prestou-se a desempenhar por algum tempo o emprego de vaqueiro, do qual o afastavam os seus instintos de liberdade, os hábitos de sua vida nômade, e mais que tudo uma repugnância invencível de servir a qualquer homem por obrigação e salário.

²⁷² FREYRE, 1944.

²⁷³ ALENCAR, 1984.

²⁷⁴ ALENCAR, 1984, p. 96.

“O vaqueiro não entra na classe dos servidores estipendiados; é quase um sócio, interessado nos frutos da propriedade confiada à sua diligência e guarda. Esta circunstância levou Arnaldo a condescender por enquanto com a vontade do capitão-mor. Fosse outro emprego, que apesar da disposição de seu ânimo, não o aceitaria por uma hora”²⁷⁵.

Até o momento, em *O Sertanejo* o vaqueiro é visto como um sócio, e não como um empregado. Apesar da privação da liberdade comprada por meio de um salário, Arnaldo faz “a vontade do capitão-mor”, porque coloca, acima de tudo, a lealdade a esse senhor, que é um proprietário presente que mora na fazenda e protege quem vive em seus domínios, diferentemente do “proprietário ausente” de *Os Sertões*.

A questão, no entanto, quando ponderada mais atentamente, adquire novos rumos.

Dentre as pessoas que compõem o comboio para proteger o capitão-mor, estão os valentões, escolhidos pelos fazendeiros para fazerem a guarda, mas que frequentemente servem de instrumento de vingança: “pertenciam à classe ainda não extinta de valentões, que os fazendeiros desde aquele tempo costumavam angariar para lhes formarem o séquito e guardarem sua pessoa, quando não serviam, como tantas vezes aconteceu, de cegos instrumentos a vinganças e ódios sanguinários”²⁷⁶. Como em *Os Sertões*, o vaqueiro é um servo submisso do fazendeiro. Na obra de Alencar, o sertanejo concede sua liberdade e sua própria vida, se for necessário, pelo seu senhor, sendo, contudo, desumanizado nesta relação, usado como um “cego instrumento” de vingança. A palavra “classe”, neste contexto, não significa nada além de “grupo”, “ordem”, grupo este que – muito diferente dos tais sócios – é explorado pelo senhor:

“os sertanejos ricos daquele tempo eram todos de orgulho desmedido. Habitando um extenso país, de população muito escassa ainda, e composta na maior parte de moradores pobres ou de vagabundos de toda a casta, o estímulo da defesa e a importância de sua posição bastariam para gerar neles o instinto do mando, se já não o tivessem da natureza.

“Para segurança da propriedade e também da vida, tinham necessidade de submeter à sua influência essa plebe altanada ou aventureira que os cercava, e de manter no seio dela o respeito e até mesmo o temor. (...) Traziam séquitos numerosos de valentões; e entretinham a soldo bandos armados, que em certas ocasiões tomavam proporções de pequenos exércitos”²⁷⁷.

Esboça-se, assim, a formação dessa classe dos valentões – o exército do sertão: numa alternância entre vassalagem e superstição, protegem a vida dos sertanejos ricos, que mantêm o domínio por sua influência ou temor, pois lhes invade o terror das revoltas dos populares, pobres e vagabundos de toda casta, contra seu poder, posição e orgulho.

²⁷⁵ ALENCAR, 1984, p. 185-186.

²⁷⁶ ALENCAR, 1984, p. 6.

²⁷⁷ ALENCAR, 1984, p. 234.

Em *O Rei dos Jagunços*, Manoel Benício traz à tona vários aspectos do trabalho do sertanejo. Um deles é a relação com o fazendeiro:

“os vaqueiros tratam os fazendeiros por *meu amo*, percebendo a porcentagem de um por quatro ou um por três bezerros apanhado, quando o amo dá montaria. Os couros dos animais mortos, o leite, o queijo pertencem aos vaqueiros. A porcentagem dos vaqueiros estende-se à criação de ovelhas, cabras e animais cavaleiros”²⁷⁸.

Essa descrição é semelhante à de Euclides da Cunha que Caio Prado Júnior afirma ser um dos poucos aspectos econômicos abordados pelo autor. Manoel Benício ainda dedica um diálogo entre dois vaqueiros, sobre o recebimento pela safra, para esclarecer a questão do pagamento e da relação de trabalho imposta ao sertanejo:

“ – Então V. apanha as suas quarenta cabeças este ano?
 - Quem sou, seu Pajoba, para ganhar isto.
 - Pois V. não é o vaqueiro da casa?
 - Nhor sim, porém sou escravo.
 - Isto é que é o diabo. Lá na minha terra não há mais negro cativo. Os últimos, o jangadeiro Chico Nascimento e João Cordeiro, levaram para fora.
 - Boa terra, seu Pajoba. Onde é?
 - No Ceará, V. querendo é dar o que fazer às alpargatas e, arribando lá, está forra que nem um passarinho.
 - Posso ser seguro no meio da viagem e é o diabo, depois.
 - Qual o que homem! Por estes sertões adentro tanto faz branco como preto. Depois, quase um ou outro é que possui escravos. V. nunca se atirou por estes mundões de Cristo?”²⁷⁹

Neste trecho, observamos um aspecto bastante diferente do exposto por Alencar. Aqui, o vaqueiro não é quase um sócio, mas escravo. Também fica evidente a transição da escravidão para o trabalho livre: um dos vaqueiros é escravo, conformado com a situação, mas almeja o trabalho livre, enquanto que Pajoba, conhecedor de outras terras, considera um absurdo a condição do colega, afirmando que em sua terra não há mais negro cativo.

Em *Canudos (diário de uma expedição)*, compilação dos textos de Euclides da Cunha publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* enquanto correspondente da guerra de Canudos, observa-se, no artigo “Bahia, 20 de agosto”, a abordagem muito breve dos aspectos econômicos do arraial. Em entrevista com um jovem jagunço trazido de Canudos pelo Coronel Carlos Teles, relata:

“Indaguei sobre a natureza dos trabalhos agrícolas — rudimentares, quase nulos. O trabalho sob a sua forma mais generalizada consiste em *ganhar* em Monte Santo, Geremoabo e outras povoações circunjacentes. A criação mais numerosa é a de bodes, em número quase incalculável, enchendo, em torno, os plainos dilatados das chapadas, quase sem donos, sem trato, ariscos, retrogradando pelo abandono ao estado selvagem primitivo.

²⁷⁸ ALENCAR, 1984, p. 43.

²⁷⁹ BENICIO, 1997, p. 44-45.

Depois destas informações interroguei-o sobre questões mais sérias:

— De onde provém todo o armamento dos *jagunços*?²⁸⁰.

Este é o pequeno trecho de uma carta relativamente extensa, na qual Euclides da Cunha se mostra bastante interessado nos detalhes de funcionamento do Arraial, na figura de Antônio Conselheiro e seus colaboradores e no armamento dos *jagunços*. Contudo, a atenção dispensada ao trabalho dos *jagunços* é pequena e se encerra com “depois destas informações, interroguei-o sobre questões mais sérias”: o armamento.

No entanto, Euclides da Cunha não desprezou a informação: aproveitou-a e a desenvolveu em *Os Sertões*. Enquanto a agricultura é quase nula, a pecuária se hierarquiza entre as criações mais ou menos numerosas, sendo a mais numerosa “quase incalculável”. Euclides da Cunha, com base nas informações desse jovem *jagunço* capturado, teria formulado a afirmação de que “todo sertanejo é vaqueiro. À parte a agricultura rudimentar das plantações da vazante pela beira dos rios, para a aquisição de cereais de primeira necessidade, a criação de gado é, ali, a sorte de trabalho menos imprópria ao homem e à terra”²⁸¹.

Também é interessante mostrar que o *trabalho* consiste em *ganhar*, por isso seu aspecto quase nulo, o que remete, também, às atribuições do *jagunço*, que, dentre muitas, está em espalhar o terror por meio de saques.

A presença e a importância do trabalho e do trabalhador na obra euclidiana já é reconhecida por alguns autores. Na apreciação de Araripe Jr. a *Os Sertões*, em 1903, a questão do trabalho aparece de forma relevante. O crítico literário afirma que

“do *jagunço*, a feição mais interessante é a do vaqueiro.

“O *jagunço* que não é vaqueiro finge sê-lo; pelo menos tem a aptidão para exercer essa profissão, porque é a mais consentânea com a sua índole e com as tendências para a atividade intermitente do nômade do sertão.

“Tive ocasião no Ceará de observar esse tipo e estudá-lo um pouco. Processava, então, como juiz municipal, um crime horrível, perpetrado por três indivíduos curibocas, com todos os característicos da selvaticidade de costume. Os criminosos não eram, porém, *jagunços* de profissão. Pertenciam à classe dos pequenos plantadores, e dois deles tinham estado na Guerra do Paraguai. No processo, porém, apareceu como testemunha o tipo em toda sua plenitude descrito pelo sr. Euclides da Cunha. (...) Interroguei-o durante muitas horas (...) mas no fim tinha entrado no conhecimento exato da alma de um vaqueiro sagaz, traquejado nos mistérios do sertão”²⁸².

²⁸⁰ CUNHA, 1995, v. II, p. 544.

²⁸¹ CUNHA, 2009, p. 216.

²⁸² ARARIPE JR., T. A. “*Os Sertões* (Campanha de Canudos por Euclides da Cunha)”. In: *Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. Preparação do texto de Valentim Facioli e José Leonardo do Nascimento. São Paulo: Nankim Editorial: Editora da Unesp, 2003, p. 59.

Nesta apreciação, Araripe Jr., nascido no Ceará e reconhecido como autoridade em assuntos de sertão, elogia a descrição de Euclides da Cunha sobre o jagunço. Salienta o campo de atividades exercidas por ele e pelo sertanejo e exalta as definições dadas por Euclides da Cunha. Sem a intenção de elaborar uma crítica ao viés econômico da obra, Araripe Jr., em sua resenha crítica da obra, destacou o tema, cujas feições lhe são interessantes. Por outro lado, também se destacam em suas observações os vagabundos do sertão²⁸³.

A questão da vadiagem é trabalhada por Sevcenko, para quem esses vagabundos, ou “errantes”, – sem atribuição de conotação negativa – são frequentes na obra de Euclides da Cunha: “Conselheiro e a sua multidão (...); os retirantes cearenses; o seringueiro (...); os bandeirantes; as monções, “os homens do Sul que irradiam pelo país inteiro”; o caucheiro (...); o gentio nômade; o sertanejo (...)”²⁸⁴. Esses homens errantes, ao vagarem, comunicavam regiões que, do contrário, teriam se desenvolvido isoladamente.

No entanto, mesmo em *Os Sertões*, podemos ver que Euclides da Cunha também expôs de forma exaustiva o tema do trabalho. Olímpio de Souza Andrade, em *História e Interpretação de Os Sertões*, apresenta as informações por ele listadas:

“o lado econômico dos fatos que observava foi sempre trazido à tona, sob outros aspectos, desde as primeiras páginas do livro: as fazendas de gado, as terras, os rebanhos, a flora e a fauna auxiliando ou repelindo o homem, o latifúndio e a proibição das transações entre o Norte e o Sul, as relações de troca, as feiras de gado e os lucros que proporcionavam, o ajuste de contas”²⁸⁵.

Andrade aponta muitos momentos em que Euclides da Cunha traz à tona as questões econômicas em *Os Sertões*. A dificuldade em ler essas informações quando não estão amparadas pela terminologia dos estudos econômicos se dá em virtude do rumo que os estudos tomaram após Euclides da Cunha, com a disciplinarização das áreas de conhecimento.

Em *À Margem da História*, o esboço do segundo livro vingador, o drama dos seringueiros é severamente exposto. Para Tocantins,

“na Amazônia, Euclides não somente viu uma natureza ainda em arrumação, mas também viu uma sociedade que procurava os meios de se adaptar, num vasto, luxuoso e desarranjado salão (...), grande demais, opulento demais, agreste demais para a fração mínima de humanidade que pretende domá-lo, servir-se dele. Daí as enormes distorções sociais e o drama do seringueiro: o isolamento, a angústia, a exploração econômica, a ronda das doenças. (...) “E vê-se completamente só na faina dolorosa. A exploração da seringa, neste ponto pior que a do caucho, impõe o isolamento”²⁸⁶.

²⁸³ ARARIPE JR., 2003, p. 66-67.

²⁸⁴ SEVCENKO, 2003, p. 165.

²⁸⁵ ANDRADE, O. S. *História e interpretação de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, 4. ed., p. 317-318.

²⁸⁶ TOCANTINS, L. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1978, 3. ed., p. 146.

Em *À Margem da História*, Euclides da Cunha afirma que “o seringueiro é, obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário”. O vaqueiro está isolado, apartado do litoral, mas integrado à sociedade sertaneja. É um servo inconsciente, sua situação está naturalizada, por isso a ideia da fuga não é cabível neste contexto. Já o seringueiro está isolado “profissionalmente” e socialmente, vivendo numa prisão sem muros, trabalhando para escravizar-se²⁸⁷. Pensa-se na fuga, mas as adversidades econômicas e do meio – a distância e o acordo entre os patrões – impedem sua concretização.

Numa sociedade recém-saída da escravidão, não é possível que se tenham sedimentados ainda a consciência de classe. Euclides da Cunha esboçou a questão à maneira da época, atrelando-a a outros fatores, como raça e política.

Em “Garimpeiro” e *À Margem da História*, já se utilizam termos como “escravidão” e “exploração”, além de, no segundo, estarem presentes considerações sobre os abusos contidos nos regulamentos impostos, que “formalizam” os excessos cometidos pelo patrão contra o empregado. No entanto, é fundamental pensarmos o que está além das palavras empregadas por Euclides da Cunha: o contexto da vida desses trabalhadores sertanejos.

As diferentes sociedades nas quais se inserem o vaqueiro, o garimpeiro e o seringueiro também caracterizam outro ponto fundamental para compreender a obra de Euclides da Cunha e suas diferentes abordagens, no que se refere ao trabalho desses sertanejos.

O vaqueiro é mais integrado à sociedade da qual faz parte, seu trabalho está interligado no contexto de sua vida, das comemorações, da vaquejada, da Revolta de Canudos, por exemplo. Logo, ao descrever o trabalho do vaqueiro, Euclides da Cunha não o dissocia da sua cultura e política, fazendo com que essas informações ficassem menos amparadas pela terminologia dos estudos econômicos, como afirmou Andrade.

Já no garimpo e nos seringais não há nada além daquela sorte de trabalho. Não há fatores culturais que se mesclam e se possam relacionar a essas atividades econômicas. O destaque nos seringais e no garimpo é o trabalho, porque o sertanejo está mais que isolado: ele foi retirado de sua cultura, está deslocado e descontextualizado, o que os torna ainda mais vulneráveis à exploração e à situação de escravidão à qual estão submetidos²⁸⁸.

²⁸⁷ VENTURA, R. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, v. 5, julho-1998, p. 133-147.

²⁸⁸ Agradeço ao professor Jayme Tadeu Oliva pelos esclarecimentos acerca da diferença entre o homem que está isolado e aquele que está deslocado, retirado de seu contexto.

Capítulo 3: Os “sertões” de Caio Prado Júnior

“Uma viagem pelo Brasil é muitas vezes, como nesta e tantas outras instâncias, uma incursão pela história de um século e mais para trás. Disse-me certa vez um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do passado”.

(Caio Prado Jr., em *Formação do Brasil Contemporâneo*)

Passemos, pois, à obra de Caio Prado Júnior. Apontados os aspectos da obra de Euclides da Cunha que nos levam à compreensão de seus “sertões”, abordaremos, de forma análoga, os “sertões” de Caio Prado Júnior.

O tema da primeira seção são as viagens. Veremos como elas influenciam na obra do autor, sejam as suas próprias, sejam de outrem. Caio Prado Júnior desde cedo viaja e elabora relatos, que são aperfeiçoados posteriormente, através do método da pesquisa de campo na área da geografia. O intelectual também se apropria da leitura dos relatos dos viajantes naturalistas na composição de sua obra, o que se evidencia em *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Na segunda seção, nosso enfoque está no contexto da publicação das obras de Caio Prado Júnior, um dos pensadores brasileiros de maior destaque nas décadas de 1930 a 1960, por pensar as relações entre a colônia e a nação empregando um método novo na historiografia brasileira, o materialismo histórico. Esse método possibilitou ao autor elaborar uma síntese da nossa colonização, inserindo os sertões do Brasil neste processo. Sua vida pessoal se incorpora às carreiras política e editorial, afluindo essa perspectiva multifacetada em suas publicações. Retomaremos os relatos dos viajantes para abordar alguns aspectos da narrativa do autor, como a interdisciplinaridade e o estilo. Esboçamos, então, com base em suas publicações, as características da população sertaneja, bem como o povoamento das regiões.

Por fim, serão analisados os sertanejos de Caio Prado Júnior, que se definem quanto às atividades econômicas que realizam. Veremos como o setor inorgânico da sociedade colonial carrega a nacionalidade em potencial e quais são as atividades econômicas realizadas nos locais onde abundam as massas de trabalhadores livres pobres.

Neste capítulo são feitos, a todo momento, contrapontos com a obra euclidiana e as proposições do capítulo anterior. Nosso objetivo é que, a partir das questões levantadas, cotejadas com as anteriores, possamos compreender os motivos pelos quais Caio Prado Júnior e Euclides da Cunha não veem os mesmos sertões.

3.1 As viagens

3.1.1 As viagens de Caio Prado Júnior

Desde a juventude, Caio Prado Júnior já era um viajante. Nascido numa família tradicional de São Paulo, viajava com os pais e os irmãos de férias para Europa e chegou a estudar durante um ano na Inglaterra, por ocasião do tratamento de saúde do irmão. Conhecer o exterior, prática das elites brasileiras, fez com que esse “olhar de fora”, utilizando os termos de Süsskind, possibilitasse ao autor “olhar para dentro” do Brasil.

Segundo Lincoln Secco, para quem os aspectos da vida pessoal e profissional se trespagam na obra de Caio Prado Júnior, as viagens do autor estão estritamente relacionadas à sua produção intelectual. O gosto pela fotografia seria útil nas viagens e era também um dos reflexos do seu interesse pelo Brasil. Para Secco, “é essa predileção por coisas brasileiras que o levará ao desejo de interpretar a realidade do Brasil antes mesmo de qualquer contato com o marxismo”²⁸⁹.

Pericás e Wider datam o início do interesse de Caio Prado Júnior pelo Brasil: aos dezoito anos, viaja pelo país e se depara com “nossa diversidade regional e os problemas decorrentes da miséria e do subdesenvolvimento”²⁹⁰. Desde jovem, portanto, não apenas viaja, como também se interessa pelo Brasil, o que já se pode inferir por sua primeira publicação, *Evolução Política do Brasil*, de 1933, na qual o autor realiza um ensaio de interpretação do Brasil calcado nos pressupostos do materialismo histórico, a partir das revoluções populares.

Por ocasião do fechamento da Aliança Nacional Libertadora, organização teve seu registro cassado e da qual Caio Prado Júnior era presidente da seção paulista, exila-se em Paris em 1937, após ficar preso entre 1935 e 1937. De volta ao Brasil, em 1939, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, retoma suas viagens pelo país.

Nesse momento, destacam-se as viagens pelo estado de São Paulo, entre os anos de 1935 e 1940, passando por Amparo, Atibaia, Campinas, Juqueri, Santos, São Sebastião; pelo estado de Minas Gerais, quando visita Ouro Preto e Diamantina, já nos anos de 1940 e 1941; e por outras cidades, como Anápolis e Uberlândia, e estados, como Goiás, em 1948²⁹¹.

Segundo Plekhanov, “o desenvolvimento das forças produtivas, que determina o desenvolvimento de todas as relações sociais, depende das propriedades do meio geográfico.

²⁸⁹ SECCO, L. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 25.

²⁹⁰ PERICÁS, L. B. WIDER, M. C. “Caio Prado Júnior”. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. (orgs.) *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 193-214.

²⁹¹ IUMATTI, P. T. SEABRA, M. HEIDEMANN, H. D. (org.) *Caio Prado Júnior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Instituto de Estudos Brasileiros: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 267-311.

Determina também suas relações interiores e exteriores”²⁹². Assim, o trabalho do homem, que modifica a natureza, depende do meio, que, por sua vez, condiciona o desenvolvimento das relações sociais. Talvez por isso fosse tão importante, para Caio Prado Júnior, viajar: para conhecer o meio que condicionava o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Talvez esteja aqui também a relação de Caio Prado Júnior com a geografia. Para Euclides da Cunha, o meio geográfico determina o físico e o psicológico do homem; para Caio Prado Júnior, condiciona as forças produtivas e as relações sociais. O homem não é posto como espécie, mas como ser social.

Para Seabra, a participação na Associação dos Geógrafos Brasileiros – a AGB –, fundada em 1934 por Caio Prado Júnior, Pierre Deffontaines, Rubens Borba de Moraes e Luiz Flores de Moraes Rego, foi fundamental para que o intelectual desenvolvesse o rigor metodológico em suas observações. O método de investigação geográfico do período se baseava na elaboração de monografias sobre assuntos específicos. Deffontaines, a partir da geografia francesa, traz ao Brasil as pesquisas geográficas cujo método se baseava no trabalho de campo²⁹³.

A importância dos estudos geográficos e das viagens devem-se, segundo Iumatti, ao fato de que o aprofundamento do conhecimento das diferentes regiões do Brasil pode levar a soluções para as questões sociais. No interior, impera o desamparo do poder público, que acarreta numa “estrutura social perversa”, sem leis nem auxílios e, no limite, em desnutrição e doenças²⁹⁴. Questão semelhante é posta por Euclides da Cunha, para quem aqueles canadenses marginalizados se rebelaram contra a ordem a que estavam submetidos, fora do alcance de qualquer ação governamental.

Para desvelar o interior do país, Caio Prado Júnior viaja. Os registros dessas viagens, por meio de cadernetas de campo e fotografias, estão em consonância com uma “interpretação do país que levasse em conta sua diversidade regional”²⁹⁵. Nesses registros, o autor anota os aspectos geográficos, observações pessoais, o curso e a duração das viagens, os fatores econômicos que observa, mesclando descrições mais objetivas com suas próprias impressões, além de transcrever conversas com nativos. Ilustrações de próprio punho complementam os manuscritos.

²⁹² PLEKHANOV, G. *Os Princípios Fundamentais do Marxismo*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 34.

²⁹³ IUMATTI; SEABRA; HEIDEMANN, 2008, p. 74.

²⁹⁴ IUMATTI, P. T. *Caio Prado Júnior: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007a, p. 165.

²⁹⁵ IUMATTI, P. T. Um viajante e suas leituras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLIII, n. 1, jan./jun. 2007b, p. 110.

Nesta seção, analisamos alguns documentos do acervo de Caio Prado Júnior que se referem a suas viagens ao Nordeste. São a caderneta de viagem ao rio São Francisco²⁹⁶; a série fotográfica elaborada durante a viagem ao rio São Francisco²⁹⁷; as notas de viagem ao Nordeste, de 1955²⁹⁸; e uma página encontrada junto ao documento anterior²⁹⁹.

De acordo com Andrade, Caio Prado Júnior percorreu o Baixo São Francisco nas décadas de 1930 e de 1940 e em 1962. O historiador, o geógrafo e o professor Araújo Filho também se prepararam uma excursão para 1964, não concretizada, primeiramente, por questões pessoais do professor Araújo Filho e depois, em decorrência do golpe de 1964, evento que impediu de vez sua realização. Caio Prado Júnior também ia ao Nordeste com frequência para cuidar de negócios vinculados à editora Brasiliense³⁰⁰.

A caderneta de viagem refere-se, segundo Iumatti, a uma viagem realizada no mês de junho, entre as décadas de 1930 e 1940:

“entre 1934 e 1943, Caio Prado Júnior realizou, além de excursões ao interior de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Sul do Brasil, algumas viagens ao Nordeste. Dentre essas, uma pelo rio São Francisco, da qual deixou um relato manuscrito e o levantamento fotográfico reproduzido, em parte, neste painel. Seguindo alguns dos passos de Capistrano de Abreu, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior descreveu, dentre outros aspectos, a ocupação do São Francisco pelas fazendas de gado, bem como seu papel no povoamento do interior do Brasil e na articulação das vias de comunicação e transporte do sertão”³⁰¹.

O autor também publicou duas obras a respeito das viagens que realizou à União Soviética. De acordo com Iglesias, não configuram, contudo, relatos de viagem convencionais. Em *URSS: um novo mundo* (1934), Caio Prado Júnior mostra seu interesse pela história viva por meio da experiência comunista, e em *O mundo do socialismo* (1962), relata sua experiência nas viagens à China e à URSS. São obras de caráter político, cujo objetivo é debater os problemas do comunismo, e não descrever os aspectos físicos e socioeconômicos das regiões³⁰².

²⁹⁶ Documento CPJ-CAD024-01, localizado no Fundo Caio Prado Júnior, no Arquivo IEB/USP.

²⁹⁷ Documento CPJ-F01, localizado no Fundo Caio Prado Júnior, no Arquivo IEB/USP.

²⁹⁸ Documento CPJ-CAD012, localizado no Fundo Caio Prado Júnior, no Arquivo IEB/USP.

²⁹⁹ Documento CPJ-CAD013, localizado no Fundo Caio Prado Júnior, no Arquivo IEB/USP.

³⁰⁰ “Fases de uma amizade: Manuel Correia de Andrade e Caio Prado Júnior – entrevista com Manuel Correia de Andrade”. In: IUMATTI, P. T.; SEABRA, M.; HEIDEMANN, H. D. (org.) *Caio Prado Júnior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Instituto de Estudos Brasileiros: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 188-208.

³⁰¹ De acordo com Manuel Correia de Andrade, na entrevista citada na nota de rodapé anterior, o registro fotográfico se refere à viagem da década de 1960. No entanto, Iumatti afirma que o registro é anterior. ANDRADE, 2008, p. 187 e 302.

³⁰² IGLESIAS, F. (org.). *Caio Prado Júnior: história*. São Paulo: Ática, 1982, p. 8.

Em *O mundo do socialismo*, o autor explica as razões por que viajou para os países socialistas e quais seus pontos de análise ao escrever esta obra. A partir de então, seu relato adquire outro caráter, pelos motivos destacados por Iglesias. Escreve Caio Prado Júnior:

“não foi para “julgar” que visitei os países socialistas, e sim para analisar as soluções dadas nesses países aos problemas da revolução socialista, isto é, da transformação socialista ao mundo. (...) O que procurei observar foi o processo da transformação, a evolução da sociedade humana do capitalismo para o socialismo (...) não me preocupei assim, no correr de minhas observações, em julgar os países socialistas, e muito menos de estabelecer confrontos, no sentido ordinário, entre eles e os países capitalistas. Isso para mim era secundário. É a experiência acumulada nos países socialistas, experiência orientadora da transformação socialista, pela qual, a meu ver, todos os povos, e nós brasileiros inclusive, haverá mais cedo ou mais tarde de passar é isso que me interessou”³⁰³.

Para o autor, divulgar um juízo de valor a respeito do que vê não é o essencial, mas sua transformação, sua evolução, ou seja, os processos que ocorrem naquele regime ou sistema. O contexto político no qual se inseria, como militante do PCB, também o orientava a esse posicionamento. A palavra “experiência” assume uma ampla dimensão: além daquilo que está sendo observado pelo autor, existe a ideia do processo e da totalidade dos aspectos sociais, econômicos e culturais que se acumularam no curso da história desses países. Não pretende, portanto, elaborar um relato de viagem, mas relatar a experiência socialista, diferentemente do que ocorre em suas viagens pelo Brasil, nas quais aplica o método do trabalho de campo para coletar informações que corroborem a tese do “sentido da colonização” e suas reflexões acerca das relações entre a colônia e a nação, com base na interpretação materialista da História.

Caderneta de viagem ao rio São Francisco

Nesta viagem, realizada na segunda quinzena do mês de junho, em algum dos anos entre 1934 e 1943³⁰⁴, Caio Prado Júnior excursiona pelo rio São Francisco, passando por vários locais, dentre eles Januária, Itacambira, Lapa, Morro do Pará, Barra, Xique-Xique, Remanso, Santo Sé, Casa Nova, Sant’Ana, Juazeiro e Petrolina. Passa, também, pelo Rio Verde e pelo rio Carinhonha.

Nela, o autor descreve aspectos gerais e diversos da viagem. Os relatos iniciam-se com a data (“Dia 22”), o local em que o barco atraca e o horário, seguindo-se, usualmente, uma descrição da paisagem geral e dos detalhes observados, com frequentes anotações de histórias dos nativos, estrutura muito semelhante a empregada nos relatos dos viajantes naturalistas.

³⁰³ PRADO JR., C. *O mundo do socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967, 3. ed., p. 2.

³⁰⁴ Cf. nota de rodapé n. 301.

Nosso objetivo, ao expor alguns excertos da documentação primária de Caio Prado Júnior, é mostrar o processo de pesquisa *in loco* para elaboração de sua obra. Fizemos, então, um recorte: as cadernetas de campo. Os temas abordados nesta seção introduzem as discussões que serão realizadas adiante.

Nas primeiras páginas da caderneta, na porção do rio São Francisco situada em Minas Gerais, chama a atenção esta observação:

“a população luta com as maiores dificuldades para poder produzir alguma coisa. Sem recursos nem crédito, nem possibilidade pois de adquirir recursos necessários para tratar de qualquer exploração. Bancos há apenas agrários do Banco do Brasil em Pirapora e em Juazeiro. Só fazem negócios com garantias enormes de sorte que o sertanejo desprovido de tudo nada pode iniciar” (páginas 5 e 6).

As dificuldades que o sertanejo enfrenta estão além das adversidades climáticas. Às margens do São Francisco, onde não falta água, os sertanejos são acometidos pela falta de recursos e de investimentos, que só são concedidos a quem possa oferecer “garantias enormes” – ou seja, aos grandes empresários. O sertanejo comum, que não as possui, não pode, então, sair da situação em que se encontra.

Manuel Correia de Andrade aborda tal questão em seu estudo. O autor afirma que o crédito é concedido apenas a grandes lavouras, apresentando-se um grande “desprezo às lavouras de subsistência ou ‘lavouras de pobre’”:

“as primeiras tem crédito fácil, garantias de preços mínimos, assistência de estações experimentais, comercialização organizada etc., enquanto as segundas são abandonadas ao crédito fornecido por agiotas, às tremendas oscilações de preços entre a safra e a entre-safra e à ganância dos intermediários. Daí o florescimento constante da grande lavoura (...) e a decadência da pequena lavoura, à qual está ligada à pequena propriedade”³⁰⁵.

Em seguida, outra descrição contida na caderneta reitera a questão:

“a organização social é baseada no latifúndio, concentração da propriedade em poucas mãos. Nestes latifúndios subordinados aos proprietários vivem seus trabalhadores, capangas e agregados, que tem a permissão de viver gratuitamente na terra, provendo porém seu próprio sustento” (páginas 7 e 8).

Os donos dos latifúndios seriam, provavelmente, os portadores das “garantias enormes” solicitadas pelos bancos para que qualquer negócio seja realizado. A “concentração da propriedade em poucas mãos” é mantida, nesse sistema, seja pelos latifundiários ou pelos

³⁰⁵ ANDRADE, M. C. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973, p. 43-44.

poucos bancos, classes que só negociam entre si. A falta de perspectiva socioeconômica no local acarreta, então, na migração do sertanejo:

“a imprevidência é um traço característico (...) o sertanejo que vem para o Sul, principalmente S. Paulo, trabalha algum tempo e tendo juntado pequena quantia, [*ilegível*] na volta para a terra, ou então lá chegando [*ilegível*] tudo fora. Recomeça depois a mesma coisa e assim vai vivendo” (página 9).

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, a tese do autor é de que o sistema econômico é o responsável pelo povoamento, pela vida material e pela vida social, o que se evidencia neste excerto. O sertanejo, não obtendo recursos dos grandes bancos e trabalhando para sobreviver nas terras dos grandes latifundiários, migra para o Sul em busca de condições melhores do que aquelas encontradas em sua região de origem. Ainda que obtenha no Sul alguma quantia, esta é retirada dele quando retorna, porque o problema não está na região, mas na estrutura socioeconômica estabelecida. Onde a base da economia é o grande latifúndio, são os donos que possuem riquezas, e não seus trabalhadores. Mesmo após obter quantias em outros lugares, esse trabalhador continua um sertanejo, submetido a um sistema que o explora.

Antes de chegar a Lapa, o autor alcança a divisa entre os estados de Minas Gerais e Bahia, marcada, também, pelo encontro dos rios São Francisco e Carinhonha. Descreve, assim, alguns aspectos da economia da região:

“Na margem do S. Francisco nestas alturas há alguma cultura principalmente de milho. (...)

A [grande indústria] continua sendo a pecuária. O gado daqui porém vai tornando-se mais ordinário. Quanto mais [*ilegível*] o rio, entra-se mais na zona seca. Este é a sua terra. O couro do boi vem em peças separadas; o de cabras em fardos” (páginas 20 a 23).

No dia seguinte chega a Lapa, “cidade milagrosa, que atrai comércio de todos os pontos do país, principalmente de Minas e Baía” (página 23).

O autor, para quem nem todo sertanejo é vaqueiro, como afirma na carta à Casa Euclidiana, observa, além da pecuária, a cultura do milho nos sertões. No entanto, na Lapa, é outra atividade que se destaca. Parece relacionar o fato de ser uma “cidade milagrosa” à expansão do comércio, acentuando a questão da religiosidade, que, em alguns casos, pode dar origem ao fanatismo, como no caso dos trabalhadores que abandonavam as fazendas para seguir Antônio Conselheiro, tendo em vista a possibilidade de uma nova ordem social, sem fazendeiros ou autoridades, como afirma Darcy Ribeiro³⁰⁶.

³⁰⁶ RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 306-308.

Adiante, está em destaque, novamente, a agricultura: “as margens antes e depois do Morro do Pará são mais habitadas; há alguma cultura, principalmente de feijão” (página 41). Descreve, também, uma grande fazenda que encontra, cuja produção se baseia na extração de minerais:

“a Fazenda de Garrinha, de propriedade de Pedro Mariano. Consiste numa grande casa, térrea, com aspecto das velhas fazendas paulistas, há outras construções mais de [ilegível] e o restante consiste em casas de sapé, vivenda de trabalhadores. Esta fazenda é uma lavra de diamantes, e dizem que há nela um rio de ouro. Francisco Mariano é uma espécie de senhor feudal na zona: muito rico movido por [ilegível] de trabalhadores e agregados, vivem na sua vasta propriedade, cercado do respeito de todos” (página 41).

Caio Prado Júnior frequentemente aponta os aspectos mais concretos das localidades: a paisagem, a vegetação, o modo de vida, os aspectos do trabalho e a fala dos trabalhadores são os mais comuns. Neste trecho, a condição socioeconômica da família Mariano é dada pelo seu sobrenome e pela sua propriedade: uma casa térrea no sertão, mas que se assemelha a uma fazenda paulista, o que ressalta os contrastes entre regiões. Os trabalhadores, por sua vez, vivem em casas de sapé. Além disso, a atividade principal é a extração dos diamantes, realizada por esses trabalhadores e agregados sem sobrenome na vasta propriedade da família, onde pode até existir um “rio de ouro”.

Seguindo para Barra, o autor encontra “uma terra pobre que pouco se desenvolveu (...). Produz alguma rapadura e formam pequenas criações de gado” (página 45). Adiante, nota que

“há perto de Chique-Chique uma extração de diamantes na [ilegível] de Santo Ignácio que se avista ao longe para leste. As margens tornam-se cada vez mais secas. A vegetação diminui de porte e toma cada vez mais um colorido pardacento. As carnaubeiras começam a aparecer mais abundantes e de vez em quando um coqueiro. Para o interior estas árvores são mais abundantes. As margens são regularmente povoadas. Aliás desde que deixamos Minas noto isso. O rio na Baía é muito mais habitado que em Minas” (página 55).

Nesta passagem, além da atividade econômica semelhante à desempenhada na fazenda da família Mariano, também se esboça o estilo do autor na forma como descreve a paisagem observada. O “colorido pardacento” que adquire a vegetação, na transição das margens do rio para o interior, também realiza a transição do texto de descrições mais objetivas para opiniões. Caio Prado Júnior destaca a vegetação e a paisagem, suas cores, quantidades e qualidades, de maneira muito semelhante às que se realizam nos relatos dos viajantes naturalistas, para, em seguida, colocar-se como um narrador itinerante, que não apenas vê, como também se posiciona diante daquilo que é visto: “desde que deixamos Minas noto isso”.

De acordo com Iumatti, nos relatos de viagem de Caio Prado Júnior notam-se traços do estilo de Saint-Hilaire: objetivos, mas imbuídos de impressões de caráter pessoal. Os escritos do autor em sua juventude, nas cartas que enviava aos familiares durante suas viagens, já demonstravam “seu interesse pela história, conjugado à observação empírica do mundo presente”, salientando-se, assim, o seu lado viajante que viria a ser lapidado³⁰⁷.

Caio Prado Júnior “comprazia-se em descrever a paisagem, com os olhos de conhecedor (...). Ao tratar das estradas do Brasil colonial, coloria as observações pessoais dos viajantes, com os quais se identificava”. Dias destaca as características do Caio Prado Júnior viajante-itinerante, que mescla descrições objetivas com o método geográfico, além de trazer para o seu discurso as contribuições dos viajantes que estiveram naquelas localidades antes e que se aventuraram em descrever os quatro cantos do Brasil. O lado científico une-se ao próprio estilo, em que o autor destaca, por meio de adjetivos e antíteses, os contrastes da região. Em resumo, “ao amor da paisagem (...) acrescia a vocação trabalhada pelos estudos de geógrafo”³⁰⁸.

O autor observa o Brasil amparado pelo método geográfico, não apenas para levantar as características e os problemas, mas também para propor soluções, através de suas atividades intelectual, política e editorial. É, portanto, um viajante-itinerante-atuante. Caio Prado Júnior não apenas olha o passado e reflete sobre o presente, como o viajante-itinerante, mas também propõe alternativas para o futuro, por isso introduzimos o adjetivo “atuante” ao conceito de viajante-itinerante.

Ainda em Xique-Xique, o autor descreve a miséria da população e as relações entre os trabalhadores e os chefes locais:

“a pobreza é grande por toda esta margem. Pequenas quantias representam somas enormes. A política nada é mais que competições pessoais que não são [*ilegível*]. O domínio dos chefes é obsoleto. Mandam e desmandam e regulam apenas pelo seu capricho. Dos governos estadual e federal pouco recebem auxílio. Os habitantes, desprovidos de recursos, não encontram amparo algum para obterem meios de produzirem” (página 68).

Complementa-se, então, o que já fora dito no início. Às populações que habitam o sertão escasseiam as oportunidades. Os bancos não os auxiliam, tampouco as autoridades governamentais, deixando-os à mercê da exploração dos grandes proprietários das terras que, por serem os detentores do poder econômico, detêm também o poder político, tal como no

³⁰⁷ IUMATTI, P. T. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007a, p. 67-68.

³⁰⁸ DIAS, M. O. L. S. “Impasses do Inorgânico”. In: D’INCAO, M. A. (org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Brasiliense: 1989, p. 383-384.

período colonial, que, como o autor desenvolve em *Formação do Brasil Contemporâneo*, ainda não foi superado e se acentua sobretudo após a abolição da escravidão no Brasil.

Essas populações, além do inexistente auxílio econômico, também não recebem a educação que poderia, de alguma maneira, mudar as condições em que se encontram:

“em todos nota-se uma inteligência viva, capaz de os desenvolverem tanto econômica como espiritualmente se tivessem meios para isto. Fora das cidades a educação é completamente [ilegível]. Há símbolos de povoadores que se destacam apenas ou há pequenas [ilegível] onde não existem escolas e crescem no entanto dezenas de crianças. A vontade para se instruir não falta todavia nesta gente. Conversei longamente com um lenheiro que vive em [Tombadores], na proximidade de Remanso. Através de uma total incultura percebia-se uma inteligência capaz de alguma coisa” (página 68).

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor sugere, como veremos adiante, que as sementes da nossa nacionalidade – ainda não atingida, em razão das heranças coloniais – encontram-se no setor inorgânico da sociedade, ou seja, onde a produção é voltada para o abastecimento do mercado interno, para a subsistência das populações, detentoras da nossa nacionalidade em potencial. Se essas populações “tivessem meios para isto”, iriam se desenvolver, econômica e “espiritualmente”, ou intelectualmente, atingindo o nível necessário para realizar a transformação da colônia em nação. O que se nota, segundo o autor, não é a falta de inteligência, mas a incultura. O acesso à educação está subordinado ao sistema econômico, disponibilizando-se onde a economia prospera. Como afirmou Caio Prado Júnior na carta à Casa Euclidiana: “nos sertões do Nordeste, como no resto do país, a diferenciação e a discriminação não é territorial e horizontal, e sim vertical e social”³⁰⁹.

Neste mesmo excerto, verifica-se a concretização das populações por meio da descrição dos elementos de suas vidas. Nas cadernetas sempre estão presentes suas vozes e suas histórias, ressaltando as estruturas postas no Brasil. O autor destaca as palavras empregadas pelos sertanejos e as histórias que contam, por exemplo: “contou-nos um habitante do lugar crimes que se repetem ininterruptamente nesta cidade” (página 3); “os habitantes usam contra elas [moléstias] certas plantas, entre elas uma que denominavam “a nimiga” (página 8); “dizem que há nela um rio de ouro” (página 41); e “Santo Sé é afastado (*retirado*, como dizem aqui)” (página 65) são alguns trechos que elucidam a questão.

Nos últimos dias de sua viagem, chega a Casa Nova, onde tem início as áreas de caatinga. Reflete sobre os tripulantes do transporte pelo São Francisco:

³⁰⁹ FAVIANO, 2012, p. 189-194.

“a vida destes tripulantes é miserável. Sempre endividados para com o patrão como resultado de uma imprevidência total, são-lhes submetidos como verdadeiros escravos. Trabalham por contrato de viagem e recebem por uma cheque de [ilegível] 2 a 3 [ilegível] 100 a 150\$000 apenas” (página 74).

Caio Prado Júnior caracteriza em suas obras a ideia de “escravização por dívidas”, isto é, o salário do trabalhador não é suficiente sequer para quitar os itens básicos para sua sobrevivência, endividando-se e tornando-se, assim, um escravo do seu patrão, geralmente fornecedor dos insumos nos locais de trabalho afastados dos grandes centros. Essa situação, afirma o autor, é bastante comum em economias mais isoladas, como na extração da borracha, na Amazônia, conforme também afirmou Euclides da Cunha.

A multiplicidade de temas abordados nos relatos refletem a gama de interesses do autor, que se expandiam para diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, a História e as Ciências Naturais. Além dessas disciplinas, também o elemento concreto, as histórias de vida e o que o povo tem a dizer afloram nas anotações. E o que não está dito, está fotografado.

A série “fotografias / viagem S. Francisco”, título manuscrito por Caio Prado Júnior num pequeno envelope, é composta por 65 fotos produzidas pelo intelectual – que também nutria um grande interesse pela fotografia – no decorrer de sua viagem pelos sertões e por Salvador. De acordo com Iumatti, as fotografias da série, que também não estão datadas, resultam da mesma viagem que o relato acima.

O conteúdo de grande parte das fotografia são paisagens locais e as embarcações utilizadas ao longo do rio São Francisco. Há também fotos de trabalhadores em barcos com sacas de gêneros alimentícios, carregando lenha; de burros de carga; de moenda; de sertanejos; e, em raros registros, de Caio Prado Júnior, como em fotos nas quais está frente a uma casa de pau a pique ou entre mandacarus. As imagens refletem, em grande medida, os conteúdos das cadernetas e o universo de interesse do autor. Os registros escritos e iconográficos se associam, dando ao pesquisador a noção de totalidade nas relações humanas evidenciadas na obra do autor.

Há, no Fundo Caio Prado Júnior, outros documentos referentes ao assunto. São duas breves anotações sobre os aspectos gerais do trabalho e do pagamento na agricultura do sertão.

O primeiro documento, intitulado “Notas de Viagem ao NE – 1955”³¹⁰, contém uma página:

“- A propriedade agrária é concentrada na região da cultura açucareira (litoral e zona da Mata) e no sertão

³¹⁰ Documento CPJ-CAD012 do Fundo Caio Prado, sob guarda do IEB/USP.

- Nas zonas agrícolas (agreste, brejo em Paraíba, mar do Ceará) ela é em regra subdividida [riscado]
- Nas regiões algodoeiras do sertão (Paraíba, Rio G. do N., Ceará, Pernambuco) é mais concentrada. Encontra-se produção “em larga escala”...
- Regime de meação no algodão... nas culturas de subsistência há casos de meação e casos em que o trabalhador guarda toda sua produção que é subsidiária da prod. principal do algodão.
- A meação é mais acentuada nas propriedades em que o patrão reside na propriedade. Os fazendeiros mais absenteístas só se interessam em geral pelo algodão.
- Nas fazendas de pecuária do sertão, a agricultura de subsistência em geral é livre; mas repete-se o caso dos proprietários mais [modestos] que exigem a meia da subsistência”

O segundo documento³¹¹ foi encontrado junto ao primeiro, porém, não está datado.

“cerco. [balde?]. criação do sul
 sorte 1x6 Paraíba
 1x4 em geral
 ou salários 300 cr. na Par.
 [ilegível] para cultura de legumes sem [ilegível]
 algodão sempre meia
 [riscado]
 algodão sempre meia
 encontra-se às vezes legumes
 plantação livre, fazendeiros absenteístas
 o residente no local mais exigente
 pedindo meia de tudo... ou outra
 proporção (Macafba, R. G. N.) fazendeiros: 40% milho, 30% arroz... etc.
 Cambão: ponte Rio Mamanguape (Par.) [ilegível]. Natal. João [ilegível]
 1 dia gratuito por sesmaria
 trabalhador de Companhia usineira”

Destacam-se, em ambas as anotações, a meação, tema amplamente analisado em *A Questão Agrária*³¹², obra de 1979 que compila artigos publicados pelo autor na década de 1960.

O foco dos artigos presentes nesta obra são as relações de trabalho e o pagamento nas propriedades agrárias. O primeiro ponto em destaque diz respeito à concentração da propriedade: há grandes terras nas mãos de poucos e pequenas terras nas mãos de muitos. Essas “pequenas terras” também tendem a ser menos favoráveis e rentáveis, pela qualidade do solo e por estarem distantes das zonas de comercialização³¹³.

O “salarizado puro” é exceção no campo, onde o salário costuma ser não apenas em dinheiro, como também na concessão de terras, isto é, no direito de ocupá-las. A “meação”, ou “meia”, assim como a “terça”, a “quartiação” e o “cambão” são sistemas de parceria, modalidades de pagamento nas quais não se utiliza dinheiro, mas a “locação de serviços”, observada sobretudo na agropecuária brasileira. Nesses sistemas, a produção é dividida entre o proprietário da terra, que geralmente fornece o local e os insumos, e o agricultor, que realiza o

³¹¹ Documento CPJ-CAD013 do Fundo Caio Prado, sob guarda do IEB/USP.

³¹² PRADO JR., C. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2007a.

³¹³ PRADO JR., 2007a, p. 15-17.

trabalho. Na “meação”, a produção é dividida entre produtor e proprietário; na “terça”, o proprietário recebe dois terços da produção; na “quartiação”, o agricultor recebe um quarto daquilo que é produzido, sistema esse também verificado no pagamento do vaqueiro. No “cambão”, também chamado de *obrigação* ou *condição*, o agricultor cede um determinado número de dias de trabalho ao proprietário da terra no período das safras³¹⁴.

O sistema híbrido de remuneração, segundo Caio Prado Júnior, é interessante para o empregador, pois o exime de se preocupar com a mão-de-obra no período da safra e também de pagar salários no entre-safra, e também para o agricultor, uma vez que a subsistência da sua família está garantida o ano todo. De acordo com o autor, os trabalhadores que recebem apenas salários apresentam padrão de vida inferior aos que estão submetidos a sistemas híbridos³¹⁵.

O problema que se apresenta, contudo, é a predominância da “pseudoparceria”, na qual não há, de fato, parceria, mas uma relação de empregador e empregado disfarçada de parceria. Isso se verifica na dependência do empregado em relação ao proprietário/empregador, que priva o parceiro de autonomia³¹⁶. Na “pseudoparceria”, o empregado está desprovido de direitos trabalhistas, situação agravada pela inexistência de legislação específica para o trabalhador rural, em especial o meeiro³¹⁷.

A questão também é analisada por Manuel Correia de Andrade. O geógrafo afirma que o trabalho assalariado e os sistemas de parceria no sertão se apresentaram mais amplamente do que no litoral por não ser conveniente para o proprietário ter escravos onde a seca dizimava a população e apenas para o curto período da safra do algodão. Assim, alguns trabalhadores, como o carreiro, recebiam salários em dinheiro, e outros, como os agricultores e os vaqueiros, estavam submetidos aos diversos sistemas de parceria acima citados³¹⁸.

Conforme afirmou Caio Prado Júnior, os sistemas de parceria autênticos não são desfavoráveis para o trabalhador. Manuel Correia de Andrade cita, então, as formas empregadas pelo proprietário/empregador para tolher as possibilidades de ascensão do vaqueiro. Uma delas é obrigar o vaqueiro a vender a parte do rebanho que lhe confere, impossibilitando-o de chegar a ser proprietário. Outra, é o pagamento semanal em dinheiro em regiões onde está se inserindo o touro zebu originário da Índia, animal de valor comercial e qualidade maiores do que o gado nordestino, para que o vaqueiro não tivesse posse de tal produto, cujo valor comercial era mais elevado. Esse pagamento, contudo, não é sequer o mínimo estabelecido.

³¹⁴ PRADO JR., 2007a, p. 61-70.

³¹⁵ PRADO JR., 2007a, p. 93-94.

³¹⁶ PRADO JR., 2007a, p. 101-105.

³¹⁷ PRADO JR., 2007a, p. 146.

³¹⁸ ANDRADE, 1973, p. 203-206.

Verifica-se, então, as práticas de “pseudoparceria” referidas por Caio Prado Júnior, nas quais existe uma relação de dependência, e não de parceria.

De acordo com Secco, uma das grandes preocupações de Caio Prado Júnior, no que diz respeito à reforma agrária e à desconcentração da propriedade, era a legislação de proteção ao trabalhador rural³¹⁹, o que também pode ser observado na obra *A questão agrária no Brasil*.

Os registros das cadernetas de viagem subsidiam a elaboração das teses do autor sobre o Brasil, bem como as propostas para a melhora das condições de trabalho, especialmente os que estão nos meios rurais, cuja produção em pequena escala e voltada ao atendimento das necessidades básicas seriam o primeiro passo para a transformação do país em uma nação.

Os relatos de viagem pelo Brasil de Caio Prado Júnior nos auxiliam na introdução ao pensamento do autor. Observaremos mais detidamente, a seguir, a forma como suas viagens – e os relatos das viagens de outrem – fundamentam suas análises sobre o Brasil.

3.1.2 Os viajantes na obra de Caio Prado Júnior

Os relatos de viagem dão respaldo à argumentação e ilustram a situação descrita pelo autor, serão ampliadas em sua próxima obra. Em *Evolução Política do Brasil*, de 1933, Caio Prado Júnior já se baseia em *Notices of Brazil*, do viajante inglês Robert Walsh, publicado em 1830, para caracterizar a mudança das elites a partir da abertura dos portos, em 1808³²⁰.

De acordo com Novais, nas primeiras páginas de *Formação do Brasil Contemporâneo* está a chave para a compreensão da colonização portuguesa no Brasil, que será elaborada, nos capítulos seguintes do livro, através das manifestações da vida colonial, que incluem o povoamento, a economia, a sociedade e a administração³²¹.

Os detalhes que compõem a argumentação são extraídos das informações contidas nos relatos dos viajantes que estiveram no Brasil, sobretudo de Saint-Hilaire, Martius, Luccock e do autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiás*, como se observa no corpo do texto e nas notas de rodapé do livro citado. No arquivo do autor estão presentes informações que apontam para a relevância desses textos em seus escritos, como as fichas de leitura e os cadernos de estudos ou de viagens, que contêm fichamentos e resenhas dessas obras.

³¹⁹ SECCO, 2008, p. 13-14.

³²⁰ PRADO JR., C. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 59.

³²¹ NOVAIS, F. A. Considerações sobre o sentido da colonização. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 6, jul. 1969, p. 55-65. Disponível em: <<http://goo.gl/zJozBw>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

Esses relatos seguem um padrão: são descritos os aspectos geográficos da localidade, as especificidades das populações que lá se instauram, assim como o trajeto até essas áreas, de forma mais ou menos opinativa, mais ou menos isenta de juízo de valor, a depender do assunto.

Além de compor o *Formação do Brasil Contemporâneo* seguindo uma estrutura semelhante à desses relatos, Caio Prado Júnior baseia-se nesses textos para dar respaldo a sua argumentação, e também elabora seus próprios relatos de viagem. No entanto, dá um passo adiante ao analisar, a partir dessas informações, a história econômica do Brasil e o contexto de seu surgimento. Os aspectos da vida em toda a colônia são as manifestações de um quadro geral maior, o sentido da colonização. Segundo Novais, “sem a visão estrutural mais profunda perdem sentido as manifestações particulares e superficiais”³²², sendo essas descritas nos relatos de viagem e utilizados por Caio Prado Júnior em sua argumentação.

Caio Prado Júnior se apresenta como um viajante-itinerante-atuante, que não apenas viaja e relata, mas absorve as informações coletadas em suas pesquisas de campo para compreender melhor o país. Coteja as suas pesquisas *in loco* com os relatos de viajantes e elabora, assim, a sua síntese sobre o Brasil, acrescida de proposta para a superação da colônia.

Para Euclides da Cunha, havia um contraste entre o sertão e o litoral, o que colocava as duas localidades em oposição. Para Caio Prado Júnior, os diversos aspectos do Brasil não estão justapostos e nem se opõem, mas sim, compõem uma totalidade, uma unidade de sentido. A relação é, pois, dialética, o que faz de Caio Prado Júnior um tipo de viajante-itinerante diferente de Euclides da Cunha.

Como Iumatti observa, as fichas de leitura de Caio Prado Júnior indicam que a abrangência dos assuntos que o autor dominava e pelos quais se interessava era muito maior do que aquilo que fora objeto de publicação. Fazem parte do Fundo Caio Prado Júnior essas fichas, que compreendem uma série de 542 documentos, muitos dos quais se referem a pesquisas realizadas na Biblioteca Nacional de Paris, no período de seu exílio na década de 1930, onde encontrou as referências sobre o contexto da expansão comercial e marítima dos séculos XV e XVI, necessárias ao desenvolvimento da sua tese sobre o Sentido da Colonização. Outros documentos são pesquisas de documentos dos IHGs e de livros de historiadores brasileiros³²³.

De acordo com Iumatti, uma das semelhanças entre os relatos de viagem de Saint-Hilaire e de Caio Prado Júnior é a “multiplicidade de aspectos” abordados, que vão desde as características geográficas, os gêneros de vida, a economia, a sociedade, os meios de transporte,

³²² NOVAIS, 1969, p. 55.

³²³ IUMATTI, 2007a, p. 184.

as técnicas produtivas, os fluxos populacionais e os aspectos culturais³²⁴. Os temas abordados em *Formação do Brasil Contemporâneo* versam sobre as temáticas presentes nos relatos, que também suprem a ausência de documentos do período colonial acessíveis ao autor.

Veremos, a seguir, alguns trechos desta obra que ilustram a influências dos viajantes naturalistas na obra de Caio Prado Júnior.

Na introdução do livro, o autor afirma que

“os depoimentos dos viajantes estrangeiros que nos visitaram em princípio do século XIX são frequentemente de flagrante atualidade. Neste, como aliás em outros setores de igual relevo. Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um poucos mais para eles, verá que traduzem fatos profundos e não apenas reminiscências anacrônicas”³²⁵.

Esboçam-se, aqui, as primeiras linhas acerca da influência dos viajantes na obra de Caio Prado Júnior, que se acentua adiante em referências diretas a Saint-Hilaire, Martius, John Luccock, Southey, dentre outros.

No início do capítulo “Povoamento”, o autor comenta a falta de dados oficiais sobre a população brasileira. Embora o primeiro recenseamento tenha sido realizado no fim do século XVIII, seus dados não se encontram acessíveis ao pesquisador. Caio Prado Júnior não informa ao leitor como irá embasar suas análises sem esses dados, mas, no desenvolvimento do seu texto observa-se que, valendo-se de diversas fontes, como documentos e publicações, o autor tece sua argumentação por meio dos trabalhos de outros autores. Embora não sejam oficiais, essas fontes se complementam e traçam um panorama geral do país adequado ao estilo do autor, um historiador que não se prende rigorosamente a datas e números.

Ao falar sobre os rios do Brasil, que tornavam a região mais acessível pelo seu interior, Caio Prado Júnior cita Martius:

“acompanhando a costa de Bragança para leste, atravessa-se uma região quase deserta, habitada por escassos índios semicivilizados; as comunicações se fazem aí pelos “furos” numerosos que abundam neste território semiaquático. Mas eram muito pouco utilizadas, servindo-se delas, regularmente, só o correio do Maranhão, estabelecido nos últimos anos do século XVIII”³²⁶.

³²⁴ IUMATTI, 2007b, p. 111.

³²⁵ PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 10.

³²⁶ PRADO JR., 2011, p. 43.

Além da importância da informação para o conhecimento da utilização dos rios do norte do país, Caio Prado Júnior utiliza-se de palavras como “região quase deserta”, “índios semicivilizados”, que remetem às palavras empregadas nos relatos dos viajantes.

Também comenta a passagem de Martius pela bacia do rio Doce, onde “a colonização também avançava para oriente. Martius esteve nesta região em 1818, e a descreve em seu diário”³²⁷.

Ao citar os viajantes, usualmente informa a data em que realizaram a excursão. Contextualiza, assim, não apenas o local, mas também o período. Em outro exemplo, informa que “Saint-Hilaire, em 1817, visitará essa região pioneira [o vale do Jequitinhonha], e chegará até seu ponto extremo, uma colônia nascente nas margens do rio, abaixo do presídio de São Miguel e já quase nas fronteiras da capitania de Porto Seguro”³²⁸.

Outra referência bastante presente na obra do autor é o *Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí*³²⁹, escrito em 1900 e cujo autor desconhecido também já aparece nas primeiras páginas de *Formação do Brasil Contemporâneo*. Além desses, nas páginas que seguem, estão citados Koster (*Voyages*), Luís Tomás de Navarro (*Itinerário de viagem por terra da Bahia ao Rio de Janeiro*) e Príncipe Maximiliano (*Voyage au Brésil*). Os fichamentos destes textos realizados por Caio Prado Júnior estão disponíveis para consulta no Arquivo IEB/USP.

Caio Prado Júnior, apesar de muito se basear em Saint-Hilaire, já emprega uma definição de “sertão” mais recente que a do viajante. Quando emprega a palavra “sertão”, o autor a vincula aos adjetivos “mineiro”, “baiano”, “nordestino” ou o que faça compreender mais estritamente qual a região se refere. Quanto à delimitação do sertão, o autor é preciso: “em todo o interior do Nordeste, o sertão, compreendendo a vasta região que vai do médio São Francisco até o rio Parnaíba, nos limites do Piauí e do Maranhão, aparecem com grande uniformidade condições geográficas muito particulares”³³⁰, sendo elas o relevo, um terreno plano, e a flora, cuja vegetação não necessita da intervenção do homem para seu estabelecimento, diferentemente das matas do litoral. Apesar da escassez de água e do clima desfavorável, o gado encontraria na caatinga e nos lambedouros de sal o mínimo necessário para a sua sobrevivência. No que diz respeito à comercialização, a proximidade dos centros agrícolas também favoreceu sua expansão e exploração.

³²⁷ PRADO JR., 2011, p. 80.

³²⁸ PRADO JR., 2011, p. 80.

³²⁹ A resenha de Caio Prado Júnior sobre o texto referido pode ser consultada no Arquivo IEB: documento CPI-FBC001.

³³⁰ PRADO JR., 2011, p. 62.

O sertão não é mais qualquer local isolado, inabitado, como em Saint-Hilaire e em Euclides da Cunha. Para Caio Prado Júnior, o sertão é povoado e integrado à colônia e refere-se ao semiárido brasileiro. O autor também diferencia, seguindo a definição de Capistrano de Abreu, “sertão interior” e “sertão externo”: o primeiro seria o sertão baiano e o segundo, o pernambucano, mais próximo do litoral³³¹.

Em outro trecho, ao abordar a ocupação das regiões próximas ao ciclo minerador, o autor afirma:

“para além desses pontos extremos, largamente esparsos e separados uns dos outros, conservava-se o deserto. Em parte porque não havia ouro que explorar; noutra, porque a administração, valendo-se disso, vedara completamente a região a fim de conservar contra possíveis descaminhos e contrabando de ouro a barreira natural de matas densas e impenetráveis que cobriam por este lado as fronteiras da capitania”,

e cita, a seguir, as palavras do governador Luís da Cunha Meneses sobre Minas Gerais: “certão para a parte leste, denominado Arias Proibidas, na epotese de servirem os ditos certões de uma barreira natural a esta capitania para segurança de sua fraude”³³². Esse “sertão” é a Zona da Mata, que o historiador não denomina dessa maneira, mas chamou, acima, de “deserto”, referindo-se a um local inabitado, onde a ocupação não se realiza.

Caio Prado Júnior define o povoamento no sertão nordestino como uma escassa “população pastoril, concentrada nas bacias de alguns rios perenes”, a qual se condensa “em certos pontos de população mais concentrada e de nível econômico mais elevado e diferenciado: médio São Francisco (extração de sal e comércio), Cariris Novos, médio Parnaíba (agricultura), chapada Diamantina (mineração)”³³³. A escassa população se concentra onde as atividades econômicas se desenvolvem, salientando a importância do fator econômico na “condensação” da população, aspecto fundamental de sua metodologia de análise.

Ao se referir ao interior de Santa Catarina, também o define como sertão: “o outro extremo da colônia, que também se povoou com fazendas de gado: o Sul, a área que se estende do atual estado do Paraná (...) até o extremo meridional da colônia, empreendendo os campos de Curitiba, o sertão de Lajes (Santa Catarina), os campos da Vacaria (Rio Grande do Sul)”³³⁴. Esta é, no entanto, a única passagem em que o autor emprega “sertão” para se referir ao Sul. Adiante, ao se referir novamente a Lajes, o autor o toma por “campo”. Esta região seria menos povoada por estar afastada dos grandes centros produtores de itens de exportação.

³³¹ PRADO JR., 2011, p. 63-64.

³³² PRADO JR., 2011, p. 79.

³³³ PRADO JR., 2011, p. 66.

³³⁴ PRADO JR., 2011, p. 66.

O autor retoma Saint-Hilaire para mencionar as impressões do viajante sobre o Sul: “conjunto admirável para o estabelecimento do homem, e que fez Saint-Hilaire considerar a região o “paraíso terrestre do Brasil””³³⁵. Conforme afirmamos anteriormente, os relatos de viagens não são compostos apenas de impressões objetivas, de descrições científicas e embasadas em dados. Porém, as impressões dos viajantes não apenas estão nas entrelinhas do texto. O aspecto “sensorial” da descrição remete às características de uma região, neste caso, cujo clima, vegetação e relevo são apropriados para o estabelecimento da vida.

Para o viajante, que viera de um continente onde a população já se estabelecera, avultava a migração no Brasil para regiões que trouxessem qualquer expectativa de melhora. Na visão do viajante, de acordo com Caio Prado Júnior, o que impressionava era a

“feição natural de todo território semivirgem da presença humana, onde a maior parte da área ainda está por ocupar e onde as formas de atividade mais convenientes para o homem ainda não foram encontradas; onde, numa palavra, o indivíduo não se ajustou bem a seu meio, compreendendo-o e o dominando”³³⁶.

Caio Prado Júnior, então, posiciona-se:

“cultiva-se a cana como e extrai o ouro, como mais tarde se plantará o algodão ou café: simples oportunidade do momento, com vistas para um mercado exterior e longínquo (...). A colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica (...) daí a sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento”³³⁷.

Na leitura de Caio Prado Júnior, o texto de Saint-Hilaire ainda apresenta influências do meio na adaptação do homem. A relação entre o homem e o meio, a adaptação do indivíduo, determina a ocupação, especialmente de territórios pouco conhecidos.

Para o historiador, a exploração realizada por Portugal, sem planejamento, apenas se valendo da oportunidade encontrada, é o que ocasiona as correntes migratórias. A população se concentra numa dada região em virtude de sua relevância econômica. O que está em questão não é mais a relação entre o homem e o meio, mas as práticas econômicas que se desenvolvem na colônia, que condicionam, do ponto de vista do historiador e da metodologia de análise por ele empregada, a ocupação e exploração do Brasil – o sentido da colonização – e suas consequências, como as correntes de povoamento.

Esta interpretação materialista da nossa história é o que torna a obra de Caio Prado Júnior tão relevante nos estudos de Brasil. O autor inova em sua análise, uma vez que o meio

³³⁵ PRADO JR., 2011, p. 66.

³³⁶ PRADO JR., 2011, p. 75.

³³⁷ PRADO JR., 2011, p. 75.

não é mais o fator fundamental do qual e para o qual tudo converge, inclusive o homem. O fator econômico e os interesses das grandes empresas determinam a exploração, seja do ser humano ou da região, refletindo-se na história.

Caio Prado Júnior, ao comentar a precariedade do sistema agrícola implantado na colônia, escasso de maquinários e técnicas agrícolas, coloca novamente em cena a importância dos relatos de viagem: “os viajantes estrangeiros que nos visitam em princípios do século passado e que tão exaustivamente descreveram a colônia, mesmo quando da minúcia e rigor escrupuloso de um Saint-Hilaire, raramente encontravam ocasião para assinalar alguma roda d’água”³³⁸. Martius e Saint-Hilaire, que viajaram pelo Brasil na segunda década do século XIX, “percorrendo as principais zonas produtoras do país, não encontram outra coisa que o mesmo antiquado processo”³³⁹, embora nessas regiões as riquezas fossem produzidas. Os relatos de viagem cumprem a função de informar não apenas o que é visto, mas também aquilo que está ausente. Da riqueza dos relatos de viagens do século XIX Caio Prado Júnior extrai informações sobre aquilo de que os autores não tratam.

Apresentamos alguns trechos de *Formação do Brasil Contemporâneo* em que os relatos de viagem se destacam não apenas por suas informações, mas pelo modo como são elaborados – partindo do geral para o particular, abordando detalhes da vida cotidiana – e, principalmente, por preencherem as lacunas da história quando ainda não há documentos acessíveis, papel cumprido pela literatura, como vimos no primeiro capítulo e também pelos relatos de viagem.

3.2 O contexto, o método e a narrativa de Caio Prado Júnior

3.2.1 O contexto

Iniciamos a seção anterior afirmando que Caio Prado Júnior desde jovem já era um viajante. Integrante de duas famílias tradicionais, desde criança viajava para a Europa, tendo estudado na Inglaterra por um ano. A cultura europeia influenciou não apenas a formação cultural deste viajante, mas também sua formação intelectual.

Segundo Iumatti, até as primeiras décadas do século XX, as obras de análise do Brasil adotavam, em grande medida, um viés regionalista, na medida em que os países hegemônicos ditavam o modelo de ciência e as características da produção científica e intelectual. No Brasil, a produção científica veiculada pelos IHGs é um exemplo dessa tendência, como vimos no

³³⁸ PRADO JR., 2011, p. 144.

³³⁹ PRADO JR., 2011, p. 145.

capítulo anterior. A preocupação com a formação do Brasil concentrava-se na caracterização das raças que aqui se miscigenaram e na influência das condições climáticas do país.

Após 1930, muda-se a forma como se processa o conhecimento, refletindo nas bases históricas e sociais³⁴⁰. Os intelectuais brasileiros começam a pensar o Brasil a partir da realidade nacional, sem se basear em modelos europeus pré-determinados.

Para Ianni, já havia indício de marxismo na obra de diversos autores, como Euclides da Cunha, Lima Barreto e Astrojildo Pereira. Não havia, contudo, uma “proposta elaborada de interpretação do Brasil”, inaugurada por Caio Prado Júnior³⁴¹. Segundo Carone, após a crise de 1929 se intensifica a publicação de livros marxistas no Brasil³⁴².

Bastos afirma que essa geração não se preocupará em descrever as populações formadoras da nossa nacionalidade, mas em buscar “instrumentos de análise que permitam captar aquilo que diferentes autores denominam a *realidade brasileira*”³⁴³.

É nesse contexto que se inserem três grandes obras do pensamento social brasileiro, de acordo com Antônio Candido: *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, publicado em 1933; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936; e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, publicado em 1942. “São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930”³⁴⁴.

Ainda de acordo com Antônio Candido, os três autores buscavam no passado as bases para a compreensão das estruturas do presente: Gilberto Freyre recuperava os elementos da raça, presentes nas interpretações da geração anterior, de modo atualizado, atribuindo ao escravo grande importância na formação do íntimo da população brasileira; Sérgio Buarque, baseado na nova história social, “forneceu indicações importantes para [os jovens] compreenderem o sentido de certas posições políticas daquele momento”; e Caio Prado Júnior “dava o primeiro grande exemplo de interpretação do passado em função das realidades básicas da produção, distribuição e do consumo”³⁴⁵.

A importância dos autores dessa geração deve-se às denúncias que fizeram do “preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos “patriarcais”

³⁴⁰ IUMATTI, 2008.

³⁴¹ IANNI, O. “A dialética da história”. In: D’INCAO, Maria Angela (org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Brasiliense: 1989, p. 76-77.

³⁴² CARONE, E. *O marxismo no Brasil: das origens a 1964*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986, p. 31.

³⁴³ BASTOS, E. R. “A sociologia nos anos 30”. In: D’INCAO, M. A. (org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Brasiliense: 1989, p. 335.

³⁴⁴ CANDIDO, A. “O significado de “Raízes do Brasil””. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 26. ed., p. 9.

³⁴⁵ CANDIDO, 1995, p. 10-11.

e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal”³⁴⁶. Diferentemente de autores como Euclides da Cunha, que se baseiam na oposição entre sertão e litoral, o enfoque de Sérgio Buarque de Holanda, embora também seja dicotômico, é dialético: a dinâmica da relação entre os pares é que constitui o todo.

Dentro de uma vasta gama de temas que as três obras abordam, fizemos um recorte, com o objetivo de destacar o pensamento nacional insurgente, que colocava a colonização portuguesa como um aspecto ainda persistente na sociedade brasileira. Uma característica comum entre os três autores é o fato de que pensavam o Brasil ainda fora dos contextos universitários. Antônio Candido sempre retoma, em suas entrevistas e obras, o impacto desses três pensadores na formação das primeiras gerações de universitários³⁴⁷.

A década de 1930 foi também importante para Caio Prado Júnior por sua participação na AGB, formada a partir da fundação da USP, em 1934. Entre 1934 e 1935, enquanto secretário da Associação, participou dos encontros e apresentou a pesquisa “Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de S. Paulo”, cujo objetivo era analisar a influência da economia no meio social, viés analítico explorado em suas obras³⁴⁸.

Segundo Iumatti, a análise de Caio Prado Júnior se distanciava de qualquer projeto político ligado a grupos dominantes regionais. Minimizava o fenômeno do bandeirismo paulista e afirmara no *Programa da ANL*, em relação ao desenvolvimento econômico em São Paulo, que a grandeza industrial no Brasil que “compreendia a paulista, não passa de um mito, explorado para efeitos de propaganda e justificação do industrialismo precário e artificial que possuímos”. Sua produção, assim, não validava o discurso predominante das elites³⁴⁹.

Intelectualidade e atuação profissional estavam alinhadas. Enquanto político, Caio Prado Júnior também visava encontrar respostas e soluções para as questões brasileiras.

O autor filia-se ao PCB em 1932 e é preso inúmeras vezes por motivos políticos, mesmo após o recebimento do prêmio de Intelectual do Ano de 1966 pelo livro *A Revolução Brasileira*. Politicamente, ser um pensador marxista era associado a uma doutrina negativa, o que acarreta no rompimento, em alguma medida, com a elite paulistana da qual fazia parte. Não é, no entanto, uma ruptura radical, acentuando-se mais em sua atuação política e profissional, mas não em suas relações pessoais³⁵⁰.

³⁴⁶ CANDIDO, 1995, p. 11.

³⁴⁷ RODRIGUES, J. A. “O Brasil Contemporâneo”. In: D’INCAO, M. A. (org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Brasiliense: 1989, p. 311-312.

³⁴⁸ IUMATTI, 2008, p. 130-131.

³⁴⁹ IUMATTI, 2008, p. 158-159.

³⁵⁰ NOVAIS, F. A. “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANT, V. B. (orgs) *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 12.

Nesse período, aos 26 anos, escreve seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil*, tomando o povo como eixo central, “dado desconhecido pela historiografia até então”, baseada em eventos passados e suas datas, segundo Iglesias³⁵¹. Na década seguinte, mais especificamente em 1942, publica *Formação do Brasil Contemporâneo*, obra que o consagrou como historiador pela originalidade do emprego do método dialético na análise dos problemas do Brasil, método já evidenciado em *Evolução Política do Brasil* e aperfeiçoado na segunda obra, publicada nove anos após a primeira.

Em 1947 é eleito deputado estadual pelo PCB, no curto período de legalidade do partido. Pericás e Wider salientam a dedicação do autor à carreira, sendo o incentivo à pesquisa científica uma das principais pautas. Sua dedicação também se constata no alto número de propostas e ementas sugeridas e aprovadas em apenas dez meses de mandato. Em 1947, o partido é novamente considerado ilegal e o mandato de Caio Prado Júnior, cassado³⁵², acarretando em sua prisão, em 1948.

Paralelamente à produção intelectual e partidária, atua no ramo editorial. Funda a Editora Brasiliense em 1943 e, a partir de então, a Livraria Brasiliense e a Gráfica Urupês, na década de 1950, pelas quais passa a ser considerado pelos órgãos repressores como “comunista-livreiro”³⁵³, segundo Secco. Uma das coleções publicadas pela Editora, de acordo com Pericás e Wider, foi “A Conquista da Terra”, composta por relatos dos viajantes e cientistas europeus³⁵⁴. A influência dos viajantes, portanto, parece ir além da produção intelectual de Caio Prado Júnior, expandindo-se, também, para o setor editorial, em que havia a possibilidade de divulgar não apenas sua produção e obras marxistas, mas obras de destaque na literatura brasileira e universal.

Nesse contexto também se insere a criação da *Revista Brasiliense*, em 1955, com o amigo Elias Chaves Neto. Caio Prado Júnior publica em quase todos os números da Revista, até seu fechamento, em 1964, e a prisão ao autor.

Iglesias divide as obras de Caio Prado Júnior, publicadas entre 1933 e 1979, em cinco grupos: obras de história, de viagens, de economia, de política e de filosofia³⁵⁵. A produção do autor se concentra na área de história, nas décadas de 1930 e 1940, e de economia, política e filosofia, nas décadas de 1950 e 1960. A única obra de história da década de 1960 é *História e*

³⁵¹ IGLESIAS, 1982, p. 15.

³⁵² PERICÁS; WIDER, 2014, p. 193-214.

³⁵³ SECCO, 2008, p. 55.

³⁵⁴ PERICÁS; WIDER, 2014, p. 201.

³⁵⁵ IGLESIAS, 1982, p. 42. PERICÁS; WIDER, 2014.

Desenvolvimento, de 1968, elaborada por ocasião do concurso para professor de História do Brasil, na USP, em substituição a Sérgio Buarque de Holanda, que, todavia, não se realizou.

Em 1954, o autor redige a tese *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, a fim de concorrer à cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da USP. Sua tese é de que “só aquele processo que se revela através da história e na sua perspectiva nos pode dar assim a compreensão do que representa e significa realmente um fenômeno econômico” e “nossa história é um presente de nossos dias. Para observá-la, é muitas vezes preferível uma viagem pelas nossas diferentes regiões, à compulsão de documentos e textos”³⁵⁶. Novamente, o destaque das viagens em sua produção se evidencia pela própria afirmação do autor.

Em *A Revolução Brasileira*, de 1966, o autor critica desde a atividade política praticada no Brasil até os erros cometidos pela esquerda que comprometeram o destino nacional, além das abstrações da teoria marxista da revolução, que não consideram adequadamente os fatos, as realidades. Para Iglesias, é um livro de denúncia, e por ela, por seu senso crítico e pelas propostas de mudança que Caio Prado Júnior recebe o prêmio de Intelectual do Ano.

Segundo Iumatti, as particularidades do meio rural já compunham a obra do autor desde o início da carreira. “O principal tema de estudo de Caio Prado Júnior foi, ao longo da vida, a questão agrária no Brasil”³⁵⁷ e sua estrutura fundiária herdada do período colonial, baseada na produção de gêneros para o abastecimento do mercado externo. Na década de 1940, abordava a reforma agrária com base na pequena propriedade, o mercado interno para a indústria e a quebra do monopólio da terra como principais temas de sua obra. Nas décadas de 1950 e 1960, preocupa-se com a legislação, como a regulamentação das relações de trabalho, a elevação do nível de vida rural, a inserção social.

Essa característica se reflete em uma das suas últimas obras, *A questão agrária no Brasil* (1979), reunião de artigos a respeito da ocupação e utilização das terras do Brasil.

Ricupero circunscreve dois momentos na produção intelectual de Caio Prado Júnior. Entre 1933 a 1945, os autores da denominada “Geração de 1930” preocupavam-se em explicar as especificidades do país. As produções do período eram individualizadas e as novas ideias giravam em torno da seguinte pergunta: “o que é o Brasil?”. Nas duas décadas seguintes, entre 1955 e 1969, a produção científica se torna coletiva e institucionalizada, por meio de periódicos

³⁵⁶ PRADO JR., C. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1954, p. 5.

³⁵⁷ IUMATTI, P. T. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007a, p. 163.

e instituições, como a *Revista Brasiliense* e a Universidade de São Paulo. As novas questões que se impõem são “quais os rumos do Brasil?” e “qual é o lugar do Brasil no mundo?”³⁵⁸.

Apontamos agora, a fim de contextualizar a obra de Caio Prado Júnior e, portanto, sem o intuito de traçar uma história do marxismo no Brasil ou da atuação do PCB, os três momentos marxistas no Brasil, de acordo com Novais. No primeiro, entre as décadas de 1930 e 1940, havia uma produção “Partidão”, com obras voltadas à defesa do Partido Comunista; nas décadas de 1950 e 1960, impera o marxismo acadêmico, cujas produções se vinculam à pesquisa acadêmica, na Universidade de São Paulo; e, após este período, a via da economia, da CEPAL, embora não seja marxista, elabora problemas para o marxismo e para a reflexão acerca das questões econômicas e sociais, forçando “uma reformulação do marxismo” e de suas concepções. Para o historiador, as obras de Caio Prado Júnior das décadas de 1930 e 1940 já apresentavam o mesmo nível de refinamento que só se difundiu entre outros autores nas décadas seguintes³⁵⁹.

Para Manuel Correia de Andrade,

“Caio Prado Júnior foi, a um só tempo, um político, um pensador e um empresário sabendo fazer com maestria com que esses três setores convergissem para um fim comum: conhecer o Brasil, orientar as camadas mais diversas da população a que agissem em função dos desafios, atuar como militante em partido político, arriscando-se à prisão em várias ocasiões e, ainda, organizar a Editora Brasiliense, para usá-la não apenas como um negócio, mas também como um conduto de divulgação de suas ideias, de apoio a jovens estudiosos, e como fonte de debates dos problemas do país”³⁶⁰.

Paralelamente, o trânsito entre a intelectualidade, a política e a área editorial permitiu que ele “não se alienasse e nem se deixasse dominar por pressões vindas dos mais diversos lados; ele apresentou os caminhos à inteligência brasileira, não só para a reflexão acadêmica como também para a ação política”³⁶¹.

Militância política, produção intelectual e atuação editorial fizeram dele não apenas um viajante interessado em seu país, mas um narrador-itinerante-atuante. Para dar conta das complexidades do Brasil, não se limitou a uma disciplina ou linha de pensamento, buscando em vários autores, métodos e as teorias contribuições para sua reflexão sobre os problemas do

³⁵⁸ RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo; Fapesp; Ed. 34, 2000, p. 92-107.

³⁵⁹ NOVAIS, F. “Entrevista”. In: PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 416.

³⁶⁰ ANDRADE, M. C. “As rebeliões do período regencial”. In: D’INCAO, M. A. (org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Brasiliense: 1989, p. 355.

³⁶¹ ANDRADE, 1989, p. 366-367.

país. Nesse sentido, sua obra tem caráter interdisciplinar, uma vez que não se fixou num só ponto das Humanidades.

Andrade define o percurso traçado por Caio Prado Júnior frente às questões abordadas: “sua análise principiava pela escolha do problema e, a partir daí, desse objetivo, procurava compreender os vários aspectos que convergiam para ele”³⁶², diferentemente de Euclides da Cunha, que se utilizava de um método, “o consórcio da ciência e da arte”, para analisar os problemas do país, realizando, assim, percurso contrário.

Iglesias afirma que na década de 1930, além da nova forma de se pensar o Brasil, os estudos sociais ganham um novo rumo: “a partir daí se impõe a interdisciplinaridade, de tão fecundos efeitos: a boa história terá de conviver agora com a sociologia, a antropologia, a economia, as ciências políticas, atingindo outras dimensões”³⁶³. Os primeiros passos dessa nova tendência são dados no século XIX, com Comte, Spencer e Buckle.

A interdisciplinaridade se reflete, também, na obra de Caio Prado Júnior. No *Fundo* Caio Prado Júnior observam-se fotografias de rochas e paisagens brasileiras, que indicam a presença das ciências naturais em seus estudos. Os temas expostos tanto por Caio Prado Júnior quanto por Euclides da Cunha, ainda que tracem percursos diferentes, tangenciam-se em muitos pontos. Um deles é o relato dos viajantes. Outro é a importância da geografia e o povoamento das regiões estudadas. Podemos, ainda, apontar a vida dos trabalhadores e a relevância dos fatores histórico como outros aspectos em destaque na obra de ambos os autores.

Andrade cita uma frase que teria sido dita por Caio Prado Júnior: “certa vez, o Caio disse: “o problema não é o sistema, mas, antes, o tema a ser estudado, que guarda implicações específicas, relativas a diversas áreas das Ciências Sociais, e, às vezes, até biológicas, as quais o geógrafo deve adentrar””³⁶⁴, que apontaria para o caráter multidisciplinar do objeto, exigindo, assim, o mesmo do pesquisador interessado em estudá-lo.

De acordo com Aziz Ab’Sáber, “a vivência amadurecida de Caio Prado Júnior sobre as coisas brasileiras – da Amazônia ao Nordeste e Rio Grande do Sul – tornava possível esse desempenho do historiador sobre a história integrada de seu país”³⁶⁵. A integração entre história e geografia, entre viagens e método são alguns aspectos da multidisciplinaridade na obra do autor.

³⁶² ANDRADE, 1989, p. 356.

³⁶³ IGLESIAS, 1982, p. 11.

³⁶⁴ ANDRADE, 2008, p. 189.

³⁶⁵ AB’SÁBER, A. N. “Tempos e espaços na mira de um historiador”. In: D’INCAO, M. A. (org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Brasiliense: 1989, p. 411.

Além do contato com o geógrafo Deffontaines, seu professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, membro fundador da AGB e quem trouxe o método do trabalho de campo nos estudos geográficos para as pesquisas brasileiras, segundo Iumatti, em 1936, Caio Prado Júnior cursava as disciplinas de Ciências Naturais na USP, cujo currículo era composto por “cursos de Zoologia Geral e Fisiologia animal, Botânica, Biologia Geral, Mineralogia, Química e Física Geral e Experimental”³⁶⁶. O interesse de Caio Prado Júnior pelas ciências naturais seriam, de acordo com Iumatti, um desdobramento do seu interesse pela Geografia, aparatando-se, assim, o intelectual, para interpretar as paisagens que compunham o cenário brasileiro e aproximando-o, de alguma forma, dos relatos dos viajantes naturalistas.

Caio Prado Júnior absorve, portanto, aquele universo de teorias e interpretações, adquiridas através de pesquisas em arquivos e bibliotecas no Brasil e na Europa, conjugando as experiências dos viajantes e às suas próprias viagens. O que diferencia sua obra é, todavia, o método que emprega, o materialismo histórico, para a interpretação dos problemas do país.

3.2.2 O método e a narrativa

Com o intuito de abordarmos mais detidamente a metodologia empregada pelo autor, partiremos de duas obras, *Evolução Política do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, do início de sua produção intelectual. Seus prefácios são bastante elucidativos para que seja apresentada a metodologia da interpretação materialista da história.

No prefácio à primeira edição de *Evolução Política do Brasil*, de 1933, Caio Prado Júnior caracteriza o livro como um ensaio sobre a síntese da evolução política do Brasil, não tendo, assim, a pretensão de descrever a história completa, questão que já está indicada no título, ao expor que seu recorte é político. Emprega, também, um método novo para analisar a história brasileira: a interpretação materialista, uma vez que se faz necessária uma história que não glorifique as classes dirigentes. Parte da História Colonial, passando pelo Brasil Imperial até o seu período de transição, em 1831. Aborda as revoluções do Segundo Reinado que ficaram em segundo plano na nossa história, por serem consideradas revoltas de bestiais³⁶⁷. Percebe-se, já nesta obra, aspectos estilísticos de sua narrativa, tais como a linguagem simples e acessível.

³⁶⁶ IUMATTI, P. T. Caio Prado Jr. e as Ciências Naturais: sua apreensão das transformações epistemológicas da virada do século XIX. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 14, abril 2000, p. 108.

³⁶⁷ PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Na interpretação materialista, de acordo com Konder³⁶⁸, concebe-se a realidade como dialética, isto é, contraditória e sempre em transformação, o que possibilita a superação de suas estruturas políticas, sociais e econômicas. Dentre essas contradições está, por exemplo, a distribuição da propriedade, o que se efetiva na observação da propriedade rural, em que os grandes latifundiários dominam grandes áreas e aos pequenos produtores não cabe sequer uma pequena porção de terra.

A importância do sistema econômico se está posta, já que é através do trabalho que o homem se constitui e atua sobre a natureza, mudando-a, mudando a ele mesmo e superando as condições de uma dada realidade. A contradição do trabalho, na sociedade burguesa, está no fato de que ele é libertador, por possibilitar a mudança e por fazer com que o homem se reconheça enquanto sujeito ativo do processo histórico, mas é, ao mesmo tempo, opressor, pois da maneira como é realizada sua divisão, uma parcela detém os meios de produção e a grande maioria tem sua força de trabalho explorada.

A ideia de totalidade também é fundamental. Para se analisar o todo, é necessário observar suas partes, que não o formam por sua soma, mas por serem constitutivos de uma totalidade. Para analisar a evolução política do Brasil, Caio Prado Júnior se baseou em períodos e nas revoluções do período regencial. E para chegar ao sentido da colonização, à síntese, valeu-se das partes que constituem aquele sistema, o povoamento, os transportes, a administração, enfim, a rede concreta das relações sociais e de suas organizações, totalidade que também pode ser superada.

A importância das classes deve-se ao fato de que, uma vez que as relações sociais fundamentam o homem, apenas um indivíduo não é capaz de mudar o curso da história, mas a união de sua força à dos outros sujeitos de sua classe é o meio para a superação do passado que ainda é presente e que oprime a maioria em virtude do acúmulo de capital e de poder por parte de poucos.

No método dialético examinam-se as instituições sociais como instituições que não podem ser explicadas por si mesmas. Suas bases devem ser buscadas na infraestrutura econômica, ou seja, as estruturas da sociedade civil devem ser buscadas na sua economia. No entanto, de acordo com Lukács, “não é a predominância dos motivos econômicos na explicação

³⁶⁸ KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, *passim*.

da história que distingue decisivamente o marxismo da ciência burguesa: é o ponto de vista da totalidade”³⁶⁹.

Esclarecidos brevemente os princípios metodológicos do autor, co base nas proposições de Konder, voltemos ao texto de 1933, em que autor desenvolve o caráter geral da administração colonial, sua divisão em capitanias, concedidas a grandes proprietários que pudessem produzir e povoar. Ressalta que “o caráter mais profundo da colonização reside na forma pela qual se distribui a terra”³⁷⁰ e com qual objetivo, apontando para a interpretação materialista que se propôs a fazer, buscando os resultados econômicos, políticos e sociais.

Desenvolve a questão afirmando que o pequeno produtor, nesse sistema, não poderia montar um engenho, dado o elevado custo do negócio. Ao mercado externo interessava apenas o açúcar produzido em larga escala e o mercado interno ficava limitado, porque só existiam escravos e, não havendo circulação da moeda, anulavam-se as possibilidades da pequena produção. Em resumo, “assim como a grande produção absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza”³⁷¹. O autor explicita, então, novamente, a relevância da exploração latifundiária colonial nas relações econômicas e sociais. Empregando o seu método, conclui que “da simplicidade da infraestrutura da economia – a terra, a única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a estrutura social: a reduzida de proprietários, e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida”³⁷².

Em seguida, após a exposição das características da colônia, contextualiza, nessa esfera, as insurreições ocorridas no período. Para o autor, as camadas populares não faziam reivindicações, pois não estavam maduras o suficiente para isso.

A economia influencia a política, na medida que o regime escravista impossibilita a emancipação e a consciência política da massa de escravos; influencia, também, o social, uma vez que o acesso à cidadania ocorre aos grupos pertencentes às esferas dominantes; a própria escravidão foi abolida antes por interesses econômicos do que por pressão ou preocupação social.

Essas ideias têm continuidade e aprofundamento em *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado na década seguinte, em que, além da “Introdução”, cujos objetivos se assemelham aos do “Prefácio” de *Evolução Política do Brasil*, segue-se o texto “Sentido da Colonização”, em que é apresentada a principal ideia desenvolvida nessa obra.

³⁶⁹ LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 105.

³⁷⁰ PRADO JR., 2007b, p. 14.

³⁷¹ PRADO JR., 2007b, p. 23.

³⁷² PRADO JR., 2007b, p. 29.

Na “Introdução”, o autor destaca o início do século XIX, com a chegada da família real ao Brasil, como o marco do fim do período colonial, como o período em que estava contido o “fermento propulsor” da emancipação do país, após três séculos de colonização, que já chegara a um “ponto morto”, em que “o conjunto das instituições, o sistema colonial na totalidade dos seus caracteres econômicos e sociais que se apresenta prenhe de transformações profundas. (...) Perecer ou modificar-se, tal era o dilema que se apresentava ao Brasil”³⁷³.

A totalidade da sociedade, os aspectos econômicos e sociais em conjunto e a ideia da saturação de uma conjuntura já se apresentam ao leitor familiarizado com a terminologia e o método empregados. Ao leitor leigo, a clareza do autor – e, como afirmou Meihy, a permeabilidade da terminologia da História com o vocabulário de uso cotidiano – permitem a compreensão do conteúdo, mesmo que não se apreenda a questão do método marxista³⁷⁴.

“Perecer ou modificar-se, tal era o dilema do Brasil”, remete-nos ao “estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos”³⁷⁵, citado em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Caio Prado Júnior destaca a ideia da superação das heranças coloniais para o ingresso na própria modernidade, baseado na ideia de um futuro desvinculado do passado colonial. Para Euclides da Cunha, somos uma civilização de empréstimo, uma cópia das raças que nos compõem. Não existe a ideia da superação do passado e das heranças dessas civilizações. O progresso vem a partir desses elementos.

Para Caio Prado Júnior, em 1942, o país está em transformação para atingir sua nacionalidade e, no âmbito econômico, não há um trabalho livre plenamente organizado, uma vez que os traços da escravidão ainda estão presentes nas relações econômicas. Nossa economia não consolidou porque, em vez de se voltar ao mercado interno, a prioridade é do mercado externo, ao produzir para abastecer economias estranhas à nossa. Este é o sentido da colonização: o Brasil se forma para abastecer o mercado externo com os produtos, empregando mão de obra escrava e a produção em larga escala. É a empresa portuguesa na América.

Neste texto aparece sobremaneira a palavra “evolução”. Lembremos que a dialética é uma teoria da evolução, com a diferença que, em Darwin, nem a história e nem a natureza dão saltos, todas as transformações ocorrem gradualmente. No materialismo histórico esses saltos são possíveis porque as sociedades, pela forma como caminham, chegarão, contraditoriamente, a um determinado ponto que deverá ser ultrapassado, terão que *evoluir*, e essa *evolução* poderá

³⁷³ PRADO JR., 2011, p. 8.

³⁷⁴ MEIHY, 1992, p. 50-60.

³⁷⁵ Cf. nota de rodapé n. 226.

ocorrer a qualquer momento e por meio de caminhos não determinados³⁷⁶. A questão pode ser ilustrada com um exemplo de Caio Prado Júnior, ao comparar Portugal no contexto das invasões árabes com a mudança dos rumos, no século XV, quando passa a ser uma das maiores empresas do ultramar³⁷⁷.

O emprego do método materialista é observado desde a primeira frase de “Sentido da colonização”: “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem”³⁷⁸. Observamos a importância da visão do conjunto, da *totalidade*, quando o autor afirma que “todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador”³⁷⁹.

A ideia da totalidade pode ser apreendida para compreender um dos pontos criticados na carta à Casa Euclidiana. O autor discorda de que, como para Euclides da Cunha, os sertões estivessem isolados: “essa gente sertaneja absolutamente não constitui, como pretendeu Euclides da Cunha, uma sociedade espacialmente apartada e segregada do resto do Brasil, formando, insulando no país um conjunto discriminado, distinto e internamente homogêneo”³⁸⁰. Para Caio Prado Júnior, os sertões estão integrados à economia brasileira, cumprindo o papel de mercado subordinado à economia principal, ou seja, à indústria açucareira. Tal como os sertanejos, que estão integrados à economia, “o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso”³⁸¹, da expansão ultramarina e do comércio europeu. Existe um quadro geral ao qual toda a ordem econômica se integra, enfatizado a todo momento por Caio Prado Júnior, reiterando a força da ideia da totalidade. A importância da economia também sobressai: “a ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum [povo europeu que chega à América]. É o comércio que os interessa”³⁸², e dele decorre o povoamento, uma vez que

“para fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar essas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí”³⁸³.

³⁷⁶ KONDER, 1988.

³⁷⁷ PRADO JR., 2011, p. 16.

³⁷⁸ PRADO JR., 2011, p. 15.

³⁷⁹ PRADO JR., 2011, p. 15.

³⁸⁰ FAVIANO, 2012, p. 189-194.

³⁸¹ PRADO JR., 2011, p. 17.

³⁸² PRADO JR., 2011, p. 20.

³⁸³ PRADO JR., 2011, p. 21.

Assim, o povoamento do território brasileiro também se insere nos objetivos econômicos da Coroa portuguesa.

O capítulo “Sentido da Colonização” é fundamental para compreendermos as bases marxistas na obra de Caio Prado Júnior. O sentido da colonização do Brasil é, em resumo, o abastecimento do mercado externo com produtos tropicais, fornecidos pela Coroa portuguesa e executados com mão de obra escrava. Por este viés, a conjuntura econômica mundial determinou não apenas a colonização, mas o tipo de povoamento e de trabalho aqui realizado: o trabalho escravo.

Para Novais, determinar a proposta e, a partir de então, escolher o método de análise – passos seguidos por Caio Prado Júnior, de acordo com Manuel Correia de Andrade – é o que leva ao alcance das conclusões por qualquer historiador³⁸⁴.

Evolução Política do Brasil é, nas considerações do pesquisador, um ensaio de interpretação geral da história do Brasil, ao passo que *Formação do Brasil Contemporâneo* é uma pesquisa cujo recorte é o fim do século XVIII e o início do XIX, momento significativo de nossa história. Porém, ambos têm um mesmo tópico: a identidade nacional e as possibilidade de mudança no processo histórico.

Segundo Novais, a tese apresentada em *Formação do Brasil Contemporâneo* é o sentido da colonização. A cada segmento analisado da sociedade colonial, como o povoamento, a vida material e a vida social, o autor retoma o eixo central da discussão. O sentido da colonização é o que explica a configuração desses elementos da forma como estão. Para o historiador, o que é fundamental neste livro é a articulação geral que o autor elabora, que configura um caso bem-sucedido de interpretação dialética. A força deste livro está na coesão interna e na apreensão da essência do processo, que leva à persuasão do leitor³⁸⁵. A análise de Caio Prado Junior é, ainda, um recorte. A exploração colonial se insere num contexto maior, o das grandes navegações que, por sua vez, estão inseridas em outro: a formação do capitalismo moderno, ou seja, essa totalidade está subordinada a outra.

As características do funcionamento da economia colonial estão presentes nas obras de Caio Prado Júnior, segundo Novais. O estudo desse processo histórico permite “caminhar para a configuração dos mecanismos que levariam à economia nacional, isto é, voltada para dentro, centrada no mercado interno, em processo de formação”. Assim, “é a coerência do conjunto da obra que ressalta. Colônia e nação, economia colonial (primário-exportadora, voltada para fora)

³⁸⁴ NOVAIS, 1986, p. 11.

³⁸⁵ NOVAIS, 1986, p. 15-16.

e economia nacional (voltada para o mercado interno), tais são as categorias fundamentais que atravessam toda a reflexão”³⁸⁶.

Iglesias aponta o pioneirismo de Caio Prado Júnior no emprego do método marxista já em *Evolução Política do Brasil*. Para o pesquisador, os autores anteriores que esboçaram uma interpretação materialista não tinham sua abrangência e nem inauguraram uma historiografia marxista, principal contribuição da obra caiopradiana. Havia teses revolucionárias, mas não marxistas. O emprego dos conceitos de luta de classes, povo, contradições como condutoras do processo social, importância dos fatores de produção e de suas formas, acumulação, alienação, espoliação e embasamento econômico, indicam, em sua obra, a apropriação do materialismo histórico e do marxismo³⁸⁷.

De acordo com Ricupero³⁸⁸, Caio Prado Júnior foi o inaugurador do materialismo histórico no Brasil, por colocar em cena a questão das classes enquanto categoria para explicar a realidade brasileira. O materialismo histórico empregado pelo autor propõe a aplicação da teoria marxista para compreender a realidade brasileira. Sua preocupação era a relação contraditória entre colônia e nação para que se compreendesse a sociedade brasileira da década de 1940. Sua aplicação do método materialista revela o outro lado da estrutura econômica, que não é igual ao capitalismo, mas também está nesse sistema.

Ricupero afirma que Caio Prado Júnior não se preocupa com a experiência humana geral, tal como ocorre nas teorias europeias do período, cujos conceitos devem ser aplicados não apenas à própria realidade, mas também a culturas distintas. As análises realizadas na obra de Caio Prado Júnior versam sobre a experiência de alguns homens, e não de todos. Neste caso, a síntese de um período é mais importante que a universalização, diferentemente do que ocorre na obra de Euclides da Cunha, para quem as particularidades são desdobramentos dos universais, nos quais podem ser encontrados os fundamentos das características da população.

O tema principal da obra de Caio Prado Júnior é a relação entre colônia e nação, o que, de acordo com Ricupero, confere unidade aos escritos do autor. A colônia seria “o passado que nos fez”³⁸⁹ e a nação, um futuro a ser construído. Não são, contudo, definidas pelo tempo, mas por características estruturais, como seus sistemas econômicos. A colônia é criticada, mas é nela que se “constituíram os elementos de nossa nacionalidade”³⁹⁰.

³⁸⁶ NOVAIS, 1986, p. 22-23.

³⁸⁷ IGLESIAS, 1982, p. 30-32.

³⁸⁸ RICUPERO, 2000, p. 22.

³⁸⁹ PRADO JR., 2011, p. 7.

³⁹⁰ PRADO JR., 2011, p. 7.

Para Ricupero, a relação entre a colônia e a nação é pensada amplamente pelos intelectuais da época. O que diferenciou Caio Prado Júnior nesse contexto foi sua abordagem para explicar a colônia e a grande exploração como totalidades, além de interpretar a transição entre a situação colonial e a situação nacional brasileira, em que formas características de diferentes tempos históricos, presentes em qualquer formação econômica-social, encontram-se em estados contrastantes.

Ainda de acordo com o pesquisador, uma grande contribuição da abordagem materialista de Caio Prado Júnior é a proposição de que o Brasil não está na transição do feudalismo para o capitalismo, mas da colônia para a nação. Nas colônias, o objetivo não era a organização social, mas apenas a geração de lucros. Esse é o sentido da colonização. Só adiante, esboçou-se alguma organização, no entanto, diferente daquela que havia na Europa, uma vez que o objetivo era fornecer produtos primários para a metrópole. Portanto, a colônia existia subordinada à metrópole.

A colônia era, assim, articulada, no que diz respeito aos seus elementos constitutivos, pois era um todo orgânico, mas era desarticulada, uma vez que a produção era voltada para o mercado externo. O abastecimento do mercado externo é, portanto, a porção orgânica da colônia, na qual se fundamenta as suas relações econômicas e sociais, baseadas na escravidão, sistema no qual cabem apenas o senhor e seus escravos.

O consumo, portanto, é o elemento inorgânico, uma vez que não pertence ao sistema da exploração latifundiária. É composto pelas atividades voltadas ao mercado interno, como a pecuária e a produção de mandioca, apêndices da grande lavoura. Nos setores inorgânicos, não há escravos e nem senhores, uma vez que não é a atividade econômica base da colônia, mas acessória e subordinada à grande exploração.

Neste setor, estariam as possibilidades de superação do sistema colonial, por exorbitarem o sistema econômico vigente. Mas, ao mesmo tempo, “no inorgânico estão os impasses para a nossa nacionalidade”³⁹¹, uma vez que a população potencialmente revolucionária encontra-se desclassificada.

Apesar das críticas que se faz à obra de Caio Prado Júnior, como o fato de, para Ricupero, o autor ter focado tanto nos elementos de continuidade, negligenciando as mudanças, e, para Novais, não ter situado o Brasil no contexto geral do capitalismo, o autor, além de ter empregado o método materialista para explicar o Brasil, fez algo fundamental, de acordo com

³⁹¹ RICUPERO, 2000, p. 137-147.

Florestan Fernandes: “botou o dedo na ferida” ao enfatizar a “permanência de um nexo colonial” no Brasil³⁹².

Nesse sentido, nas palavras de Walter Benjamin, o historiador deve “escovar a história a contrapelo”³⁹³, a fim de buscar novas explicações para uma dada ordem, procurar as raízes dos problemas que ainda persistem e expô-los, a fim de que sejam desfeitas as tramas nas quais se enredam as situações a que estão submetidas, principalmente, as populações mais desfavorecidas. Para o autor, a história está repleta de atos de violência contra determinados grupos e cabe às análises calcadas no materialismo histórico não prolongar a visão de que todos os eventos e fenômenos ocorridos com esses grupos são naturais.

Assim, a contribuição de Caio Prado Júnior no âmbito da historiografia brasileira, na opinião de Odália, não está somente na análise marxista, mas em procurar “em nosso passado colonial os fundamentos de nossa nacionalidade” e, como historiador, em “buscar as raízes de uma formação econômico-social específica”³⁹⁴.

Nessa mesma perspectiva, afirma Coutinho que “embora tenha consagrado a maior parte de sua obra historiográfica à análise de nosso passado, é inegável que o objetivo central da reflexão de Caio Prado Júnior (...) é a compreensão do Brasil moderno” e, nesse sentido, investigar o presente como história faz parte da concepção marxista de “análise dialética da gênese e das perspectivas desse presente”³⁹⁵.

A obra de Caio Prado Júnior apresenta inúmeras características que assinalam a sua relevância no pensamento brasileiro. As concepções sobre colônia e nação, o embasamento nos relatos dos viajantes – incluindo-se seus próprios relatos –, a interpretação materialista e sua multidisciplinaridade são algumas das que já apresentamos. A construção do discurso do autor é, também, parte importante da sua produção.

Suas obras são heterogêneas não apenas do ponto de vista do tema, como afirmamos anteriormente, mas também no que diz respeito à linguagem. Algumas, como *Evolução política do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo* são escritas em linguagem simples; outras, como *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*, de 1957, e as obras do campo da filosofia, como *Dialética do Conhecimento* (1952), *Introdução à Lógica Dialética* (1959) e

³⁹² FERNANDES, F. “Enigmas do círculo vicioso (prefácio)”. In: PRADO JR., C. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 11.

³⁹³ BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 225.

³⁹⁴ ODÁLIA, N. “A vocação do historiador”. In: D’INCAO, M. A. (org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Brasiliense: 1989, p. 113.

³⁹⁵ COUTINHO, C. N. “Uma via “não clássica” para o capitalismo”. In: D’INCAO, M. A. (org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Brasiliense: 1989, p. 115.

Estruturalismo de Lévi-Strauss/O marxismo de Louis Althusser (1971), empregam linguagem mais erudita. Para Dias, a linguagem de Caio Prado Júnior é usualmente simples, concentrando-se a sua erudição no emprego da metodologia³⁹⁶. De acordo com Pericás, a linguagem de Caio Prado Júnior é sempre simples, mesmo em seus textos filosóficos, pois o autor critica justamente o vocabulário e a escrita rebuscada que afastam os leitores do conhecimento³⁹⁷.

De acordo com Aziz Ab'Sáber, a obra de Caio Prado Júnior ainda é um clássico, primeiramente, por sua linguagem: simples e transparente. Segundo, porque sintetiza a história. Para o geógrafo,

“uma das características formais da história desenvolvida por Caio Prado Júnior é a sua transparência. Ele é sobretudo claro na seleção dos acontecimentos e na percepção das suas inter-relações da causalidade ou ocasionalidade. Sua obra inteira é vazada numa linguagem simples – cartesiana no melhor sentido da expressão – envolvendo uma grande energia cultural e uma constante busca da verdade. O próprio materialismo histórico, que norteou a obra e a vida do autor, foi utilizado numa dosagem ideológica discreta e plural, na grande maioria das vezes”³⁹⁸.

Sua linguagem se reflete no modo de apreensão de sua narrativa. Ainda quanto ao estilo, Ab'Sáber afirma que “o historiador se comportava como alguém que, após ter colocado seus contemporâneos na devida retrospectiva do passado, dialoga sobre os fatos do cotidiano. É como se todos estivessem participando da história em processo”³⁹⁹.

Iumatti endossa essa visão, afirmando que o método da historiografia vislumbrava criticar o apego às formalizações. Nesse sentido, na obra de Caio Prado Júnior, “a elaboração do método, apesar de sua abertura e sofisticação (...), estava marcada por um viés sintético e, de certa forma, em um de seus ângulos, “simplificador”, desenvolvido em um contexto complexo de elaboração em *Formação do Brasil Contemporâneo*”⁴⁰⁰. A “simplificação” do método se reflete na elaboração do discurso do autor.

Quanto ao estilo de Caio Prado Júnior, Iumatti salienta que as interpretações baseadas na geografia e na economia da região em questão são o foco do autor. Também explicita o significado de palavras e expressões, especialmente aquelas que ouviu dos habitantes da região, e “incorpora o discurso das fontes”, citando as referências nas quais se baseou, como vimos na primeira seção deste capítulo, seja em relação aos nativos ou aos viajantes que lia.

Segundo Iumatti,

³⁹⁶ DIAS, 1989, p. 350.

³⁹⁷ Apreciação do professor Luiz Bernardo Pericás na defesa desta dissertação.

³⁹⁸ AB'SÁBER, 1989, p. 410.

³⁹⁹ AB'SÁBER, 1989, p. 411.

⁴⁰⁰ IUMATTI, P. T. *Caio Prado Júnior: historiador e editor*. 2001. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 15.

“no Brasil Colônia de Caio Prado Júnior, as temporalidades da vida humana estavam sujeitas, em parte, aos ditames da natureza e do espaço geográfico. E as temporalidades se prolongam, também em parte, até o presente, marcando a paisagem percebida pelo viajantes, evocada pelo historiador e colocada numa perspectiva que insere o leitor no drama das existências decorridas, drama esse que se faz ainda atual”⁴⁰¹.

Apesar das diferenças na escrita, Caio Prado Júnior e Euclides da Cunha abordam questões semelhantes. Embora empreguem metodologias diferentes, a importância conferida aos relatos dos viajantes naturalistas para analisar os diferentes Brasis, no tempo e no espaço, trazem à tona mais que descrições de usos e costumes: emerge-se o drama das populações à margem dos centros de poder. Euclides da Cunha descreve a guerra e denuncia um crime; Caio Prado Júnior aponta as estruturas coloniais que ainda não foram superadas e que, assim, mantêm o povo à margem do poder político e econômico.

No estilo caiopradiano, segundo Iumatti, ressaltam-se o sujeito dentro do discurso, por meio do uso da primeira pessoa; o caráter descritivo, interpretativo e emotivo; a abordagem da “materialidade”, que se concretiza no real; e a heterogeneidade discursiva. No entanto, “muito mais importante que o estilo eram as inúmeras fronteiras do conhecimento que procurava desbravar”⁴⁰², em que “o discurso histórico do concreto e do vivido, (...) [seria] uma forma de trazer à realidade estudada a dimensão humana”⁴⁰³. A experiência, em oposição ao embasamento apenas em documentação e teoria, conferem autoria ao texto.

Ainda em relação ao estilo de Caio Prado Júnior, “o discurso do historiador dialoga e se mescla de maneira não usual às fontes”, empregando, por exemplo, por vezes, a primeira pessoa. Ao mesmo tempo em que cita as fontes, introduz seu ponto de vista, até se desvincular completamente, muitas vezes, do discurso das fontes. O autor, portanto, não apenas faz referência, mas se apropria do conteúdo que viu e conheceu – por meio de livros, documentos e de sua experiência – para analisá-lo⁴⁰⁴.

Assim, de acordo com Iumatti, o narrador caiopradiano

“é simultaneamente o historiador, o geógrafo, o viajante, o intelectual marxista, o político preocupado com o presente e o interprete que investiga permanências do passado colonial no Brasil de inícios da década de 1940, procurando vislumbrar a possibilidade de superação. Este último aspecto é indubitavelmente central: é a incompletude do processo de formação da nacionalidade que o historiador entrevê a todo momento, quando localiza no presente o passado,

⁴⁰¹ IUMATTI, 2007b, p. 114.

⁴⁰² IUMATTI, 2007b, p. 119.

⁴⁰³ IUMATTI, 2007b, p. 119.

⁴⁰⁴ IUMATTI, 2007b, p. 124.

quando se insere como sujeito dentro do discurso, lançando seu olhar e do leitor para o mundo que os cerca”⁴⁰⁵.

Logo, vale-se de diversos estilos para compor seus textos: o estilo coloquial dos prefácios; o descritivo, em suas obras geográficas; o ensaístico em *A Revolução Brasileira*. Esses estilos, que são aplicados conforme a obra e o tema, aliam-se ao escritor multifacetado e à complexidade do tema que estuda – o Brasil em seus diferentes períodos e regiões⁴⁰⁶.

Ressaltamos que o autor, ao descrever um local, muitas vezes se utiliza dos termos técnicos da geografia junto ao seu estilo:

“da foz do rio Itabapoana para o sul, estende-se uma baixada espremida entre a serra e o mar, baixada que vai se estreitando à medida que avançamos para o sul até o limite da capitania, e que ainda é o atual do Estado, onde desaparece e a serra abrupta limítrofe mergulha diretamente no mar. Nesse arco de círculo irregular que inclui terras planas interrompidas apenas por pequenos contrafortes e cabeços isolados, e que forma o que se denominou Baixada Fluminense, concentrou-se desde muito cedo, meados do século XVI, um dos principais contingentes demográficos da colônia”⁴⁰⁷.

Nessa descrição da Baixada Fluminense, ao dizer que a “serra abrupta limítrofe mergulha diretamente no mar”, observa-se, ainda que sutilmente, traços do estilo, que remetem ao estilo dos viajantes, que propunham uma escrita objetiva, mas deixavam transparecer aspectos do seus pontos de vista. Neste caso, a serra está personificada, ao mergulhar no mar.

O autor emprega, no que diz respeito à geografia, vocábulos bastante semelhantes aos de Euclides da Cunha. Há, contudo, mais elementos que aproximam suas descrições. Um motivo é a própria terminologia da disciplina; outro, a influência dos viajantes no modo de descrever de ambos. No entanto, é possível que esse também seja um dos ecos de Euclides da Cunha na obra de Caio Prado Júnior, que, na carta à Casa Euclidiana, afirma que Euclides da Cunha ensinara “as novas gerações a olharem diferentemente para o Brasil e suas coisas”⁴⁰⁸.

Diferencia-se, contudo, de Euclides da Cunha, uma vez que geografia, história e populações integram os capítulos. Em “A Terra”, o autor aborda o relevo e a vegetação dos sertões, deixando a relação do homem com o meio para o capítulo seguinte, “O Homem”, no qual também está presente a história. Caio Prado Júnior, por sua vez, em “Povoamento”, insere aspectos históricos e geográficos num capítulo em que a ênfase está no homem. Este capítulo abre o livro, seguido de “Povoamento interior”, “Correntes de povoamento” e “Raças”.

⁴⁰⁵ IUMATTI, 2007b, p. 125.

⁴⁰⁶ IUMATTI, 2007b, p. 127.

⁴⁰⁷ PRADO JR., 2011, p. 40.

⁴⁰⁸ FAVIANO, G. B. et al., 2012, p. 189-194.

Observamos uma constância do fator humano como determinante no eixo temático dos capítulos e a ideia da totalidade na união desses três elementos em conjunto.

Essa ideia se evidencia melhor no trecho a seguir, em que o autor se refere à mestiçagem:

“separei-as na análise que fiz acima para poder acompanhar com mais facilidade a evolução particular de cada uma. Mas são juntas que devem figurar; juntas e mesclando-se sem limite, numa orgia de sexualismo desenfreado que faria da população brasileira um dos mais variegados conjuntos étnicos que a humanidade jamais conheceu”⁴⁰⁹.

A ideia de que os elementos não devem ser analisados separadamente, mas como parte de um todo que compõe as relações humanas, é coerente com a concepção da dialética materialista. O final está de acordo com o que afirma Iumatti, para quem os textos caiopradianos apresentam uma multiplicidade de formas, que vão do discurso histórico ao “emprego, consciente ou não, de um recurso poético”, que “realça o aspecto da heterogeneidade”⁴¹⁰, conferindo estilo ao texto.

Observamos, abaixo, um excerto a partir do qual é possível afirmar que o texto de Caio Prado Júnior também poderia ser um exemplo do consórcio da ciência e da arte. Referindo-se à pecuária, o autor afirma que:

“ela ainda aí está, idêntica ao passado, nestas boiadas que no presente, como ontem, palmilham o país, tangidas pelas estradas e cobrindo no seu passo lerdos as distâncias imensas que separam o Brasil; realizando o que só o aeroplano conseguiu em nossos dias repetir: a proeza de ignorar o espaço”⁴¹¹.

Há, neste trecho, uma poesia singular elaborada por um homem de ciência, na qual se evidenciam aspectos de sua metodologia e estilo. O autor compara elementos terrenos (as estradas e a boiada) a um elemento aéreo (o aeroplano), que, apesar das diferenças, aproximam-se no âmbito espacial. Os passos lerdos da boiada são tão capazes de cobrir o território brasileiro quanto o aeroplano veloz, espaço, este separado pelas distâncias, mas também unido pelo caminhar lento do gado. O gado como elemento que une o território brasileiro pode simbolizar o mercado interno como o elemento de integração das regiões e da nação. O aeroplano, a modernidade, a superação do passado colonial, que “aí ainda está, e bem saliente; em partes modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir”⁴¹². Utilizando-se de

⁴⁰⁹ PRADO JR., 2011, p. 112.

⁴¹⁰ IUMATTI, 2007b, p. 119-120.

⁴¹¹ PRADO JR., 2011, p. 196.

⁴¹² PRADO JR., 2011, p. 9.

antíteses, o autor tece a síntese de um Brasil em que as dimensões do espaço e do tempo estão presentes a todo momento, tanto quanto a possibilidade de superação.

Estabelecendo, novamente, um paralelo com a obra euclidiana, observamos que, ainda que este trecho seja um exemplo de consórcio da ciência e da arte, é, sobretudo, a ciência que rege. O elemento literário é um recurso narrativo que compõe a argumentação, reiterando o método, diferentemente do que ocorre no texto euclidiano, em que existe uma tensão entre as teorias científicas europeias e a realidade brasileira, que emerge na força do literário.

3.3 Os sertanejos de Caio Prado Júnior

3.3.1 O inorgânico

Em *História Econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior associa ao “caráter inicial e geral da formação econômica brasileira”⁴¹³ o contexto histórico e econômico das grandes navegações comerciais realizadas pelos países europeus na América. No Brasil, onde o ouro não foi encontrado logo de início, a primeira atividade colonial foi a extração do pau-brasil, com a finalidade de usar seu pigmento como corante.

A ocupação do território ocorre entre 1530 e 1640 e seu foco econômico é a plantação da cana de açúcar. Nesse sistema, não havia espaço para os pequenos produtores, somente para donos de grandes fortunas, que “investiriam” em escravos para produzirem na porção de terra que lhes fosse concedida pela Coroa Portuguesa.

Nesse sistema, a grande plantação é a principal atividade e a agricultura de subsistência, a atividade acessória, na qual se inserem as plantações de tubérculos, em especial a mandioca, de milho, de arroz, de feijão e de frutas, quadro no qual também se insere a pecuária. Há um grande contraste entre as duas economias: “de um lado abundância, prosperidade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome”⁴¹⁴. Essa contradição permeia não apenas a realidade nacional, mas também é constitutiva dos estudos do autor.

Outra contradição – com possibilidade de superação – é a concentração da terra nas mãos de poucos, e em cujas propriedades o trabalho realizado por muitos. A questão das classes oprimidas já aparece desde *Evolução Política do Brasil*. Em *História Econômica do Brasil*, a tese do autor é de que a formação de um mercado interno fortalecido levaria ao declínio da escravidão e à ascensão do trabalho assalariado. Em *A Revolução Brasileira*, Caio Prado Júnior

⁴¹³ PRADO JR., C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 13.

⁴¹⁴ PRADO JR., 1994, p. 44.

afirma que a profundidade da realidade brasileira ainda está oculta e a situação da massa trabalhadora do campo, explorada, é herança dos tempos coloniais e da escravidão. Para Dias, “as tensões entre sociedade e nação, que apontam um processo inacabado na nossa história”⁴¹⁵.

De acordo com a autora, um dos objetivos da obra do autor é “decifrar as contradições regionais e conjunturais do Brasil colonial para melhor desvendar o processo pendente da revolução brasileira”⁴¹⁶. Essa pendência está atrelada às heranças coloniais: numa economia voltada para o mercado externo, produção e consumo estão em desequilíbrio, pois não há integração entre esses dois elementos que compõem os ciclos econômicos. Assim, enquanto algumas regiões se voltam à produção de itens coloniais, as outras as abastecem com produção de subsistência. Não se forma, nem em uma e nem em outra, uma classe trabalhadora capaz de realizar a revolução, pois, na primeira, o trabalho é escravo e, na segunda, as populações estão tão distantes ou são tão ínfimas que não é possível seu agrupamento. “Caio Prado desvendou justamente este impasse de contradição fundamental entre o vir a ser da nacionalidade e as relações sociais de dependência colonial”⁴¹⁷.

A “empresa capitalista da grande lavoura”, segundo Dias, absorvia o pequeno proprietário. “Assim como a grande produção absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza”⁴¹⁸. Quem não era senhor e nem escravo era um desclassificado social, sem espaço, e, apesar da liberdade, não constitui uma classe, não se organiza economicamente. O inorgânico abrange os trabalhadores livres do interior do Brasil, que não fazem parte da grande lavoura e se encontram empregados em atividades de subsistência subordinadas à grande produção. É no inorgânico – no trabalho livre e na economia voltada ao mercado interno – que estão as possibilidades da nossa nacionalidade, na transcendência do sistema colonial que, de acordo com Caio Prado Júnior, nunca superamos. As mudanças na organização precária da nossa economia levaria a formas de vida mais organizadas e, portanto, à transformação social.

Os desclassificados sociais advinham do declínio dos ciclos econômicos coloniais, quando passavam a “vegetar fora da ordem social”⁴¹⁹. O desenvolvimento do mercado interno seria, assim, um passo para o processo da nacionalidade, pois nele estariam as sementes para a formação de novas classes sociais, ciosas de seus interesses, e, portanto, para a desagregação do sistema colonial. A subordinação a que são estão submetidos os escravos e os homens livres

⁴¹⁵ DIAS, 1989, p. 377.

⁴¹⁶ DIAS, 1989, p. 377.

⁴¹⁷ DIAS, 1989, p. 378.

⁴¹⁸ PRADO JR., 2007b, p. 23.

⁴¹⁹ DIAS, 1989, p. 385.

pobres impossibilitava o processo de transformação da colônia em nação, impossibilitava a transformação de “uma classe *em si* noutra *para si*”⁴²⁰.

Dias ressalta que a grande lavoura concentrou a renda, marginalizando a maioria da população do restante do Brasil, que estava fora desse sistema, nos interiores, nos sertões, na economia de subsistência. Nessa esfera, ainda que desorganizada enquanto classe, configuram-se as revoltas. Não são, contudo, segundo Caio Prado Júnior, capazes de se organizar politicamente, imperando, assim, a violência e o banditismo. Essa falta de coesão social é o que atravanca, junto às heranças coloniais, o processo de nacionalidade. “Sem coesão, sem ideologia claramente definida – que dadas suas condições, não podiam ter mesmo quando alcançam o poder, tornam-se nele completamente estéreis”⁴²¹. O inorgânico é o fundamento da nossa nacionalidade que, em tais estruturas, não é alcançável.

Os sertanejos de Canudos, nesse sentido, seriam organizados enquanto grupo, mas não como classe social, como categoria. Para Caio Prado Júnior e para Euclides da Cunha, nossa nacionalidade está no interior, no que é acessório para o sistema colonial. Utilizaram-se de vias diferentes, mas chegam a conclusões semelhantes. A via de Caio Prado Júnior foi a análise da estrutura socioeconômica e a de Euclides da Cunha, a étnico-racial.

As ideias de ambos se assemelham ao relacionarem nacionalidade e espaço geográfico. Diferem-se, contudo, na abordagem: se, para Euclides da Cunha, a nacionalidade já está presente naquela população isolada, para Caio Prado Júnior, por sua vez, a nacionalidade, ainda em potencial, irá se concretizar por meio da integração.

De acordo com Dias, “o processo de articulação e de comunicação entre as diferentes regiões do Brasil (...) incentivava a economia de subsistência, que se desenvolvia em função do abastecimento dos principais centros urbanos, mas também ao longo e em função das vias de comunicação”⁴²². As vias de comunicação, assim, teriam um papel fundamental na fundição dos elementos que contribuiriam para a formação da nacionalidade brasileira, processo ainda inconcluso no caso do Brasil, do ponto de vista de Caio Prado Júnior. Para Euclides da Cunha, não é um processo, pois já está no cerne dessa população, que pode vir a se extinguir. Para o primeiro, a nacionalidade ainda não foi alcançada; para o segundo, está em vias de se perder. Como afirmou Dias, para Caio Prado Júnior, “o nacional assume uma conotação econômica”⁴²³,

⁴²⁰ PRADO JR., 2007b, p. 68.

⁴²¹ PRADO JR., 2007b, p. 68.

⁴²² DIAS, 1989, p. 394-395.

⁴²³ DIAS, 1989, p. 390.

ainda que o econômico seja somente a base para emergência, não se afirmando em elementos sociais e políticos.

A autora nos lembra que a independência não acabou com as contradições, mas as reforçou, na concepção de Caio Prado Júnior. A abolição da escravidão no Brasil não mudou a situação geral do trabalho aqui realizado, apenas ampliando os limites onde se encontrariam as populações desclassificadas. Isso daria um potencial maior para o processo da nacionalidade, mas o desafio também se agrava, uma vez que todos deveriam ser incluídos nesse processo.

Essa situação seria bastante evidente no Oeste Paulista e na capital onde, de acordo com Barbosa, a partir de 1890, substituem-se os escravos por imigrantes europeus. O imigrante ocuparia as áreas urbanas e rurais, além de diferentes esferas sociais, ao passo que o ex-escravo se tornaria um desclassificado. O recém-liberto continua marginalizado, trabalhando em fazendas de outros senhores, mas agora de modo proletarizado, isto é, vendendo sua força de trabalho. O trabalhador livre nacional “ocuparia a mesma posição marginal e de reserva por ele já desempenhada quando do predomínio do trabalho escravo”⁴²⁴.

No Nordeste, para onde não se atraíam imigrantes, ainda assim havia mão-de-obra em potencial, originária da abolição. Essa grande disponibilidade, somada às secas que inflavam as zonas açucareiras, acarretavam em baixos salários oferecidos na região desde o Brasil Império e em “moradores de condição”, que além de se ocuparem de sua subsistência, deveriam trabalhar para o proprietário da terra em troca de salários ínfimos. Deste modo, “imobilizava-se a força de trabalho, fazendo com que o trabalhador produzisse para o autoconsumo, perpetuando-se a figura do escravo, transformando-o em categoria sociológica em vez de jurídica”⁴²⁵, o que, junto a uma economia pouco dinâmica, era incompatível com o surgimento de um mercado de trabalho.

Para Ricupero, com o fim da escravidão, os escravos se tornam força de trabalho em potencial, havendo, então, uma massa de trabalhadores em excesso, o primeiro passo para a constituição de um Estado Nacional e, depois, de uma nação⁴²⁶. No entanto, o que de mais importante se manteve na transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi a forma de tratar o trabalhador. O trabalhador encontrou o mesmo ritmo e estrutura econômica da escravidão, com grandes diferenças regionais. Para Caio Prado Júnior não há no Brasil restos de relações feudais, mas escravistas ou semiescravistas. A escravidão foi um meio de instituir a empresa mercantil que, na ausência de alternativas, permaneceu.

⁴²⁴ BARBOSA, A. F. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 142-143.

⁴²⁵ BARBOSA, 2008, p. 147-148.

⁴²⁶ RICUPERO, 2000, p. 169-171.

Assim, os escravos não se integram à população brasileira, à vida nacional, e a população rural ainda não se constitui como ator social autônomo, porque não tem condições econômicas para tanto.

Nogueira nos lembra que a escravidão acabou de forma inconsequente. Lançou os negros a sua própria sorte, o que acarretou em outros problemas, tão graves quanto a escravidão, como a dificuldade para se edificar uma sociedade democrática⁴²⁷. Talvez esse fim repentino é o que faça com que muitas atividades sejam exercidas de forma pouco regulamentada, sem dar a seus trabalhadores garantias e expondo-os, novamente, a situações análogas à da escravidão.

“A escravidão foi uma das poucas coisas com visos de organização que este país jamais possuiu”: Caio Prado Júnior cita *O problema nacional brasileiro*, de Alberto Torres⁴²⁸, ao concluir sobre a falta de coesão entre os grupos, mesmo após a abolição da escravidão, lançando luzes sobre o motivo por que o sertão, cuja atividade principal – a pecuária –, mesmo empregando majoritariamente mão de obra livre, prosperou menos que o litoral. Nas hipóteses do autor, a mão de obra era livre, mas o trabalho, não, além de não ser organizado; era “secundário, irrelevante”, sofria com as oscilações da economia na grande lavoura. O sistema escravista era orgânico; os outros, inorgânicos, de menor proporção na colônia.

“Em síntese, estes são os três processos de envergadura histórica que explicam os contornos e os movimentos da formação histórica do Brasil: o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado. Eles dão conta das singularidades de épocas e situações. Durante a Colônia inscrevem-se no modo pelo qual eclodem movimentos nativistas, revoltas de escravos, formação de quilombos, lutas contra invasões, anseios de independência, inconfidências. No Império influenciam a forma da Independência, a abertura e o fechamento da Constituinte, a estruturação do poder monárquico, a abolição lenta, gradual e segura, o indianismo, os arranjos que cercam a Lei Áurea e a Proclamação da República. Ao longo das várias repúblicas inauguradas em 1889, as lutas sociais também expressam muito daqueles processos. (...) Um século depois da Abolição, subsistem heranças das formas culturais e de sociabilidade produzidas com o escravismo. E tudo isso está atravessado por um desenvolvimento desigual e combinado caleidoscópico, no qual a geografia e a história se mostram enlouquecidas. Esses são alguns contornos e movimentos do Brasil moderno que se forma no século XX”⁴²⁹.

Mas onde aparecem os conflitos, também aparecem suas possibilidades de superação. Nesse sentido, as revoltas exercem um papel fundamental, uma vez que ocorrem a partir do descontentamento de um grupo com a ordem vigente.

⁴²⁷ NOGUEIRA, M. A. “Escravidão e sistema colonial”. In: D’INCAO, M. A. (org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Brasiliense: 1989, p. 69.

⁴²⁸ TORRES, A. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978, p. 32.

⁴²⁹ IANNI, 1989, p. 73.

A partir deste trecho de Ianni, podemos pensar a estrutura econômica da Colônia como a geradora de revoltas que se estendem deste período até a República. O autor ressalta que mesmo após a abolição, o escravismo ainda existe, nas formas culturais e de sociabilidade. Acrescentamos que permanece, também, nas formas e relações de trabalho, como se observa na questão dos trabalhadores da Amazônia, exposta por Euclides da Cunha e por Caio Prado Júnior.

Em *Evolução Política do Brasil* são analisados os conflitos ocorridos no período de transição da colônia para o império, a maioria deles no Norte e no Nordeste, onde se concentravam o dinheiro e também a massa de desclassificados. Apesar das muitas insurreições no período, não ocorreram mudanças. Nas palavras de Caio Prado Júnior:

“para compreendermos a ineficiência política das camadas inferiores da população brasileira, devemos nos lembrar de que a economia nacional, e com ela a nossa organização social, assente como estava numa larga base escravista, não comportava naturalmente uma estrutura política democrática e popular”⁴³⁰.

Logo, mudava-se o regime, mas a situação das classes populares permanecia praticamente a mesma, sem reformas para esse grupo⁴³¹.

Dentre essas revoltas, citemos a Revolta dos Balaios, uma revolta de sertanejos ocorrida entre 1833 e 1841, no Maranhão. De acordo com Caio Prado Júnior,

“contava o Maranhão por esta época uma população total de pouco mais de 200.000 habitantes, com cerca de 90.000 escravos e uma enorme massa – como aliás todo o sertão nordestino – de trabalhadores rurais empregados na pecuária, uma das principais indústrias da região. É essa enorme massa sertaneja que representa o mais saliente papel na revolta dos balaios”⁴³².

As causas eram a luta das classes médias, especialmente urbanas, contra a política aristocrática e oligárquica das classes abastadas, grandes proprietários rurais, senhores de engenho e fazendeiros, que se implantaram no país. “Em vez de um levante de massa, (...) o que vemos é a cristalização de grupos sertanejos em torno de chefes, formando assim apenas bandos armados que percorrem o sertão em saques e depredações”⁴³³. Para Manuel Correia de Andrade, “Caio Prado, em síntese muito feliz, caracterizou esses movimentos como revoltas

⁴³⁰ PRADO JR., 2007b, p. 68.

⁴³¹ PRADO JR., 2007b, p. 49-50.

⁴³² PRADO JR., 2007b, p. 80.

⁴³³ PRADO JR., 2007b, p. 80.

das classes inferiores da sociedade, frustradas com a Independência que, feita pelas classes dominantes, manteve a estrutura social da colônia”⁴³⁴.

Ricupero faz uma analogia entre as obras de Euclides da Cunha e de Caio Prado Júnior, com base na questão do inorgânico:

“para Caio Prado Júnior, o sujeito social que acredita que deve solucionar os contrastes brasileiros lembra em muito o imaginado pelo mais original entre nossos dualistas, Euclides da Cunha. Euclides e Caio Prado (...) notam que há em nossa sociedade acentuadas diferenças entre um setor moderno e um arcaico, originalmente, porém, voltam suas esperanças para o que parece ser arcaico, respectivamente, o sertão e o setor inorgânico de nossa formação econômica-social”⁴³⁵.

Ainda que coloquem no “arcaico” as bases da nossa nacionalidade, para Caio Prado Júnior ocorre um processo dialético, em que as contradições do sistema colonial levam à formação de uma economia nacional e, portanto, à nacionalidade. Existe, assim, a expectativa de mudanças, de um futuro nacional. Já Euclides da Cunha não exatamente “volta suas esperanças” para o sertão, mas, ao que parece, assiste à derrocada da nossa nacionalidade, presente nos sertanejos, no nosso passado. No caso específico de Canudos, as perspectivas para um futuro integrado à nacionalidade se extinguem pelas vias do progresso.

3.3.2 Aspectos da ocupação do Brasil

Para Caio Prado Júnior, a forma como o Brasil está ocupado é praticamente a mesma desde o século XVIII, com algumas exceções, como o Acre, não pertencente ao território brasileiro no período. A população se concentra no litoral e, nos 90% do território restante, vive menos da metade da população total. O povoamento do interior ocorreu através da exploração dos minérios e da criação de gado no sertão nordestino.

Assim como Euclides da Cunha, Caio Prado Júnior salienta a diferença entre o sertão e o litoral, mas coloca a questão como característica do tipo de exploração engendrado pela colonização, e não pelo isolamento do primeiro. A agricultura, voltada para o mercado externo, desenvolve-se na faixa litorânea, ao passo que a pecuária, voltada ao mercado interno, ao abastecimento das zonas agrícolas, desenvolve-se no interior. Assim, de acordo com Caio Prado Júnior, em sua carta à Casa Euclidiana, “essa gente sertaneja absolutamente não constitui, como pretendeu Euclides da Cunha, uma sociedade espacialmente apartada e segregada do resto do

⁴³⁴ ANDRADE, 1989, p. 360.

⁴³⁵ RICUPERO, 2000, p. 178.

Brasil, formando, insulando no país um conjunto discriminado, distinto e internamente homogêneo”⁴³⁶. O sertão não está isolado, mas integrado à economia da colônia.

Quanto à Baía-de-Todos-os-Santos, Caio Prado Júnior afirma que nela a característica do povoamento ocorre pela

“concentração exclusiva na orla marítima; não penetra ali além de poucas léguas (...) e se aglomera exclusivamente na foz dos rios e na sua redondeza imediata. A mata densa que acompanha o litoral (...), bem como o relevo acidentado (...) são fatores que isolaram o litoral, separando-o por completo do interior”⁴³⁷.

De modo que parece ser o litoral isolado, e não o sertão. “As primeiras comunicações entre o litoral e o sertão, nesta altura do território brasileiro, só foram abertas em princípios do século XIX: pelo rio Doce e sua variante por terra”, ou seja, pela estrada do Mucuri, em Minas Gerais⁴³⁸. No entanto, essas comunicações não foram suficientes e o litoral continuou isolado: “o isolamento desses núcleos da costa não é aliás apenas com relação ao interior, mas deles próprios entre si, mercê dos obstáculos opostos ao trânsito por terra”⁴³⁹.

A informação de que o caminho por terra da Bahia ao Rio de Janeiro apresentava muitas dificuldades foi extraída do *Itinerário de viagem por terra da Bahia ao Rio de Janeiro*, de Luís Tomás de Navarro, realizada em 1808, salientando, mais uma vez, a importância dos relatos de viagem na construção da tese do autor. Um dos fatores que leva ao isolamento desses territórios é sua população. Na região entre serras e matas habitam indígenas hostis, dentre eles os aimorés, que “não se submeteram, nesta parte da colônia, ao avanço e ocupação dos brancos”, visitando o litoral e Minas Gerais, descendo “periodicamente sobre a costa, saqueando e destruindo” também outras nações indígenas⁴⁴⁰.

Assim, para Caio Prado Júnior, não apenas o fator geográfico, mas também o elemento humano é um grande responsável pelo isolamento de algumas regiões. Partindo de um ponto de vista diferente do de Euclides da Cunha, para o historiador não é o sertão que está isolado do Brasil, mas o litoral, por sua geografia, economia e povoamento, diferenciados do restante da colônia.

Quando utiliza a palavra “deserto”, como no trecho “o povoamento desaparece inteiramente neste lugar onde falta até água potável; e depois de São Mateus, pequeno povoado

⁴³⁶ FAVIANO, G. B. et al., 2012, p. 189-194.

⁴³⁷ PRADO JR., 2011, p. 47.

⁴³⁸ PRADO JR., 2011, p. 47.

⁴³⁹ PRADO JR., 2011, p. 47-48.

⁴⁴⁰ PRADO JR., 2011, p. 48.

de índios mestiços, marcha-se por um deserto de dezoito a vinte léguas”⁴⁴¹, o autor a emprega com o sentido tanto de localidade árida, quanto pela ausência de população. A ideia da ausência de água é aqui fundamental, uma vez que muitas regiões da colônia também são praticamente inabitadas, no entanto, o autor não as denomina “desertos”, mas apenas regiões isoladas, como vimos nas considerações acerca do isolamento do litoral.

No que se refere ao sul do Rio de Janeiro, novamente Caio Prado Júnior retoma o isolamento do litoral. Segundo o autor, de São Paulo ao Rio Grande do Sul, a Serra do Mar se eleva muito próxima ao litoral. Uma vez que este se manteve “quase que isolado do interior pelo obstáculo daquele forte aclave, o povoamento deste trecho do litoral da colônia estacionou, apesar dos portos numerosos e bem abrigados, como São Sebastião e Santos”⁴⁴². Caio Prado Júnior sempre relaciona a questão da ocupação do território à economia, representada neste trecho pelos portos, cujo objetivo era escoar a produção dos itens tropicais para a metrópole. O isolamento se faz, portanto, também por questões econômicas, uma vez que essas regiões não eram as grandes produtoras de cana de açúcar, por exemplo, e que, assim, está afastada “do foco e das fontes da colonização brasileira, bem como dos mercados para os grandes produtos coloniais, que se acham na Europa. O desenvolvimento da agricultura local foi seriamente desfavorecido por esse afastamento”⁴⁴³. Assim, o sul está isolado porque não produz itens economicamente interessantes para o mercado europeu e porque está mais afastado deste do que o Nordeste, o que acarreta num isolamento ainda maior.

As terras que pertenceriam ao domínio castelhano passam ao domínio português por razão do povoamento, consequência da expansão da mineração e das fazendas de gado, sendo a primeira maior responsável por um avanço rápido ao interior. Logo, o povoamento do interior ocorre em virtude da economia.

Em seguida, abordando a expansão do gado pelo interior da Bahia, afirma que “sua expansão é por contiguidade, e as populações fixadas no sertão conservam um contato íntimo e geograficamente contínuo com o seu centro irradiador (...), o movimento da dispersão, começando já em fins do século XVI, alcança o rio São Francisco em meados do seguinte”⁴⁴⁴. Assim, há um centro agricultor ou minerador – detentores da economia principal – a partir do qual se formam as fazendas de gado, que abastecem esse mercado.

⁴⁴¹ PRADO JR., 2011, p. 49.

⁴⁴² PRADO JR., 2011, p. 50.

⁴⁴³ PRADO JR., 2011, p. 50.

⁴⁴⁴ PRADO JR., 2011, p. 56.

Se, para Euclides da Cunha, é o ímpeto dos paulistas, desbravadores, que possibilita a conexão do norte com o sul, para Caio Prado Júnior, são os rios – e a possibilidade de navegá-los –, além da economia, que conectam as regiões. Os paulistas chegam ao Oeste e ao Nordeste pelos rios; “o estabelecimento da navegação no Tocantins em fins do século XVIII impulsionou o povoamento para o norte”⁴⁴⁵.

As fazendas de gado, que supriam de carne, couro e transporte a colônia, não poderiam ocupar os solos da agricultura ou da mineração. Na primeira, o solo deveria ser utilizado para produzir o item que gerava riqueza à metrópole; na segunda, o solo e o relevo não eram propícios a tal atividade. A pecuária, atividade extensiva e voltada ao mercado interno, não poderia ocupar “as dez léguas marítimas”⁴⁴⁶ reservadas para a grande lavoura e não se desperdiçava o trabalho escravo na pecuária.

Desta maneira, a atividade que não visava o abastecimento do mercado externo, mas unicamente o interno, fica à margem da história e do protagonismo na economia da nação. No entanto, é “à pecuária [que] se deve a ocupação de boa parte do território da colônia, e calculada em área efetivamente colonizada, ela ultrapassa a mineração”⁴⁴⁷. Houve o “ciclo da cana”, o “ciclo do ouro”, o “ciclo do café”, porém, o “ciclo do pecuária” nunca se encerrou, abastecendo essas áreas prósperas, ao longo dos séculos, de alimento, roupas, transporte e de pessoas.

Paralelamente, o autor aborda a questão das correntes de povoamento vinculadas à questão econômica. A primeira grande corrente de povoamento do país ocorreu através da ocupação portuguesa, entre os séculos XVI e XVII, em virtude da possibilidade da exploração agrícola na colônia. A partir desta também ocorre a penetração dos sertões nordestinos, cuja produção se atrela à da agricultura.

Outra grande corrente acontece no século XVIII, do litoral para o interior, após a descoberta do ouro nas Minas Gerais. As Grandes Secas de 1791 a 1793, no Nordeste, também ocasionaram a expansão do mercado do gado sulino, que passa a ter destaque econômico, junto à expansão das lavouras de café, para onde ocorrem as novas migrações, no século XIX.

Quanto a São Paulo, Caio Prado Júnior destaca as observações do viajantes referentes à agricultura e ao gado. Em relação à primeira, “Saint-Hilaire relata que foi vencendo o preconceito da “terra preta” de Itu, que alguns cultivadores ousaram ir estabelecer-se nas “terras vermelho-escuras” – é a expressão o autor – de Campinas; o sucesso foi estupendo, e daí a

⁴⁴⁵ PRADO JR., 2011, p. 61.

⁴⁴⁶ PRADO JR., 2011, p. 198.

⁴⁴⁷ PRADO JR., 2011, p. 61.

origem do povoamento intensivo da região”⁴⁴⁸. Já quanto às fazendas de gado que se estendiam nos Campos Gerais, Saint-Hilaire observa que seus proprietários não residem nas fazendas, deixando em “suas propriedades apenas feitores, ou às vezes algum membro da família”⁴⁴⁹.

Remetemos à ideia dos proprietários ausentes das fazendas de gado dos sertões nordestinos citados por Euclides da Cunha. Com base nessa informação do viajante naturalista, a distância dos centros agrícolas não parece ser o fator relevante para o esquecimento da população sertaneja, dita isolada. No Nordeste ou no Sul, distante ou próximo dos núcleos econômicos, quando a atividade realizada não é a principal na produção de lucros, seus donos não se incumbem de acompanhar o “negócio”.

Em nota de rodapé, Caio Prado afirma que

“o maior proprietário e influência desta região já era no tempo de Saint-Hilaire, e o seria por longo tempo ainda, um modesto tocador de gado, João da Silva Machado, que, tendo prosperado consideravelmente, reuniu grande fortuna e foi mais tarde condecorado com o título de barão de Antonina”⁴⁵⁰.

Observamos uma situação diversa da ocorrida nos engenhos, onde era necessário que o “investidor” tivesse um capital inicial para empregar na colônia e começar seu negócio. Ou seja: ele já possuía bens e “investia” em escravos para realizar a produção de itens para exportação. Já o “modesto tocador de gado”, realizador de uma atividade voltada ao mercado interno, tem a possibilidade de ascender econômica e socialmente, reunindo “grande fortuna” e vindo a ser “condecorado com o título de barão”.

O capítulo “Raças” chama a atenção. O tema parece desconectado da metodologia empregada pelo autor. No entanto, é abordado do ponto de vista da colonização. Índios e negros não compõem grupos homogêneos, mas, ao contrário, os colonizadores os trataram como tal, assim como nossa história. O que homogeneizou os negros, para Caio Prado Júnior, foi a escravidão, isto é, a atividade econômica por eles desempenhada no sistema colonial.

Quanto ao branco, era português e católico. Na última metade do século XVII, estrangeiros não portugueses são aceitos. No entanto, com o “ciclo do ouro”, fecham-se novamente as portas para os não portugueses. Na visão de Caio Prado Júnior, portanto, mesmo as raças que se distribuem no território, e a maneira como o constituem, também se submetem aos períodos econômicos e à história, fazendo parte, assim, do sentido da colonização:

⁴⁴⁸ PRADO JR., 2011, p. 84-85.

⁴⁴⁹ PRADO JR., 2011, p. 85.

⁴⁵⁰ PRADO JR., 2011, p. 85.

“a concentração do elemento branco nos centros urbanos, em particular nos de maior vulto. E isso será notado por todos os viajantes estrangeiros que visitavam o Brasil em princípios do século passado: a proporção dos brancos, muito pequena no campo, será nas cidades em razão direta da importância da aglomeração”⁴⁵¹.

Os índios e os negros são explorados pelos brancos, por meio da escravização. Os índios, no entanto, também estabelecem trocas comerciais, trocando produtos tropicais, como o cacau, e recebendo dos portugueses desde enfeites até armas. O escravo, no entanto, não é possuidor nem de bens da terra, nem de sua força de trabalho, sendo, assim, escravizado, unicamente. Já os mestiços livres, que realizam as atividades da pecuária, não tinham perspectivas pela ausência de um mercado interno na colônia.

As raças não são colocadas em virtude de suas características físicas e morais. Algumas vezes, sim, isso, ocorre, como quando o autor afirma que os índios, considerados “raça bastarda”, são alvo dos brancos, “raça dominadora”⁴⁵². O foco, entretanto, é a relação estabelecida entre quem explora e quem é explorado, e não a descrição de raças que sejam fortes ou fracas “por natureza”. O índio, quando hostil, apresenta-se como obstáculo à ocupação e ao transporte da produção da colônia; quando não, é capturado, traficado e escravizado.

Em atividades menos lucrativas, há, também, índios escravizados:

“em certos pontos da colônia organiza-se mesmo o tráfico de índios escravizados de uma para outra capitania. O capitão Francisco de Paula Ribeiro, nas notas da viagem de inspeção que realizou em 1815 no Maranhão, refere casos desta natureza que presenciou: índios aí apresados que se vendiam no Pará. Marcavam-se mesmo a ferro os cativos, nivelando-os assim aos escravos africanos. Note-se que essa ressurreição de práticas bárbaras contra os índios, sensíveis particularmente no Pará, onde, como vimos, os índios forneciam a maior parte do trabalho e os negros eram poucos, contribuindo fortemente para as agitações e insurreições que devastam aquela capitania”⁴⁵³.

Observamos no relato deste viajante que o caráter econômico e histórico se sobrepõe frente à raça. Os indígenas são reduzidos a animais, quando “apresados”, e os negros, comprados, a mercadoria. “Nivelam-se”, contudo, pelo ferro, pelo tipo de exploração econômica que sofrem na empresa colonial. Essa situação é o que desencadeia insurreições, que se intensificam no Brasil Império, chegando até a República, tema do seu livro de 1933.

Nota-se, por fim, no excerto acima, que quem realiza as “práticas bárbaras” é o branco; quem as sofre, o indígena. Há uma inversão, como em Euclides da Cunha: se o branco era o

⁴⁵¹ PRADO JR., 2011, p. 92.

⁴⁵² PRADO JR., 2011, p. 99. Outro exemplo: “não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano, residual, sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado”. In: PRADO JR., 2011, p. 169.

⁴⁵³ PRADO JR., 2011, p. 104.

elemento civilizado e o índio, o bárbaro, o selvagem, ambos os autores expõem agora um ponto de vista que põe em xeque os valores morais que supostamente caracterizam as raças.

No capítulo sobre povoamento, Saint-Hilaire foi bastante citado por Caio Prado Júnior. Ao analisar as raças do Brasil, o naturalista Martius, por meio de sua obra *Viagem pelo Brasil*, é quem se destaca.

Nas relações estabelecidas entre os portugueses e os índios amazônicos, Caio Prado Júnior se vale do relato deste viajante:

“conta Martius que no alto Japurá, por ocasião de sua visita aos Miranha, o *tuxaua* (chefe) promovera uma incursão pelo território de tribos inimigas trazendo prisioneiros na suposição de que o naturalista alemão viera a esse fim; não imaginaria decerto, com o que sabia dos brancos, que outro pudesse ser o objetivo do visitante”⁴⁵⁴.

Neste trecho, estão implícitas relações econômicas que se estabelecem entre os índios e os brancos: alguns índios são escravizados; outros, realizam trocas de produtos com os brancos. Estes, por sua vez, exploradores, estabelecem relações comerciais com os índios, adquirindo dos nativos e da colônia itens de valor econômico – produtos tropicais ou escravos.

Outra passagem que nos remete a Euclides da Cunha é a seguinte:

“a população indígena, em contato com os brancos, vai sendo progressivamente eliminada e repetindo mais uma vez um fato que sempre ocorreu em todos os lugares e em todos os tempos em que se verificou a presença, uma ao lado da outra, de raças de níveis culturais muito apartados: a inferior e dominada desaparece. E não fosse o cruzamento, praticado em larga escala entre nós e que permitiu a perpetuação do sangue indígena, este estaria fatalmente condenado à extinção total”⁴⁵⁵.

Neste trecho, Caio Prado Júnior emprega a palavra “inferior” para se referir ao índio, em comparação com o português. No entanto, o destaque não está nas características da raça, mas no “nível cultural”. Este ponto também poderia ser criticado atualmente, ao se pensar que não se atribuem valores às culturas, pois são apenas diferentes, e, em nenhuma medida, superiores ou inferiores. Contudo, “nível cultural” pode ser entendido como “nível tecnológico”, que determinará se um grupo social será dominador ou dominado. Assim, os brancos espalham doenças contra as quais os índios não têm a tecnologia necessária para combater; os brancos também detêm a tecnologia das armas de fogo, que subjuga até os mais rebeldes. Desta forma, o genérico “nível cultural” pode abarcar o uso de determinadas tecnologias e, nesse sentido, o grupo coibido fica à mercê da devastação disseminada pelo outro.

⁴⁵⁴ PRADO JR., 2011, p. 105.

⁴⁵⁵ PRADO JR., 2011, p. 110.

Quanto ao negro, para Caio Prado Júnior, “a contribuição que traz é considerável, e certamente muito superior à do índio”⁴⁵⁶, seja pela cifra introduzida, da ordem de cinco a seis milhões, seja pela resistência, contato e miscigenação com o branco.

O português, para Caio Prado Júnior, não era a raça mais forte, e por isso sentiu a necessidade de dominar os índios e os negros. Segundo o autor, as invasões árabes provavelmente contribuíram para “preparar o português para esse novo horizonte de contatos raciais que se lhe deparou na América”⁴⁵⁷. A miscigenação, principalmente do branco, também não se deu por fatores raciais, mas porque não havia mulheres brancas na colônia, além de estar em posição social superior à dos índios e negros.

Os relatos dos viajantes fornecem indícios de situações e práticas cotidianas. Quando aborda a hierarquia do valor dado ao branco, ao negro, ao índio e à miscigenação, Caio Prado Júnior afirma que os viajantes observaram as tentativas de branqueamento nas famílias que ocupavam uma posição social mais elevada:

“um fato bem sintomático de um tal estado de coisas é a preocupação generalizada de “limpar o sangue”, como se chamava aquela acentuação do influxo branco. Martius refere que muitos aventureiros europeus passavam no Brasil uma vida descuidada de cidadãos abonados graças aos casamentos realizados em famílias que estava procurando apurar o sangue. Até um empregado do naturalista recebeu propostas nesse sentido no alto sertão do Piauí. Koster faz a mesma observação e refere fatos semelhantes. E mais tarde, Hércules Florence, o relator da expedição Langsdorff, notará a mesma coisa em Mato Grosso”⁴⁵⁸.

A relevância desta colocação não está na miscelânea de textos, mas no trabalho de Caio Prado Júnior diante dos documentos. Os viajantes fornecem as informações e ao historiador cabe interpretá-las: “podemos resumir aqui o panorama étnico do Brasil em princípios do século passado: um fundo preponderante de mestiços, mais ou menos carregados conforme o nível social a que pertencem os indivíduos, e em que domina em geral o cruzamento preto-branco”⁴⁵⁹. Em seguida, justifica a preponderância do negro através do tráfico, que era retroalimentado, diferentemente dos brancos, que imigravam, mas em menor escala, e dos índios, que tendiam à extinção. As somas de negros e mestiços, no entanto, “não alterarão o paralelismo cromático e social que constitui (...) o outro caráter essencial da etnia brasileira. (...) O preto e o índio afluirão para as camadas inferiores; o branco, para as mais elevadas”⁴⁶⁰.

⁴⁵⁶ PRADO JR., 2011, p. 111.

⁴⁵⁷ PRADO JR., 2011, p. 113.

⁴⁵⁸ PRADO JR., 2011, p. 116.

⁴⁵⁹ PRADO JR., 2011, p. 116.

⁴⁶⁰ PRADO JR., 2011, p. 117.

O autor relaciona a presença das etnias com as atividades econômicas desempenhadas: onde há produção agrícola e mineradora – no Nordeste, em Minas Gerais e no Centro-Oeste –, existe a predominância de negros, cujo número cresce, em razão do tráfico, diferentemente do que ocorre com os brancos, que chegam ao Brasil em menor escala, e com os índios, que tendem à extinção. No Norte, região cujo nível econômico é baixo e as atividades são sumamente extrativas, o indígena predomina.

Quanto aos sertões, o autor afirma que “o fundo da população também é todo de sangue indígena”⁴⁶¹. Com a chegada dos colonizadores, os índios foram aniquilados ou se miscigenaram. Para Caio Prado Júnior, diferentemente de Euclides da Cunha, o sertanejo é uma mistura do negro com o indígena, ambos refugiados o sertão

“é ali aliás que parece ter sido mais numeroso o cruzamento do índio com o negro. O sertão constituiu sempre de fato, refúgio para os negros e mestiços provindos do litoral: escapos da justiça, que sobre eles pesava mais que sobre as outras categorias da população, ou recalçados pelo regime de vida desfavorável que lhes proporcionam os centros mais ativos e policiados da costa”⁴⁶².

O sistema econômico é, ao mesmo tempo, inclusivo e excludente. Se, por um lado, insere o negro no litoral, a região mais próspera, por outro, a sorte de trabalho realizada os afasta, fazendo-os buscarem uma região menos adversa - economicamente. O sertão, que nos relatos de Saint-Hilaire são os lugares inabitados, de onde se sai o mais rápido possível, torna-se o lugar da liberdade, da possibilidade, da fuga que não se baseia em fatores climáticos, mas socioeconômicos. Ocorre uma inversão: o sertão, árido, hostil e economicamente irrelevante no sistema colonial, diferentemente do litoral, de economia ativa e clima agradável, converte-se em refúgio, em escape. E essa inversão, tal qual a miscigenação realizada no sertão, não é dada pelo meio, mas pelo regime econômico praticado no litoral.

Diferentemente dos sertões de Euclides da Cunha, o que é desfavorável não é a região, mas o “regime de vida”, que não necessariamente é dado pelos fatores climáticos e ambientais – ou seja, pelo meio. As contradições regionais – citadas anteriormente como a oposição entre sertão e litoral –, bem como as miscigenações, são, aqui, impostas pelo sistema econômico. O clima do sertão parece afetar menos o homem do que a economia praticada no litoral. As secas parecem não castigar tanto quanto a escravidão.

Vamos tecendo, assim, os motivos pelos quais os sertões de Caio Prado Júnior não estão isolados, como os de Euclides da Cunha. O motivo é, antes de tudo, econômico, espalhando-se

⁴⁶¹ PRADO JR., 2011, p. 118.

⁴⁶² PRADO JR., 2011, p. 119.

para os outros âmbitos, como o étnico e o social. À afirmação de Caio Prado Júnior, de que os sertões não estão isolados do restante do Brasil, associam-se diversas proposições do autor, que se convertem em justificativas para tal assertiva. Euclides da Cunha elabora sua tese sobre o isolamento do sertão expondo os fatores geográficos, étnicos e históricos que se impuseram nesse processo. Caio Prado Júnior utiliza-se desses mesmo elementos, incorporando outros a eles, para justificar a integridade da colônia e o sertão como parte do sistema econômico instaurado.

3.3.3 As atividades econômicas do Nordeste

O Nordeste, de acordo com Andrade⁴⁶³, ocupa 19% do território nacional e, em 1960, concentrava 28% da população do país. Dividindo-o quanto às suas regiões naturais e geográficas, temos a Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte. Estende-se do sudoeste da Bahia ao norte do Ceará, abrangendo a metade do território nordestino. Caracteriza-se por um clima tropical, com temperatura de aproximadamente 25°C, com chuvas do verão ao outono e primavera e inverno secos. Por sua grande extensão, tem características geográficas bastante variadas, que vão desde as regiões serranas até o sertão, e economia bastante diversificada também. “O grande traço de união da região sertaneja, porém, apesar de todas as suas diversificações, é o clima, sobretudo o problema da seca que flagela periodicamente o sertão, que constitui preocupação constante do sertanejo”⁴⁶⁴. Logo, apesar da extensão, o sertão abriga apenas 35% da população nordestina.

Fundamental para a região, o São Francisco é descrito como um rio permanente de regime muito irregular, atravessa as áreas mais secas do Nordeste, alagando as cidades marginais no período de cheias, fertilizando os solos que serão utilizados pelos agricultores ribeirinhos para a formação dos roçados, constituindo, assim, a agricultura de vazante, que garante ao sertanejo o milho, o feijão, o amendoim, a fava, a cana-de-açúcar, entre outros. Serve, também, ao gado, que utiliza a água, as gramíneas e o sal que aflora após as cheias. Possibilita a agricultura de subsistência para as famílias e mesmo o plantio para comércio de alguns produtos em algumas regiões. Na faixa litorânea, devido à baixa umidade do ar, à amplitude das marés e à pouca elevação da costa, é baixa a várzea de alguns rios, onde a água salgada se condensa e formam-se pirâmides de sal. O Rio Grande do Norte, assim, tornou-se um grande produtor desse item.

⁴⁶³ ANDRADE, 1973, p. 42.

⁴⁶⁴ ANDRADE, 1973, p. 51.

De acordo com o autor, o sertão nordestino foi integrado na colonização portuguesa devido aos movimentos populacionais a partir de Salvador e de Olinda, a fim de abastecer as áreas mais povoadas da Mata pernambucana e do Recôncavo Baiano – o Nordeste da cana de açúcar de carne – de couro e outros produtos da pecuária. Assim, foram os “centros açucareiros que comandaram a arremetida para os sertões à cata de terra onde se fizesse criação de gado indispensável ao fornecimento de animais de trabalho – bois e cavalos – aos engenhos, e ao abastecimento dos centros urbanos em desenvolvimento”⁴⁶⁵. O sertão, portanto, é uma região integrada economicamente ao litoral e

“dessa diversidade climática surgiria a dualidade consagrada pelos nordestinos e expressa no período colonial em dois sistemas de exploração agrária diversos e que se complementam economicamente mas que política e socialmente se contrapõem: o Nordeste da cana-de-açúcar e o Nordeste do gado, observando-se entre um e outro, hoje, o Nordeste da pequena propriedade e da policultura, e ao Oeste, o Meio Norte, ainda extrativista e pecuarista”⁴⁶⁶.

Ainda quanto à divisão clássica do Nordeste, o mesmo autor destaca que o sertão

“complementou a área úmida agrícola com uma atividade econômica indispensável ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes. Carreou para o Sertão os excedentes de população nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que, por suas condições econômicas e psicológicas, não puderam integrar-se na famosa civilização da “casa-grande” e da “senzala”. Permitiu, assim, a formação (...) do Nordeste das caatingas e do gado, que a um só tempo se opõe e complementa o Nordeste do massapê e da cana-de-açúcar”⁴⁶⁷.

O desenvolvimento econômico do sertão é semelhante ao do agreste, quanto à povoação pelos criadores de gado; a distância da região do litoral e proximidade com a região da Mata é a maior diferença. Quanto ao desenvolvimento da agricultura sertaneja, esta visava o abastecimento dos currais nas áreas mais úmidas, como no leito do rio São Francisco, através das culturas de vazantes, nas quais se plantavam mandioca, feijão, milho, algodão. “As áreas agrícolas constituíam, porém, pequenas manchas (...) na vastidão das caatingas”⁴⁶⁸.

Na definição de Darcy Ribeiro, o sertão é o espaço “confinado, de um lado, pela floresta da costa atlântica, do outro, pela floresta amazônica e fechado ao sul por zonas de matas e campinas naturais”⁴⁶⁹, formado pelo agreste, pelo cerrado e pela caatinga, com mais vegetação no curso dos rios. Nesse sistema destaca-se a pecuária, cujo gado vive solto no agreste, aos olhos dos sertanejos e distante dos engenhos, às margens do São Francisco. Esse sistema é

⁴⁶⁵ ANDRADE, 1973, p. 179-182.

⁴⁶⁶ ANDRADE, 1973, p. 52.

⁴⁶⁷ ANDRADE, 1973, p. 188.

⁴⁶⁸ ANDRADE, 1973, p. 190.

⁴⁶⁹ RIBEIRO, 2006, p. 306.

associado ao açúcar e, por ser uma economia pobre e dependente, decresce ainda mais com a crise na economia açucareira e com as grandes secas do fim do século XVIII.

Este é o quadro geral da região. Vejamos, então, as colocações de Caio Prado Júnior acerca da economia local.

O autor anônimo do *Roteiro do Maranhão* afirma, segundo Caio Prado Júnior, que o povoador não se estenderá para o interior, uma vez que a produção brasileira escoia para a Europa, devendo se manter próximo aos portos, para não ter que pagar pelo transporte, além do trabalho. E conclui, ainda de acordo com Caio Prado Júnior: “os gados não necessitam de quem os carregue”⁴⁷⁰. Ou seja: no interior – no sertão – só vai se desenvolver a produção voltada para o mercado interno, sem grande exigência de mão de obra e de transporte. Apenas um vaqueiro conduz uma boiada, transportada por suas próprias patas. Além disso,

“as fazendas de gado no sertão do Nordeste (...) são autônomas no que diz respeito à subsistência de seus empregados; plantam-se aí nas várzeas dos rios, únicos lugares em que a agricultura é possível nessas regiões semiáridas, alguns gêneros de que se ocupam os *fábricas*, auxiliares do vaqueiro”⁴⁷¹.

Se na agricultura, a atividade rentável da colônia, não se investia em tecnologias e melhorias, na pecuária estavam quase ausentes até mesmo as práticas mais rudimentares. Segundo o autor, na colônia, não se aproveitava o esterco para adubar a terra e, quanto aos pastos, “não se faz mais que queimá-los anualmente antes das chuvas”⁴⁷².

A importância da agricultura de subsistência teve um caráter tão secundário que, num país exportador de gêneros também de subsistência, “a insuficiência alimentar se tornou quase sempre regra”, principalmente nas regiões menos povoadas⁴⁷³. O Recôncavo Baiano e Pernambuco sofreram com a fome, agravada pelas secas dos sertões. O Maranhão, produtor de arroz e algodão, também. A alimentação da população e a fome estão relacionadas ao sistema colonial.

Excetuando-se a produção voltada ao mercado externo, a pecuária é a única atividade na colônia que tem alguma relevância, por estar voltada à subsistência da população e, junto à mineração do Centro-Sul e à colheita florestal, no Norte, possibilitar a ocupação do interior⁴⁷⁴. Realizada por três séculos nos “sertões do Norte”, cuja área “compreende todo o território do Nordeste, excluída a estreita faixa que borda o litoral” e, “para oeste, o limite desta zona do

⁴⁷⁰ PRADO JR., 2011, p. 138-139.

⁴⁷¹ PRADO JR., 2011, p. 166.

⁴⁷² PRADO JR., 2011, p. 203.

⁴⁷³ PRADO JR., 2011, p. 171.

⁴⁷⁴ PRADO JR., 2011, p. 196.

sertão se fixa na margem esquerda do São Francisco”⁴⁷⁵, a pecuária, contudo, não era a única atividade: “no Itapicuru, as antigas fazendas de gado, pioneiras na região, já tinham dado lugar aos algodoads”⁴⁷⁶ e que “o São Francisco oferece jazidas de sal comercialmente exploráveis”⁴⁷⁷. Na carta que enviou à Casa Euclidiana, afirmara que “em diferentes regiões tipicamente sertanejas (...), a agricultura é muito mais importante que a pecuária, tem uma expressão econômica apreciável, e a ela se dedica a maior parte da população. O “vaqueiro” é aí quase uma exceção”⁴⁷⁸.

Quanto à população que se origina

“no sertão, confundidos [*os negros*] com a população de origem indígena, num pé de igualdade que as circunstâncias do meio impõem, cruzam-se em larga escala, dando este tipo, o *sertanejo*, de tão singular definição psicológica e étnica. A infusão do sangue branco não representa nesse complexo senão parcela mínima; e tão diluído que sua contribuição quase desaparece”⁴⁷⁹.

Os sertanejos, vaqueiros ou não, são os “mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam os sertões, e que, ociosos em regra e avessos em princípio ao trabalho, têm uma inclinação especial para a vida aventureira e de esforço intermitente que exigem as atividades da fazenda”⁴⁸⁰. São negros e índios que, quando não estão escravizados na produção voltada ao mercado externo, estão desclassificados nas atividades de subsistência. Conforme observamos anteriormente, a exploração que sofrem os nivela, e não as características étnicas.

Em *História Econômica do Brasil*, Caio Prado Júnior também aponta os aspectos da economia nos sertões. As condições climáticas desfavoráveis afetam a qualidade do gado, que apesar de crescer e de se multiplicar rapidamente, não é suficiente para o abastecimento da colônia. A extensão que tomam as fazendas é consequência do crescente consumo no litoral, já que a produção de gado está atrelada à produção de cana, além da facilidade para o seu estabelecimento, não necessitando a terra de preparo nem muitos trabalhadores para olhar o gado, trabalhadores esses índios e mestiços, foragidos da justiça e escravos em fuga, “aventureiros de toda ordem que abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafo”⁴⁸¹. “Liberdade”, para Caio Prado Júnior, porque compara com a exploração que

⁴⁷⁵ PRADO JR., 2011, p. 199.

⁴⁷⁶ PRADO JR., 2011, p. 199.

⁴⁷⁷ PRADO JR., 2011, p. 200.

⁴⁷⁸ FAVIANO, G. B. et al., 2012, p. 189-194.

⁴⁷⁹ PRADO JR., 2011, p. 119.

⁴⁸⁰ PRADO JR., 2011, p. 200-201.

⁴⁸¹ PRADO JR., 1994, p. 45.

sofrem na produção latifundiária; e “servidão inconsciente”, para Euclides da Cunha, para quem os sertanejos eram “servos submissos” de um “dono ausente”⁴⁸².

Retomando a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, observamos mais detalhadamente a relação entre as fazendas de gado e os núcleos voltados ao abastecimento do mercado mundial.

A ocupação do interior, em virtude da expansão do gado, é, no entanto, irregular e sua população, em geral, escassa, sem grandes centros urbanos e comércio além do gado. Excetuada a pecuária, há plantação de subsistência e exploram-se as jazidas de sal.

As fazendas de gado do sertão têm a função de fornecer suprimentos – carne, couro, transporte – para as regiões mais rentáveis da colônia. Assim, alastram-se a partir de um ponto que corresponde a um núcleo agrícola ou minerador, formando-se uma zona de criação destinada ao abastecimento de carne, couro e transporte⁴⁸³. A pecuária, portanto, volta-se ao abastecimento do mercado interno, das áreas economicamente exploráveis da colônia. É nesse sentido que os sertões “não são uma sociedade espacialmente apartada e segregada do resto do Brasil”⁴⁸⁴, pois a pecuária do sertão é fundada para suprir as necessidades de gado das outras regiões.

Algumas regiões exercem atividades diferentes da pecuária. No médio São Francisco, realiza-se o comércio e a extração de sal; no médio Parnaíba, a agricultura; e a mineração e a plantação de algodão, na Chapada Diamantina. Essas regiões do sertão, devido à presença da água, são mais povoadas e têm um nível econômico superior⁴⁸⁵. Como afirmamos, “o “vaqueiro” é aí quase uma exceção”⁴⁸⁶.

As relações de trabalho no sertão estão amplamente delineadas em *Formação do Brasil Contemporâneo*. No sertão,

“o trabalho é em regra livre. Nesses territórios imensos, pouco povoados e sem autoridades, é difícil manter a necessária vigilância sobre trabalhadores escravos. A fazenda é dirigida por um administrador, o vaqueiro; o proprietário, em regra senhor de muitas fazendas, é um absentista que reside ordinariamente nos grandes centros do litoral”⁴⁸⁷.

Em relação ao pagamento do vaqueiro, Caio Prado Júnior está de acordo com Euclides da Cunha: “um quarto das crias; pagamento que só se efetua decorridos cinco anos, acumuladas

⁴⁸² CUNHA, 2009, p. 218.

⁴⁸³ PRADO JR., 2011, p. 62.

⁴⁸⁴ FAVIANO, G. B. et al., 2012, p. 189-194.

⁴⁸⁵ PRADO JR., 2011, p. 65.

⁴⁸⁶ FAVIANO, G. B. et al., 2012, p. 189-194.

⁴⁸⁷ PRADO JR., 1994, p. 45-46.

as cotas de todos eles”⁴⁸⁸. Essas cabeças são em número suficiente para que constitua seu próprio rebanho, estabelecendo-se em terras que arrenda “dos grandes senhores de sesmarias do sertão”⁴⁸⁹. Quando há mais de um vaqueiro, o pagamento não é por trabalhador, mas “dois e até três vaqueiros repartem então o quarto entre si”⁴⁹⁰.

Quanto ao trabalho realizado e as relações de trabalho, Caio Prado Júnior afirma:

“forma-se com isto [com este tipo de pagamento] um tipo de fazenda em mão de proprietários modestos, que habitam ordinariamente nas suas propriedades e participam inteiramente do trabalho e da vida do sertão. Neste caso, os vaqueiros, e mesmo os *fábricas* auxiliares, são muitas vezes os próprios filhos dos fazendeiros. Mas este tipo longe está de ser o único, ou mesmo o predominante. O que prevalece é o grande proprietário absentista, senhor às vezes de dezenas de fazendas, que vive nos centros do litoral e cujo contrato único com suas propriedades consiste em receber-lhe os rendimentos”⁴⁹¹.

Para Caio Prado Júnior, assim como para Euclides da Cunha, o sertanejo não é quase um sócio do fazendeiro, como para José de Alencar. O sertanejo constitui seu rebanho em terras arrendadas, ou seja, toma-as mediante pagamento. O fato de que os sertanejos são, muitas vezes, filhos dos fazendeiros também já fora exposta no capítulo anterior. No entanto, esta situação, descrita como única por Euclides da Cunha, é apontada por Caio Prado Júnior como exceção. Os proprietários ausentes, que apenas recebem seus rendimentos, são a regra.

Além do vaqueiro, Caio Prado Júnior também cita o *fábrica*, auxiliar subordinado ao vaqueiro, que “às vezes são escravos, mais comumente assalariados” e também se ocupam das plantações de subsistência realizadas nas vazantes, “o leito descoberto destes rios intermitentes do sertão”⁴⁹². A principal ocupação no sertão é, porém, cuidar do rebanho, uma vez que não há cercas nos pastos.

Euclides da Cunha afirmou que os proprietários ausentes vivem no litoral, longe das fazendas, em oposição os estancieiros do sul. Caio Prado Júnior também ressalta que o proprietário absentista vive no litoral. O que diferencia, contudo, as exposições de ambos, é que, para o primeiro, o sertão estaria isolado, enquanto que, para o segundo, integrado à economia colonial.

No período das secas, o fazendeiro se ocupa das alimentação dos seus empregados, dos quais é descontado, no pagamento, a “morta”, o gado fornecido ao empregado mensalmente,

⁴⁸⁸ PRADO JR., 2011, p. 201.

⁴⁸⁹ PRADO JR., 2011, p. 201.

⁴⁹⁰ PRADO JR., 2011, p. 202.

⁴⁹¹ PRADO JR., 2011, p. 201.

⁴⁹² PRADO JR., 2011, p. 202.

utilizado para sua alimentação⁴⁹³. O leite, às vezes em forma de queijo, é aproveitado unicamente para a alimentação na fazenda; não se produzia a manteiga.

A título de ilustração, Caio Prado Júnior, ao se referir às fazendas de gado de Minas Gerais, salienta que o trabalho, nestas, é escravo. Apenas o proprietário e sua família são livres. A diferença em relação ao trabalho no Nordeste diz respeito ao nível econômico, uma vez que só há escravos onde há dinheiro, e também pelo fato de que esses proprietários não são absentistas. No declínio da mineração, encontrar-se-ão

“um número considerável destes indivíduos desamparados, evidentemente deslocados, para quem não existe o dia de amanhã, sem ocupação formal fixa e decentemente remunerada; ou desocupados inteiramente, alternando o recurso à caridade com o crime. O vadio na sua expressão mais pura”⁴⁹⁴.

É curioso observar, aqui, a quantidade de palavra iniciada por “-des” empregadas pelo autor: desamparados, deslocados, desocupados. O prefixo denota uma ideia não apenas da negação de algo, mas, sobretudo, da falta, da ausência, e, empregado desta forma, em sucessivas palavras, ganha intensidade.

A ideia do crime, aqui colocada, também pode ser associada a Canudos, aos arraiais que sobreviviam do saque dos jagunços. Esses desclassificados, desamparados, deslocados, desocupados se relacionam mais pela sua condição apartada da atividade principal da colônia do que pelos locais que habitam. Assim, está no “inorgânico, enquanto origem das classes trabalhadoras e fator da futura nacionalidade”⁴⁹⁵, ainda que esteja à margem da ordem social, do planejamento, da segurança econômica.

3.3.4 A atividade econômica na Amazônia

Caio Prado Júnior observa o mesmo movimento que Euclides da Cunha, a emigração oriunda das Grandes Secas, entre 1877 e 1880. “As regiões beneficiadas por esta emigração serão o vale amazônico (graças à extração da borracha); o sul da Bahia (produção de cacau em progresso); finalmente e sobretudo São Paulo, o grande polo de atração”⁴⁹⁶.

A adaptação do trabalhador livre não era, contudo, fácil: migrava nas primeiras adversidades. Se, por um lado, a migração e a mudança de condições era potencialmente possível,

⁴⁹³ PRADO JR., 2011, p. 202.

⁴⁹⁴ PRADO JR., 2011, p. 303.

⁴⁹⁵ DIAS, 1989, p. 385.

⁴⁹⁶ PRADO JR., 1994, p. 202.

por outro, o empregador, visto que a mão de obra disponível e expropriada não era tão abundante em regiões menos povoadas, encontra uma solução:

“reter o trabalhador por dívidas. Pagando salários reduzidos, e vendendo-lhe ao mesmo tempo, por preços elevados, os gêneros necessários ao seu sustento, o empregador conseguirá com relativa facilidade manter seus trabalhadores sempre endividados, e portanto impossibilitados de o deixarem. Este sistema tornar-se-á geral em muitas regiões do país; em particular na indústria da extração da borracha. Torna-se fácil estabelecê-lo por causa das distâncias que em regra separam as explorações rurais dos centros urbanos e do comércio, o que faz do proprietário, quase sempre, um fornecedor obrigatório dos gêneros consumidos por seus trabalhadores. Doutro lado, o baixo nível cultural da massa trabalhadora do país, tão recentemente egressa da escravidão, facilita o manejo arbitrário das contas sempre em prejuízo do empregado”⁴⁹⁷.

Este é o tema apontado por Euclides da Cunha em *À margem da história*, de 1909. Caio Prado Júnior denominou “escravização por dívidas” o que Euclides da Cunha descreveu como “é o homem que trabalha para escravizar-se”. Para Euclides da Cunha, isso ocorre no sertão amazônico, isolado; para Caio Prado Júnior, porém, isso é apenas a continuação do sistema colonial, de uma abolição realizada sem a participação das classes, apenas pelo interesse dos dirigentes.

Em 1944, Caio Prado Júnior escreve um artigo para a *Revista Ilustração Brasileira*, intitulado “O trabalho rural no Brasil”, no qual comenta um evento ocorrido no Nordeste do Mato Grosso, no seringal “Palmeira”, propriedade da empresa Barauna & Chaves, de onde dois trabalhadores fugiram. O autor parte de um evento para comentar a situação geral do trabalhador, que se estende no tempo⁴⁹⁸.

O autor aborda, inicialmente, a obra de Euclides da Cunha, *À Margem da História*, em que o tema é a situação nos seringais da Amazônia, onde o homem “trabalha para escravizar-se”. Caio Prado Júnior enfatiza que, quarenta anos depois, a situação ainda se apresenta de maneira muito semelhante, chamando esses homens de “trabalhadores rurais escravizados por dívidas”, isto é, trabalhadores que, por receberem baixíssimos salários, endividam-se ao comprarem o mínimo, gêneros para sua subsistência e instrumentos de trabalho, cujo fornecedor é, também, seu contratador.

Segundo o autor, a escravidão não só existe como é comum em determinadas regiões. “Vivemos aqui nas grandes capitais do litoral tão alheios ao que se passa na realidade em nosso país”, mas basta “levanta(r) um pouco o véu do que se passa no sertão brasileiro” para se ter alguma dimensão dos problemas que ainda assolam essas regiões, como “a prisão por dívidas,

⁴⁹⁷ PRADO JR., 1994, p. 212.

⁴⁹⁸ PRADO JR., C. O trabalho rural no Brasil. *Revista Ilustração Brasileira*, São Paulo, n. 30, mar./1944, p. 9.

a escravização de trabalhadores por efeito dela”, que configura um dos “aspectos do regime do trabalho rural”⁴⁹⁹.

Caio Prado Júnior também aborda a oposição do litoral e do interior neste texto. Afirma, por vezes, que se não temos conhecimento das situações de escravidão em que se encontram os trabalhadores, não é porque não existam, mas porque pouco conhecemos do Brasil interiorano, distante da costa do Atlântico, evidenciando que é desconhecido não apenas o território brasileiro, mas também a presença marcante da herança colonial, através de sistemas que são dados como encerrados, mas que ainda se empregam. A Amazônia, economicamente à margem do Brasil colonial, continua ocupando esta posição, agora, no entanto, fornece a borracha, inserida na grande produção voltada ao mercado externo.

Na situação comentada, dois trabalhadores decidem abandonar seus patrões, mas são *capturados*⁵⁰⁰ – tal como os escravos – após serem perseguidos por vinte capangas. Abre-se, assim, um processo contra os foragidos, o que, segundo o autor, legaliza a ação dos patrões e deslegitima a lei que aboliu a escravidão no Brasil, distante quase um século da publicação da revista.

Caio Prado Júnior discute nossa história econômica, a herança colonial e escravista que ainda está presente sobretudo no trabalho rural:

“afora nos grandes centros urbanos, e alguns setores restritos, o trabalho efetivo e inteiramente livre ainda não se estabeleceu e organizou de modo completo. O que existe é antes um processo de adaptação mais ou menos bem sucedido, das antigas relações servis ao novo estatuto *legalmente* livre do trabalhador nacional”⁵⁰¹.

Citemos um trecho do que o autor afirma em *Diretrizes para uma política econômica brasileira*, sua tese de 1954:

“o mais importante para nós aqui é o fato que o povoamento do Brasil, ou melhor, a integração demográfica da sociedade brasileira se fez na sua maior parte com indivíduos recrutados como simples força de trabalho. Esse é um fator que tem importância primordial para a compreensão não só da história e evolução social do Brasil, mas também de sua estrutura econômica, passada e atual. O trabalhador brasileiro será uma simples peça do mecanismo comercial que aqui se montara. Não contará senão pela sua maior ou menor capacidade e habilidade de contribuir com seu esforço físico para o funcionamento daquele mecanismo: será a sua principal força motriz e propulsora. Note-se que uma tal circunstância não deriva unicamente do fato da escravidão, que foi o destino (...) da grande maioria e quase totalidade do trabalho brasileiro. A escravidão foi um meio; o objetivo, que era conseguiu força de trabalho e somente força de trabalho à disposição da empresa comercial (...), se propusera já antes de instituída a escravidão, e permanecerá depois dela”⁵⁰².

⁴⁹⁹ PRADO JR., 1944, p. 9.

⁵⁰⁰ Grifos nossos.

⁵⁰¹ PRADO JR., 1944, p. 9.

⁵⁰² PRADO JR., 1954, p. 39.

De acordo com Caio Prado Júnior, o Brasil possuía, no início do século XIX, a maior reserva de seringueiras da América do Sul. Inicia-se, então, sua exploração e exportação, que cresce na década de 1880, com as Grandes Secas que atingiram o semiárido brasileiro, fornecendo à Amazônia a mão de obra necessária para que se realizasse a exploração em larga escala daquele produto. Ao final do século também é incorporado à região o território do Acre, que não tardou a ser o primeiro lugar em volume de produção da borracha.

O autor descreve a situação em que se encontrava o trabalhador nos seringais:

“é preciso impedir que o trabalhador acumule reservas e faça economias que o tornem independente. Nesta região semideserta de escassa mão-de-obra, a estabilidade do trabalho tem sua maior garantia no endividamento do empregado. As dívidas começam logo ao ser contratado: ele adquire a crédito os instrumentos que utilizará, e que embora muito rudimentares (o machado, a faca, as tigelas onde recolhe a goma), estão acima de suas posses, em regra nulas. Frequentemente estará ainda devendo as despesas de passagem desde sua terra nativa até o seringal. Estas dívidas iniciais nunca se saldarão porque sempre haverá meios de fazer as despesas do trabalhador ultrapassarem seus magros salários. Gêneros caros (somente o proprietário pode fornecê-los porque os centros urbanos estão longe), a aguardente... E quando isto ainda não basta, um hábil jogo de contas que a ignorância do seringueiro analfabeto não pode perceber, completará a manobra.

Enquanto deve, o trabalhador não pode abandonar seu patrão credor; existe entre os proprietários um compromisso sagrado de não aceitarem a seu serviço empregados com dívidas para com outro e não saldadas. Aliás, a lei vem sancionar este compromisso porque responsabiliza o patrão que contrata um trabalhador pelas dívidas deste. E quando tudo isto não basta para reter o empregado endividado, existe o recurso da força. Embora à margem da lei, ninguém contesta ao proprietário o direito de empregá-la”⁵⁰³.

Para Caio Prado Júnior, “as dívidas começam logo ao ser contratado”. Tal como Euclides da Cunha, expõe todos os elementos que fazem parte do processo de escravização do trabalhador pela acumulação de dívidas, desde as passagens e os itens para sua subsistência até a aguardente, passando pelos instrumentos de trabalho adquiridos e pelos períodos em que não há extração – mas há, ainda, despesas.

Descreve a prática da “escravização por dívida” nos seringais e destaca que as grandes distâncias a que se encontravam dos centros urbanos e do comércio – ou seja, o isolamento – agravavam a situação, citando, então, a análise de Euclides da Cunha, que também coloca este como elemento fundamental para a concretização da escravização.

O sistema colonial demora a atingir a Amazônia, o que ocorre com a extração da borracha, no século XIX. Existe, nesse sistema, um senhor, dono da mão de obra e da liberdade de seus empregados, mas agora com a ilusão do salário e da prosperidade. Da forma que são realizadas no Brasil, as atividades voltadas ao mercado externo impõem ao trabalhador

⁵⁰³ PRADO JR., 1994, p. 238.

condições incompatíveis com o trabalho livre e sua subsistência. O “baixo nível cultural da massa trabalhadora do país”⁵⁰⁴ também agrava a situação dos trabalhadores, impossibilitados de se emanciparem por meio da educação.

Para o autor, a herança colonial nos coloca alguns desafios. Por exemplo, “os imigrantes europeus não serão escravos, mas o espírito que anima o incentivo à imigração é o mesmo. Os novos povoadores serão atraídos e aqui recebidos tal como tinham sido os africanos: como simples força de trabalho”⁵⁰⁵. Logo, Caio Prado Júnior “desracializa” a questão: o viés econômico – a exploração – está à frente da raça.

Nesse quadro, inserimos os seringueiros no Amazonas. Para Caio Prado Júnior, não importa tanto o tipo de trabalho e o seu regime, no Brasil, mas o fato de a nossa herança escravocrata ainda estar amplamente enraizada nas esferas sociais. Assim, justifica-se, em alguma medida, que os seringueiros sejam tratados como escravos e o fato de que ““imigração” ainda é tida entre nós (...) como um recurso para prover braços a lavouras do país”, porque “as condições de trabalho do imigrante praticamente equivaliam às do escravo”⁵⁰⁶. Esses imigrantes vinham trabalhar nas fazendas de café do Sul, praticando atividades que não são voltadas ao mercado interno, estabelecendo com os outros brasileiros relações primordialmente econômicas. Na grande produção, o trabalhador será sempre explorado.

Nessa estrutura, formada por dirigentes, de um lado, e por escravizados, de outro, as consequências socioeconômicas são a falta de ligação do indivíduo à terra e a formação de uma economia estranha às necessidades da população. As relações sociais se baseiam na empresa portuguesa na América, visando o lucro de uns através da exploração de recursos humanos e de recursos naturais. Toda a estrutura socioeconômica se desenvolve atrelada a isso e a produção voltada exclusivamente ao abastecimento do mercado externo faz com que o Brasil e os brasileiros vivam a mercê de crises, às quais os afetam sem que possam fazer algo, acarretando, assim, na nossa economia cíclica.

Esta situação não ocorre tão frequentemente com o imigrante europeu, segundo Caio Prado Júnior. Na lavoura do café, há maior demanda de trabalhadores, o nível econômico não é tão baixo e existe sempre a possibilidade de retorno à terra natal e a pressão aos representantes de seus países. Além disso, em razão do alto preço das propriedades, o proprietário, por vezes, arrenda parte de suas terras para os imigrantes, que passam a produzir para si.

⁵⁰⁴ PRADO JR., 1994, p. 212.

⁵⁰⁵ PRADO JR., 1954, p. 40.

⁵⁰⁶ PRADO JR., 1954, p. 40.

A exemplo das minas auríferas, em Minas Gerais, a borracha também se esgotou. A Amazônia chegou a ter mais de um milhão de habitantes em 1906 e o Acre, 50 mil habitantes. No entanto, finda a febre da borracha, despovoou-se a região e os aventureiros migram para outros mercados. A situação ilustra não só a crítica elaborada por Euclides da Cunha, acerca da situação dos trabalhadores nos seringais, mas também a tese central da obra de Caio Prado, sobre a situação socioeconômica – o povoamento e as crises, por exemplo – advindas dos ciclos econômicos da colônia e a dificuldade na superação desse passado, em que a economia se volta ao abastecimento do mercado externo e que não deixa para trás suas raízes, baseadas na mão de obra escrava e na grande produção.

Considerações finais

Este trabalho teve por objetivo discutir a representação dos sertões na obra de Euclides da Cunha e de Caio Prado Júnior. Indagamo-nos, inicialmente, por que a mesma obra, para um autor, é um retrato fidedigno da realidade, ao passo que, para outro, é ficção, conforme se pode inferir pela carta em questão.

É imperioso abriremos um parêntese: durante a realização deste projeto, ao vermos a obra de Euclides da Cunha associada à de Caio Prado Júnior, através dos textos de Paulo Iumatti, de Bernardo Ricupero e de Aziz Ab'Sáber⁵⁰⁷, fomos adquirindo a certeza de que o diálogo realizado neste trabalho era pertinente, embora estivéssemos seguindo nosso próprio caminho.

Retomamos, agora, alguns dos elementos que discutimos ao longo da dissertação e que colaboram para a compreensão da carta em questão⁵⁰⁸.

Caio Prado Júnior ressalta que “Os Sertões de Euclides da Cunha não dão (...) uma ideia rigorosamente adequada dos sertões reais do nordeste”, uma vez que, ao viajar para os sertões, não encontrou as descrições euclidianas. Como vimos, para Caio Prado Júnior, as viagens eram parte de seu trabalho intelectual, fossem as suas ou as dos viajantes naturalistas, geralmente os mesmos citados por Euclides da Cunha. Isso indicou, desde o princípio, que não havia entre esses autores apenas divergências. O desapontamento sofrido por Caio Prado Júnior ao cotejar a obra euclidiana e os “sertões reais” foi o mesmo sofrido por Euclides da Cunha quando se deparou com a Amazônia, tão diferente daquela descrita por Humboldt.

Algumas obras são clássicas não pela eterna demonstração de seus conteúdos, mas por serem abertas, não estarem concluídas, possibilitando, assim, novas discussões, novas interpretações e novas leituras.

Apesar das semelhanças que encontramos, são as dissonâncias que o historiador destaca. Os pontos de vista temporal (“entre os sertões de Euclides e os nossos, medeiam muitos decênios”) e espacial (“Euclides conheceu apenas, que eu saiba, um pequeno setor do sertão setentrional da Bahia”) seriam responsáveis pela análise de Euclides da Cunha, que o teriam “levado a afirmar que “todo sertanejo é vaqueiro””. No entanto, outros motivos também se

⁵⁰⁷ “Caio foi um dos primeiros historiadores a fazer a recuperação da memória da revolta, depois de Euclides da Cunha. Nesse sentido, há uma certa linha de continuidade com o trabalho de Euclides – que era um engenheiro, mas também um intelectual de alto nível e formação polivalente, que fora capaz de entender que Canudos era a história de uma guerrilha, a história de uma revolta das populações interiorizadas, crédulas, esquecidas e marginalizadas, situadas na retaguarda do Brasil Atlântico”. In: AB’SÁBER, 1989, p. 413-414. Os textos de Iumatti e de Ricupero estão citados no Capítulo 3 desse trabalho.

⁵⁰⁸ Os trechos entre aspas estão em FAVIANO, 2012, p. 189-194 ou em enunciados clássicos dos autores em questão, amplamente citados neste trabalho.

aplicam. A definição de sertão e as diferentes metodologias de análise influenciaram nas lentes através das quais os autores viram essa região.

De acordo com Caio Prado Júnior, os “escritores brasileiros que procuravam precisamente ajustar seus conceitos e ideias aos fatos reais e concretos da vida brasileira” acabaram por endossar a “discordância tão comum no passado, entre o tratamento dado à realidade brasileira em nossa literatura (e não só a de ficção), e essa realidade tal como de fato se apresenta”.

Euclides da Cunha, baseado no “consórcio da ciência e da arte”, pretendeu analisar o sertão nordestino com base nas teorias científicas do século XIX que, contudo, parecem não ter dado conta da complexidade do Brasil. De acordo com aquelas teorias, o meio semiárido, junto à mestiçagem, deveria ter originado uma população fraca, física e intelectualmente. Euclides da Cunha observa justamente o contrário: que o sertanejo é, “antes de tudo, um forte”. Método científico e realidade nacional aqui se chocam, originando um texto repleto de contradições, as quais justamente conferem grandeza à obra do autor, ao mostrar a complexidade de um Brasil que parece recusar tais teorias. Por meio de seu estilo e de seu léxico, Euclides da Cunha traz à tona o drama da população sertaneja e as especificidades do Brasil. Aquela natureza hostil ganha autonomia na obra do autor, aliando-se ao sertanejo na vida e no combate.

Já para Caio Prado Júnior, o Brasil – e sua estrutura econômica – que é contraditório. O foco da contradições não estaria na dicotomia *litoral-sertão*, mas nas heranças coloniais de um passado ainda não superado.

O historiador ressalta que não encontrou nos “sertões euclidianos esta raça de centauros heroicos que constituiriam uma preciosa reserva de forças potenciais para a nacionalidade brasileira”. Caio Prado Júnior não encontra essa potencialidade na raça. Nas discussões sobre o inorgânico observamos que, do ponto de vista econômico, os sertanejos, ao comporem o setor da sociedade brasileira responsável pelo abastecimento do mercado interno, poderiam se afirmar os potenciais transformadores da colônia em nação, junto aos demais elementos do setor inorgânico, subsidiário e acessório no sistema colonial.

Na obra de ambos, nossa nacionalidade está presente nas populações do sertão. Euclides da Cunha a vê em nosso passado. Caio Prado Júnior acredita na formação de novas classes sociais, diferentes dos escravos e dos senhores, cujos elementos fundadores seriam os trabalhadores livres pobres, transformados em operariado e campesinato. Embora um autor um destaque as características étnico-raciais e o outro, as socioeconômicas; um enfoque o passado sem perspectiva de futuro, diante do desfecho da Revolta de Canudos, e o outro veja no presente as reminiscências coloniais, sem deixar de abrir perspectivas para o futuro, a indagação acerca

dos elementos que conformam a nossa nacionalidade é semelhante. Suas obras diferem, contudo, quanto aos contextos nos quais os autores se inserem, aos métodos que aplicam e aos estilos de suas narrativas, ferramentas para a canalização de suas ideias. Esses são os elementos-chave para compreendermos os porquês de a nacionalidade se apresentar de maneira fundamentalmente diferente na obra dos autores em questão.

Os textos de Euclides da Cunha e Caio Prado Júnior apresentam pontos em comum, como a centralidade dos relatos de viagem, o olhar geográfico e o emprego do método científico. Divergem, contudo, quanto à metodologia que empregam e ao estilo que elaboram para revelar ao leitor os contrates do país. Esse ponto nos remete a outro: a multidisciplinaridade é característica da obra desses autores, embora Euclides da Cunha pareça partir das teorias para analisar seu objeto, ao passo que Caio Prado Júnior compõe o objeto a partir de um método totalizante, que não o exime de fazer incursões. O sertão caiopradiano, que, diferentemente dos sertões euclidianos, perde em vida e dramaticidade, insere-se como espaço peculiar dentre tantos cujas possibilidades dependem da emergência de uma economia nacional, isto é, do inorgânico.

Para Caio Prado Júnior, “essa gente sertaneja absolutamente não constitui, como pretendeu Euclides da Cunha, uma sociedade espacialmente apartada e segregada do resto do Brasil”, porque o sertão está inserido no sistema de exploração colonial. Para Euclides da Cunha, no entanto, o isolamento é, principalmente, étnico-racial e espacial. Lembremos que *sertão* era sinônimo de local afastado, isolado, despovoado, de acordo com Saint-Hilaire. No entanto, esse é apenas um lado da história. Em *Os Sertões*, essa é, também, uma contradição: Euclides da Cunha afirma que os sertões estão isolados, mas destaca que os sertanejos são “servos submissos de um senhor ausente”, que se encontra no litoral. Logo, esse isolamento não é categórico.

É importante ressaltar, também, que na obra de Euclides da Cunha as dicotomias ainda estavam muito presentes, diferentemente das análises de Caio Prado Júnior, em que as relações estabelecidas entre os elementos do sistema são mais importantes do que os elementos em si. Assim, o meio social tem destaque na obra do historiador, frente ao meio físico-geográfico da obra de Euclides da Cunha, para quem o meio determina não apenas as características dos homens, como também as relações entre o homem e o meio; para Caio Prado Júnior, a exploração dos recursos naturais condiciona as relações, principalmente econômicas, que se estabelecerão entre os homens, ocasionando efeitos no espaço.

Ainda na carta, Caio Prado Júnior afirma que nos sertões “há também a minoria dos bem acomodados na vida (...) que se destaca desde logo, a começar pelo físico e a indumentária, seja nos centros urbanos, seja nos centros rurais (...), para os quais, direta ou indiretamente se

escoa o fruto do trabalho tão penoso da maioria miserável”. Euclides da Cunha também destacou essa diferenciação, em especial nos sertões amazônicos, onde o seringueiro é explorado pelo caucheiro, e nos sertões mineiros dos garimpos. No entanto, os vaqueiros permanecem em sua “servidão inconsciente”, sem perceber para quem “escoa o fruto do trabalho”.

E continua Caio Prado Júnior: “Os Sertões euclidianos não retratam nada disso, e só muito breve e incidentalmente que se referem às idílicas relações de classe entre vaqueiros e proprietários ausentes”. Se em *Os Sertões* Euclides da Cunha teria abordado “breve e incidentalmente” a questão econômica, em *À margem da história* parece ter dado destaque suficiente ao tema. Nossa conclusão é de que o objeto exige análises diferentes: o vaqueiro estava integrado social e economicamente no sertão nordestino, diferentemente do seringueiro, que, mais que isolado, estava deslocado de seu contexto sociocultural, o que acentuava ainda mais na narrativa o caráter exploratório da atividade econômica que desempenhava.

Caio Prado Júnior também discorda do fato de que, para Euclides da Cunha, “todo sertanejo é vaqueiro”. O historiador elenca diversas atividades realizadas pelos sertanejos, que vão desde a agricultura até o comércio, passando pela extração de minérios ou de sal. Nessas regiões do sertão, “o vaqueiro é quase uma exceção”. Observamos, contudo, que também na obra euclidiana nem todo sertanejo é vaqueiro, podendo ser seringueiro, garimpeiro, ou qualquer outro trabalhador do sertão, em oposição do trabalhador do litoral.

A carta foi apenas o ponto de partida para a discussão desenvolvida nessa dissertação. Descobrimos que ela não é a toda a opinião de Caio Prado Júnior acerca da obra de Euclides da Cunha, mas um ponto de vista, em um determinado momento e sobre um dado aspecto, uma vez que é um documento particular. As publicações de Caio Prado Júnior utilizadas nesse trabalho nos ofereceram outros elementos para a compreensão dos sertões enquanto formação econômica e social específica.

Se ao lermos a carta ficamos com a impressão de que Caio Prado Júnior foi um crítico mordaz da obra euclidiana, ao analisarmos *Formação do Brasil Contemporâneo*, *História Econômica do Brasil* e o artigo “O trabalhador rural no Brasil”, compreendemos melhor a assertiva do autor, para quem Euclides da Cunha “ensinou as novas gerações a olharem diferentemente para o Brasil e suas coisas”. Euclides da Cunha é uma das fontes para se estabelecer o diálogo quando o assunto é a pecuária ou a extração de borracha na Amazônia. Embora na carta as diferenças estejam mais evidenciadas, a totalidade da obra de Caio Prado Júnior aponta uma semelhança: a denúncia das “mazelas sociais do país”. E para Caio Prado

Júnior, “o impacto emocional que isso produziu teve o mais largo efeito”, ecoando, mesmo que com ressalvas, em sua obra.

De acordo com Caio Prado Júnior, “o pensamento brasileiro, com Euclides da Cunha, começa a adquirir maioridade”. Podemos afirmar o mesmo sobre Caio Prado Júnior, que não apenas inovou na introdução do método materialista para analisar nossa história, ao propor novas interpretações sobre o Brasil, seu passado colonial e a possibilidade de sua superação no futuro. Uma de suas grandes contribuições foi o estudo minucioso desses “desclassificados sociais” do sistema colonial, que possibilitou as reflexões sobre esses trabalhadores à margem do sistema de exploração escravista, abrindo novas perspectivas para a compreensão do sertanejo.

Inúmeras questões ficam em aberto. Certamente há muitas outras, uma vez que “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”, como afirmou Italo Calvino. Mas esperamos ter contribuído para o estabelecimento do diálogo entre duas tradições do pensamento que, mesmo separadas por meio século de história, insistem em refletir sobre o sertão e o sertanejo, sobre esse espaço e esse povo – brasileiros – tantas vezes colocados à margem de nossa história.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”. In: _____. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.
- ALENCAR, José de. *O Sertanejo*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973, 3. ed.
- ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e interpretação de Os sertões*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, 4. ed.
- ARARIPE Jr., Tristão Alencar. “Os Sertões (Campanha de Canudos por Euclides da Cunha)”. In: *Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. Preparação do texto de Valentim Facioli e José Leonardo do Nascimento. São Paulo: Nankim Editorial: Editora da Unesp, 2003.
- ARISTÓTELES. *Tópicos. Dos Argumentos Sofísticos. Metafísica (livros I e II). Ética a Nicômaco. Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- AZEVEDO, Sílvia Maria. Manoel Benício: um correspondente da Guerra de Canudos. *Revista USP*, São Paulo, n. 54, junho/agosto 2002, p. 82-95.
- BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BALBUENO, Luciana Haesbaert. “Afonso Arinos, Manoel Benício e Euclides da Cunha: memórias de guerra”. In: GOMES, Gínia Maria (org.) *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, p. 163-1178.
- BALDUS, Herbert. “Etnologia”. In: *Manual de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1949.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BENICIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERNUCCI, Leopoldo M. *A Imitação dos sentidos: prógonos contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- _____. “Prefácio”. In: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (campanha de Canudos)*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índice de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2009, 4. ed.
- BOSI, Alfredo. “Rui, Euclides e outras vozes da cultura”. In: _____. *A literatura no Brasil: o pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- _____. *Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2003.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2005.

- CALVINO, Italo. "Introdução". In: _____. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Fapesp, 2009.
- _____. *Iniciação à Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, 5. ed.
- _____. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2008.
- CARONE, Edgard. *O marxismo no Brasil: das origens a 1964*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- CHAVES, Flavio Loureiro. História e Ficção. *Organon*, Porto Alegre, n. 15, 1986, p. 39-45.
- CORREIA, Nereu. "A tapeçaria linguística d' "Os Sertões"". In: _____. *A tapeçaria linguística d' "Os Sertões" e outros estudos*. São Paulo: Quíron; Brasília: INL, 1978.
- CUNHA, Euclides da. *Obra completa*; edição organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, v. I e II.
- _____. *Os Sertões (campanha de Canudos)*. Edição, prefácio, cronologia, notas e índice de Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2009, 4. ed.
- D'INCAO, Maria Angela (org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. Editora Brasiliense: 1989.
- DANTAS, Paulo. *Os sertões de Euclides e outros sertões*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultural; Imprensa Oficial do Estado, 1969, Coleção Ensaio.
- DECCA, Edgar Salvadori de. "O que é romance histórico?". In: AGUIAR, Flavio. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (org.) *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, pp. 197-210.
- _____. "Tal pai, qual filho? Narrativas de identidade nacional". In: CHIAPPIN, Ligia. BRESCIANI, Maria Stella (orgs.) *Literatura e Cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.
- DEMÉTRIO. *Sobre o estilo*. Tradução de Bianca Ribeiro Manfrini. Cambridge, Harvard University Press, 1973.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FAVIANO, Giovana Beraldi et al. Caio Prado Júnior e *Os sertões*, de Euclides da Cunha. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, 2012, p. 189-194.
- FERNANDES, Florestan. "Enigmas do círculo vicioso (prefácio)". In: PRADO JR., C. *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Obra Completa*, organizada sob a direção de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.
- _____. *Os jagunços: novella sertaneja escripta expressamente para "O Commercio de S. Paulo" e publicado por esta folha*. São Paulo: 1898.
- FREYRE, Gilberto. "Euclides da Cunha". In: _____. *Perfil de Euclides e outros perfis*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.

_____. “Euclides da Cunha: revelador da realidade brasileira”. In: CUNHA, Euclides da. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1966, v. 1.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “De sertões e jagunços”. In: _____. *Saco de gatos: ensaios críticos*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de S. Paulo, 1976.

_____. “Euclides da Cunha e a Revolução Francesa”. In: _____. *Gatos de outro saco: ensaios críticos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. “Introdução”. In: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1979, 29. ed.

_____. *No Calor da Hora: a Guerra de Canudos nos Jornais, 4a Expedição*. São Paulo, Ática, 1977.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARDMAN, Francisco Foot. *A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUMBOLDT, Alexander de. *Cosmos – Essai d’une description physique du monde*. Paris: Gide et J. Baudry, Éditeurs, 1855, p. 7.

IGLESIAS, Francisco (org.) *Caio Prado Júnior: história*. São Paulo: Ática, 1982.

ISER, Wolfgang. “Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional”. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da Literatura em Suas Fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 2, 3. ed.

IUMATTI, Paulo Teixeira. Caio Prado Jr. e as Ciências Naturais: sua apreensão das transformações epistemológicas da virada do século XIX. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 14, p. 103-128, abril 2000.

_____. *Caio Prado Júnior: historiador e editor*. 2001. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007a.

_____. *Um viajante e suas leituras*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLIII, n. 1, jan.-jun. 2007b, p. 108-129.

IUMATTI, Paulo. SEABRA, Manoel. HEIDEMANN, Hans Dieter (org.) *Caio Prado Júnior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Instituto de Estudos Brasileiros: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

JAKOBSON, Roman. O que fazem os poetas com as palavras. *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, n. 12, março/1973, p. 5-9.

JAMESON, Fredric. O Romance Histórico ainda é possível?. *Revista Novos Estudos*, n. 77, março/2007, p. 185-203.

KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época. Preparação do texto de Valentim Facioli e José Leonardo do Nascimento. São Paulo: Nankim Editorial: Editora da Unesp, 2003.

LEENHARDT, Jacques. “A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura”. In: *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. “Leituras de fronteira: modelos de leitura, história e valores”. In: AGUIAR, Flavio. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (org.) *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet* / Philippe Lejeune; org. Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Luiz Costa. “Prefácio”. In: RICOTTA, Lúcia. *Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro, MAUAD, 2003.

_____. *Terra ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LUKÁCS, Georg. “Sobre la esencia y forma del ensayo (Carta a Leo Popper)”. In: _____. *El alma y las formas*. Méjico: Editorial Grijalbo, 1975.

_____. *A Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

_____. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. *O Romance Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTIUS, Karl Friedrich von; RODRIGUES, José Honório. Como se deve escrever a História do Brasil, *Revista de Historia de América*, n. 42 (dec. 1956), p. 433-458.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História não é Literatura. *Revista de la APEESP*, Julio-diciembre, 1992.

MORAES, Marcos Antonio de. “Ligações Perigosas”. In: *Criação em Debate*. PINO, C. A. (org.) São Paulo: Humanitas, 2007.

NOVAIS, Fernando A. Considerações sobre o sentido da colonização. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 6, p. 55-65, jul. 1969. Disponível em: <<http://goo.gl/zJozBw>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

_____. “Caio Prado Jr. na historiografia brasileira”. In: MORAES, Reginaldo. ANTUNES, Ricardo. FERRANT, Vera B. (orgs) *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986

OLIVEIRA, Franklin de. *Euclydes: a espada e a letra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PERICÁS, Luiz Bernardo. WIDER, Maria Célia. “Caio Prado Júnior”. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (orgs.) *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 193-214.

PLEKHANOV, G. *Os Princípios Fundamentais do Marxismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2007a.

_____. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2007b.

- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *O mundo do socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967, 3. ed.
- _____. O trabalho rural no Brasil. *Revista Ilustração Brasileira*, São Paulo, n. 30, mar./1944, p. 9.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Fapesp; Ed. 34, 2000.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. "Quadro geral do sertão". In: _____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1975.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência e Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEARLE, John R. The Logical Status of Fictional Discourse. *New Literary History*, Vol. 6, N. 2, On Narratives and Narratives (Winter, 1975), p. 319-332.
- SECCO, Lincoln Ferreira. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Literatura e história no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1987.
- SOUZA, Ronaldo de Melo e. *A geopoética de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TOCANTINS, Leandro. *Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1978, 3. ed.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978.
- VARGAS LLOSA, Mario. "La verdad de las mentiras". In: _____. *La verdad de las mentiras – ensayos sobre literatura*. México: Seix Barral/Biblioteca Breve, 1992.
- VENTURA, Roberto. "A Nossa Vendaia": Canudos, o mito da Revolução Francesa e a formação de identidade cultural no Brasil (1897-1902). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, SP, v. 31, 1990, p. 129-145.
- _____. "O engenheiro-escriptor Euclides da Cunha". In: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- _____. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. v. 5, Julho-1998, p. 133-147.

VERÍSSIMO, José. “Uma história dos sertões e da campanha de Canudos (Os sertões, campanha de Canudo por Euclides da Cunha)”. In: *Juízos Críticos: Os Sertões e os olhares de sua época*. Preparação do texto de Valentim Facioli e José Leonardo do Nascimento. São Paulo: Nankim Editorial: Editora da Unesp, 2003.

_____. *Estudos de literatura brasileira*. São Paulo: Edusp, 1977.

WHITE, Hayden. “O Fardo da História”. In: *Trópicos do Discurso: Ensaaios sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1975.

ZILBERMAN, Regina. “Romance histórico. História romanceada”. In: AGUIAR, Flavio. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (org.) *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

ZILLY, Berthold. “Um patriota na era do imperialismo: o brilho cambiante de *Os Sertões*”. In: GOMES, Gínia Maria (org.). *Euclides da Cunha: literatura e história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

Anexo: Carta de Caio Prado Júnior à Casa Euclidiana⁵⁰⁹

São Paulo, 26 de abril de 1960.

Ilmo. Sr.
Prof. Arivelsio Padilha
Casa Euclidiana
São José do Rio Pardo

Em ofício de 29 de março, que recebi com grande atraso, Vossa Senhoria estranha afirmação que eu teria feito em entrevista concedida a jornal de Porto Alegre, a respeito de Euclides da Cunha. O texto da entrevista, de que só tive conhecimento depois de publicado não reproduz fielmente o que afirmei em simples conversa a um jornalista, conversa essa transformada em entrevista. Referindo-me à discordância tão comum no passado, entre o tratamento dado à realidade brasileira em nossa literatura (e não só a de ficção), e essa realidade tal como de fato se apresenta, tive ocasião de afirmar que dessa visão deformadora não escaparam muitas vezes nem mesmo alguns dos maiores escritores brasileiros que procuravam precisamente ajustar seus conceitos e ideias aos fatos reais e concretos da vida brasileira. Citei então, a propósito, o nome de Euclides da Cunha, mas sem aquela ênfase e maneira perentória que transparece no texto da entrevista.

Não me é possível desenvolver aqui às pressas (que as circunstâncias me impõem) o meu verdadeiro e completo - pensamento a respeito do assunto, e os motivos da restrição que fiz, e faço, à grande obra de Euclides da Cunha. Não quero todavia fugir inteiramente ao repto, delicado embora, mas sempre - repto que se insinua em seu ofício. Os Sertões de Euclides da Cunha não dão, em conjunto, a meu ver, uma ideia rigorosamente adequada dos sertões reais do nordeste. Experimentei-o pessoalmente quando, por ocasião de meu primeiro contato com aquela região (já lá vão dessa data quase 30 anos), procurei muitas vezes, sem encontrar, a imagem que trazia dos Sertões euclidianos, e que o entusiasmo do leitor juvenil daquela época, pelo grande escritor, gravara em meu pensamento. Esse desaponto deu lugar mais tarde, depois de novas leituras dos Sertões, e de outras e repetidas viagens pelos sertões reais, à conclusão de que efetivamente o grande literato e primoroso estilista, que foi Euclides da Cunha, se imprimira muito mais nos Sertões, que o observador e analista social.

⁵⁰⁹ Documento CPJ-CA024a, sob guarda do IEB/USP. FAVIANO, Giovana Beraldi et al. Caio Prado Júnior e *Os sertões*, de Euclides da Cunha. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, 2012, p. 189-194.

Não encontrei nos sertões reais, por mais que o procurasse, e creio que ninguém neles encontre, o épico dos Sertões euclidianos, esta raça de centauros heroicos que constituiriam uma preciosa reserva de forças potenciais para a nacionalidade brasileira. Nada vi, nem penso que se possa ver nos sertões reais, o que se assemelhe à "integridade orgânica do mestiço que desponta inteiriça e robusta, imune de estranhas mesclas capaz de envolver diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos, porque é a sólida base física do desenvolvimento moral ulterior" (pg. 112 da 9ª edição, 1926).

O que os sertões reais apresentam (foi para mim, e ainda é, uma das mais dolorosas observações, que muito contribuiu para o rumo que tomou minha vida), é um mundo em decomposição, onde vegeta uma população cujo estado físico e moral se pode dizer degradante para a espécie humana. É a miséria mais sórdida, na extensão da palavra, e que rebaixa o homem para níveis que já se podem dizer abaixo dele.

Não é isso que nos dizem os Sertões... Mas – e é nisso, a meu ver que os Sertões euclidianos mais se apartam da realidade – essa gente sertaneja absolutamente não constitui, como pretendeu Euclides da Cunha, uma sociedade espacialmente apartada e segregada do resto do Brasil, formando, insulando no país um conjunto discriminado, distinto e internamente homogêneo. É assim que os Sertões euclidianos retratam os sertões reais. Nada mais falso. Nos sertões do nordeste, como no resto do país, a diferenciação e discriminação não é territorial e horizontal, e sim vertical e social. Aquela gente - miserável, muitas vezes mulambos humanos apenas, e que forma a grande massa da população, não constituiu toda essa população e sociedade sertaneja. Como em toda parte do mundo de hoje (o "nosso" mundo) há também a minoria dos bem acomodados na vida, e que bem pequena embora, se destaca desde logo, a começar pelo físico e a indumentária, seja nos centros urbanos, mesmo dos menores, seja nos aglomerados rurais. Compõe-na proprietários, seus administradores e gerentes, comerciantes, profissionais, funcionários públicos..., para os quais, direta ou indiretamente se escoia o fruto do trabalho tão penoso da maioria miserável.

Os Sertões euclidianos não retratam nada disso, e é só muito breve e incidentemente que se referem às idílicas relações de classe entre vaqueiros e proprietários ausentes (pgs. 122 e 124). Tem-se assim, ao ler os Sertões, a falsa impressão de um mundo a parte e segregado onde formou e evoluiu uma sociedade sui-generis, física e moralmente bem caracterizada e individualizada que se integra num conjunto orgânico e harmonioso, primitivo embora, mas estuante de potencialidades.

Essa falsa imagem dos sertões reais, que os Sertões euclidianos ficaram no pensamento brasileiro, tem pesado consideravelmente, e negativamente bem entendido, nas nossas

concepções políticas. Ainda que de maneira mais ou menos confusa e imprecisa, tem-se entendido, e se entende ainda muitas vezes, que o problema do sertão nordestino consiste em "integrar" essa região isolada e diferenciada, no organismo da nação brasileira em que não se assimilou inteiramente. Isso tem levado a não poucas soluções falsas, de que se ressentem desde as Obras contra as Secas, até a recentíssima Operação Nordeste.

Mas não posso agora estender-me nesses pontos. É possível que as discordâncias que descubro entre os Sertões euclidianos e os sertões reais, se devam em parte a uma perspectiva diferente no tempo (entre os sertões de Euclides e os nossos, medeiam muitos decênios), e perspectiva também diferente no espaço (Euclides conheceu apenas, que eu saiba, um pequeno setor do sertão setentrional da Bahia – mas falou dos sertões em geral). É isso talvez que o tenha levado a afirmar que "todo sertanejo é vaqueiro", e que a agricultura se reduz a rudimentares plantações da vazante, pela beira dos rios para aquisição de meios de primeira necessidade (pg. 122. Noto incidentalmente que essas plantações de vazante a que se refere Euclides, não são na beira dos rios, e sim no próprio leito, salvo apenas no S. Francisco, único rio perene do sertão). O que Euclides afirma na passagem citada, é só meia verdade, pois em diferentes regiões tipicamente sertanejas, aliás as relativamente mais povoadas – como o Sertão Alto e o Sertão do Araripe, em Pernambuco, o Alto Sertão, na Paraíba, a Serra Geral na Bahia, a região Serrana no Rio Grande do Norte, e tantas outras –, a agricultura é muito mais importante que a pecuária, tem uma expressão econômica apreciável, e a ela se dedica a maior parte da população. O "vaqueiro" é aí quase uma exceção. Curioso como essa ideia de que os sertões nordestinos são exclusivamente pastoris se difundiu e fixou, a ponto de ser generalizadamente aceita e sempre repetida. Acredito que a força dessa ideia está na tradição legada pelos Sertões euclidianos...

Não julgue Vossa Senhoria que seja minha intenção diminuir a importância e valor dos Sertões, e muito menos de Euclides da Cunha, apontando as discrepâncias com a realidade que encontro na obra do grande escritor. Essas discrepâncias não importam, porque a grande contribuição de Euclides foi o desassombro e a coragem com que, em meio à hipocrisia característica do seu tempo, ele denunciou as mazelas sociais do país. O impacto emocional que isso produziu teve o mais largo efeito, pois ensinou as novas gerações a olharem diferentemente para o Brasil e suas coisas. Elas já não procurarão mais, como fora em regra no passado, imitar a cultura europeia, escondendo envergonhadas tudo que nos distingue daquela cultura. O pensamento brasileiro, - com Euclides da Cunha, começa a adquirir maioridade.

Lamento não ser mais extenso, mais preciso, mais ordenado no atendimento do..., seja lá o que for, de Vossa Senhoria. Queira aceitar minhas escusas e os atenciosos cumprimentos.

Caio Prado Júnior.